DESDE 1932
EDIÇÃO 25.058

DIÁRIO DO COMÉRCIO

Fundador:
José Costa
Presidente:
Adriana Costa Muls

diariodocomercio.com.br | Belo Horizonte, sexta-feira, 12 de abril de 2024 | R$ 3,50

EPR vence leilão da BR-040 e administrará rodovia por 30 anos

Certame foi realizado ontem na B3, em São Paulo; expectativa é assinar contrato no início de julho

O grupo, formado em parceria da Equipav com a Perfin, será o gestor do trecho da BR-040 entre Belo Horizonte e Juiz de Fora pelos próximos 30 anos. O leilão foi realizado ontem na B3, em São Paulo. O vencedor ofertou o maior desconto sobre a tarifa básica de pedágio, de 11,21%. A empresa já administra, atualmente, outras três rodovias mineiras.

A concorrência no leilão foi com a Companhia de Concessões Rodoviárias (CCR) e o Consórcio Vetor Norte. A Azevedo & Travassos também participaria, mas foi desqualificada às vésperas por não estar em conformidade com a cláusula do edital que trata da garantia da proposta. O governo federal tem a expectativa de que o contrato de concessão seja assinado no início de julho. O projeto estima um investimento total de R$ 8,7 bilhões nos 232 quilômetros concedidos da BR-040. Está prevista a duplicação de 164 quilômetros da estrada. O DIÁRIO DO COMÉRCIO ouviu especialistas sobre as concessões de rodovias. **Pág. 3**

DIVULGAÇÃO / CNT

São 232 quilômetros concedidos da BR-040, no trecho entre Belo Horizonte e Juiz de Fora; duplicação abrange 164 quilômetros e inúmeras intervenções

DIVULGAÇÃO / DANIEL-MANSUR

Para reduzir efeito estufa, frota da locadora mineira aposta em veículos flex ou híbridos

Localiza não prevê carro elétrico na frota e prioriza flex ou híbrido

Em curto prazo, a Localiza não prevê uma estratégia que priorize o veículo elétrico para sua frota. O objetivo da locadora, tendo em vista a redução de emissões de gases de efeito estufa, é no uso de veículos flex ou híbridos, com prioridade para o consumo do álcool combustível. Incertezas quanto à durabilidade e infraestrutura adaptada pesam para a decisão, afirma o CEO da empresa, Eugênio Mattar. **Pág. 13**

Pacheco quer PL para federalização de ativos dos estados

O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), disse que será enviado ao Congresso Nacional um projeto de lei complementar que prevê a federalização de ativos dos estados, como as estatais, para o equacionamento das dívidas com a União. Ontem, Pacheco reuniu-se com o vice-governador de Minas Gerais, professor Mateus Simões (Novo), e equipe técnica do Ministério da Fazenda. **Pág. 15**

EDITORIAL

É preciso entender que é mentira, deslavada e cínica mentira, que o controvertido bilionário Elon Musk, nascido na África do Sul, mas estabelecido nos Estados Unidos, esteja minimamente interessado em liberdade de expressão ou qualquer outro valor que mereça lugar nas democracias. Esse fulano, que da noite para o dia passou a ser apresentado como o indivíduo mais rico do mundo sem que ninguém tenha se dado ao trabalho de apurar a origem de tamanha fortuna, na realidade está inserido no mesmo contexto em que se movimenta a direita radical planetária e se move por ambições políticas neste espaço, mas, antes, muitíssimo antes, por interesses econômicos. Ele nem de longe ele estaria preocupado com a democracia ou a liberdade de expressão, ainda que no que toca ao Brasil estes temas igualmente não sejam da sua alçada. O que verdadeiramente conta são interesses econômicos, mais amplamente uma forma de antagonismo, ou mesmo ataque, ao avanço da China em escala global. Particularmente a veículos elétricos leves, em que a Tesla, de sua propriedade, acaba de perder liderança global para a BYD chinesa. **Pág. 2**

ARTIGOS

Estado colherá 11,4% menos grãos na atual safra

De acordo com a Conab, Minas Gerais vai colher 16,5 milhões de toneladas na safra 2023/2024, depois de ter um recorde no ano passado. Entre os fatores que provocaram a baixa estão os efeitos negativos do El Niño nas produtividades e questões mercadológicas. A tendência de queda também é vista em nível nacional. A produção de grãos no Brasil está prevista em 294,1 mi/toneladas, baixa de 8%. **Pág. 16**

ORLANDO KISSNER

Safra de grãos 2023/24 em MG é prevista em 16,5 mi/t

Azeites e vinhos vão ser produzidos no Vila Galé

O primeiro empreendimento Vila Galé, em Minas Gerais, está com obras em ritmo acelerado, no distrito de Cachoeira do Campo, na histórica Ouro Preto. A novidade é que a unidade, que vai se chamar Vilá Galé Collection Ouro Preto, vai produzir vinhos e azeites. O grupo é experiente também nesse setor, com produção na Vila Galé, em Portugal. Por aqui, já foram plantadas parreiras e oliveiras. **Pág. 17**

REPRODUÇÃO / SITE SANTA VITÓRIA ALENTEJO

Santa Vitória Alentejo, em Portugal, já tem produção

Obras do projeto Nova Vila previstas para julho

O projeto Nova Vila, que vai transformar a Mina Velha e a Mina Grande, da AngloGold Ashanti em Nova Lima, na Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH), em um complexo multiúso, contará com as primeiras obras ainda no início do segundo semestre, previsto para julho. A informação foi dada pelo gerente sênior de comunicação, comunidades e relações institucionais da AngloGold Ashanti, Fernando Antônio Cláudio, em reunião ontem na ACMinas. **Pág.11**

Dólar - dia 11		
Comercial	Compra: R$ 5,0900	Venda: R$ 5,0900
Turismo	Compra: R$ 5,1180	Venda: R$ 5,2980
Ptax (BC)	Compra: R$ 5,0759	Venda: R$ 5,0765

Euro - dia 11	
Compra: R$ 5,4414	Venda: R$ 5,4440

Ouro - dia 11	
Nova York (onça-troy):	US$ 2.373,35
BM&F (g):	R$ 382,50

Indicador	Valor
TR (dia 12)	0,1130%
Poupança (dia 12)	0,6136%
IPCA-IBGE (Fevereiro)	0,83%
IPCA-Ipead (Fevereiro)	0,24%
IGP-M (Fevereiro)	-0,52%

As intenções de Elon Musk

FRANCISCO GOMES JUNIOR *

As mensagens postadas por Elon Musk em sua própria rede social "X" (antigo Twitter) afrontando o Poder Judiciário brasileiro e, em última análise, o próprio País, estão sendo analisadas sob um viés político, com apoio daqueles que não simpatizam com o STF (Supremo Tribunal Federal) e seus ministros e repúdio daqueles que são cientes da filosofia de extrema direita do empresário.

Na realidade, embora a polarização política continue dominando o debate no País, é necessário que se faça uma análise mais técnica e jurídica sobre o teor das declarações publicadas. Não se trata de escolher um lado, mas sim de analisar as declarações dadas de acordo com as leis do Brasil.

Também não se busca especular sobre as razões das declarações, sejam elas de natureza comercial, política ou meramente provocativa. Podem ser até um pouco de cada, além de um egocentrismo doentio, mas isso aqui não interessa. O que interessa são as leis.

Inicialmente, óbvio dizer que o "X" (ex-Twitter) operando no mercado brasileiro onde oferece seus serviços, sujeita-se como todas as demais empresas à legislação do País, não somente à Constituição Federal, mas também a outras outras leis. Não pode haver privilégios, todos são iguais perante a lei e a ela devem obediência.

Ao dizer publicamente que pretende descumprir decisões judiciais, a seu critério e julgamento, Musk afronta instituições e se coloca acima da lei. Como todos sabem, "decisão judicial se cumpre" e caso discorde delas, pode-se ingressar com os recursos cabíveis. Descumprir decisão judicial é crime, bem como incitar o seu descumprimento.

Há total liberdade de expressão a todos os cidadãos, como estabelece a Constituição, mas há o dever indiscutível de submissão às leis e aos Poderes do país. As denominadas redes sociais (mídias sociais na realidade) afrontam instituições e governos em todo o planeta, sempre visando preservar seus privilégios comerciais, o ganho de bilhões de dólares. Lutam globalmente para não ser regulamentadas e com isso manterem seus privilégios, como manipular sem clareza milhões de dados pessoais de seus usuários e divulgarem discursos de ódio e *fake news.*

Como uma categoria de mídia, parece evidente que devem submeter-se a todos os ditames legais que as demais mídias observam, mas não querem isso. Querem um salvo conduto para não responder por conteúdos indevidos, ainda que esses conteúdos propaguem pedofilia, crimes ou a abolição do Estado de Direito.

O STF brasileiro, por meio do Ministro Alexandre de Moraes e diante das ameaças perpetradas pelo bilionário, utilizou do seu poder de cautela e determinou que se investigue as condutas de Musk, além de deixar fixada a multa diária de 100 mil reais para cada descumprimento, diariamente. Isso, além da responsabilidade pessoal dos representantes do "X" no Brasil por crime de desobediência.

As medidas parecem todas corretas juridicamente e bem fundamentadas. Não se responde a arroubos de grandeza anárquica com bate-boca, se responde através das leis que o país possui.

Se uma empresa pode descumprir decisões judiciais, então todos poderão. E aí se instaura o caos, a abolição do Estado de Direito e sua substituição por uma lei da selva, onde a dominância financeira de pessoas como Musk ditariam as condutas do Estado.

Que se apliquem nossas leis, que sejam efetuadas as investigações e responsabilizações. A única ressalva que se pode fazer, talvez seja em relação ao baixo valor da multa pelo descumprimento de ordens judiciais, dada a capacidade financeira do potencial infrator e sua empresa. Repúblicas das bananas não tem leis, o Brasil as tem.

** Advogado e presidente da Associação de Defesa de Dados Pessoais e do Consumidor*

O conselho moderno é o catalisador da inovação

RAFAEL KENJI HAMADA *

O mercado acompanha rapidamente o avanço da tecnologia e toda mudança também conduz alterações culturais e de comportamento. À medida que o cenário empresarial evolui, a função de cada cargo passa por uma transformação significativa, tornando a governança corporativa um elemento ainda mais vital para as organizações modernas.

Houve um tempo em que o conselheiro era visto como um observador, um membro com papel mais cerimonial do que prático. Era comum encontrar conselheiros cuja influência real na tomada de decisões era limitada. No entanto, a necessidade de acompanhamento da rápida evolução do mercado exigiu adequação das reuniões corporativas, reformulando fundamentalmente a função desse protagonista empresarial.

Existem alguns tipos de conselho, a depender da estrutura e maturidade da organização. Sem definir grau de importância, cabe citar primeiramente o conselho administrativo, que atua no acompanhamento da estratégia da empresa e de como ela é executada pelo C-level, composto pelos diretores executivos e representado pelo CEO, o Chief Executive Officer.

O conselheiro moderno é um catalisador da inovação. Ele não apenas oferece conselhos, mas também desafia as convenções, impulsionando a companhia para novos horizontes. Sua voz é agora uma das mais ouvidas nas discussões estratégicas, pois oferece uma perspectiva holística e informada, que ultrapassa os limites departamentais.

Para maior adequação das regras de *compliance* e transparência financeira, contábil e fiscal, o conselho fiscal também é implementado para acompanhar o correto andamento da empresa. Acontecimentos recentes com gigantes do varejo que apresentaram inconsistências financeiras reforçam sua necessidade para acompanhar de perto o balanço da corporação. Fora do Brasil, inconsistências fiscais marcaram os últimos anos de organizações consolidadas no mercado, com uma sequência de falhas que seriam evitadas ou reprimidas com um conselho fiscal bem elaborado, moderno e transparente.

Empresas mais maduras possuem também uma estrutura de conselho consultivo, sem papel deliberativo, mas muito importante para guiar e orientar os tomadores de decisões da companhia. Em um mundo empresarial cada vez mais dinâmico, o conselheiro moderno é farol de sabedoria e de mudanças revolucionárias.

Com essas necessidades, está cada vez mais comum a existência de conselheiros jovens dentro de cada área mencionada. A chamada geração Under 30 tem grande capacidade de se adaptar e entender rapidamente as mudanças de tendências, comportamentos, mercado e tecnologias. Os jovens valorizam a inovação como motor de crescimento e progresso, com visão holística e estratégica, enxergando a empresa como um todo. Essa característica torna os conselhos mais práticos, de validação rápida e eficaz, com grande capacidade de antecipar as consequências de suas recomendações em vários níveis da organização, sabendo respeitar toda diferença dentro da governança, como idade, gênero ou origem dos demais conselheiros e executivos.

Essa evolução está fortemente enraizada na necessidade de uma governança sólida. Com o aumento da complexidade dos negócios e a crescente demanda por transparência, sua presença é um escudo protetor para as empresas contra riscos desnecessários. A responsabilidade agora é uma de suas bandeiras, garantindo não apenas a lucratividade em curto prazo, mas também a sustentabilidade em longo prazo.

A capacidade de se adaptar e comunicar a estratégia de maneira clara e eficaz com as diferentes partes interessadas, internas e externas à empresa, é uma exigência atual. A valorização das diferentes visões e a colaboração se tornou alicerce de relacionamentos sólidos baseados na confiança e no respeito mútuo, essenciais para qualquer organização séria e madura.

** Médico, CEO da FHE Ventures e da Health Angels Venture Builder, fundos de investimento no formato de venture builder, com tese em saúde e educação.*

DIÁRIO DO COMERCIO

Diário do Comércio Empresa Jornalística Ltda.

Fundado em 18 de outubro de 1932
Fundador: José Costa

Presidente do Conselho Gestor
Luiz Carlos Motta Costa
conselho@diariodocomercio.com.br

Presidente e Diretora Editorial
Adriana Muls
adriana.muls@diariodocomercio.com.br

Diretor Executivo
Yvan Muls
yvan.muls@diariodocomercio.com.br

Conselho Consultivo
Enio Coradi, Tiago Fantini Magalhães e Antonieta Rossi

Conselho Editorial
Adriana Machado - Claudio de Moura Castro
Lindolfo Paoliello - Luiz Michalick
Mônica Cordeiro - Teodomiro Diniz

Mentiroso arrogante

Para começo de conversa, é preciso entender que é mentira, deslavada e cínica mentira, que o controvertido bilionário Elon Musk, nascido na África do Sul, mas estabelecido nos Estados Unidos, esteja minimamente interessado em liberdade de expressão ou qualquer outro valor que mereça lugar nas democracias. Esse fulano, que da noite para o dia passou a ser apresentado como o indivíduo mais rico do mundo sem que ninguém tenha se dado ao trabalho de apurar a origem de tamanha fortuna, na realidade está inserido no mesmo contexto em que se movimenta a direita radical planetária e se move por ambições políticas neste espaço, mas, antes, muitíssimo antes, por interesses econômicos.

Eis a questão central que explica seus mais recentes ataques ao Brasil e às instituições locais, com um nível de arrogância que beira à insanidade ao se imaginar acima ou à margem de todas elas. E a ponto de prometer não respeitar sequer decisões do Supremo Tribunal Federal (STF), no que evidentemente encontra acolhimento exclusivamente na direita local ou, antes, na vertente que se abriga no bolsonarismo. Definitivamente, nem ele nem ninguém pode pretender se colocar acima de tudo ou de todos. E mais uma vez não são virtudes que estão em jogo e sim pesados interesses que explicam os ataques mais recentes.

> *Eis a questão central que explica seus mais recentes ataques ao Brasil e às instituições locais, com um nível de arrogância que beira à insanidade ao se imaginar acima ou à margem de todas elas*

Nem de longe ele estaria preocupado com a democracia ou a liberdade de expressão, ainda que no que toca ao Brasil estes temas igualmente não sejam da sua alçada. O que verdadeiramente conta são interesses econômicos, mais amplamente uma forma de antagonismo, ou mesmo ataque, ao avanço da China em escala global. Particularmente a veículos elétricos leves, em que a Tesla, de sua propriedade, acaba de perder liderança global para a BYD chinesa. Outro ponto crucial é o acesso garantido a reservas de lítio, fartas no País e essenciais para a produção de baterias. A lista de interesses ofendidos incluiria a rede de satélites controlada por Musk, cujos avanços no Brasil teriam sido barrados, tudo isso ao contrário das expectativas absolutamente promissoras existentes no governo anterior.

De qualquer forma e antes de concluir, cabe acrescentar que mesmo diante de interesses tão grandes o destempero do empresário agride também o bom senso e supera em muito o que de pior já foi feito, mundo afora, sob batuta do tal capitalismo selvagem que parecia esquecido, ultrapassado, mas claramente ressurge pelas mãos desse senhor. Reagir significa antes de tudo e simplesmente colocar a verdade no seu devido lugar. O bastante para que não exista espaço para gente dessa laia.

Diário do Comércio Empresa Jornalística Ltda.
Av. Américo Vespúcio, 1.660
CEP 31.230-250 - Caixa Postal: 456

REDAÇÃO

Editora-Executiva
Luciana Montes

Editores
Alexandre Horácio · Rafael Tomaz
Clério Fernandes · Cláudia Duarte

pauta@diariodocomercio.com.br

TELEFONES

Atendimento Geral:	3469-2000
Administração:	3469-2004
Redação:	3469-2040
Comercial:	3469-2007

INDUSTRIAL

Gerência: Manoel Evandro	3469-2085
Departamento de Arte:	3469-2092

COMERCIAL
comercial@diariodocomercio.com.br

ASSINATURAS (IMPRESSO + DIGITAL)
Semestral:
Belo Horizonte, Região Metropolitana.............................. R$ 396,90
Demais regiões, consulte nossa Central de Atendimento.
Anual:
Belo Horizonte, Região Metropolitana.............................. R$ 793,80
Demais regiões, consulte nossa Central de Atendimento.
Preço do exemplar avulso... R$ 3,50
(+ valor de postagem)

ASSINATURAS
assinaturas@diariodocomercio.com.br

RODOVIAS

EPR vai administrar trecho da BR-040

Empresa venceu o leilão de concessão dos 232 quilômetros entre Belo Horizonte e Juiz de Fora realizado ontem

THYAGO HENRIQUE

A EPR será a gestora do trecho da BR-040 entre Belo Horizonte e Juiz de Fora pelos próximos 30 anos. O grupo, formado em parceria da Equipav com a Perfin, arrematou a concessão no leilão realizado ontem, na B3, em São Paulo. O vencedor ofertou o maior desconto sobre a tarifa básica de pedágio, de 11,21%. A empresa já administra, atualmente, outras três rodovias mineiras.

Administradora da estrada concorreu ontem com a Companhia de Concessões Rodoviárias (CCR) e o Consórcio Vetor Norte.

A nova administradora da estrada concorreu com a Companhia de Concessões Rodoviárias (CCR) e o Consórcio Vetor Norte. A Azevedo & Travassos também participaria, mas foi desqualificada às vésperas por não estar em conformidade com a cláusula do edital que trata da garantia da proposta. O consórcio chegou a acionar a Justiça pedindo uma liminar para poder disputar o leilão ou para o adiamento da concorrência, entretanto, não obteve sucesso.

A expectativa do governo federal é que o contrato de concessão seja assinado no início de julho. O projeto estima um investimento total de R$ 8,7 bilhões. A previsão é que o trecho de 232 quilômetros ganhe164 km de duplicações,42 km de faixas adicionais,15 km de vias marginais,oito passarelas,cinco postos da Polícia Rodoviária Federal (PRF),além de um ponto de parada e descanso (PPD) para motoristas profissionais.

Os 15 municípios que fazem parte da malha rodoviária leiloada também devem ser beneficiados, bem como os 3,6 milhões de habitantes da região. Além disso, está prevista a criação de 73 mil empregos diretos e indiretos, e a geração de efeito renda. Os motoristas ainda terão a opção de pagar automaticamente o pedágio com o uso de *tags*, e os usuários frequentes terão desconto.

"O resultado nos traz forte motivação. Estamos preparados para a implementação dessa nova concessionária. A continuidade do programa federal de concessões de rodovias é de fundamental relevância para o Brasil e deverá prover benefícios permanentes aos usuários da BR-040 entre Belo Horizonte e Juiz de Fora", disse o diretor-presidente da EPR, José Carlos Cassaniga.

"O leilão de hoje renova a esperança de milhares de mineiros que trafegam diariamente pela BR-040 na realização de investimentos que trarão mais segurança e trafegabilidade no trecho", destacou o secretário de Estado de Infraestrutura, Mobilidade e Parcerias, Pedro Bruno.

"Ao mesmo tempo, em que celebramos essa conquista e parabenizamos o governo federal, é importante permanecermos focados, pois o esforço para chegar aqui e bater o martelo é uma maratona, mas após batê-lo começa uma nova maratona, que é tirar do papel esses investimentos e as obras que vão, de fato, impactar a vida de milhares de pessoas", complementou.

DIVULGAÇÃO

Investimento no trecho entre BH e Juiz de Fora tem investimento previsto de R$ 8,7 bilhões, com 164 km de duplicações

Atuação em Minas - Participante nos últimos leilões, a EPR é a gestora de quatro trechos rodoviários no País, sendo um no Paraná e outros três em Minas Gerais, totalizando mais de 1,5 mil km de extensão. A estrada no Sul do País tem 605 km e foi concedida ao grupo em setembro de 2023. Em maio do mesmo ano, a companhia ganhou o certame para gerir 433 km da malha rodoviária estadual Varginha-Furnas, entre os municípios mineiros de São Sebastião do Paraíso e Três Corações.

Antes disso, em novembro de 2022, quando ainda se chamava Consórcio Infraestrutura MG, a empresa arrematou dois lotes rodoviários no Estado. Foram eles: Triângulo Mineiro, com 627 km entre as cidades de Uberlândia, Uberaba, Patrocínio e Araxá; e Sul de Minas, com 454 km, que possui trechos em municípios como Pouso Alegre, Poços de Caldas e Itajubá.

CNI e especialistas aprovam modelo de concessão

As concessões de rodovias estão em alta no País. O contrato, firmado entre a administração pública e uma empresa privada, é visto como uma forma de melhorar as condições das estradas brasileiras. A Confederação Nacional da Indústria (CNI) e especialistas aprovam o modelo.

Para o superintendente de Infraestrutura da CNI, Wagner Cardoso, as concessões são instrumentos fundamentais para garantir a modernização das infraestruturas e a qualidade dos serviços ofertados. Na avaliação dele, a modalidade tem uma importância estratégica, neste sentido, pelo fato de o Estado enfrentar restrições fiscais e em razão de a iniciativa privada ter mais capacidade para governança e gestão dos investimentos e das operações desses ativos.

O sócio da consultoria Radar PPP, Guilherme Naves, tem uma linha de pensamento parecida e diz que as concessões já se provaram ser a melhor opção para as estradas. Para ilustrar o raciocínio, o empresário destaca que, em 2022, a Confederação Nacional do Transporte (CNT) produziu um estudo para eleger as 25 melhores rodovias do País e 22 delas eram concedidas.

A explicação para o resultado é que o modelo de concessão gera os incentivos corretos para a prestação do serviço de qualidade. Conforme Naves, as concessões permitem que o capital privado seja alocado para desenvolver a infraestrutura e, se bem regulado o contrato, a receita da gestora fica permanentemente submetida a uma avaliação de desempenho operacional. Ou seja, o negócio só fica interessante para o investidor se ele, de fato, prestar um serviço de qualidade.

"Esse modelo, em geral, é mais eficiente do que aquele em que o poder público diretamente, com todas as suas limitações orçamentárias e gerenciais, precisa desenvolver ou dar manutenção em trechos rodoviários, sem transferir riscos e responsabilidades para um parceiro privado", disse.

Acidentes - Uma das rodovias de maior movimentação e mais perigosas de Minas Gerais é a BR-040. Uma pesquisa da CNT mostrou que a rodovia foi a nona com mais mortes no Brasil em 2023, sendo que a extensão entre Belo Horizonte e Nova Lima é uma das mais mortais, com dez acidentes fatais no ano passado. O trecho faz parte do lote rodoviário, que abrange 232 km entre a capital mineira e Juiz de Fora, relicitado nessa quinta-feira (12) para um período de 30 anos.

A CNI e Naves aprovam a nova concessão, disputada por quatro concorrentes – o maior número em anos. A entidade considera o leilão da BR-040 como um passo importante para a modernização do setor rodoviário. Já o sócio da consultoria Radar PPP, afirma que, mais do que um certame competitivo, houve uma demonstração de confiança na solução da relicitação.

O empresário ainda realça que os investimentos previstos devem contribuir para diminuir o número de acidentes, sobretudo aqueles com fatalidades. Ele enfatiza que a ANTT prevê a implantação de sistema de iluminação em curvas côncavas com restrição de visibilidade, sistema de análise de tráfego, detecção automática de incidentes, entre diversas outras melhorias. **(TH)**

Certame foi a primeira relicitação realizada

A concessão da BR-040 entre a Capital e a Zona da Mata para a EPR foi o primeiro leilão rodoviário de 2024 e a primeira relicitação de uma rodovia integrante da lista dos chamados "contratos problemáticos" – que estão em processo de devolução do ativo à União. E a expectativa é de que os próximos meses e anos sejam marcados por várias outras licitações.

Em 2013, o consórcio Via 040, da Invepar, arrematou a BR-040 dentro de um pacote maior, de 936 km, que ligava Juiz de Fora a Brasília. Quatro anos depois, a empresa resolveu devolver a concessão, alegando dificuldades financeiras, e, em 2019, o pedido foi aprovado pela Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), que decidiu fatiar a rodovia para atrair investidores.

A primeira das três relicitações foi consumada no pregão desta quinta-feira (11). A segunda fatia, a chamada Rota dos Cristais, com 595 km, ligando Belo Horizonte a cidade goiana de Cristalina, está prevista para ser leiloada no segundo trimestre deste ano. Já a terceira, trecho que faz a ligação entre Juiz de Fora e o Rio de Janeiro, deve ser concedida entre outubro e dezembro.

Entre 2018 e 2022, segundo o ministro dos Transportes, Renan Filho, ocorreram apenas seis concessões rodoviárias e os trechos com contratos "desequilibrados" foram mantidos. Em contrapartida, até o fim do atual mandato de Lula (PT), em janeiro de 2027, o governo federal tem como meta realizar 35 leilões e 15 otimizações de contratos, de acordo com ele.

BR-381 - Em discurso na B3, após o leilão da BR-040, o ministro também disse que oito leilões rodoviários estão em fase final de análise no Tribunal de Contas da União (TCU) e dois deles devem ser deliberados na próxima semana para publicação de edital, incluindo o da BR-381, que passou por mudanças, após ir a leilão em novembro e não atrair interessados. Renan Filho ainda destacou que está trabalhando para otimizar a rodovia Fernão Dias, entre a capital mineira e São Paulo.

Neste ano, o governo federal pretende leiloar pelo menos 13 rodovias federais e seis delas passam por Minas Gerais. Dados do Ministério dos Transportes apontam que esses trechos em território nacional vão receber a injeção de R$ 55,7 bilhões em investimentos durante a vigência dos contratos. No Estado, a expectativa é que as concessões atraiam R$ 10,6 bilhões de aportes. **(TH)**

INFRAESTRUTURA

Setor privado impulsiona os investimentos

Projetos como PAC, privatização de rodovias e saneamento estão resultando em aportes significativos no País

MARCO AURÉLIO NEVES

Motivado por restrição fiscal do setor público e novos marcos regulatórios, o setor privado aumentou sua participação em infraestrutura e ocasionou um crescimento no investimento do País. É o que aponta análise da Tendências Consultoria baseada em dados prévios do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e da Associação Brasileira da Infraestrutura e Indústrias de Base (Abdib). No ano passado, 78% dos investimentos em projetos de transporte e logística, saneamento básico, energia elétrica e telecomunicações partiram de empresas privadas.

Atualmente, o Brasil investe de 15% a 16% do Produto Interno Bruto (PIB) no setor. A projeção da consultoria para os próximos anos é que esse número evolua para 18,2%. Apesar do crescimento, essa proporção ainda está abaixo do patamar considerado ideal pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) para um país emergente: entre 20% e 21% do PIB.

A Tendências Consultoria estima crescimento de 3,7% em média até 2028 para Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF), indicador do quanto as empresas aumentam seus bens de capital, basicamente máquinas, equipamentos e material de construção. A estimativa está acima da prevista para o PIB, de 2,1% no período, o que resulta no aumento da proporção no investimento em infraestrutura. "Temos um cenário de recuperação, mas ainda deve ser insuficiente, considerando todo o déficit em infraestrutura que é sabido que existe no Brasil", afirma o economista da empresa Matheus Ferreira.

Para este ano, a previsão é que o FBCF cresça 2,3%, proporcionado pela melhora do ambiente macroeconômico. Com a continuidade em 2024 de um cenário com inflação controlada e flexibilização

> "Temos um cenário de recuperação, mas ainda deve ser insuficiente, considerando todo o déficit em infraestrutura que é sabido que existe no Brasil"

monetária do Banco Central (BC), é esperado que ocorra uma expansão do crédito e, por consequência, também uma expansão mais forte da atividade econômica. "Esse pano de fundo macroeconômico é mais positivo pros investimentos", disse.

Marcos regulatórios - Matheus Ferreira comenta que em 2016, ano em que a questão fiscal do País começou a ser mais discutida, o patamar de investimento privado em infraestrutura era de 67%, bem abaixo do número atual. Além da restrição fiscal imposta ao setor público, com legislações mais rígidas e situações de crise em alguns estados, algumas reformas conduzidas nos últimos anos, como a instituição da taxa de longo prazo (TLP) do BNDES e marcos regulatórios ajudaram a alavancar a participação das empresas privadas.

"Mais especificamente em termos setoriais, tivemos alguns marcos regulatórios importantes aprovados nos últimos anos. O principal destaque é o Marco do Saneamento, que deve permitir um aumento da participação privada no setor, mas a gente teve Marco do Gás e das Ferrovias também", explica Ferreira. "Outro fator é o apoio do BNDES na estruturação de concessões e de Parcerias Público-Privadas (PPPs), com destaque para saneamento", completa.

Na esteira da melhora do ambiente macroeconômico e regulatório para as empresas, o economista destaca o grande número de concessões de ativos para iniciativa privada ocorridos desde 2016. Os leilões que ocorreram desde então implicam em aumento do investimento em infraestrutura já a partir deste ano. Nos próximos anos, os aportes aumentarão com a ocorrência de novos leilões de concessão.

DIVULGAÇÃO / FÁBIO SALLES / STOCK.ADOBE.COM

Setor privado responde por 78% do aportes em infraestrutura

PAC terá apenas 20% de recurso público

De acordo com a análise da Tendências Consultoria, mais da metade (58%) dos aportes previstos no Novo Programa de Aceleração do Crescimento (Novo PAC) será oriundo da iniciativa privada. O setor público responderá por 22% e outros 20% será estatal. O investimento total previsto de R$ 1,7 trilhão será basicamente voltado à infraestrutura.

Em Minas Gerais, o Novo PAC destinará R$ 171,9 bilhões para obras e serviços, o terceiro maior valor disponibilizado pelo programa, atrás apenas do Rio de Janeiro (R$ 342,6 bilhões) e de São Paulo (R$ 179,6 bilhões). O Estado tem sido um dos protagonistas do País em grandes leilões da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel). O último certame, no fim do mês passado, prevê aportes de R$ 3,5 bilhões em linhas de transmissão e subestações de energia no território mineiro.

Ontem foi realizado o leilão da BR-040, de Belo Horizonte para Juiz de Fora, na Zona da Mata. A previsão é que os investimentos sejam da ordem de R$ 9 bilhões em uma concessão com prazo de 30 anos. A estimativa é quase a mesma do previsto no novo edital de concessão para a BR-381 (R$ 9,3 bilhões), a "Rodovia da Morte". A expectativa é que a estrada seja leiloada ainda este ano.

Além disso, diversas cidades mineiras têm atraído empresas com licitações de concessões de saneamento básico. De acordo com a Associação e Sindicato Nacional das Concessionárias Privadas de Serviços Públicos de Água e Esgoto (Abcon Sindcon), nos próximos anos estão previstos 12 leilões municipais no Estado, que devem proporcionar aportes de R$ 6,3 bilhões.

Já em relação ao Marco das Ferrovias, o Ministério da Infraestrutura calculou, na época da sanção da regulação, que Minas Gerais receberia em torno de R$ 5 bilhões com a prorrogação da concessão da Ferrovia Centro-Atlântica (FCA). O atual contrato encerra-se em 2026 e será prorrogado por mais 30 anos.

Para Matheus Ferreira, Minas é ponto estratégico para empresas privadas, já que o Novo PAC destina volume importante do investimento em infraestrutura no Estado, especialmente nos setores de energia, habitação, saneamento e mobilidade urbana. "Minas é o principal produtor de minério de ferro, é um importante foco de investimentos justamente para escoar essa produção mineral. Então investimentos em transporte e logística devem ser alvo de atenção dos governos, tanto federal como regionais, nos próximos anos", aponta. **(MAN)**

DIÁRIO DO COMÉRCIO INTEGRA MINAS

O DIÁRIO DO COMÉRCIO, em parceria com o Sindijori-MG, mantém um espaço de interação com os municípios mineiros através de seus veículos associados. A coluna Integra Minas é publicada às sextas-feiras e tem o objetivo de aproximar questões que impactam o ambiente econômico e empresarial do Estado em uma via de mão dupla, trazendo e levando informações criando uma rede que "Integra Minas".

China importa café de Paraíso

A China foi o terceiro maior importador de café de São Sebastião do Paraíso no ano passado. O país comprou 6,19 mil toneladas, o que gerou US$ 23,6 milhões em receita. A China saltou da 28ª posição entre os maiores compradores do produto no município, em 2022, e no ano passado, Paraíso assumiu o quinto lugar entre os maiores fornecedores de café mineiro para o mercado chinês, atrás de Varginha, Guaxupé, Alfenas e Araguari. **(Folha da Manhã – Passos)**

Projeto impulsiona agronegócio

O evento de lançamento do Projeto Mais Grãos 2024, realizado no centro administrativo do Sicoob Divicred, teve como objetivo impulsionar o desenvolvimento do setor agrícola na região Centro-Oeste de Minas Gerais. A Avivar Alimentos se comprometeu a apoiar os agricultores por meio do Plano Estratégico Cultivar, proporcionando contratos flexíveis, infraestrutura para recebimento e armazenamento de grãos, visando aprimorar a eficiência e a qualidade da comercialização. Este projeto representa um esforço conjunto para promover inovação e sustentabilidade no agronegócio regional, almejando um futuro próspero para o setor na região. **(Portal Gerais – Divinópolis)**

15 vereadores trocam de sigla em Ipatinga

Dos 19 vereadores de Ipatinga, 15 trocaram de partido dentro do prazo estipulado por lei. Isto porque terminou no último sábado (5), a janela partidária. Já nestes novos partidos, os parlamentares devem concorrer à reeleição para o cargo de vereador já pelo novo partido do qual foi filiado. A Lei dos Partidos Políticos (9.096/1995) determina que os mandatos são dos partidos, e não dos vereadores e que estes são eleitos pelo modelo do voto proporcional. Porém, a legislação abre uma brecha, conhecida como janela partidária, que permite a troca de legendas seis meses antes do pleito, para que eles possam trocar de partido sem perder o mandato. **(Jornal dos Vales – Ipatinga)**

Bem Brasil fecha parcerias

A empresa líder de vendas de batatas congeladas no País, Bem Brasil, estará presente como parceira bronze na Copa Internacional de Mountain Bike, que é seletiva para os Jogos Olímpicos de Paris e atrai atletas de aproximadamente 50 países. Além disso, a Bem Brasil fornecerá batatas para ambos os eventos, que acontecerão em abril em Araxá, Minas Gerais, com expectativa de público superior a 60 mil pessoas. A parceria busca ampliar a visibilidade da marca em âmbito nacional e internacional, aproveitando o potencial dessas competições no ciclismo para promover hábitos de vida saudáveis. **(Clarim.net)**

Câmara de Uberlândia aumenta gastos

Os gastos da Câmara Municipal de Uberlândia aumentaram 18,4% em 2023. De acordo com o Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, no ano passado, as despesas do Legislativo alcançaram R$ 53,4 milhões, enquanto em 2022 foram R$ 45,1 milhões. No *ranking* estadual de gastos, a legislatura de Uberlândia ocupa a quarta posição. Em 1° lugar aparece Belo Horizonte (R$ 278,9 milhões), seguido de Contagem (R$ 72,7 milhões) e Betim (R$ 60,3 milhões). No ano passado, os gastos com a remuneração dos 27 vereadores de Uberlândia foram de R$ 5,4 milhões, cerca de R$ 200 mil por parlamentar. Já em 2022, a despesa foi de R$ 6,3 milhões, cerca de R$ 199 mil por vereador. **(Diário de Uberlândia)**

Bom Jesus terá contorno viário

Foi assinado o contrato entre a Prefeitura de Bom Jesus da Penha e o Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais, o BDMG, que vai possibilitar a realização de uma das obras mais importante da história de Bom Jesus da Penha: o contorno viário. Desejo antigo da população, a obra tem como principal objetivo desviar a maior parte do trânsito pesado de dentro da cidade. "A obra é vista como benéfica não só para Bom Jesus, mas para toda a região", disse o prefeito Nei André Freire. **(Folha Regional – Muzambinho)**

Alunos fazem doação para entidades

Durante os meses de fevereiro e abril, os calouros de Medicina da faculdade Afya Ipatinga arrecadaram 5.801 litros de leite como parte do programa Trote Cidadão. Essa iniciativa solidária envolveu os alunos em ações sociais junto à comunidade, beneficiando duas entidades locais: o Núcleo Assistencial Eclético Maria da Cruz (Naemc) e o Lar Paulo de Tarso. A arrecadação proporcionou tranquilidade às entidades, garantindo suprimentos alimentares essenciais, e os alunos puderam participar ativamente dessas atividades, oferecendo carinho, atenção e diversas formas de apoio aos abrigados. **(Portal da Cidade – Ipatinga)**

Parques melhoram a qualidade de vida

A criação e manutenção de parques urbanos pela Prefeitura de Montes Claros, através da Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (Semma), são essenciais para promover o bem-estar e a qualidade de vida dos cidadãos. Além de oferecerem um refúgio tranquilo em meio à agitação da vida urbana, esses espaços verdes contribuem para a saúde física e mental da população, incentivando um estilo de vida ativo e proporcionando momentos de convívio social e lazer para pessoas de todas as idades. **(Gazeta Norte Mineira – Montes Claros)**

Patos terá voos diários

A oferta de voos em Patos de Minas será ampliada a partir de 1º de julho, o que proporcionará mais opções e conveniência aos usuários. A notícia foi confirmada pela Azul: "Os voos serão operados diariamente com partida do aeroporto de Belo Horizonte para Araxá e, em seguida, para Patos de Minas, com retorno à capital mineira". O movimento no Aeroporto Pedro Pereira dos Santos vem aumentando desde dezembro de 2023. De lá até o dia 20 de março deste ano, foram 1.604 desembarques e 1.237 embarques. **(Folha Patense)**

Festa do Trabalhador em Sete Lagoas

A Prefeitura de Sete Lagoas realizará a Festa do Trabalhador de 2024 no dia 1º de maio no Parque Náutico da Boa Vista, com shows gratuitos. Os ingressos serão trocados por 2kg de alimentos não-perecíveis (arroz, feijão ou macarrão) ou 2 litros de óleo ou leite, para montagem de cestas destinadas a famílias em situação de vulnerabilidade. A programação inclui apresentações de Alan & Alex, + Uma Moda e David Abreu, além do show imperdível de Bruno & Marrone, uma das maiores duplas sertanejas do País. **(Diário Sete Lagoas)**

Rede de ensino entrega bolsas

A Fundação Educacional Cidade dos Meninos (Funcime) ofereceu oportunidades de qualificação profissional para milhares de jovens por meio do programa Menor Aprendiz. Para comemorar esse marco, a Rede de Ensino Doctum entregou três bolsas de estudos para assistidos da Fundação, sorteadas entre alunos do Cadastro Único do governo federal. As bolsas representam uma oportunidade para alunos carentes terem acesso à educação superior de qualidade, destacando o papel essencial da educação na transformação dos jovens assistidos. **(Diário de Caratinga)**

Mineração Usiminas S.A.
CNPJ Nº 12.056.613/0001-20

Mineração
USIMINAS

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS | 2023

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,
A Administração da Mineração Usiminas S.A. ("Mineração Usiminas" ou a "Companhia") submete à apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras, com o parecer dos auditores independentes, referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023.

2023: Resultados sólidos e promoção da mineração sustentável.
A Companhia atingiu resultados consistentes. Mesmo com as marcadas oscilações no preço do minério de ferro que foram apresentadas ao longo do ano e as chuvas em sua região operativa, que afetaram a atividade no início do período, os indicadores financeiros mostraram resultados satisfatórios, gerando valor para seus acionistas. Os volumes de produção e de vendas totalizaram 8,8 e 9,0 milhões de toneladas respectivamente, permitindo atingir um EBITDA ajustado de R$ 857 Milhões (margem de 24%).
A Mineração Usiminas concluiu o ano de 2023 com resultados positivos e alguns destaques. Nas vendas registramos o recorde anual de 9,0 milhões de toneladas de minério de ferro. Na saúde e segurança ocupacional, houve redução em mais de 30% da taxa de frequência de acidentes (com e sem perda de tempo), e diminuição da taxa de gravidade em 52%. A companhia alcançou em dezembro a marca de 100 milhões de toneladas produzidas desde sua aquisição pela Usiminas em 2008.
Na frente operativa a Instalação de Tratamento de Minério Samambaia teve um ano de destaques, com um novo recorde de 2,4 milhões de toneladas produzidas, fruto de um trabalho de melhoria contínua, que envolveu melhorias nos equipamentos da planta, como a troca do alimentador e peneiras e o início das operações do sistema de centrifugação de lamas denominado Decanter.
Também em 2023 a companhia continuou avançando com a implementação do plano de descaraterização da Barragem Samambaia, estrutura que não recebe rejeitos desde dezembro de 2021, momento em que foi implementado o sistema de empilhamento de rejeitos a seco. Estima-se que as obras sejam concluídas em meados de 2025.
No tocante a investimentos, a Mineração Usiminas investiu R$ 346 milhões em projetos com foco na segurança, eficiência e manutenção das suas operações e nos estudos de engenharia e ambientais do Projeto Compactos que visa a utilização futura de suas reservas de maior dureza (itabiritos compactos).
Desafios para 2024 - Os próximos meses também apresentam desafios para a Companhia, sendo dos principais o desenvolvimento da lavra da área denominada Camargos, para retomada da Instalação de Tratamento de Minério Leste e dar continuidade aos planos de otimização dos nossos recursos e à implementação das ações para redução de custos.

1) Gestão de pessoas
• Equipes e Desenvolvimento profissional
Em 2023, a Mineração Usiminas encerrou o ano com mais de 1.500 empregados próprios e mais de 2.000 profissionais nas empresas prestadoras de serviço, valores similares aos registrados no ano anterior.
Continuamos investindo no desenvolvimento dos nossos empregados. Em 2023 foram investidas em média 125 horas de treinamento por empregado dentro da Matrizes de Capacitação de cada cargo. As ações de capacitação e desenvolvimento foram principalmente em cursos técnicos, com o objetivo de aprimorar as competências dos empregados em cada uma das funções, e em ações planejadas nos PDI – Planos de Desenvolvimento Individual, após o processo de avaliação de desempenho e feedback que todos os empregados participam.
Nas ações de formação profissional, 85 aprendizes concluíram o programa de aprendizagem estando aptos a exercerem as funções de operação de equipamentos de mina, manutenção de equipamentos de mina e manutenção industrial. Para estágios, foram oferecidas 17 vagas no ano para estudantes da região de cursos técnicos e de ensino superior, para muitos o primeiro contato com o ambiente empresarial e o início do ciclo profissional.
• Saúde e bem-estar
Em relação à Saúde e Bem-Estar, todos os empregados ativos realizaram exames e consultas médicas com o objetivo de avaliar e promover a saúde. Diversas ações de promoção da saúde foram realizadas, com destaque para Saúde da Mulher, Saúde do Homem, Mês do Motorista, Ergonomia e Vacinação Contra a Gripe.
Outro destaque do ano foi a mudança no Plano de Saúde que passou a oferecer uma opção de plano sem custo com mensalidade para o empregado, incluindo seus dependentes.

2) Ambiental, Social e Governança
A Mineração Usiminas integrou a agenda ESG (*Environmental, Social and Governance*) em sua estratégia, com o objetivo de orientar a construção da sustentabilidade da empresa. A identificação dos tópicos prioritários permitiu que a empresa entendesse as necessidades e expectativas da companhia e dos seus stakeholders. Esses temas estão alinhados aos três pilares ESG: social, ambiental e governança:
Meio Ambiente
• Proteção e uso eficiente dos recursos naturais com foco em: energia, recursos hídricos, fauna e flora;
• Redução de emissões de carbono.
Social
• Saúde e segurança ocupacional;
• Desenvolvimento local e relacionamento com comunidades;
• Gestão de pessoas (incluindo diversidade e inclusão).
Governança
• Inovação tecnológica em excelência operacional e desenvolvimento de produtos;
• Gestão de risco – segurança das operações e logística, e saúde financeira.
• Política e Posicionamento ESG
Com base nos temas materiais e no plano de ação da Companhia, em 2023, foram formulados os posicionamentos ESG. Essas definições consideraram a identidade organizacional e os propósitos da Companhia, contando com a colaboração dos gestores de cada área temática. O posicionamento ESG reflete as visões e os compromissos da empresa em relação à agenda ambiental, social e de governança.
Essa política apresenta diretrizes de atuação da empresa, com o objetivo de orientar os negócios em consonância com a agenda ESG.
• Energia
Nosso compromisso inclui o desenvolvimento e a disseminação de ações proativas, visando aprimorar a eficiência energética e priorizar o uso de fontes renováveis. A energia consumida pela Companhia provém principalmente de hidrelétricas, uma fonte considerada limpa e renovável. Foi contratada uma empresa especializada para elaborar um plano estratégico de descarbonização. Esse plano é baseado em benchmarking, literatura e levantamentos internos e incluirá iniciativas com impactos positivos na eficiência energética. Estamos dedicados ao desenvolvimento contínuo desse tema, ampliando nossas ações e métricas para reduzir o consumo de energia em todas as nossas plantas de produção.
• Fauna e Flora
Visando cumprir os compromissos estabelecidos, a Companhia desenvolve vários programas, que são fundamentais para a preservação dos animais e da vegetação em nossa região. Para um aprimoramento de conservação da biodiversidade, reuniões periódicas com as comunidades, e promoção de programas de conservação das áreas verdes da Mineração Usiminas são fomentados. Além disso, em prol da preservação da biodiversidade dentro e no entorno das operações, a Mineração Usiminas, possui um canal com a comunidade para registrar e gerir ações de atitudes de desrespeito e danos as áreas protegidas e preservadas.
Dentre os programas de conservação e proteção de áreas verdes, o destaque pode ser dado pela preservação da pedra grande, monumento natural da região serra azul, e os programas Mina de Mel, Mina D'água, Recuperação Florestal e Pegadas da Serra.
• Projeto Mina de Mel
Incentivo a apicultura, cessão de áreas aos apicultores (biodiversidade e geração de emprego e renda) nos 4 municípios.
• Projeto Mina D´Água
A Mineração Usiminas através do projeto Mina D´Água executa ações que visam recuperar e proteger nascentes e mata ciliares nas Áreas de Preservação Permanente (APPs) da Companhia e da região. O programa Mina D'Água da Mineração Usiminas não apenas busca cumprir as exigências legais ambientais, mas vai além, abraçando a responsabilidade de ser um agente ativo na promoção da saúde dos ecossistemas locais. Através de ações contínuas e estratégias bem delineadas, a empresa busca contribuir para a conservação da biodiversidade, a proteção dos mananciais hídricos e a manutenção do equilíbrio ambiental na Serra Azul.
Em 2023, o projeto "Mina D´Água" recuperou através de plantio de mudas a Cabeceira do Córrego Samambaia em Itatiaiuçu com mudas nativas de produção própria e realizou o cercamento da área.
• Projeto Recuperação Florestal
A Companhia tem adotado uma série de medidas, no sentido de conferir proteção aos remanescentes de vegetação nativa nas áreas de entorno da mineração.
Ao longo do ano 2023 a Mineração Usiminas realizou o plantio de 87.418 mudas nativas distribuídas em aproximadamente 132 hectares nas áreas destinadas de compensação florestal.

Imagem 1: Compensação de mata atlântica e áreas de preservação permanente - APP

• Pegadas da Serra
O projeto Pegadas da Serra prossegue com os estudos sistematizados sobre mamíferos predadores em ambientes ocupados por atividades mineradoras. Somam-se a estas medidas outras ações usuais realizadas pela empresa tais como o Programa de Educação Ambiental, Programa de Recuperação de áreas Degradadas, que representam medidas indiretas, porém com impactos positivos para a fauna local e regional.
• Recursos Hídricos
Quanto às questões hídricas, a Mineração Usiminas mantém a taxa de recirculação próxima de 93% para toda a água consumida no processo de beneficiamento do minério, e acompanha 64 pontos de monitoramento de qualidade da água espalhados por todo o complexo minerário, analisando os mais variados parâmetros físico-químicos.

Imagem 2: Imagem de colaborador realizando o monitoramento.

• Redução das Emissões de Carbono
Em 2023 a Companhia teve seu inventário de emissões verificado por auditoria independente, realizada pelo Instituto TOTUM, o qual atestou que a empresa, cumpre as Especificações do Programa Brasileiro GHG Protocol. O inventário da empresa recebeu o selo Ouro do Programa Brasileiro GHG Protocol.
A partir dos resultados do inventário GEE (Gases de Efeito Estufa), a empresa identifica o perfil das suas emissões e poderá estabelecer estratégias, planos e metas para redução e gestão das emissões de gases de efeito estufa.
A partir do plano de descarbonização iniciado em 2023, serão realizadas análises da gestão das emissões de GEE, com foco na recomendação de melhorias no processo de gestão e boas práticas. Os objetivos, metas e indicadores estão em fase de avaliação e serão definidos nas próximas etapas do plano.
• Saúde e Segurança Ocupacional
Existem uma série de indicadores monitorados, que são consolidados em 6 eixos. Os indicadores de acompanhamento de saúde, segurança ocupacional -SSO, prevê acidentes com e sem afastamento, horas de trabalho perdidas devido a acidentes, mortes etc. Metas corporativas acompanhadas semanalmente pelo comitê presidido pelo Diretor Executivo. As metas de SSO são atreladas às metas de outras áreas.
Em 2023 foi realizado o mapeamento de instituições abertas para debater o tema segurança ocupacional e inclusão na grade curricular. Em cumprimento a ação a mobilização aconteceu na Escola Estadual Manoel Dias Correa no município de Itatiaiuçu.
• Desenvolvimento Local e Relações com as Comunidades
Em 2023 foi elaborado o diagnóstico socioambiental nos territórios de operação (Itatiaiuçu, Mateus Leme), que prevê levantamento de informações primárias e secundárias para colher elementos e indicar a realização de ações de engajamento das lideranças/comunidades e projetos sociais dos dois municípios (rural e urbana). O diagnóstico terá foco nas comunidades da Área de Influência Direta (Alto da Boa Vista, Curtume, Ponta da Serra, Vieiras, Quintas da Boa Vista, Samambaia e Varginha/Santo Antônio).
Para realização do diagnóstico socioambiental dentro da Área de Influência Direta (AID) da Companhia, percorremos mais de mil imóveis nas comunidades, que são nossas vizinhas. Nestas comunidades, conversamos detalhadamente com cerca de 700 pessoas, para conseguir traçar um retrato preciso relacionado às questões como infraestrutura, percepções sobre o território e a situação socioeconômica das pessoas, entre outras questões.

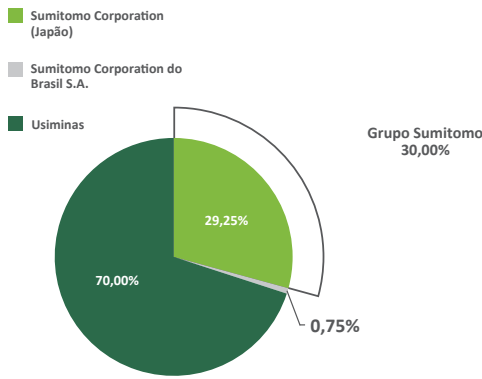
Imagem 3: Imagem do Fórum de Segurança Hídrica realizado no Dia Mundial da Água 2023 com colaboradores.

• Responsabilidade Social
Ao longo de 2023, a Companhia destinou, R$ 6 milhões por meio de Leis de incentivo Federal de Incentivo à Cultura, Esporte e Social (Fundos do Idoso e para a Infância e Adolescência).
• Inovação Tecnológica
Foi realizado um diagnóstico do status da transformação digital da Companhia e propostos passos para o atingimento de um alto nível de transformação digital. No ano de 2023, foram envolvidos 70 profissionais de 13 áreas nesse diagnóstico. Além dos vários workshops realizados ao longo de 2023, com relacionado a Tecnologias de Conectividade, Transformação Digital e Inovação para Indústria de Mineração.
• Gestão de Riscos (segurança das operações e logística, e saúde financeira)
Com um atendimento eficaz aos principais mercados siderúrgicos do mundo, a Companhia, possui uma logística integrada, realizada por transportadoras rodoferroviárias contratadas que levam os produtos até os terminais ferroviários e marítimo, de onde são despachados para os clientes, inclusive para a sua controladora USIMINAS.
A Companhia realiza o acompanhamento de todo o processo até a entrega final, garantindo segurança, qualidade e compromisso socioambiental nas áreas de atuação e nas comunidades adjacentes, como por exemplo a implantação de plataformas de cobertura de cargas, evitando a dispersão de particulados. O objetivo é minimizar a poeira nas atividades das minas e vias de acesso interno, estrada rural de uso público e limpeza industrial. Outra iniciativa relevante é aplicação de polímeros nas composições ferroviárias com destino a Usina de Ipatinga da USIMINAS, ação que permite minimizar dispersão de particulados.
• Segurança e sustentabilidade nas operações
Atualmente a Mineração Usiminas não possui barragens de contenção de rejeitos ativas. O rejeito gerado nos processos produtivos passa por filtros do tipo prensa ou processo de centrifugação, que separam a porção líquida da porção sólida, para que, esse último seja disposto em pilhas.
A barragem Samambaia 0, originalmente construída pelo método de alteamento a jusante, encontra-se desativada e em processo de descaracterização.
Outras barragens já foram descaracterizadas anteriormente, como as antigas Barragem Somisa, em 2021, e Barragem Central, em 2022, ambas originalmente alteadas pelo método a montante. A descaracterização da Barragem Samambaia 0 tem previsão de conclusão em meados de 2025.

OBRAS AVANÇAM NA BARRAGEM SAMAMBAIA

As obras de descaracterização da Barragem Samambaia 0 seguem em ritmo avançado. Iniciados em junho deste ano, os trabalhos darão fim à última estrutura de convencional de disposição de rejeitos da Mineração Usiminas.
As etapas definidas para 2023 foram concluídas dentro do prazo. A previsão é de que as obras sejam concluídas em meados de 2025.
A Barragem Samambaia 0 não recebe rejeitos desde dezembro de 2021. O monitoramento é feito 24 horas por dia, por meio do Centro de Monitoramento Geotécnico.

Imagem 4: Imagem da Divulgação Mineração Usiminas - 4º TRIMESTRE DE 2023 – ANO IV – EDIÇÃO 12

Governança
• Estrutura acionária
O capital social da Companhia é representado por 3.194.541.756 ações ordinárias e nominativas. A Companhia é controlada pela Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S.A – Usiminas ("Usiminas") que detém 70% do capital. O restante, 29,25%, é detido pela Sumitomo Corporation Japão e 0,75% pela Sumitomo Corporation Brasil.

• Administração
A administração da Companhia é formada pelo Conselho de Administração e pela Diretoria Estatutária.
A Diretoria Estatutária é composta por um diretor presidente, um diretor financeiro e um diretor de desenvolvimento.
O Conselho de Administração conta com seis membros efetivos e seus respectivos suplentes e se reúne, ordinariamente, quatro vezes por ano, conforme calendário previamente estabelecido, ou extraordinariamente, sempre que necessário aos interesses da Companhia.
• Remuneração da administração estatutária
A remuneração paga e a pagar ao pessoal-chave da Administração, que engloba a Diretoria Estatutária e o Conselho de Administração da Companhia, está demonstrada a seguir:

	2023 R$ Mil	2022 R$ Mil
Honorários	7.696	6.444
Encargos Sociais	364	1.297
Total	**8.060**	**7.741**

• Auditores independentes
A norma interna da Companhia, no que diz respeito à contratação de serviços não relacionados à auditoria externa de seus auditores independentes, assegura que não haja conflito de interesses, perda de independência ou de objetividade nos trabalhos de auditoria. Esta norma fundamenta-se nos princípios internacionalmente aceitos de que: (a) o auditor não deve auditar seu próprio trabalho; (b) o auditor não deve exercer funções de gerência no seu cliente; e (c) o auditor não deve promover os interesses de seus clientes. O Estatuto Social da Companhia também prevê que o Conselho de Administração é responsável por autorizar a contratação de quaisquer outros serviços não relacionados à auditoria externa dos auditores independentes, levando-se em consideração a recomendação do Comitê de Auditoria.
A Ernest Young (Auditor Independente) foi responsável pela auditoria externa das demonstrações financeiras da Companhia de 31/12/2023, cujos honorários foram de R$ 493,8 mil.

3) Integridade
A Mineração Usiminas participa das ações do programa de Integridade do grupo Usiminas.
No ano 2023 foram realizados treinamentos nas políticas de (i) Conflito de Interesses e Transações com Partes Relacionadas e (ii) Política de Brindes, Presentes e Hospitalidades, políticas essas que compõem o Programa de Integridade do grupo. Além disso foi mantida a obrigatoriedade de conclusões periódicas dos treinamentos sobre o Código de Ética e Conduta e da Política Anticorrupção para novos admitidos.
Foram implementadas, também, ações direcionadas a liderança da Companhia e no reforço ao Programa de Embaixadores da Integridade para colaborar no aculturamento da integridade dentro e fora da Companhia.

4) Desempenho operacional e econômico-financeiro
• Conjuntura Econômica
No ano 2023, o preço do minério de ferro (referência Platts IODEX 62 continuou mostrando importantes oscilações. O preço de venda apresentou um valor médio de US$ 119,8/t, 0,33% inferior dos US$ 120,2/t de 2022, chegando num valor mínimo de US$ 97,4/t no mês de maio/23 e máximo de US$ 141,5/t em dezembro/23.

Evolução do Preço do minério de ferro (Platts) - US$/t

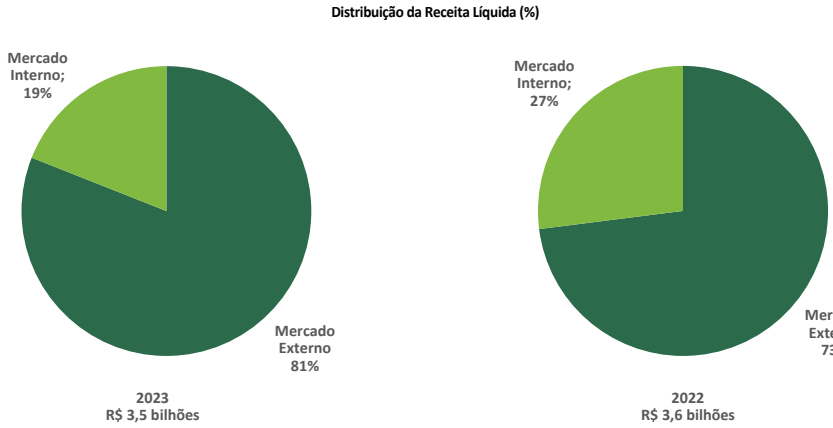
Adicionalmente, em 2023 houve uma relevante valorização do Real em relação ao Dólar Americano. Comparando o Ptax do último dia útil dos anos de 2023 (R$ 4,84/US$) e 2022 (R$ 5,22/US$), o real valorizou 7,3% frente ao dólar, ano contra ano.
• Principais indicadores

R$ Milhões	2023	2022	Var. 2023/2022
Volume de vendas (mil t)	9.055	8.641	4,8%
Receita Líquida	3.530	3.618	-2,4%
CPV	(2.457)	(2.265)	8,5%
Lucro (prejuízo) Bruto	1.073	1.352	-20,7%
Lucro (prejuízo) Líquido	679	1.144	-40,7%
EBITDA	854	1.055	-19,1%
Margem EBITDA	24%	29%	+-5 p.p.
Investimentos	(346)	(364)	-5,1%
Caixa	1.903	2.723	-30,1%

O EBITDA da Mineração Usiminas gerado por suas operações atingiu R$ 854 milhões, inferior ao ano anterior (R$ 1,1 bilhão), principalmente devido aos menores preços de venda e aumento nos custos, associados principalmente à movimentação de material, fretes e tratamento de rejeitos, além da inflação geral apresentada. Contribuiu positivamente para o aumento de 4,8% do volume vendido.
O lucro líquido do período totalizou R$ 679 milhões em 2023, redução de R$ 470 milhões em relação ao ano 2022 (R$ 1,1 bilhão) devido ao menor nível EBITDA e à reversão parcial da provisão de impairment reconhecida em 2022 de R$293 milhões.
O caixa líquido encerrou o período em R$ 1,9 bilhões, inferior em 30,1% ao ano de 2022, que foi de R$ 2,7 bilhões. Esta redução é devida principalmente à menor geração de caixa operacional, pagamento de impostos devidos do ano anterior, dividendos adicionais pagos e investimentos nas operações (CAPEX).
• Receita Líquida
No ano de 2023, a receita líquida foi de R$ 3,5 bilhões contra R$ 3,6 bilhões em 2022, uma redução de 2,9%, devido principalmente a menores preços de minério de ferro e valorização do Real frente ao dólar.

Distribuição da Receita Líquida (%)

Mercado Interno; 19%
Mercado Externo 81%
2023
R$ 3,5 bilhões

Mercado Interno; 27%
Mercado Externo 73%
2022
R$ 3,6 bilhões

• Custos dos produtos vendidos
O custo do produto vendido – CPV totalizou R$2,5 bilhões em 2023, 8,5% superior a 2022 (R$2,3 bilhões), em função do maior volume vendido e maiores custos de produção e logística, parcialmente compensado pela menor participação dos custos com frete marítimo, devido à condição comercial praticada nas exportações no período. Em termos unitários, o CPV/t foi de R$271,3/t, um aumento de 3,5% em comparação a 2022 (R$262,2/t), afetado pelos aumentos citados anteriormente.
• Despesas de vendas, gerais e administrativas
As Despesas com Vendas, que inclui as tarifas portuárias, totalizaram R$327 milhões em 2023, uma diminuição de 7,6% em relação a 2022 (R$354 milhões) devido à redução do volume de exportação com pagamento de tarifa portuária a cargo da Companhia.
As Despesas Gerais e Administrativas totalizaram R$51 milhões, superior em 23,0% ao ano 2022 (R$42 milhões) devido a maiores despesas com TI incluindo segurança cibernética, serviços de auditoria e jurídico.
• Outras despesas e receitas operacionais
Em 2023, as Outras Despesas e Receitas Operacionais apresentaram resultado negativo de R$155 milhões (2022: R$184 milhões positivo). No ano anterior, foi registrada reversão parcial da provisão de Impairment dos ativos produtivos da Companhia no valor de R$293 milhões (sem efeito no EBITDA). Caso seja excluído este conceito, a variação entre períodos é principalmente explicada pela constituição de contingências de processos judiciais em 2023.
• Resultado financeiro
O resultado financeiro líquido de 2023 foi de R$ 199 milhões, contra R$ 308 milhões em 2022, uma redução de R$ 108 milhões, principalmente devido a menores recursos aplicados e menor taxa de juros (SELIC final do período: 11,75% a.a., 2022: 13,75% a.a.).
• Resultado de equivalência patrimonial
A Companhia detém 83,3% da entidade legal UPL (Usiminas Participações e Logística), empresa que possui 11,13% do capital da MRS Logística, que apresentou maiores resultados em comparação ao ano anterior. Com isso, o resultado da equivalência patrimonial em coligadas e controladas foi de R$ 127 milhões contra R$ 97 milhões em 2022.

• EBITDA ajustado

R$ Mil	2023	2022
Lucro (prejuízo) Líquido do exercício	701.369	1.160.672
Imposto de renda / Contribuição Social	189.486	401.574
Resultado Financeiro	(200.783)	(308.947)
Depreciação e amortização	314.154	210.796
EBITDA (Instrução CVM 156)	1.004.226	1.464.095
Participação no resultado controladas em conjunto	(149.878)	(113.243)
Impairment direito minerário	(1.562)	(296.624)
EBITDA proporcional de controladas em Conjunto	3.998	4.373
EBITDA Ajustado	**856.784**	**1.058.601**

O EBITDA ajustado, que é informado no segmento mineração da sua controladora Usiminas, adiciona a performance financeira da UPL (Usiminas Participações e Logística). Adicionalmente inclui a participação de 50% no EBITDA da Modal, empresa dedicada a operações de terminais de cargas rodoviários e ferroviários, armazenamento e manuseio de minério, produtos siderúrgicos e transporte rodoviário de cargas. O EBITDA ajustado foi de R$ 857 Milhões no ano de 2023, inferior em 19,0% ao ano de 2022.
Investimentos (CAPEX)
Em 2023, a Mineração Usiminas prosseguiu seus investimentos focando em segurança alinhada a melhorias operacionais e ambientais, onde renovou parte de sua frota de caminhões fora de estrada e finalizou a infraestrutura de sua pilha de rejeitos filtrados, completando assim o programa de investimentos de processamento de rejeitos filtrados, que englobou (também) investimentos na construção de duas plantas de processamento destes rejeitos, o *Dry Stacking*, inaugurado em dez/2021 e Decanter, inaugurado em mar/23.

Mineração
USIMINAS

Mineração Usiminas S.A.

CNPJ Nº 12.056.613/0001-20

BALANÇOS PATRIMONIAIS - Em milhares de reais

	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	8	859.644	868.610
Títulos e valores mobiliários	9	1.043.441	1.854.428
Contas a receber de clientes	10	738.304	649.195
Estoques	11	160.181	202.744
Impostos a recuperar	12	12.166	16.938
Dividendos a receber	31	26.487	19.237
Demais valores a receber		6.047	33.462
Total do ativo circulante		2.846.270	3.644.614
Não circulante			
Realizável a longo prazo			
Imposto de renda e contribuição social diferidos	14	591.344	557.020
Depósitos judiciais	15	211.691	156.546
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	14	9.683	8.763
Adiantamentos contratuais	13	327.285	255.205
Estoques de longo prazo	11	22.766	-
Demais valores a receber		142	132
		1.162.911	977.666
Investimentos	16	618.055	541.333
Propriedades para investimentos		71.152	69.590
Imobilizado	17	1.469.642	1.395.839
Intangível	18	1.694.539	1.718.891
Total do ativo não circulante		5.016.299	4.703.319
Total do ativo		7.862.569	8.347.933

	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Passivo e patrimônio líquido			
Passivo			
Circulante			
Fornecedores, empreiteiros e fretes	20	311.441	323.834
Salários e encargos sociais		58.812	58.106
Tributos a recolher	21	35.804	23.018
Passivos de arrendamento	22	28.931	18.420
Imposto de renda e contribuição social a pagar	14	8.499	46.171
Instrumentos financeiros derivativos	6	11.913	100.678
Dividendos e juros sobre capital próprio (JSCP) a pagar	31	21.041	58.600
Obrigação para recuperação ambiental	23	6.703	39.030
Demais contas a pagar		40.969	52.144
Total do passivo circulante		524.113	720.001
Não circulante			
Passivos de arrendamento	22	34.632	46.605
Obrigação para recuperação ambiental	23	290.795	283.060
Provisão para demandas judiciais	24	70.506	10.011
Valores a pagar a empresas ligadas	31	51.780	72.933
Demais contas a pagar		6.982	12.185
Total do passivo não circulante		454.695	424.794
Total do passivo		978.808	1.144.795
Patrimônio líquido	25		
Capital social		3.194.541	3.194.541
Reservas de lucros		3.687.544	4.029.549
Ajuste de avaliação patrimonial		1.676	(20.952)
Total do patrimônio líquido		6.883.761	7.203.138
Total do passivo e do patrimônio líquido		7.862.569	8.347.933

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO - Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Operações continuadas			
Receita	26	3.529.770	3.617.708
Custo das vendas	27	(2.456.765)	(2.265.310)
Lucro (prejuízo) bruto		1.073.005	1.352.398
Receitas (despesas) operacionais			
Despesas com vendas	29	(326.510)	(353.687)
Despesas gerais e administrativas	29	(51.645)	(41.984)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	29	(153.228)	184.397
Participação no resultado de controladas em conjunto e coligadas	16	127.042	96.865
		(404.341)	(114.409)
Lucro (prejuízo) operacional		668.664	1.237.989
Resultado financeiro	30	199.427	307.626
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social		868.091	1.545.615
Imposto de renda e contribuição social	14		
Corrente		(235.037)	(306.594)
Diferido		45.957	(94.588)
		(189.080)	(401.182)
Lucro (prejuízo) líquido do exercício		679.011	1.144.433

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE - Em milhares de reais

	Exercícios findos em 31/12/2023	31/12/2022
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	679.011	1.144.433
Outros componentes do resultado abrangente		
Ganho (perda) atuarial com benefícios de aposentadoria	6.201	(432)
(Constituição) reversão de *hedge accounting*	16.427	(8.069)
Total de outros componentes do resultado abrangente	22.628	(8.501)
Total do resultado abrangente do exercício	701.639	1.135.932

Os itens da demonstração do resultado abrangente são apresentados líquidos de impostos.
Os efeitos fiscais de cada componente do resultado abrangente estão apresentados na Nota 14.

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Em milhares de reais

	Capital social	Reservas de lucros: Reserva Legal	Reservas de lucros: Para investimentos e capital de giro	Ajuste de avaliação patrimonial	Lucros (prejuízos) acumulados	Total do patrimônio líquido
Em 31 de dezembro de 2021	3.194.541	124.319	3.719.920	(12.451)	-	7.026.329
Resultado abrangente do exercício						
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	-	-	-	-	1.144.433	1.144.433
Hedge accounting	-	-	-	(8.069)	-	(8.069)
Ganho (perda) atuarial	-	-	-	(432)	-	(432)
Total do resultado abrangente do exercício	-	-	-	(8.501)	1.144.433	1.135.932
Constituição de reservas	-	57.221	777.785	-	(835.006)	-
Dividendos e juros sobre capital próprio	-	-	(649.696)	-	(309.427)	(959.123)
Em 31 de dezembro de 2022	3.194.541	181.540	3.848.009	(20.952)	-	7.203.138
Resultado abrangente do exercício						
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	-	-	-		679.011	679.011
Hedge accounting	-	-	-	16.427	-	16.427
Ganho (perda) atuarial	-	-	-	6.201	-	6.201
Total do resultado abrangente do exercício	-	-	-	22.628	679.011	701.639
Constituição de reservas	-	33.951	459.050	-	(493.001)	-
Dividendos e juros sobre capital próprio	-	-	(835.006)	-	(186.010)	(1.021.016)
Em 31 de dezembro de 2023	3.194.541	215.491	3.472.053	1.676	-	6.883.761

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - Em milhares de reais

	Nota	Exercícios findos em 31/12/2023	31/12/2022
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Lucro (prejuízo) líquido do exercício		679.011	1.144.433
Ajustes para conciliar o resultado			
Encargos e variações monetárias/cambiais líquidas		54.372	29.610
Depreciação, amortização e exaustão	27	314.154	210.796
Resultado na venda/baixa de imobilizado/investimento		382	(1.038)
Participação no resultado de controladas em conjunto e coligadas	16	(127.042)	(96.865)
Perda (reversão) por valor recuperável de ativos (*impairment*)		(1.562)	(296.624)
Imposto de renda e contribuição social correntes		235.037	306.594
Imposto de renda e contribuição social diferidos	14	(45.957)	94.588
Instrumentos financeiros derivativos		157.157	(15.263)
Constituição (reversão) de provisões		70.907	19.610
(Acréscimo) decréscimo de ativos			
Contas a receber de clientes		(137.956)	(57.576)
Estoques		3.723	(52.628)
Impostos a recuperar		(45.335)	(71.446)
Depósitos judiciais		(36.406)	(38.559)
Adiantamentos contratuais		(72.080)	(69.528)
Outros		7.845	(25.201)
Acréscimo (decréscimo) de passivos			
Fornecedores, empreiteiros e fretes		(12.393)	22.181
Tributos a recolher		12.786	(5.898)
Outros		(98.780)	(53.824)
Liquidação de operações de Instrumentos financeiros derivativos		(172.183)	8.482
Imposto de renda e contribuição social pagos		(203.930)	(1.030.043)
Caixa líquido gerado (utilizado) pelas atividades operacionais		581.750	21.801
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Títulos e valores mobiliários		810.987	(1.303.761)
Compras de imobilizado	17	(324.288)	(269.568)
Valor recebido pela venda de imobilizado		(382)	1.993
Compras de intangível	18	(6.319)	(2.221)
Redução de capital em subsidiária		-	(67)
Dividendos recebidos		43.113	30.261
Caixa líquido gerado (utilizado) nas atividades de investimento		523.111	(1.543.363)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Pagamento de passivos de arrendamento		(26.158)	(27.515)
Dividendos e juros sobre capital próprio pagos		(1.058.575)	(1.288.032)
Caixa líquido gerado (utilizado) nas atividades de financiamento		(1.084.733)	(1.315.547)
Variação cambial sobre caixa e equivalente de caixa		(29.094)	(2.898)
Aumento (redução) líquidos de caixa e equivalentes de caixa		(8.966)	(2.840.007)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		868.610	3.708.617
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		859.644	868.610
Aumento (redução) líquidos de caixa e equivalentes de caixa		(8.966)	(2.840.007)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Mineração Usiminas S.A. ("Mineração Usiminas"; ou "Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, cujos acionistas são a Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S.A. - USIMINAS ("Usiminas") com participação de 70% do capital social e o Grupo Sumitomo Corporation, com participação de 30%.
A Companhia e suas empresas controladas em conjunto e coligadas, tem como principais atividades a exploração de jazidas minerais e comercialização de minério de ferro, transporte ferroviário, logística e operação de terminais de cargas. Atualmente, possui instalações de tratamento de minério de ferro, nas cidades de Itatiaiuçu e Mateus Leme, Estado de Minas Gerais, com capacidade anual de produção de 12 milhões (não auditado) de toneladas.
A maior parte de sua produção é destinada ao mercado externo e ao consumo da sua controladora Usiminas.
A Companhia mantém participação, direta ou indireta, nas empresas controladas em conjunto e coligadas a seguir:
(a) Empresa controlada em conjunto

Empresa	(%) Participação	(%) Capital votante	Localização da Sede	Atividade Principal
Modal Terminal de Granéis Ltda.	50	50	Itaúna/ MG	Operação de terminais de cargas rodoviários e ferroviários, armazenamento e manuseio de minério de ferro e produtos siderúrgicos, além de transporte rodoviário de cargas.

(b) Empresas coligadas

Empresas	(%) Participação	(%) Capital votante	Localização da Sede	Atividade Principal
Terminal de Cargas Sarzedo Ltda.	22,22	22,22	Sarzedo/MG	Armazenamento, movimentação e transporte de cargas e operação de terminal.
Usiminas Participações e Logística S.A.	83,30	49,90	Belo Horizonte/MG	Investimento na MRS Logística S.A, da qual possui 11,13% do capital social e integra o grupo de controle (i).
Terminal de Cargas de Paraopeba Ltda.	22,22	22,22	Sarzedo/MG	Armazenamento, movimentação e transporte de cargas e operação de terminal.

(i) A MRS é uma operadora logística que administra uma malha ferroviária que abrange os estados de Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo.

2. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho de Administração da Companhia em 21 de março de 2024.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras, estão definidas a seguir.
Políticas contábeis de transações consideradas imateriais não foram incluídas nas demonstrações financeiras.
As políticas contábeis, que foram aplicadas de modo uniforme no exercício corrente, são consistentes com o exercício anterior apresentado e comuns à Companhia, às suas coligadas e controladas em conjunto, sendo que, quando necessário, as demonstrações financeiras das controladas foram ajustadas para atender a esses critérios.
3.1 Base de preparação e declaração de conformidade
As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas com base no pressuposto de continuidade operacional e ainda considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir a avaliação de ativos e passivos financeiros (inclusive instrumentos financeiros derivativos, quando houver) mensurados ao valor justo por meio do resultado do exercício.
A elaboração das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas, além do exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 4.
As demonstrações financeiras foram preparadas e estão apresentadas de acordo com as normas internacionais de Relatórios Financeiros (International Financial Reporting Standards – "IFRS") emitidos pelo International Accounting Standards Board ("IASB") e as práticas contábeis adotadas no Brasil, emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração da Companhia na sua gestão.
3.2 Empreendimentos controlados em conjunto e coligadas
A Companhia classifica os seus empreendimentos da seguinte forma:
• coligadas são as entidades sobre as quais a Companhia tem influência significativa por meio da participação nas decisões relativas às suas políticas financeiras e operacionais, mas não detêm o controle ou o controle em conjunto sobre essas políticas; e
• controladas em conjunto são as entidades sobre as quais a Companhia tem controle compartilhado com uma ou mais partes.
Os investimentos em coligadas e controladas em conjunto são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial e são, inicialmente, reconhecidos pelo seu valor de custo.
No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a Companhia utilizou, para fins de equivalência patrimonial, em consonância com o CPC 18 (R2) e IAS 28, as demonstrações financeiras de 30 de novembro de 2023 das coligadas Terminal de Cargas Sarzedo Ltda, Terminal de Cargas de Paraopeba Ltda e da controlada em conjunto Modal Terminal de Granéis Ltda. O exercício social da coligada Usiminas Participações e Logística S.A (UPLS) é coincidente com o da Companhia.
A participação nos lucros ou prejuízos de suas coligadas e controladas em conjunto é reconhecida na demonstração do resultado e a participação nas mutações das reservas é reconhecida nas reservas da Companhia. Quando a participação nas perdas de uma coligada ou controlada em conjunto for igual ou superior ao valor contábil do investimento, incluindo quaisquer outros recebíveis, a Companhia não reconhece perdas adicionais, a menos que tenha incorrido em obrigações ou efetuado pagamentos em nome da coligada ou controlada em conjunto.
As políticas contábeis das coligadas e das controladas em conjunto são ajustadas, quando necessário, para assegurar consistência com as políticas adotadas pela Companhia.
3.3 Conversão de moeda estrangeira
(a) Moeda funcional e moeda de apresentação
Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados com base na moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua ("moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em real (R$), que é a moeda funcional da Companhia.
(b) Transações e saldos
As operações em moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação, na qual os itens são mensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio no final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira, são reconhecidos na demonstração do resultado.
Os ganhos e as perdas cambiais relacionadas a ativos e passivos são apresentados na demonstração do resultado como resultado financeiro.
3.4 Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários
(a) Caixa e equivalentes de caixa
Caixa e equivalentes de caixa incluem os numerários em espécie, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valor justo e com o objetivo de atender a compromissos de curto prazo.
(b) Títulos e valores mobiliários
Os títulos e valores mobiliários referem-se aos investimentos de alta liquidez, cuja intenção da Administração não objetiva a atender compromissos de curto prazo. Sendo adotado pela Companhia a classificação como títulos e valores mobiliários aqueles investimentos para os quais há a intenção da Administração em manter a aplicação pelo prazo superior a 180 dias.
3.5 Ativos financeiros
(a) Classificação
No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado por custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("FVOCI") e valor justo por meio do resultado ("FVTPL").
Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir:
• o ativo é mantido dentro de um modelo de negócios com o objetivo de coletar fluxos de caixa contratuais; e
• os termos contratuais do ativo financeiro dão origem, em datas específicas, aos fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e de juros sobre o valor principal em aberto.
Um instrumento de dívida é mensurado no FVOCI somente se atender ambas as condições a seguir:
• o ativo é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é alcançado tanto pela coleta de fluxos de caixa contratuais como pela venda de ativos financeiros; e
• os termos contratuais do ativo financeiro dão origem, em datas específicas, a fluxos de caixa que representam pagamentos de principal e de juros sobre o valor principal em aberto.
Todos os outros ativos financeiros são classificados como mensurados ao valor justo por meio do resultado.
Além disso, no reconhecimento inicial, a Companhia pode, irrevogavelmente, designar um ativo financeiro, que atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado, ao FVOCI ou mesmo ao FVTPL. Essa designação possui o objetivo de eliminar ou reduzir significativamente um possível descasamento contábil decorrente do resultado produzido pelo respectivo ativo.
(b) Reconhecimento e mensuração
As compras e as vendas de ativos financeiros são reconhecidas na data da negociação. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo reconhecido no resultado. Os ativos financeiros ao valor justo reconhecidos no resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado no período em que ocorrerem. O valor justo dos investimentos com cotação pública é baseado no preço atual de venda. Se o mercado de um ativo financeiro não estiver ativo, a Companhia estabelece o valor justo por meio de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros, a referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, a análise de fluxos de caixa descontados e os modelos de precificação de opções, privilegiando informações de mercado e minimizando o uso de informações geradas pela Administração.
(c) Valor recuperável (*impairment*) de ativos mensurados ao custo amortizado
A Companhia avalia no fim de cada exercício, se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros esteja deteriorado. Os critérios utilizados pela Companhia para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* incluem:
• dificuldade financeira significativa do emissor ou tomador;
• uma quebra de contrato, como inadimplência ou atraso nos pagamentos de juros ou de principal;
• probabilidade de o devedor declarar falência ou reorganização financeira; e
• extinção do mercado ativo daquele ativo financeiro em virtude de problemas financeiros.
(d) Desreconhecimento de ativos financeiros
Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado principalmente quando:
• os direitos de receber os fluxos de caixa do ativo expirarem; e
• a Companhia transfere os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assume uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de "repasse"; e (a) a Companhia transfere substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo; ou (b) a Companhia não transfere e não retém substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transfere o controle sobre esse ativo.
Quando a Companhia transfere os seus direitos de receber fluxos de caixa proveniente de um ativo ou executa um acordo de repasse e não o transfere ou o retém substancialmente, todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, um ativo é reconhecido na extensão do envolvimento contínuo da Companhia com esse ativo.
(e) Compensação de ativos financeiros
Os ativos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.
3.6 Passivos financeiros
(a) Reconhecimento e mensuração
Um passivo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja definido como mantido para negociação ou designado como tal no momento do seu reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Esses passivos financeiros são mensurados pelo valor justo e as suas eventuais mudanças são reconhecidas no resultado do exercício.
Os passivos financeiros da Companhia, que são inicialmente reconhecidos a valor justo, incluem contas a pagar a fornecedores e outras contas a pagar, empréstimos e financiamentos e instrumentos financeiros derivativos. Empréstimos e financiamentos e contas a pagar, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado.
(b) Mensuração subsequente
Após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos, debêntures, fornecedores e contas a pagar são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. A Administração da Companhia estimou as taxas de desconto, para o passivo de arrendamento, com base nas taxas de juros livres de risco observadas no mercado nacional adicionado pelo *spread* e ajustadas aos prazos de seus contratos de arrendamento.
(c) Custos de empréstimos e financiamentos
Os custos de empréstimos e financiamentos atribuídos à aquisição, construção ou produção de um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para entrar em operação ou para venda são capitalizados como parte do custo destes ativos. Custos de empréstimos e financiamentos são compostos de juros, além de outros encargos em que a Companhia incorre em conexão com a captação de recursos.
(d) Desreconhecimento de passivos financeiros
Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar.
Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença, nos correspondentes valores contábeis, reconhecida na demonstração do resultado.
(e) Compensação de passivos financeiros
Os passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.
3.7 Instrumentos financeiros derivativos e atividades de *hedge*
Inicialmente, os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato de derivativos é celebrado e são, subsequentemente, mensurados ao seu valor justo por meio do resultado.
3.8 Estoques
Os estoques são demonstrados ao custo médio das aquisições ou da produção (média ponderada móvel) ou ao valor líquido de realização, dos dois, o menor. As importações em andamento são demonstradas ao custo acumulado de cada importação.
O almoxarifado contém materiais de manutenção e reposição, os quais estão disponíveis para consumo imediato independentemente do giro, que pode ser superior a 12 meses em determinadas situações estratégicas.
O custo de aquisição e produção é acrescido dos gastos relativos a transportes, armazenagem e impostos não recuperáveis. O valor líquido realizável é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzindo os custos estimados para conclusão e despesas de vendas diretamente relacionadas. A Companhia utilizou o preço estimado de venda no curso normal dos negócios como premissa do valor líquido realizável para determinados itens do almoxarifado.
3.9 Depósitos judiciais
Os depósitos judiciais são aqueles que se promovem em juízo, em conta bancária vinculada a processo judicial, sendo realizados em moeda corrente, atualizados monetariamente e com o intuito de garantir a liquidação de potencial obrigação futura.
3.10 Imobilizado
O imobilizado é registrado pelo custo de aquisição, formação ou construção, deduzido da depreciação e, quando aplicável, reduzido ao valor de recuperação. Os componentes principais de alguns bens do imobilizado, quando de sua reposição, são contabilizados como ativos individuais e separados utilizando-se a vida útil específica desse componente. O componente substituído é baixado. Os gastos com as manutenções efetuadas para manter os padrões originais de desempenho são reconhecidos no resultado durante o período em que são incorridos. Os gastos com engenharia, pesquisas, estudos e exploração são contabilizados como despesas operacionais até a comprovação efetiva da viabilidade econômica de um determinado projeto, a partir de então, os gastos incorridos são contabilizados como ativo imobilizado.
A depreciação do ativo imobilizado é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada. Exceção se aplica aos custos para desativação de minas (obrigações para recuperação ambiental), cujos critérios estão descritos na Nota 3.15 e tem a movimentação do saldo apresentado na Nota 17.
Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, durante o exercício.
O valor contábil de um ativo é imediatamente ajustado caso ele seja maior do que o seu valor recuperável estimado.
A Companhia possui peças e sobressalentes de reposição destinadas à manutenção de itens do ativo imobilizado, que possuem vida útil estimada superior a 12 meses. Desta forma, o saldo dos estoques dessas peças e sobressalentes está classificado no grupo do ativo imobilizado.
3.11 Propriedades para investimento
As propriedades para investimentos são inicialmente mensuradas ao custo, incluindo custos da transação. Após o reconhecimento inicial, propriedades para investimentos são apresentadas ao valor justo, que reflete as condições de mercado na data do balanço. Ganhos ou perdas resultantes de variações do valor justo das propriedades para investimentos são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que forem gerados. Propriedades para investimentos são baixadas quando vendidas ou quando a propriedade para investimento deixa de ser permanentemente utilizada e não se espera nenhum benefício econômico futuro da sua venda. A diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo é reconhecida na demonstração do resultado no exercício da baixa.
3.12 Ativos intangíveis
(a) Ágio
O ágio (*goodwill*) é representado pela diferença positiva entre o valor pago ou a pagar e o montante líquido do valor justo dos ativos e passivos da entidade adquirida. O ágio é testado anualmente para verificar prováveis perdas (*impairment*) e contabilizado pelo seu valor de custo menos as perdas acumuladas por *impairment*, que não são revertidas. Os ganhos e as perdas da alienação de uma entidade incluem o valor contábil do ágio relacionado à entidade vendida.
O ágio é alocado às Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) para fins de teste de *impairment*. A alocação é feita para as Unidades Geradoras de Caixa que devem se beneficiar da combinação de negócios da qual o ágio se originou, devidamente segregada, de acordo com o segmento operacional.
(b) Direitos minerários
Os direitos minerários são registrados pelo valor de aquisição e deduzidos com base na exaustão das reservas minerais.
Os direitos minerários provenientes de aquisição de empresas são reconhecidos pelo valor justo considerando a alocação dos ativos e dos passivos adquiridos.
A exaustão dos direitos minerários é realizada de acordo com a exploração das reservas minerais, utilizando o método de unidade de produção.
(c) Programas de computador (*softwares*)
As licenças adquiridas de programas de computador são capitalizadas e amortizadas pelo método linear ao longo de sua vida útil estimada, pelas taxas descritas na Nota 18.
3.13 Valor recuperável (*impairment*) de ativos não financeiros
Os ativos que têm vida útil indefinida, como o ágio, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para a verificação de *impairment*. Os ativos que têm vida útil definida são revisados para verificação de indicadores de *impairment* em cada data do balanço e sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Caso exista indicador, os ativos são testados para *impairment*. Uma perda por *impairment* é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o valor em uso.
Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGCs). Uma perda por *impairment* é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável.
3.14 Provisões para demandas judiciais
As provisões para demandas judiciais, relacionadas a processos judiciais e administrativos trabalhistas, tributários e cíveis, são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados, sendo provável a necessidade de uma saída de recursos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor pode ser feita.
3.15 Obrigação para recuperação ambiental
A provisão para gastos com recuperação ambiental, quando relacionados com a construção ou aquisição de um ativo, é registrada como parte dos custos desses ativos e leva em conta as estimativas da Administração Mineração Usiminas S.A.
As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, a qual reflete as avaliações atuais do mercado e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.
A Companhia reconhece uma obrigação referente aos custos esperados para o fechamento da mina e desativação dos ativos minerários vinculados no período em que elas ocorrerem, trazido ao valor presente. A Companhia considera as estimativas contábeis relacionadas com a recuperação de áreas degradadas e os custos de encerramento de uma mina como uma prática contábil crítica por envolver valores expressivos de provisão e se tratar de estimativas que envolvem diversas premissas, como taxas de juros, inflação, vida útil do ativo considerando o estágio atual de exaustão e as datas projetadas de exaustão de cada mina. Estas estimativas são revisadas anualmente.
3.16 Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos
Os impostos sobre o lucro são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio ou no resultado abrangente.
O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre os prejuízos fiscais do imposto de renda, a base negativa de contribuição social e as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras.
O imposto de renda diferido, ativo e passivo, é apresentado pelo valor líquido no balanço patrimonial quando há o direito legal e a intenção de compensá-lo quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal.
3.17 Benefícios a empregados
(a) Plano de suplementação de aposentadoria
A Companhia oferece aos seus colaboradores planos de previdência complementar, os quais são administrados pela Previdência Usiminas, entidade fechada de previdência complementar, sem fins lucrativos, com autonomia administrativa e financeira.
Atualmente, o único Plano aberto oferecido aos empregados da Companhia para novas adesões é o plano denominado USIPREV, classificado na modalidade de Contribuição Variável (CV). Entretanto, o participante inscrito no plano até 13 de abril de 2011, denominado Participante Fundador, poderá optar por converter seu saldo de conta em uma renda mensal vitalícia. Neste caso, durante a fase de recebimento do benefício, o USIPREV terá características de um plano da modalidade Benefício Definido (BD).
O passivo reconhecido no balanço patrimonial relacionado aos planos na modalidade de Benefício Definido é o valor presente da obrigação de benefício definida na data do balanço menos o valor de mercado dos ativos do plano, ajustado: (i) por ganhos e perdas atuariais; (ii) pelas regras de limitação do valor do ativo apurado; e (iii) pelos requisitos de fundamentos mínimos. A obrigação de benefício definido é calculada anualmente por atuários independentes usando-se o método de crédito unitário projetado. O valor presente da obrigação de benefício definido é determinado mediante o desconto das saídas futuras de caixa, usando-se as taxas de juros condizentes com o rendimento de mercado, as quais são denominadas na moeda em que os benefícios serão pagos e que tenham prazos de vencimento próximos daqueles da respectiva obrigação do plano de aposentadoria.
Os ganhos e as perdas atuariais são debitados ou creditados diretamente em outros resultados abrangentes no período em que ocorreram. As contribuições são reconhecidas como despesas no período em que são devidas.
(b) Plano de benefícios de assistência médica aos aposentados e empregados
A Companhia registra as obrigações de acordo com a legislação vigente, que assegura, aos colaboradores que contribuíram com o plano de saúde, o direito de manutenção como beneficiário quando da sua aposentadoria, desde que assumam o pagamento integral das contribuições. O prazo de manutenção após a aposentadoria é de 1 ano para cada ano de contribuição e se a contribuição ocorreu por pelo menos 10 anos, o prazo para permanência é indefinido.
Essas obrigações são avaliadas anualmente por atuários independentes.
(c) Participação nos lucros e resultados
A Companhia provisiona a participação de empregados nos lucros e resultados, em função de metas operacionais e financeiras divulgadas a seus colaboradores. Tais valores são registrados nas rubricas de "Custos das vendas", "Despesas com vendas" e "Despesas gerais e administrativas", de acordo com a alocação do empregado
3.18 Reconhecimento de receita
A receita é apresentada líquida de impostos, devoluções, abatimentos e descontos. O seu reconhecimento é com base no valor justo da contraprestação recebida ou a receber, na medida em que for provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e as receitas e custos puderem ser mensurados com segurança.
As vendas de produtos da Companhia se referem, basicamente, a minério de ferro na forma de *sinter feed, pellet feed* e granulados. A Companhia reconhece a receita na data em que o produto é entregue ao comprador em conformidade à condição contratual. Em certos casos, o preço de venda é determinado provisoriamente na data da venda e ajustado subsequentemente conforme a oscilação dos preços cotados de mercado até à data da fixação do preço final.
3.19 Receita e despesa financeira
A receita financeira é decorrente, principalmente, dos instrumentos financeiros ativos, como contas a receber de clientes e aplicações financeiras, cujos juros e rendimentos são reconhecidos conforme o prazo decorrido, em base "*pro rata temporis*", usando o método da taxa de juros efetiva.
A despesa financeira é decorrente, principalmente, dos instrumentos financeiros passivos, como empréstimos e financiamentos e provisões para demandas judiciais, cujos juros e atualizações monetárias são reconhecidos conforme o prazo decorrido, em base "*pro rata temporis*", usando o método da taxa de juros efetiva.
3.20 Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio
A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas suas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no seu estatuto social. Os valores acima do mínimo obrigatório requerido por lei somente são provisionados quando aprovados em Assembleia de acionistas.
O benefício tributário dos juros sobre capital próprio foi considerado na apuração de imposto de renda e contribuição social. Nas demonstrações financeiras da Companhia, os juros sobre capital próprio recebem o mesmo tratamento contábil dos dividendos.
3.21 Operações de arrendamento mercantil
A Companhia, na condição de arrendatária, reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento, que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A Companhia reconhece novos ativos e passivos para seus arrendamentos operacionais. A Companhia reconhece uma depreciação de ativos de direito de uso e despesa financeira sobre obrigações de arrendamento. A Administração da Companhia estimou as taxas de desconto, para o passivo de arrendamento, com base nas taxas de juros livres de risco observadas no mercado nacional adicionado pelo *spread* e ajustadas aos prazos de seus contratos de arrendamento.
3.22 Pronunciamentos emitidos que ainda não estavam em vigor em 31 de dezembro de 2023
A Companhia não espera que a adoção das normas a seguir tenha um impacto relevante sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas em períodos futuros.

Alterações ao IFRS 16	Passivo de Locação em um *Sale and Leaseback*
Alterações ao IAS 1	Classificação de Passivos como Circulante ou Não-Circulante
Alterações ao IAS 7 e IFRS 7	Acordos de financiamento de fornecedores

4. JULGAMENTOS, ESTIMATIVAS E PREMISSAS CONTÁBEIS SIGNIFICATIVAS

A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a Administração faça julgamentos, estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos e as respectivas divulgações, bem como as divulgações de passivos contingentes.
4.1 Julgamentos
No processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia, a Administração fez os seguintes julgamentos que têm efeito mais significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras:
(a) Segregação de juros e variação monetária relacionados a aplicações financeiras e a empréstimos nacionais
A Companhia efetua a segregação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) dos empréstimos e financiamentos, das debêntures e das aplicações financeiras, cujo indexador contratado seja o Certificado de Depósito Interbancário (CDI). Desta forma, a parcela referente ao IPCA é segregada dos juros sobre empréstimos e financiamentos, das debêntures e do rendimento de aplicações financeiras e incluída na rubrica "Efeitos monetários", no Resultado financeiro (Nota 30).
(b) Classificação do controle de investimentos
A Companhia efetua a classificação de seus investimentos nos termos previstos pelo CPC 18 (R2) - Investimento em Coligada e em Empreendimento Controlado em Conjunto e pelo CPC 19 (R2) - Negócios em Conjunto e cuja aplicação está sujeita a julgamento na determinação do controle e da influência significativa exercida pela Companhia sobre seus investimentos. A Companhia possui investimento classificado como Empreendimento Controlado em Conjunto, uma vez que o controle é compartilhado independentemente do seu percentual de participação no capital social da investida.
4.2 Estimativas e premissas
As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste material no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são apresentadas a seguir:
(a) Valor recuperável (*impairment*) de ativos não financeiros
Anualmente, a Companhia testa eventuais perdas (*impairment*) no ágio e demais ativos de longo prazo. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais exista fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGCs). Os valores recuperáveis das UGCs foram determinados com base em cálculos do valor em uso, efetuados com base em estimativas (Nota 19).
(b) Imposto de renda e contribuição social e outros créditos tributários
A Administração revisa regularmente os tributos diferidos ativos quanto à possibilidade de recuperação, considerando-se o lucro histórico gerado e os lucros tributáveis futuros projetados, de acordo com estudos de viabilidade técnica (Nota 14 (b)).
(c) Valor justo de instrumentos financeiros derivativos e outros instrumentos financeiros
O valor justo de derivativos e outros instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. Assim, a administração da Companhia avalia diversos métodos e premissas que se baseiam principalmente, nas condições de mercado existentes na data do balanço.

Edição impressa produzida pelo Jornal **DIÁRIO DO COMÉRCIO**.
Circulação diária em bancas e assinantes.
As versões digitais e as íntegras das Publicações Legais contidas nessa página, encontram-se disponíveis no site:
https://diariodocomercio.com.br/publicidade-legal
Acesse também através do QR CODE ao lado.

Mineração **USIMINAS**

Mineração Usiminas S.A.
CNPJ Nº 12.056.613/0001-20

(d) Benefícios de planos de aposentadoria
O valor atual de obrigações de planos de aposentadoria depende de uma série de fatores que são determinados com base em cálculos atuariais. Entre as premissas usadas na determinação do custo (receita) líquido para os planos de aposentadoria, está a taxa de desconto.
A Companhia apura a taxa de desconto apropriada ao final de cada exercício, para determinar o valor presente de saídas de caixa futuras estimadas.
Outras premissas para as obrigações de planos de aposentadoria se baseiam em condições atuais do mercado.
(e) Provisões para demandas judiciais
Como descrito na Nota 24, a Companhia é parte em diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as demandas judiciais que representam perdas prováveis. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, entre elas a opinião dos consultores jurídicos, internos e externos da Companhia.
(f) Obrigação para recuperação ambiental
A Companhia provisiona os custos esperados para a desativação futura das suas operações e a reparação ambiental das áreas impactadas por sua atividade. A determinação do valor da provisão é realizada considerando levantamento técnico especializado. No reconhecimento da provisão, os custos estimados são capitalizados no ativo imobilizado e depreciados pela vida útil dos ativos minerários correspondentes, gerando uma despesa que é reconhecida no resultado do exercício. No ano de 2023, foi considerado o IPCA mensal para correção do saldo da provisão para recuperação ambiental (9,60% no ano de 2022).
(g) Taxas de vida útil do ativo imobilizado
A depreciação do ativo imobilizado é calculada pelo método linear de acordo com a vida útil dos bens. A vida útil é baseada em laudos de engenheiros da Companhia ou consultores externos, que são revisados anualmente.

5. OBJETIVOS E POLÍTICAS PARA GESTÃO DE RISCOS FINANCEIROS

A Administração da Companhia realiza a gestão de riscos financeiros, que visa reduzir os impactos sobre os seus ativos e passivos financeiros, além do fluxo de caixa. A referida gestão de riscos está em consonância com a política financeira da sua controladora Usiminas. A Administração da Companhia avalia, acompanha e adota, quando necessário, medidas para mitigar esses riscos, inclusive contratando instrumentos financeiros derivativos para esse fim.
5.1 Fatores de risco financeiro
A Mineração Usiminas, em conformidade com suas atividades, está exposta diversos riscos financeiros, tais como: risco de mercado, risco cambial, risco de taxa de juros, risco de valor justo, risco de crédito e risco de liquidez. O Conselho de Administração da Companhia estabelece normas e políticas para a gestão desses riscos, principalmente, por meio do uso de instrumentos financeiros e de investimentos de caixa.
5.2 Política de utilização dos instrumentos financeiros
A política de gestão de ativos e passivos financeiros tem os objetivos de: (i) manter a liquidez desejada; (ii) definir nível de concentração de suas operações; e (iii) controlar grau de exposição aos riscos do mercado financeiro.
A Administração da Mineração Usiminas monitora os riscos aos quais está exposta e avalia a necessidade da contratação de operações de derivativos, visando minimizar os impactos sobre os seus ativos e passivos financeiros e para reduzir a volatilidade em seu fluxo de caixa causado, principalmente, pela exposição cambial, bem como pelos efeitos do preço de minério de ferro.
5.3 Política de gestão de riscos financeiros
(a) Risco de crédito
O risco de crédito decorre, substancialmente, da relação com instituições financeiras nas quais a Companhia mantém recursos financeiros, de empresas abertas, cujos títulos e papéis são adquiridos, bem como pela exposição ao crédito a clientes.
Como forma de mitigar o risco de crédito, no que diz respeito ao caixa e equivalentes de caixa, a Mineração Usiminas relaciona-se, exclusivamente, com instituições financeiras de primeira linha.
Quanto às aplicações financeiras, são negociados somente títulos e papéis de entidades classificadas com *rating* mínimo "A-" pelas agências de *rating* internacionais, além de obedecerem a outros critérios, como patrimônio líquido e concentração de caixa por instituição.
A política de vendas da Mineração Usiminas procura minimizar os eventuais riscos decorrentes da inadimplência de seus clientes. As áreas financeira e comercial avaliam e acompanham o desempenho dos clientes, que são selecionados de acordo com sua capacidade de pagamento, índice de endividamento, além de demais avaliações do balanço patrimonial.
(b) Risco de liquidez
A política responsável pela gestão de ativos e passivos financeiros envolve análise das contrapartes da Mineração Usiminas por meio da avaliação das demonstrações financeiras, do patrimônio líquido e do *rating.* Esse controle visa assegurar à Companhia a liquidez desejada, definir nível de concentração de suas operações, além de controlar o grau de exposição aos riscos do mercado financeiro, pulverizando assim o risco de liquidez.
A previsão do fluxo de caixa é elaborada com base no orçamento aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia. Quando necessário, a previsão do fluxo de caixa é revisada e atualizada.
Em 31 de dezembro de 2023, o caixa mantido pela Mineração Usiminas estava investido em certificados de depósitos bancários (CDBs), operações em compromissadas e fundos de investimentos.
A tabela a seguir apresenta os passivos financeiros da Mineração Usiminas, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento.
Os valores divulgados na tabela a seguir referem-se aos fluxos de caixa não descontados contratados:

	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 5 anos	Acima de 5 anos
Em 31 de dezembro de 2023				
Fornecedores	252.831	-	-	-
Valores a pagar a empresas ligadas	58.610	51.780	-	-
Passivos de arrendamento	28.931	11.707	21.828	1.097
Em 31 de dezembro de 2022				
Fornecedores	266.536	-	-	-
Valores a pagar a empresas ligadas	57.298	31.546	41.387	-
Passivos de arrendamento	18.420	16.625	28.664	1.316

(c) Risco cambial
(i) Exposição em moeda estrangeira
A Mineração Usiminas atua internacionalmente e, portanto, está exposta ao risco cambial de moedas estrangeiras, substancialmente em relação ao dólar dos Estados Unidos da América. A seguir, está demonstrada a exposição líquida ativa em moeda estrangeira da Companhia em 31 de dezembro de 2023 e de 2022:

	31/12/2023	31/12/2022
Ativos em moeda estrangeira		
Caixa e equivalentes de caixa	498.160	343.454
Contas a receber de clientes	471.391	354.603
	969.551	698.057
Passivos em moeda estrangeira		
Fornecedores	(38.294)	(1.136)
Exposição líquida	931.257	696.921

(ii) Análise de sensibilidade - risco cambial dos ativos e passivos em moeda estrangeira
A análise a seguir estima o impacto negativo sobre o resultado financeiro futuro da Companhia da eventual variação desfavorável da taxa de câmbio do real frente ao dólar norte-americano (R$/US$). Em 31 de dezembro de 2023, considerando a exposição líquida ativa do patrimônio em moeda estrangeira, foram definidos três cenários de análise. O cenário I considera redução de 5% do valor da taxa de câmbio (R$/US$) vigente em 31 de dezembro de 2023. Os cenários II e III consideram uma redução de 25% e de 50%, respectivamente, da mesma variável.

		31/12/2023		
Moeda	**Taxa de câmbio no fim do exercício**	**Cenário I**	**Cenário II**	**Cenário III**
US$	4,8413	4,5992	3,6310	2,4207

Os ganhos (perdas) no resultado financeiro, considerando os Cenários I, II e III, estão demonstrados a seguir:

	31/12/2023		
Moeda	**Cenário I**	**Cenário II**	**Cenário III**
US$	(46.570)	(232.809)	(465.619)

(d) Risco de taxa de juros
A Companhia possui aplicações financeiras em real (R$) indexadas à variação de taxa de juros dos Certificados de Depósitos Interbancários (CDI) e aplicações à taxa fixa em dólar norte-americano no exterior. A exposição líquida à variação de taxa de juros é a seguinte:

	31/12/2023	31/12/2022
Ativos em CDI		
Caixa e equivalentes	359.919	511.676
Títulos e valores mobiliários	1.043.441	1.854.428
Exposição líquida	1.403.360	2.366.104

(i) Análise de sensibilidade das variações na taxa de juros
A análise a seguir estima o impacto negativo sobre o resultado financeiro futuro da Companhia da eventual variação desfavorável da taxa de juros indexada ao CDI. Em 31 de dezembro de 2023, considerando a exposição líquida ativa do patrimônio à variação na taxa de juros indexada ao CDI, foram definidos três cenários de análise. O cenário I considera redução de 5% do valor da taxa de juros vigente em 31 de dezembro de 2022. Os cenários II e III consideram redução de 25% e de 50% respectivamente da mesma variável.
A análise de sensibilidade de variação dos juros com base nos seus respectivos cenários está demonstrada a seguir:

		31/12/2023		
Indexador	**Taxa de juros no fim do exercício**	**Cenário I**	**Cenário II**	**Cenário III**
CDI	11,65%	11,07%	8,74%	5,83%

Os ganhos (perdas) no resultado financeiro, considerando os Cenários I, II e III, estão demonstrados a seguir:

	31/12/2023		
Indexador	**Cenário I**	**Cenário II**	**Cenário III**
CDI	(8.139)	(40.838)	(81.676)

5.4 Gestão de capital
A gestão de capital da Companhia visa estabelecer uma estrutura de capital que assegure a continuidade do negócio, bem como oferecer o retorno esperado aos acionistas. Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia não possui passivos financeiros relevantes, além de possuir um importante nível de caixa, o qual poderá ser utilizado em projetos futuros.

6. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

A Companhia participa em operação de instrumentos *financeiros derivativos* de preço de minério de ferro e de câmbio com o objetivo de proteger a sua posição patrimonial e o seu fluxo de caixa. Para isso, a Administração da Companhia analisa os preços futuros do minério e o valor futuro da taxa de câmbio (R$/US$) para decidir sobre a contratação de coberturas financeiras.
A Companhia não possui instrumentos financeiros derivativos com fins especulativos. Adicionalmente, adota a política de não liquidar as suas operações antes dos seus respectivos vencimentos originais e de não efetuar pagamentos antecipados de seus instrumentos financeiros derivativos.

Objeto de hedge	Faixas de vencimento mês/ano	INDEXADOR		VALOR DE REFERÊNCIA (valor contratado - Nocional)				VALOR JUSTO (MERCADO) - CONTÁBIL		Resultado do período
				31/12/2023		31/12/2022		31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023
		Posição ativa	Posição passiva	Posição ativa	Posição passiva	Posição ativa	Posição passiva	Posição ativa (passiva)	Posição ativa (passiva)	Ganho (perda)
minério de ferro (CFR China 62% Fe)	01/23	Minério FWD USD 111,85	Minério_Fut_SCOZ2	-	-	R$ 56.987	R$ 56.987	-	284	-
minério de ferro (CFR China 62% Fe)	01/23	Minério FWD USD 114,54	Minério_Fut_SCOZ2	-	-	R$29.119	R$29.119	-	832	-
minério de ferro (CFR China 62% Fe)	01/23	Minério FWD USD 90,23	Minério_Fut_SCOZ2	-	-	R$ 69.424	R$ 69.424	-	(16.142)	-
minério de ferro (CFR China 62% Fe)	02/23	Minério FWD USD 86,30	Minério_Fut_SCOF3	-	-	R$ 48.306	R$ 48.306	-	(17.853)	(20.704)
minério de ferro (CFR China 62% Fe)	02/23	Minério FWD USD 86,30	Minério_Fut_SCOF3	-	-	R$ 15.629	R$ 15.629	-	(5.680)	(6.588)
minério de ferro (CFR China 62% Fe)	02/23	Minério FWD USD 90,47	Minério_Fut_SCOF3	-	-	R$ 69.613	R$ 69.613	-	(20.350)	(24.219)
minério de ferro (CFR China 62% Fe)	02/23	Minério FWD USD 97,30	Minério_Fut_SCOF3	-	-	R$ 77.110	R$ 77.110	-	(15.142)	(19.193)
minério de ferro (CFR China 62% Fe)	02/23	Minério FWD USD 106,33	Minério_Fut_SCOF3	-	-	R$ 80.135	R$ 80.135	-	(8.251)	(12.543)
minério de ferro (CFR China 62% Fe)	04/23	Minério FWD USD 107,04	Minério_Fut_SCOH3	-	-			-	(6.224)	(14.719)
minério de ferro (CFR China 62% Fe)	05/23	Minério FWD USD 106,45	Minério_Fut_SCOJ3	-	-			-	(6.129)	(7.003)
minério de ferro (CFR China 62% Fe)	06/23	Minério FWD USD 105,82	Minério_Fut_SCOK3	-	-			-	(6.023)	552
minério de ferro (CFR China 62% Fe)	07/23	Minério FWD USD 124,50	Minério_Fut_SCOM3	-	-	-	-	-	-	8.283
minério de ferro (CFR China 62% Fe)	07/23	Minério FWD USD 104,40	Minério_Fut_SCOM3	-	-	-	-	-	-	(1.956)
minério de ferro (CFR China 62% Fe)	07/23	Minério FWD USD 106,40	Minério_Fut_SCOM3	-	-	-	-	-	-	(4.432)
minério de ferro (CFR China 62% Fe)	08/23	Minério FWD USD 100,30	Minério_Fut_SCON3	-	-	-	-	-	-	(8.626)
minério de ferro (CFR China 62% Fe)	08/23	Minério FWD USD 103,40	Minério_Fut_SCON3	-	-	-	-	-	-	(1.071)
minério de ferro (CFR China 62% Fe)	08/23	Minério FWD USD 103,45	Minério_Fut_SCON3	-	-	-	-	-	-	(2.130)
minério de ferro (CFR China 62% Fe)	09/23	Minério FWD USD 100,20	Minério_Fut_SCOQ3	-	-	-	-	-	-	(3.412)
minério de ferro (CFR China 62% Fe)	09/23	Minério FWD USD 100,20	Minério_Fut_SCOQ3	-	-	-	-	-	-	(3.412)
minério de ferro (CFR China 62% Fe)	09/23	Minério FWD USD 100,32	Minério_Fut_SCOQ3	-	-	-	-	-	-	(6.739)
minério de ferro (CFR China 62% Fe)	09/23	Minério FWD USD 108,55	Minério_Fut_SGX	-	-	-	-	-	-	(628)
minério de ferro (CFR China 62% Fe)	10/23	Minério FWD USD 103,95	Minério_Fut_SCOV3	-	-	-	-	-	-	(12.653)
minério de ferro (CFR China 62% Fe)	11/23	Minério FWD USD 108,36	Minério_Fut_SGX	-	-	-	-	-	-	(534)
minério de ferro (CFR China 62% Fe)	11/23	Minério FWD USD 108,36	Minério_Fut_SGX	-	-	-	-	-	-	(534)
minério de ferro (CFR China 62% Fe)	11/23	Minério FWD USD 108,36	Minério_Fut_SGX	-	-	-	-	-	-	(354)
minério de ferro (CFR China 62% Fe)	11/23	Minério FWD USD 108,36	Minério_Fut_SGX	-	-	-	-	-	-	(2.134)
minério de ferro (CFR China 62% Fe)	11/23	Minério FWD USD 108,36	Minério_Fut_SGX	-	-	-	-	-	-	(533)
minério de ferro (CFR China 62% Fe)	11/23	Minério FWD USD 104,36	Minério_Fut_SGX	-	-	-	-	-	-	(5.151)
minério de ferro (CFR China 62% Fe)	11/23	Minério FWD USD 110,58	Minério_Fut_SCOV3	-	-	-	-	-	-	(6.322)
minério de ferro (CFR China 62% Fe)	03/24	Minério FWD USD 130,08	Minério_Fut_SCOG4	R$ 96.387	R$96.387	-	-	(6.225)	-	
minério de ferro (CFR China 62% Fe)	04/24	Minério FWD USD 129,00	Minério_Fut_SCOH4	R$ 7.010	R$ 7.010	-	-	(422)	-	
minério de ferro (CFR China 62% Fe)	04/24	Minério FWD USD 129,08	Minério_Fut_SCOH4	R$ 87.315	R$ 87.315	-	-	(5.266)	-	
Ganho (perda) em Receita de exportação no período										**(156.755)**
Saldo contábil (posição ativa líquida da posição passiva)								**(11.913)**	**(100.678)**	

Os saldos contábeis das operações de instrumentos financeiros derivativos estão descritos a seguir:

	31/12/2023	31/12/2022
Passivo circulante	11.913	100.678
	31/12/2023	**31/12/2022**
Na receita bruta - mercado externo	(156.755)	16.559

(b) Atividades de instrumentos financeiros derivativos – *hedge* de fluxo de caixa (*hedge accounting)*
Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, a Mineração Usiminas S.A.:
- Contratou operações de instrumentos financeiros derivativos de preço de minério de ferro como instrumento de proteção contra a oscilação da cotação dessa *commodity*, que incide sobre as suas vendas ao mercado externo.
- Designou algumas operações de instrumentos financeiros derivativos como *hedge accounting.* A aplicação do *hedge accounting* envolve o reconhecimento do efeito líquido no resultado de ganhos e perdas das mudanças do valor justo do instrumento de *hedge* e do objeto de *hedge* em um mesmo momento.
- Efetuou testes de efetividade retrospectivo e prospectivo em conformidade com a Norma IAS 39/CPC 38. Esses testes apresentaram 100% de efetividade para as operações de instrumentos financeiros derivativos definidas como instrumento de *hedge*, bem como para as exportações definidas como objeto de *hedge*.

Em 31 de dezembro de 2023, as operações de instrumentos financeiros derivativos de proteção de preço de *commodities* designadas como instrumentos de *hedge* estão apresentadas a seguir:

	31/12/2023				
	Vencimento	Indexador		Valor de referência	
Objeto de hedge	**(mês/ano)**	**ativo**	**passivo**	**(Nocional)**	**Ganho (perda)**
Minério de ferro (CFR China 62% Fe)	03/24	Minério FWD USD 130,08	Minério_Fut_SCOG4	R$ 96.387	(6.225)
Minério de ferro (CFR China 62% Fe)	04/24	Minério FWD USD 129,00	Minério_Fut_SCOH4	R$ 7.010	(422)
Minério de ferro (CFR China 62% Fe)	04/24	Minério FWD USD 129,08	Minério_Fut_SCOH4	R$ 87.315	(5.266)
				-	(11.913)

A movimentação do valor reconhecido como *hedge accounting* no patrimônio líquido pode ser demonstrada como segue:

	31/12/2023	31/12/2022
Saldo inicial reconhecido no patrimônio líquido (a)	(16.099)	(8.030)
Ganho (perda) reconhecido como instrumento de *hedge* no período	(11.913)	(38.687)
Ganho (perda) reconhecido como objeto de *hedge* no período	12.411	26.461
Ganho (perda) reconhecido no período, líquido	498	(12.226)
Saldo antes dos tributos diferidos sobre o ganho (perda)	(15.601)	(20.256)
Tributos diferidos sobre o ganho (perda) reconhecido no período (34%)	(170)	4.157
Ganho (perda) reconhecido no período, líquido dos tributos diferidos (b)	16.427	(8.069)
Saldo final reconhecido no patrimônio líquido (a + b)	328	(16.099)
Ganho (perda) revertido do patrimônio líquido para receita de exportação (resgates)	(156.755)	16.559

7. INSTRUMENTOS FINANCEIROS POR CATEGORIA

	31/12/2023			31/12/2022		
	Ativos ao custo amortizado	Ativos mensurados ao valor justo por meio do resultado	Total	Ativos ao custo amortizado	Ativos mensurados ao valor justo por meio do resultado	Total
Ativos						
Caixa e equivalentes de caixa	859.644	-	859.644	868.610	-	868.610
Títulos e valores mobiliários	-	1.043.441	1.043.441	-	1.854.428	1.854.428
Contas a receber de clientes	738.304	-	738.304	649.195	-	649.195
Demais instrumentos financeiros ativos	27.959	-	27.959	49.904	-	49.904
	1.625.907	1.043.441	2.669.348	1.567.709	1.854.428	3.422.137

	31/12/2023			31/12/2022		
	Passivos ao custo amortizado	Passivos mensurados ao valor justo por meio do resultado	Total	Passivos ao custo amortizado	Passivos mensurados ao valor justo por meio do resultado	Total
Passivos						
Fornecedores	311.441	-	311.441	323.834	-	323.834
Passivos de arrendamento	63.563	-	63.563	65.025	-	65.025
Instrumentos financeiros derivativos	-	11.913	11.913	-	100.678	100.678
Valores a pagar a empresas ligadas	51.780	-	51.780	72.933	-	72.933
	426.784	11.913	438.697	461.792	100.678	562.470

O valor justo dos instrumentos financeiros é classificado em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:
- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos (*inputs* não observáveis).
- Nível 2: *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivados de preços).
- Nível 3: *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

Em 31 de dezembro de 2023, os instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo são compostos pelas aplicações financeiras que estão integralmente classificadas no Nível 2.
Os montantes dos instrumentos financeiros, mensurados pelo valor justo, não divergem significativamente dos seus respectivos montantes contábeis, considerando que estes foram pactuados e registrados por taxas e condições praticadas no mercado para operações de natureza, risco e prazos similares.

8. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Caixa e equivalentes de caixa incluem os ativos financeiros conforme a seguir:

	31/12/2023	31/12/2022
Bancos conta movimento	1.565	13.480
Bancos conta movimento exterior	498.160	343.454
Certificado de depósito bancário (CDB) e aplicações em compromissadas	359.919	511.676
	859.644	868.610

Em 31 de dezembro de 2023, as aplicações financeiras em certificado de depósito bancário (CDB) e as aplicações em compromissadas possuem liquidez imediata e rendimentos cuja variação média é de 104,64% (31 de dezembro de 2022 – 104,58%) do certificado de depósito interbancário (CDI).

9. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	31/12/2023	31/12/2022
Certificado de depósito bancário (CDB)	668.813	1.341.912
Fundos de investimentos	374.628	512.516
	1.043.441	1.854.428

Em 31 de dezembro de 2023, as aplicações financeiras em CDB possuem rendimentos cuja variação média é de 104,64% (31 de dezembro de 2022 – 104,58%) do CDI. A aplicação financeira em Fundos de Investimentos possui rendimentos cuja variação média é de 102,66% (31 de dezembro de 2022 – 102,76%) do CDI. Os referidos fundos de investimentos são exclusivos das Empresas Usiminas e, portanto, não há obrigações da Mineração Usiminas com terceiros a serem divulgadas.
As aplicações financeiras são compostas principalmente por CDB, que são mantidos em instituições financeiras de primeira linha, resgatáveis em até um ano.

10. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	31/12/2023	31/12/2022
Clientes em moeda nacional	10.718	7.844
Clientes em moeda estrangeira	471.391	354.603
Contas a receber de clientes	482.109	362.447
Contas a receber de partes relacionadas (Nota 31)	256.195	286.748
	738.304	649.195

Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 a Companhia não possuía saldos a receber de clientes vencidos.

11. ESTOQUES

	31/12/2023	31/12/2022
Ativo circulante:		
Produtos acabados	88.656	101.471
Produtos em elaboração	22.527	27.646
Matérias-primas	5	2.661
Almoxarifado	80.749	75.387
Importações em andamento	602	474
Provisão para perdas	(32.358)	(4.895)
	160.181	202.744
Ativo não circulante (i):		
Matérias-primas	49.323	22.265
Provisão para perdas	(26.557)	(22.265)
	22.766	-
Total de estoques	182.947	202.744

(i) A Mineração Usiminas, com base no seu plano de produção, classifica no ativo não circulante, o estoque de minério de ferro cuja expectativa de realização é superior a 12 meses.
Em 31 de dezembro de 2023, a movimentação da provisão para perda nos estoques do Ativo circulante é a seguinte:

	31/12/2023	31/12/2022
Saldo inicial	(4.895)	(1.611)
Provisão para ajustes ao valor realizável líquido de estoques	(33.108)	(3.284)
Reversão de ajustes ao valor realizável líquido de estoques	5.645	-
Saldo final	(32.358)	(4.895)

Em 31 de dezembro de 2023, foi constituída provisão para perda nos estoques, que totalizou R$27.463 (31 de dezembro de 2022 - R$3.284), referente à deterioração ocorrida no processo de armazenamento e de movimentação de minério de ferro e almoxarifado. No resultado, a contrapartida da referida provisão foi realizada na rubrica "Custos das vendas".
Em 31 de dezembro de 2023, a movimentação da provisão para perda nos estoques do Ativo não circulante é a seguinte

	31/12/2023	31/12/2022
Saldo inicial	(22.265)	(51.163)
Provisão para ajustes ao valor realizável líquido de estoques	(21.327)	-
Reversão de ajustes ao valor realizável líquido de estoques	17.035	28.898
Saldo final	(26.557)	(22.265)

Em 31 de dezembro de 2023, foi constituída provisão para perda nos estoques, que totalizou R$4.292, referente à deterioração ocorrida no processo de armazenamento e de movimentação de minério de ferro e almoxarifado. No resultado, a contrapartida da referida provisão foi realizada na rubrica "Custos das vendas". Em 31 de dezembro de 2022, foi revertida a provisão para perda nos estoques, que totalizou R$28.898, referente à baixa efetiva do estoque, em contrapartida do resultado, na rubrica "Custos das vendas".

12. IMPOSTOS A RECUPERAR

Os impostos a recuperar, registrados no ativo circulante, estão apresentados a seguir:

	31/12/2023	31/12/2022
PIS e COFINS	11.785	16.557
ICMS (i)	269.307	213.039
Provisão para perda de ICMS	(269.307)	(213.039)
Outros	381	381
	12.166	16.938

(i) A Mineração Usiminas, possui saldo credor acumulado de ICMS, sendo realizada a provisão para perda deste saldo por não haver expectativa de recuperação.

13. ADIANTAMENTOS CONTRATUAIS

A Companhia possui contrato vigente, assinado em julho de 2011, referente ao arrendamento de direitos minerários circunvizinhos aos seus títulos minerários, com duração de 30 anos, iniciado em 15 de outubro de 2012, data em que o contrato de arrendamento foi autorizado pela Agência Nacional de Mineração (ANM); ou até a exaustão dessas reservas minerais.
A remuneração mensal pelo arrendamento equivale ao valor atribuído por tonelada de minério lavrado dos direitos minerários arrendados, sendo fixado, desde 2015, o volume mínimo anual de 3,6 milhões de toneladas. Caso a lavra anual seja inferior ao volume anual mínimo fixado, será devido o pagamento de penalidade a título de t*ake or pay*, calculado pela diferença entre o volume mínimo fixado e o volume efetivamente lavrado.
O referido contrato foi aditado em 19 de dezembro de 2019 e em 20 de julho de 2023, quando foi inserido mecanismo de compensação de minério não lavrado. Esse aditamento estabelece que, exclusivamente, para o período de 1° de janeiro de 2019 a 31 de dezembro de 2027, o volume mínimo anual fixado não lavrado e pago na modalidade de *take or pay*, de acordo com o contrato original, será considerado como crédito, para compensação futura, durante o período de 2028 a 2039, com o volume a ser lavrado e que superar o volume mínimo anual fixado.
Em 31 de dezembro de 2023, de acordo com as cláusulas previstas no contrato de arrendamento e seus aditivos, foi reconhecido como adiantamento contratual, no ativo não circulante, o crédito a ser compensado, no valor de R$327.285.

14. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

(a) Tributos sobre o lucro
O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro diferem do valor teórico que seria obtido com o uso das alíquotas nominais desses tributos, aplicáveis ao lucro antes da tributação, como segue:

	31/12/2023	31/12/2022
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	868.091	1.545.615
Alíquotas nominais	34%	34%
Tributos sobre o lucro calculados às alíquotas nominais	(295.151)	(525.509)
Ajustes para apuração dos tributos sobre o lucro efetivos:		
Equivalência patrimonial	43.194	32.934
Exclusões (adições) permanentes	(3.166)	(4.638)
Incentivo fiscal	9.954	10.750
Juros sobre o capital próprio	56.089	85.281
Tributos sobre o lucro apurados	(189.080)	(401.182)
Corrente	(235.037)	(306.594)
Diferido	45.957	(94.588)
Tributos sobre o lucro no resultado	(189.080)	(401.182)
Alíquotas efetivas	22%	26%

(b) Imposto de renda e contribuição social diferidos
Os saldos e a movimentação do imposto de renda e da contribuição social diferidos, ativo e passivo, constituídos às alíquotas nominais, são demonstrados como segue:

	31/12/2022	Patrimônio líquido/ Resultado abrangente	Reconhecido no resultado	31/12/2023
Ativo				
Imposto de renda e contribuição social				
Provisões temporárias				
Provisão para demandas judiciais	3.404	-	20.568	23.972
Obrigação para recuperação ambiental	34.249	-	(13.573)	20.676
Provisão para ajuste nos estoques	9.234	-	10.797	20.031
Ágio incorporação empresas	276.118	-	(4.662)	271.456
Provisão para participação nos lucros	11.204	-	261	11.465
Perda por valor recuperável de ativos *(impairment)*	78.882	-	(1.191)	77.691
Provisão para passivo atuarial	3.636	(3.171)	1.123	1.588
Hedge accounting	8.293	(8.293)	-	-
Outros	146.958	-	35.529	182.487
Total ativo (a)	571.978	(11.464)	48.852	609.366
Passivo				
Imposto de renda e contribuição social				
Variação monetária de depósitos judiciais	7.567	-	6.439	14.006
Leasing – adequação Lei 11.638	11	-	(11)	-
Hedge accounting	-	169	-	169
Ajuste a valor presente	7.380	-	(3.533)	3.847
Total passivo (b)	14.958	169	2.895	18.022
Total líquido reconhecido no ativo não circulante (a – b)	557.020	(11.633)	45.957	591.344

O imposto de renda e a contribuição social diferidos de longo prazo foram submetidos a teste de *impairment* e justificados de acordo com lucros tributáveis futuros fundamentados em projeções elaboradas pela Administração da Companhia. Para a realização das projeções a Administração da Companhia utiliza informes de instituições reconhecidas do mercado da mineração e projeções macroeconômicas fornecidas por instituições públicas, dentre outras.
(c) Imposto de renda e contribuição social no passivo circulante

	31/12/2023	31/12/2022
Imposto de renda		
Receita (despesa) corrente	(170.393)	(222.585)
Antecipações e compensações do período	167.312	180.490
	(3.081)	(42.095)
Contribuição social		
Receita (despesa) corrente	(64.644)	(84.009)
Antecipações e compensações do período	59.226	79.933
	(5.418)	(4.076)
Total IR e CSLL a pagar	(8.499)	(46.171)

(d) Imposto de renda e contribuição social a recuperar
Em 31 de dezembro de 2023, o saldo de imposto de renda e contribuição social a recuperar, registrados no ativo não circulante, no valor R$ 9.683, (31 de dezembro de 2022 – R$ 8.763), referem-se à decisão do STF sobre a não incidência de IRPJ e CSLL sobre os valores de juros de mora (SELIC) recebidos pelos contribuintes em decorrência de repetição de indébito tributário. Após o trânsito em julgado da ação judicial, o referido valor será considerado nas apurações fiscais, observadas as normas da Receita Federal do Brasil.

15. DEPÓSITOS JUDICIAIS

	31/12/2023	31/12/2022
Saldo inicial	156.546	105.054
Adições	36.654	38.703
Reversões	(248)	(145)
Baixas	(314)	(79)
Correção Monetária	19.053	13.013
Saldo final	**211.691**	**156.546**

Em 31 de dezembro de 2023, as adições na Companhia referem-se, substancialmente, a causa de natureza tributária, no valor de R$32.368, relacionada ao Mandado de Segurança impetrado contra a exigência da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (CFEM). A Companhia, com base na opinião dos seus consultores jurídicos internos e externos, considera o risco dessa ação, associado a este depósito judicial, como expectativa de perda possível. Desta forma, não há provisão constituída para a referida causa.

16. INVESTIMENTOS

(a) Movimentação dos investimentos

	31/12/2022	Equivalência patrimonial	Dividendos	Passivo atuarial	31/12/2023
Controlada em conjunto					
Modal	2.456	3.297	(3.316)	-	2.437
Coligadas					
Terminal Sarzedo (i)	5.745	12.235	(12.109)	-	5.871
Terminal Paraopeba	946	(14)	-	-	932
UPL	520.318	111.524	(34.939)	44	596.947
	529.465	127.042	(50.364)	44	606.187
Ágio					
Modal	4.668	-	-	-	4.668
Terminal Sarzedo	7.200	-	-	-	7.200
	11.868	-	-	-	11.868
	541.333	127.042	(50.364)	44	618.055

(i) Para apurar o investimento na coligada Terminal Sarzedo, deve-se deduzir do patrimônio líquido apresentado no item (b) abaixo, os dividendos antecipados recebidos no mês de dezembro no valor de R$1.111 bem como adicionar o montante de R$965 referente a ajuste de avaliação patrimonial de 2022.
(b) Informações financeiras das coligadas
A seguir, está demonstrada a participação da Companhia no resultado das coligadas, em 31 de dezembro de 2023:

	País de constituição	% de Participação	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Receita líquida	Resultado
Terminal Sarzedo	Brasil	22,22	83.218	40.053	43.165	146.383	62.022
Terminal Paraopeba	Brasil	22,22	4.204	11	4.193	-	(65)
UPL	Brasil	83,30	748.435	31.812	716.623	-	133.882

Mineração **USIMINAS**

Mineração Usiminas S.A.
CNPJ Nº 12.056.613/0001-20

A Companhia utilizou o balanço de 30 de novembro de 2023 para calcular os efeitos da equivalência patrimonial das coligadas Terminal Sarzedo e Terminal Paraopeba.
O capital social da coligada UPL é composto por 33,3% de ações com direito de voto e 66,7% de ações sem direito de voto. A Companhia possui 100% do capital social não votante e 49,9% do total do capital votante, não exercendo o controle sobre a UPL.
Não houve modificação das participações nos últimos exercícios apresentados.
(c) Empreendimentos controlados em conjunto
As informações financeiras resumidas da empresa controlada em conjunto Modal estão demonstradas a seguir:
(i) Balanço patrimonial resumido

	31/12/2023	31/12/2022
Ativo		
Circulante	3.984	4.043
Imobilizado	1.958	1.795
Total do ativo	5.942	5.838
Passivo e Patrimônio líquido		
Circulante	1.067	929
Patrimônio líquido	4.875	4.909
Total do passivo e patrimônio líquido	5.942	5.838

(ii) Demonstração do resultado resumida

	31/12/2023	31/12/2022
Receita líquida de vendas e serviços	12.382	13.370
Custo das vendas	(4.529)	(4.793)
Receitas (despesas) operacionais	(57)	(37)
Receitas (despesas) financeiras	305	293
Provisão IRPJ e CSLL	(1.508)	(1.619)
Lucro líquido do exercício	6.593	7.214

17. IMOBILIZADO

	Taxa média ponderada de depreciação anual %	31/12/2023 Custo	31/12/2023 Depreciação acumulada	31/12/2023 Imobilizado líquido	31/12/2022 Custo	31/12/2022 Depreciação acumulada	31/12/2022 Imobilizado líquido
Em operação							
Edificações	16	305.790	(133.485)	172.305	182.236	(109.269)	72.967
Máquinas e equipamentos	20	909.004	(633.153)	275.851	736.969	(540.162)	196.807
Instalações	20	961.221	(622.997)	338.224	926.837	(537.730)	389.107
Móveis e utensílios	24	6.806	(4.441)	2.365	4.880	(3.787)	1.093
Equipamentos de informática	32	31.746	(20.777)	10.969	27.137	(16.265)	10.872
Veículos	45	14.320	(12.653)	1.667	14.862	(12.120)	2.742
Ferramentas e aparelhos	26	13.538	(6.778)	6.760	7.280	(4.756)	2.524
Direito de Uso	21	151.823	(87.310)	64.513	132.444	(70.947)	61.497
Obrigação para recuperação ambiental	-	223.411	(74.934)	148.477	208.081	(20.913)	187.168
		2.617.659	(1.596.528)	1.021.131	2.240.726	(1.315.949)	924.777
Terrenos		147.260	-	147.260	136.939	-	136.939
Total em operação		2.764.919	(1.596.528)	1.168.391	2.377.665	(1.315.949)	1.061.716
Em obras							
Obras em andamento		300.467	-	300.467	333.308	-	333.308
Importações em andamento		266	-	266	266	-	266
Adiantamentos a fornecedores		-	-	-	549	-	549
Outros		518	-	518	-	-	-
Total em obras		301.251	-	301.251	334.123	-	334.123
		3.066.170	(1.596.528)	1.469.642	2.711.788	(1.315.949)	1.395.839

A movimentação do ativo imobilizado está demonstrada a seguir:

	31/12/2022	Adições (i)	Mensuração IFRS 16 (ii)	Baixas	Depreciação	Transferências	31/12/2023
Em operação							
Edificações	72.967	37.134	-	-	(24.216)	86.420	172.305
Máquinas e equipamentos	196.807	15.945	-	(379)	(95.610)	159.088	275.851
Instalações	389.107	4.843	-	-	(85.268)	29.542	338.224
Terrenos	136.939	-	-	-	-	10.321	147.260
Ferramentas e aparelhos	2.524	-	-	-	(2.022)	6.258	6.760
Obrigação para recuperação ambiental	187.168	15.329	-	-	(54.020)	-	148.477
Direito de uso	61.497	-	19.379	-	(16.363)	-	64.513
Outros	14.707	122	-	(1.299)	(6.248)	7.719	15.001
	1.061.716	73.373	19.379	(1.678)	(283.747)	299.348	1.168.391
Em obras							
Imobilizado em obras	334.123	266.244	-	-	-	(299.116)	301.251
	1.395.839	339.617	19.379	(1.678)	(283.747)	232	1.469.642

(i) As adições do imobilizado compreendem compras à vista no valor de R$324.288.
(ii) A mensuração do direito de uso compreende contratos de arrendamento de equipamentos no valor de R$19.379.

	31/12/2021	Adições (i)	Mensuração IFRS 16 (ii)	Baixas	Depreciação	Transferências	31/12/2022
Em operação							
Edificações	58.072	559	-	-	(15.293)	29.629	72.967
Máquinas e equipamentos	135.227	946	-	(332)	(54.689)	115.655	196.807
Instalações	229.321	4.034	-	(625)	(87.150)	243.527	389.107
Terrenos	130.814	-	-	(1.178)	-	7.303	136.939
Ferramentas e aparelhos	1.270	-	-	-	(871)	2.125	2.524
Obrigação para recuperação ambiental	98.689	92.585	-	-	(4.106)	-	187.168
Direito de uso	36.147	-	47.915	-	(22.565)	-	61.497
Outros	13.878	2	-	-	(4.476)	5.303	14.707
	703.418	98.126	47.915	(2.135)	(189.150)	403.542	1.061.716
Em obras							
Imobilizado em obras	474.315	264.030	-	-	-	(404.222)	334.123
	1.177.733	362.156	47.915	(2.135)	(189.150)	(680)	1.395.839

(i) As adições do imobilizado compreendem compras à vista no valor de R$269.568.
(ii) A mensuração do direito de uso compreende contratos de arrendamento de equipamentos no valor de R$47.915.
Em 31 de dezembro de 2023, a depreciação foi reconhecida nas rubricas "Custos das vendas", "Despesas com vendas", "Despesas gerais e administrativas" e "Outras despesas operacionais" no montante de R$269.770, R$1.536, R$2.809 e R$9.632 (31 de dezembro de 2022 - R$162.597, R$1.432, R$2.433 e R$22.688), respectivamente.

18. INTANGÍVEL

A seguir está demonstrada a movimentação do ativo intangível:

	Direitos minerários (i)	Servidão minerária	Outros (ii)	Total
Valor residual em 31 de dezembro de 2022	1.710.472	715	7.704	1.718.891
Adições	-	-	6.319	6.319
Baixas	-	-	(32)	(32)
Amortização	(25.069)	(143)	(5.195)	(30.407)
Transferências	-	-	(232)	(232)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	1.685.403	572	8.564	1.694.539
Custo total	1.850.796	4.478	25.111	1.880.385
Amortização acumulada	(165.393)	(3.906)	(16.547)	(185.846)
Valor residual em 31 de dezembro de 2023	1.685.403	572	8.564	1.694.539

(i) Os direitos minerários são amortizados de acordo com a exaustão das minas.
(ii) Refere-se basicamente a *softwares*, com taxa média de amortização de 46% a.a..

	Direitos minerários (i)	Servidão minerária	Outros (ii)	Total
Valor residual em 31 de dezembro de 2021	1.437.124	858	6.190	1.444.172
Adições	-	-	2.221	2.221
Baixas	-	-	(53)	(53)
Amortização	(20.116)	(143)	(1.334)	(21.593)
Transferências	-	-	680	680
Impairment	293.464	-	-	293.464
Saldos em 31 de dezembro de 2022	1.710.472	715	7.704	1.718.891
Custo total	1.850.796	4.478	19.056	1.874.330
Amortização acumulada	(140.324)	(3.763)	(11.352)	(155.439)
Valor residual em 31 de dezembro de 2022	1.710.472	715	7.704	1.718.891

(i) Os direitos minerários são amortizados de acordo com a exaustão das minas.
(ii) Refere-se basicamente a *softwares*, com taxa média de amortização de 40% a.a..
Em 31 de dezembro de 2023, a amortização do intangível foi reconhecida nas rubricas "Custos das vendas" e "Despesas gerais e administrativas" nos montantes de R$25.945 e R$4.462, respectivamente (31 de dezembro de 2022 – R$20.946 e R$700).

19. VALOR RECUPERÁVEL DE ATIVOS (IMPAIRMENT) NÃO FINANCEIROS

Para o cálculo do valor recuperável de ativos não financeiros, a Mineração Usiminas utiliza o método de fluxo de caixa descontado, com base em projeções econômico-financeiras de cada Unidade Geradora de Caixa (UGC). As projeções consideram as mudanças observadas no panorama econômico, bem como premissas de expectativa de resultado e históricos de rentabilidade de cada UGC.
Em 31 de dezembro de 2023 a Mineração Usiminas efetuou avaliação das suas unidades geradoras de caixa conforme descrito a seguir:
(a) Testes de *impairment* do ágio
Para as unidades geradoras de caixa que possuem ativos intangíveis com vida útil indefinida (ágio), a Mineração Usiminas efetuou análise de *impairment.*
No exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, não foram apuradas perdas por *impairment* de ágio.
Para o cálculo do valor recuperável foram utilizadas projeções de volumes de vendas, preços médios e custos operacionais realizadas pelos setores comerciais e de planejamento para os próximos 8 anos, considerando a evolução da inflação, com base em relatórios de mercado. Também foram consideradas as necessidades de capital de giro e investimentos para manutenção dos ativos testados.
As taxas de desconto utilizadas foram elaboradas considerando informações de mercado disponíveis na data do teste. A taxa real utilizada para descontar o fluxo de caixa de cada unidade geradora de caixa foi de 8,88%, e taxa nominal de 12,69% em 2023.
(b) Testes de *impairment* do direito minerário
O valor recuperável dos ativos da UGC de mineração foi atualizado para refletir as melhores estimativas da Administração sobre o resultado futuro a ser obtido com o beneficiamento e comercialização do minério de ferro, com base em projeções de preço de venda, gastos e investimentos. Tal avaliação mantém-se sensível à volatilidade dos preços da commodity e eventuais alterações nas expectativas de longo prazo poderão levar a futuros ajustes no valor reconhecido.
A taxa de desconto aplicada nas projeções de fluxos de caixa futuros representou uma estimativa da taxa que o mercado utilizaria para atender aos riscos do ativo sob avaliação. A taxa real utilizada foi de 8,88%, e a taxa nominal de 12,69% em 2023. A Companhia considerou fontes de mercado para definição das taxas de inflação e câmbio utilizadas nas projeções dos fluxos futuros. Para projeção das taxas anuais de câmbio (Real / Dólar), foram consideradas as taxas de inflação norte-americana e brasileira de longo prazo. Os preços projetados para o minério de ferro (CFR China 62% Fe) foram entre USD95,00/t e USD105,00/t para o curto prazo e USD88,20/t para o longo prazo. Os preços utilizados no cálculo dos fluxos de caixa futuros encontram-se dentro do intervalo das estimativas publicadas pelos analistas de mercado.
No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, não foi registrada a alteração do *impairment* de direitos minerários, alocado no ativo intangível. Adicionalmente foi registrada reversão de perda no valor de R$1.562, em propriedades para investimento, correspondente a terreno em Itaguaí/RJ. A reversão foi apurada em decorrência da valorização do valor justo, que reflete as condições do mercado na data do balanço, da propriedade em relação ao seu valor de custo. O *impairment* remanescente no valor de R$228.503, continua sendo monitorado pela Companhia e poderá ser revertido na medida em que as projeções futuras permitirem.

20. FORNECEDORES, EMPREITEIROS E FRETES

	31/12/2023	31/12/2022
No país	214.537	265.400
No exterior	38.294	1.136
Valores a pagar a empresas ligadas (Nota 31)	58.610	57.298
	311.441	323.834

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia não contratou operações de *forfaiting* (risco sacado). Alguns de seus fornecedores contrataram, por sua iniciativa, operações de *forfaiting* (risco sacado) junto aos bancos, cujo montante foi de R$12.232 (31 de dezembro de 2022 - R$81.455). Desta forma, as referidas operações não modificaram a apresentação dos saldos patrimoniais, uma vez que não houve quaisquer encargos financeiros imputados à Companhia.

21. TRIBUTOS A RECOLHER

	31/12/2023	31/12/2022
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS)	691	639
Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF)	167	1.604
Imposto Sobre Serviços (ISS)	1.900	1.641
Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais	27.435	17.143
Outros	5.611	1.991
	35.804	23.018

22. PASSIVOS DE ARRENDAMENTO

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia possui contratos de arrendamento, principalmente, de veículos utilizados no transporte interno nas minas (veículos *offroad*).
O passivo de arrendamento é inicialmente mensurado descontando os pagamentos mínimos contratuais remanescentes ao valor presente. A Companhia estimou as taxas de desconto, com base nas taxas de juros livres de risco observadas no mercado brasileiro, para o prazo dos seus contratos. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, as taxas utilizadas no cálculo variaram entre 9,55% a.a. e 16,74% a.a..
A movimentação dos passivos de arrendamento está demonstrada na tabela abaixo:

	31/12/2023	31/12/2022
Saldo inicial	65.025	39.688
Adição	19.379	47.915
Pagamentos	(26.158)	(27.515)
Juros apropriados	6.617	4.937
Variação cambial	(1.300)	-
Saldo final	63.563	65.025
Passivo circulante	28.931	18.420
Passivo não circulante	34.632	46.605

Os futuros pagamentos mínimos estimados para os contratos de arrendamento estão demonstrados a seguir:

31/12/2023	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 5 anos	Acima de 5 anos	Total
Contratos de arrendamentos	34.298	15.255	24.641	1.213	75.407
Ajuste a valor presente	(5.367)	(3.548)	(2.813)	(116)	(11.844)
	28.931	11.707	21.828	1.097	63.563

31/12/2022	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 5 anos	Acima de 5 anos	Total
Contratos de arrendamentos	24.695	21.113	33.991	1.520	81.319
Ajuste a valor presente	(6.275)	(4.488)	(5.327)	(204)	(16.294)
	18.420	16.625	28.664	1.316	65.025

O quadro a seguir demonstra o valor estimado do direito potencial de PIS/COFINS a recuperar, o qual está embutido na contraprestação de arrendamento, conforme os períodos previstos para pagamento:

Fluxo de caixa	31/12/2023 Nominal	31/12/2023 Ajustado a valor presente
Contraprestação do arrendamento	68.432	57.683
PIS/COFINS potencial (9,25%)	6.975	5.880
	75.407	63.563

Fluxo de caixa	31/12/2022 Nominal	31/12/2022 Ajustado a valor presente
Contraprestação do arrendamento	73.797	59.010
PIS/COFINS potencial (9,25%)	7.522	6.015
	81.319	65.025

23. OBRIGAÇÃO PARA RECUPERAÇÃO AMBIENTAL

A Companhia possui provisão para recuperação ambiental de áreas em exploração e desmobilização de ativos, cujo saldo em 31 de dezembro de 2023 era de R$297.498. Desse total, o valor de R$6.703 foi registrado no passivo circulante, na rubrica Demais contas a pagar, e o valor de R$290.795 foi registrado no passivo não circulante (31 de dezembro de 2022 – R$ 39.030 e R$283.060, registrado no passivo circulante e passivo não circulante, respectivamente).
A movimentação da provisão para recuperação ambiental está demonstrada a seguir:

	31/12/2023	31/12/2022
Saldo inicial	322.090	233.178
Variação monetária	15.009	20.908
Adição	15.329	92.585
Amortização	(54.930)	(24.582)
	297.498	322.090
Passivo Circulante	6.703	39.030
Passivo não circulante	290.795	283.060

Os gastos com a recuperação ambiental e desmobilização de ativos foram registrados como parte dos custos destes ativos em contrapartida da provisão que suportará tais gastos, e levam em conta as estimativas da Administração da Companhia. As estimativas de gastos são revistas periodicamente ajustando-se, sempre que necessário, os valores já contabilizados.
No exercício de 2023, a Companhia, revisou a estimativa de gastos para recuperação ambiental de áreas em exploração e desmobilização de ativos, conforme o acréscimo de área degradada e revisão técnica interna de determinados gastos, considerando que no ano de 2022 ocorreu a revisão com base na legislação vigente, não alterada neste exercício.
A revisão, ocorrida no ano de 2022, foi realizada por empresa de consultoria especializada e considerou, além dos planos de recuperação existentes, o Plano de Descaracterização da Barragem Samambaia. Esse Plano foi aprovado pela Administração, iniciou as atividades em 2023, possui previsão de conclusão para o final de 2025 e estimativa total de gastos de R$ 156.930. Até 31 de dezembro de 2023, os gastos realizados, com ao Plano totalizaram de R$ 45.427, além de gastos com a recuperação de outras áreas.

24. PROVISÃO PARA DEMANDAS JUDICIAIS

A movimentação das provisões para demandas judiciais pode ser assim demonstrada:

	31/12/2023	31/12/2022
Saldo inicial	10.011	8.811
Adições	50.212	841
Juros/atualizações	13.531	884
Amortizações/baixas	(1.299)	(182)
Reversões	(1.949)	(343)
	70.506	10.011

As provisões para demandas judiciais foram constituídas para fazer face às perdas prováveis em processos administrativos e judiciais relacionados a questões tributárias, trabalhistas, cíveis e ambientais. Os valores provisionados foram julgados como suficientes pela Administração, segundo a avaliação e posição dos seus consultores jurídicos internos e externos.
No ano de 2023, as adições na Mineração Usiminas referem-se, principalmente, a causas ambientais relacionadas a lavra limítrofe no valor de R$47.405, além das causas cíveis e tributárias no valor de R$2.807 (31 de dezembro de 2022 natureza trabalhista, R$824; natureza tributária de R$17). Adicionalmente, os valores relativos a atualizações são relacionados aos processos de contingência ambiental no valor de R$12.413, e a outras esferas no valor de R$1.118 (31 de dezembro de 2022 natureza trabalhista, R$330; natureza tributária de R$252; e outras esferas no valor de R$302).
Em relação aos saldos de amortização, em 31 de dezembro de 2023, refere-se a causa trabalhista no valor de R$786 e civil no valor de R$513 (31 de dezembro de 2022 natureza trabalhista, R$182). Os saldos de reversões estão relacionados, principalmente, a causas ambientais no valor de R$ 1.573. Em 31 de dezembro de 2022 o montante refere-se, principalmente, a causa trabalhista no valor de R$ 324.
(a) Demandas prováveis
A provisão para demandas judiciais foi constituída para fazer face às perdas prováveis em processos administrativos e judiciais, em valor julgado suficiente pela Administração, segundo a avaliação e posição dos seus consultores jurídicos internos e externos. Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, as causas mais relevantes estão descritas a seguir:

Descrição	Posição	31/12/2023 Saldo	31/12/2022 Saldo
Ações envolvendo empregados, ex-empregados próprios e terceiros da Mineração Usiminas, que pleiteiam verbas trabalhistas e processos administrativos.	Aguardando julgamento perante os órgãos competentes, em instâncias diversas.	5.995	4.305
Ação de instituição de servidão minerária com pedido de antecipação dos efeitos da tutela autorizando a Mineração Usiminas a realizar as atividades necessárias para o licenciamento e exploração mineral na área.	Sentença proferida (julgado procedente). Aguarda-se cumprimento da sentença, com pagamento da indenização pela instituição da servidão.	926	835
Autuação por alegada degradação ambiental, por assoreamento da microbacia a jusante.	Processo alterado para interposição de recurso.	-	1.523
Ação pleiteando a não incidência de contribuição previdenciária (INSS) sobre um terço de férias.	Aguardando julgamento em segunda instância judicial.	3.379	3.113
Autuação envolvendo lavra fora dos limites da concessão da Companhia, cuja denúncia foi apresentada de maneira espontânea à ANM.	Aguardando julgamento em esfera administrativa.	26.934	-
Autuação envolvendo lavra fora dos limites da concessão da Companhia.	Aguardando julgamento em esfera administrativa.	32.751	-
Outros	-	521	235
Total		70.506	10.011

(b) Demandas possíveis
A Mineração Usiminas figura como parte em outros processos não provisionados, cuja expectativa da Administração, baseada na opinião dos consultores jurídicos internos e externos, é de perda possível, entre os quais se destacam:

Descrição	Posição	31/12/2023 Saldo	31/12/2022 Saldo
Autuação fiscal visando a cobrança de PIS e COFINS referentes ao aproveitamento de créditos de serviços relacionados à atividade da pessoa jurídica.	Aguardando julgamento na esfera administrativa.	45.849	42.493
Ação judicial que discute a exclusão das despesas com frete e seguro, incorridas na fase de comercialização do produto mineral, na apuração e recolhimento da CFEM.	Aguardando julgamento na Segunda Instância.	195.377	142.448
Processo de cobrança para exigência de débitos de CFEM relacionado ao processo minerário.	Aguardando julgamento na esfera administrativa.	58.989	54.082
Auto de Infração lavrado pela Receita Federal para cobrança de valores de IRPJ e CSLL decorrentes de ajuste nas bases de cálculo referentes à apuração do ano-calendário de 2019.	Aguardando julgamento na esfera administrativa.	34.483	-
Outras ações de natureza cível.	-	30.452	24.830
Outras ações de natureza trabalhista.	-	30.704	17.325
Outras ações de natureza tributária.	-	13.133	11.044
Total		408.987	292.222

25. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(a) Capital social
Em 31 de dezembro de 2023, o capital social da Companhia totalizou R$3.194.541 (R$3.194.541 – 31 de dezembro de 2022).
Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, a composição acionária da Companhia está demonstrada a seguir:

Acionista	31/12/2023 e 31/12/2022 Ações ordinárias Quantidade	%
Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S.A. - Usiminas	1.968.125.146	70,00
Sumitomo Corporation (Japão)	822.395.150	29,25
Sumitomo Corporation do Brasil S.A.	21.087.055	0,75
Total	2.811.607.351	100,00

Cada ação ordinária dá direito a 1 (um) voto nas deliberações da Assembleia Geral.
Aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido do exercício calculado baseado nos termos da lei societária.
(b) Reservas de capital e de lucros
Reservas de lucros
• Reserva legal - cujo saldo em 31 de dezembro de 2023 é de R$215.491 (31 de dezembro de 2022 – R$181.540) é constituída na base de 5% do lucro líquido de cada exercício até atingir 30% do capital social, desde que acrescido do montante da reserva de capital (conforme previsto no parágrafo 1º do art. 193 da Lei nº 6.404/1976).
• Reserva para investimentos e capital de giro, cujo saldo em 31 de dezembro de 2023 é de R$3.472.053 (31 de dezembro de 2022 – R$3.848.009). De acordo com o Estatuto Social, essa reserva tem por objetivo assegurar o desenvolvimento das atividades da Companhia conforme as necessidades do seu orçamento de capital.
A aplicação do excesso das reservas de lucros, que no exercício social de 2023 ultrapassou o saldo do capital social, será deliberada em assembleia (conforme previsto no art. 199 da Lei nº 6.404/1976).
(c) Ajustes de avaliação patrimonial
Os ajustes de avaliação patrimonial referem-se substancialmente a:
• Ganhos e perdas atuariais: corresponde aos ganhos e perdas atuariais apurados em conformidade com CPC 33 e IAS 19. Em 31 de dezembro de 2023, o saldo credor dessa conta totaliza R$1.348 (31 de dezembro de 2022– R$4.853, saldo devedor).
• *Hedge accounting*: corresponde ao efeito líquido, após dedução de tributos, da contabilidade de *hedge* (nota 6). Em 31 de dezembro de 2023, o saldo credor dessa conta totaliza R$328 (31 de dezembro de 2022 – R$16.099, saldo devedor).
(d) Dividendos e juros sobre capital próprio
Os dividendos e juros sobre capital próprio propostos, relativos ao resultado do exercício de 2023 e 2022, podem ser demonstrados conforme a seguir:

	31/12/2023	31/12/2022
Lucro líquido do exercício	679.011	1.144.433
Constituição da reserva legal (5%)	(33.951)	(57.221)
Base de cálculo dos dividendos e juros sobre capital próprio	645.060	1.087.212
Dividendo mínimo e juros sobre capital próprio propostos (25%), líquidos de IRRF	161.265	271.803
Dividendos propostos a serem imputados ao mínimo obrigatório	21.041	56.766
Juros sobre capital próprio pagos imputados ao dividendo mínimo obrigatório	140.224	215.037
Juros sobre capital próprio pagos – complemento (i)	1.206	1.834
IRRF sobre juros sobre capital próprio (i)	23.539	35.790
Total bruto de dividendos e juros sobre capital próprio	186.010	309.427
Valor por ação (ii)	R$0,057357	R$0,096672

(i) Oriundo do benefício tributário (acordo Brasil-Japão) de um dos acionistas. A alíquota efetiva de IRRF no pagamento de juros sobre capital próprio de 31 de dezembro de 2023 foi de 14,3% (31 de dezembro de 2022 – 14,3%).
(ii) Calculado com base no montante líquido de IRRF.
A movimentação dos dividendos e dos juros sobre capital próprio a pagar está demonstrada a seguir:

Natureza	31/12/2023	31/12/2022
Dividendos a pagar no início do exercício	58.600	387.509
Dividendos e juros sobre capital próprio adicionais do exercício anterior	835.006	649.696
Pagamento de dividendos e dos juros sobre capital próprio	(1.058.575)	(1.288.032)
Dividendos e juros sobre capital próprio propostos	186.010	309.427
Total dos dividendos líquidos a pagar no fim do exercício	21.041	58.600

O estatuto social da Companhia determina a distribuição de um dividendo mínimo obrigatório de 25% do resultado do exercício, ajustado na forma da lei. Os dividendos a pagar foram destacados do patrimônio líquido no encerramento do exercício e registrados como obrigação no passivo.
O Conselho de Administração da Companhia aprovou, em reunião realizada em 28 de abril de 2023, a distribuição adicional de dividendos referente ao exercício de 2022, a seus acionistas, em atendimento ao previsto no artigo 199 da Lei 6.404/76, o valor bruto de R$835.006.
O Conselho de Administração da Companhia aprovou, em reunião realizada em 14 de dezembro de 2023, a distribuição de juros sobre capital, a seus acionistas, no valor bruto de R$164.969, calculados até o limite da variação da Taxa de Juros a Longo Prazo (TJLP), imputando o valor líquido de R$141.430 ao valor do dividendo mínimo obrigatório, referente ao resultado do exercício de 2023.

26. RECEITA

A reconciliação da receita bruta para a receita líquida é como segue:

	31/12/2023	31/12/2022
Vendas de produtos		
Mercado interno	747.592	1.083.559
Equiparadas às exportações	692.208	301.873
Mercado externo	2.214.626	2.495.524
Receita bruta	3.654.426	3.880.956
Deduções da receita	(124.656)	(263.248)
Receita líquida	3.529.770	3.617.708

27. DESPESAS POR NATUREZA

	31/12/2023	31/12/2022
Depreciação e amortização	(314.154)	(210.796)
Despesas de benefícios a empregados	(238.038)	(219.651)
Fretes sobre vendas	(966.757)	(1.060.245)
Matérias-primas e materiais de uso e consumo	(473.709)	(423.745)
Custo de distribuição e comissões	(305.086)	(333.874)
Serviços de terceiros	(437.792)	(361.638)
Despesas com custas e obrigações judiciais	(49.483)	(534)
Resultado na venda/baixa de imobilizado, investimento e intangível	(382)	1.038
Resultado na venda de energia elétrica excedente	(305)	(5.159)
Reversão (perda) por valor recuperável de ativos (*impairment*) (i)	1.562	296.624
Arrendamento direito minerário	-	6.841
Provisão para perda ICMS	(56.269)	(58.631)
Provisão para perda nos estoques	(16.074)	(9.076)
Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (CFEM)	(94.664)	(95.017)
Outras receitas (despesas) operacionais	(36.997)	(2.721)
	(2.988.148)	(2.476.584)
Custo das vendas	(2.456.765)	(2.265.310)
Despesas com vendas	(326.510)	(353.687)
Despesas gerais e administrativas	(51.645)	(41.984)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(153.228)	184.397
	(2.988.148)	(2.476.584)

(i) No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, foi registrada reversão de perda por *impairment* no valor de R$1.562, em propriedades para investimento, correspondente a terreno em Itaguaí/RJ. A reversão foi apurada em decorrência da valorização do valor justo, que reflete as condições do mercado na data do balanço. No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, foi registrada reversão de perda por *impairment* no valor de R$296.624, correspondente à reversão de perda por *impairment* de direitos minerários no valor de R$293.464, adicionada de R$3.160, alocado no ativo intangível propriedades para investimento, correspondente a terreno em Itaguaí/RJ.

28. DESPESAS E BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

	31/12/2023	31/12/2022
Salários e encargos	(173.003)	(162.391)
Encargos previdenciários	(24.373)	(22.181)
Participação dos empregados nos lucros	(32.695)	(28.319)
Outras	(7.967)	(6.760)
	(238.038)	(219.651)

As despesas e benefícios a empregados são registradas nas rubricas de "Custos das vendas", "Despesas com vendas", "Despesas gerais e administrativas" e "Outras despesas operacionais", de acordo com a alocação do empregado.

29. RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS

(a) Despesas com vendas

	31/12/2023	31/12/2022
Despesas com pessoal	(8.599)	(8.071)
Serviços de terceiros	(6.322)	(4.318)
Depreciação e amortização	(1.536)	(1.432)
Custo de distribuição e comissões	(305.086)	(333.874)
Despesas gerais	(4.967)	(5.992)
	(326.510)	(353.687)

(b) Despesas gerais e administrativas

	31/12/2023	31/12/2022
Despesas com pessoal	(12.588)	(10.394)
Serviços de terceiros	(19.013)	(15.283)
Depreciação e amortização	(7.271)	(3.133)
Honorários da Administração	(8.060)	(7.741)
Despesas gerais	(4.713)	(5.433)
	(51.645)	(41.984)

(c) Outras receitas (despesas) operacionais

	31/12/2023	31/12/2022
Outras receitas operacionais		
Receita com a venda de energia elétrica	246	2.845
Alienação de investimentos, imobilizado e intangível	-	1.993
Recuperação de despesas	2.220	4.383
Royalties	8.443	5.716
Multas contratuais	-	19.461
Outras receitas	3.304	3.747
	14.213	38.145
Outras despesas operacionais		
Ajuste por *impairment*	1.562	296.624
Despesas com equipamentos parados temporariamente	(834)	(30.020)
Provisão para perdas - ICMS	(56.269)	(58.631)
Custo com a venda de energia	(528)	(7.741)
Custo na venda/baixa de imobilizado, investimento e intangível	(382)	(955)
PIS e COFINS sobre venda energia	(23)	(263)
Despesas com engenharia - projetos	(1.445)	(2.506)
Tributos (INSS, ICMS, IPTU, IR, etc.)	(22.069)	(20.663)
Encargos judiciais	(165)	(142)
Receitas (despesas) com demandas judiciais, líquidas	(49.483)	(534)
Despesas com doações, patrocínios e incentivos culturais	(5.775)	(8.000)
Despesas com empresas ligadas	(5.710)	-
Despesas Eventuais e atendimento Termos de Conduta	(5.644)	(12.857)
Previdência Privada e Passivo Atuarial	(3.672)	(1.241)
Outras despesas	(17.004)	(6.819)
	(167.441)	146.252
	(153.228)	184.397

30. RESULTADO FINANCEIRO

As receitas (despesas) financeiras podem ser assim sumariadas:

	31/12/2023	31/12/2022
Receitas financeiras		
Receita sobre aplicações financeira	248.956	329.170
Atualização monetária dos depósitos judiciais	19.053	13.012
Realização do ajuste a valor presente	42.109	29.958
Outras	7.049	1.000
	317.167	373.140
Despesas financeiras		
Juros sobre passivos contingentes	(13.531)	(884)
Efeitos monetários	(15.516)	(21.739)
Realização do ajuste a valor presente de fornecedores	(17.012)	(17.968)
PIS/COFINS sobre outras receitas financeiras	(13.769)	(19.701)
Outras despesas financeiras	(5.666)	(4.564)
	(65.494)	(64.856)
Ganhos e perdas cambiais, líquidos	(52.246)	(658)
	199.427	307.626

As diferenças cambiais (debitadas) creditadas na demonstração do resultado são decorrentes da variação cambial sobre caixa e equivalentes de caixa, fornecedores e clientes em moeda estrangeira.

VAREJO

Comércio avança 0,6% em Minas Gerais

Com o resultado de fevereiro, setor acumula crescimento de 3,5% no montante de 12 meses, aponta o IBGE

RODRIGO MOINHOS

O volume de vendas do comércio varejista em Minas Gerais avançou 0,6% entre o primeiro e o segundo mês de 2024, na série com ajuste sazonal. Na comparação com o mesmo período do ano passado, o crescimento chegou a 7,4%. Enquanto isso, o incremento no comércio varejista brasileiro apresentou altas de 1% e 8,9%, respectivamente. As informações são da Pesquisa Mensal do Comércio (PMC), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Nos últimos 12 meses, foram registradas 10 taxas positivas e 2 negativas, evidenciando uma trajetória contínua de crescimento do setor no Estado. Assim, no período, Minas Gerais apurou crescimento de 3,5% e o Brasil baixa de 2,3%.

Segundo o analista do IBGE em Minas Gerais, Daniel Dutra, o comércio varejista do Estado tem apresentado variações positivas desde novembro. "O comércio de Minas Gerais tem apresentado um crescimento contínuo, ainda que os índices não estejam tão elevados. No comércio, quando um mês é negativo, normalmente vem precedido de um positivo e vice-versa, cenário que não ocorre desde novembro", comparou.

Em âmbito nacional, na passagem de janeiro para fevereiro de 2024, 21 das 27 Unidades da Federação (UFs) apresentaram variações positivas, com destaque para Pará (2,7%) e Santa Catarina (1,7%), enquanto Minas Gerais avançou 0,6%.

Na comparação com o mesmo mês do ano anterior, houve predomínio de taxas positivas, com todas as Unidades Federativas apresentando avanços. Os destaques foram Bahia (12%) e Pará (14,2%).

E no primeiro bimestre, em relação ao mesmo período do ano anterior, todos os estados apresentaram indicadores positivos, com destaque para Mato Grosso (13,9%) e Bahia (11,9%). Minas Gerais avançou 5,6% no período.

"Os índices do início do ano costumam ser menores mesmo. A partir do final do primeiro semestre que começamos a ver dados maiores, mas, ainda assim, há indicação que 2024 está sendo mais positivo que o ano anterior. As 27 unidades da Federação tiveram avanço, o que representa um começo de ano positivo para o setor de comércio varejista", avaliou Dutra.

> *"Os índices do início do ano costumam ser menores mesmo. A partir do final do primeiro semestre que começamos a ver dados maiores, mas, ainda assim, há indicação que 2024 está sendo mais positivo"*

Volume - Em relação ao volume de vendas no varejo, na passagem de janeiro para fevereiro de 2024, no comércio varejista de Minas Gerais, 4 das 8 atividades investigadas apresentaram avanço na comparação com o mesmo mês do ano anterior.

De acordo com o IBGE, o destaque ficou com Equipamentos e materiais de escritório (94,3%) e Combustíveis e lubrificantes (-13,2%).

Ampliado - No comércio varejista ampliado, atacado especializado em produtos alimentícios, bebidas e fumo observou redução de 14,4%, o único índice que apresentou desempenho negativo.

Além disso, em Minas Gerais, a atividade de hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo, que representa mais de 45% da pesquisa, continuou apresentando taxas positivas nos últimos 3 meses em relação ao mesmo intervalo do ano anterior, sustentando a alta do setor. Ainda assim, a variação percentual foi menor que o apurado no mês anterior, passando de 8,4% em janeiro para 8,3% em fevereiro.

Por fim, os resultados para o Brasil no comércio varejista indicam que cinco das oito atividades investigadas apresentaram avanço na comparação com o mesmo mês do ano anterior.

O crescimento foi registrado em Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos e de perfumaria (18,5%), Hipermercados e supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo (9,6%) e Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação (10,5%).

No comércio varejista ampliado, veículos e motocicletas foi o destaque positivo (16,6%).

DIÁRIO DO COMÉRCIO - ALESSANDRO CARVALHO

Comércio em Minas vem apresentando uma trajetória de crescimento desde novembro

CNC eleva suas projeções para 2024

O aumento de 1% em fevereiro apontado pela Pesquisa Mensal do Comércio (PMC), divulgada ontem pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), fez com que a Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC) revisasse para cima sua previsão de crescimento das vendas em 2024. A expectativa, que era de 1,6%, subiu para 2% de elevação na movimentação do varejo neste ano.

Segundo estimativa da CNC, as vendas totais em fevereiro alcançaram R$ 209,9 bilhões, o maior patamar da série histórica, iniciada em 2000.

Conforme o presidente da Confederação, José Roberto Tadros, o avanço superou as expectativas do mercado. "Os dados revelam que a macroeconomia está trilhando um bom caminho e, com a trajetória de declive das taxas de juros, os varejistas podem esperar um ano relativamente positivo para os negócios", afirma o presidente. Compõem o cenário melhor do que o esperado as evoluções do mercado de trabalho, cuja taxa de desocupação se encontra no menor patamar em dez anos, e a desaceleração da inflação, que acumula alta de 1,4% no primeiro trimestre – a menor para o período em quatro anos.

De acordo com Tadros, a continuidade da recuperação do varejo depende da confirmação das expectativas de que os juros cheguem a 9% ao ano em dezembro, e que a inflação fique dentro da meta estabelecida em 3,75%. "Confirmada essa tendência, certamente, consumidores e varejistas se depararão com juros mais baixos também na ponta", acredita.

O principal segmento responsável pelo avanço de fevereiro foi o de farmácias, perfumarias e cosméticos, que aumentou em 9,9% as vendas em fevereiro (janeiro havia sido um mês de queda, com redução de 1,1%). "Parte dessa elevação pode estar associada à antecipação do aumento de até 4,5% nos preços dos medicamentos, que foi autorizado pela Anvisa para valer a partir de abril, ou de descontos aplicados na compra de mais produtos para escapar do reajuste", explica o economista da CNC responsável pelas projeções, Fabio Bentes.

Bentes aponta que esse segmento tem se destacado no varejo brasileiro nos últimos anos. Ele lembra que, em relação a fevereiro de 2020 (mês que antecedeu o início da crise sanitária), o volume de vendas do varejo cresceu 7,1%, ao passo que as vendas de artigos farmacêuticos chegaram a um avanço real de 39,9%.

Edição impressa produzida pelo Jornal **DIÁRIO DO COMÉRCIO**.
Circulação diária em bancas e assinantes.
As versões digitais e as íntegras das Publicações Legais contidas nessa página, encontram-se disponíveis no site:
https://diariodocomercio.com.br/publicidade-legal
Acesse também através do QR CODE ao lado.

(...) Continuação (...) BAUMINAS QUIMICA LTDA. CNPJ: 19.525.278/0001-00

Variáveis aplicáveis	2023 Risco	Período até 31 de dezembro de 2023 Cenário atual	Base	Cenário I 25%	Cenário II 50%	Cenário III 25%	Cenário IV 50%
CDI	Aumento (redução)	12,7300%	13,0400%	16,3000%	19,5600%	9,7800%	6,5200%

Títulos e Valores Mobiliários	Saldo 2023	Taxa atual média		Cenário atual	Apreciação das taxas: Saldo 2023 + Cenário I	Saldo 2023 + Cenário II	Deterioração das taxas: Saldo 2023–Cenário III	Saldo 2023–Cenário IV
Aplicações financeiras	15.413	CDI	95%	17.285	17.810	18.289	16.851	16.372

17 Obrigações tributárias	2023	2022
ICMS	1.218	1.250
Contribuições ao PIS e a COFINS	312	396
Imposto sobre serviços–ISS	61	42
Retenções na fonte	421	401
Total	**2.012**	**2.089**

18 Obrigações sociais trabalhistas	2023	2022
Férias a pagar	2.297	1.994
Encargos sociais sobre folha a recolher	1.279	1.078
Salários	764	705
Total	**4.340**	**3.777**

19 Provisões para riscos trabalhistas, cíveis e tributários: A Empresa é parte envolvida em processos de contingências e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa como na judicial, as quais, quando aplicáveis, são amparadas por depósitos judiciais. As provisões para as eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela administração, amparada por seus assessores legais externos e internos. As naturezas das obrigações podem ser sumariadas como seguem: • Os processos trabalhistas consistem, principalmente, em reclamações de empregados vinculadas a disputas sobre o montante de compensação pago nas demissões; • Os processos cíveis consistem, principalmente, em cobranças pelos serviços prestados por terceiros;

Processos prováveis	2023	2022
Trabalhistas	4.193	4.121
Cíveis	6.591	10.102
Tributários	319	-
Total	**11.103**	**14.223**

Processos prováveis	2022	Provisão/ Reversão	2023
Trabalhistas	4.121	72	4.193
Cíveis	10.102	(3.511)	6.591
Tributários	-	319	319
Total	**14.223**	**(3.120)**	**11.103**

A Empresa figura como parte em processos que surgem no curso normal de suas operações, os quais incluem processos com probabilidade de perda possível, com base na avaliação de seus assessores legais, para os quais não há provisão constituída, conforme composição e estimativa a seguir:

Processos possíveis	2023	2022
Trabalhistas	168	40
Cíveis	269	269
Tributários	59	76
Total	**496**	**385**

As naturezas dos processos classificados como possíveis podem ser sumariadas como seguem: • Trabalhistas: reclamações de empregados vinculadas a disputas sobre o montante de compensação pago nas demissões; • Cíveis: cobranças pelos serviços prestados por terceiros; • Tributárias: interpretações da Leis tributárias. A empresa possui o valor de R$3.135 a pagar referente aos processos cíveis e trabalhistas já transitados em julgado. **20 Patrimônio líquido: a. Capital social**

Sócios	2023 Nº quotas	2023 Valor	2022 Nº quotas	2022 Valor
BAUMINAS Participações S.A.	111.244.148	111.244	111.244.148	111.244
BAUMIANS Log e Transportes S.A.	68.095.710	68.096	68.095.710	68.096
Barbosa & Bissoli P. S. Ltda.	2	-	2	-
Total	**179.339.860**	**179.340**	**179.339.860**	**179.340**

O capital da Empresa é de R$179.339 dividido em 179.339.860 quotas do valor nominal de R$1,00 (um real) cada uma, totalmente subscritas e integralizadas, em moeda corrente nacional. **b. Reserva de lucros:** A conta de reserva de lucros é constituída com os resultados remanescentes após a definição da administração quanto aos percentuais de lucros destinados à distribuição aos acionistas e constituição de outras reservas de acordo com a legislação societária. **c. Dividendos pagos e propostos:** Foram aprovados pelos quotistas, em Reunião realizada em 15 de abril de 2022, pagamento de dividendos no valor de R$ 10.211, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021. Foram aprovados pelos quotistas, em Reunião realizada em 12 de abril de 2023, pagamento de dividendos no valor de R$ 54.279, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022. Foram constituídos dividendos a distribuir, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, para serem aprovados pelos sócios em Ata de Reunião dos Sócios, a ser realizada em 2024, no valor de R$ 17.937. O Grupo tem por prática a distribuição desproporcional de dividendos entre os seus acionistas. Em se tratando de uma transação de capital entre acionistas sob controle comum, a Administração elegeu como prática contábil o reconhecimento dos eventuais ganhos e perdas decorrentes dessa distribuição, nas empresas investidoras, como parte do resultado abrangente, reconhecido contra a rubrica de ajuste de avaliação patrimonial.

	2023
Resultado líquido do exercício	37.761
(-) Constituição da reserva legal	(1.888)
	35.873
Percentual do dividendo mínimo	50%
Dividendos propostos	**17.937**

21 Receita líquida	2023	2022
Receita bruta de vendas	123.281	125.238
(-) Tributos sobre receita	(28.798)	(30.339)
(-) Devoluções de vendas	(702)	(805)
Receita líquida de vendas	**93.781**	**94.094**

22 Custo de vendas e serviços	2023	2022
Matéria prima	(38.233)	(31.449)
Mão de obra	(5.197)	(5.111)
Gastos gerais/depreciação	(13.017)	(10.792)
Custo do produto vendido	**(56.447)**	**(47.352)**

23 Despesas de vendas	2023	2022
Frete e seguros de cargas	(13.091)	(10.451)
Salários, encargos sociais e benefícios	(4.546)	(1.998)
Demais despesas	2.006	(207)
Total despesa com vendas	**(15.631)**	**(12.656)**

24 Despesas gerais e administrativas	2023	2022
Salários e encargos sociais e benefícios	(3.406)	(1.614)
Serviços de terceiros	2.473	(280)
Manutenções e serviços de obras	(2.522)	(486)
Demais despesas	(35)	(166)
Total despesa comercial	**(3.490)**	**(2.546)**

25 Outras despesas e receitas	2023	2022
Perdas judiciais	(4.958)	(426)
Amortização de mais valia	(3.033)	(2.920)
Reversão/ Provisão para riscos trabalhistas e cíveis	2.891	(6.112)
Valor residual do ativo imobilizado baixado ou vendido	273	(107)
Outras despesas e receitas	558	464
	(4.269)	**(9.101)**

26 Resultado financeiro	2023	2022
Receitas Financeiras	**2.940**	**3.349**
Receita sobre aplicação financeira	2.802	1.807
Receita com juros	4	632
Descontos obtidos	85	468
Atualização financeira de créditos tributários	46	369
Variação monetária	3	68
Outras receitas	-	5
Despesas Financeiras	**(641)**	**(274)**
Juros financeiros	(554)	(71)
Descontos concedidos	(38)	(65)
Despesas bancárias	(38)	(55)
Outros	(11)	(83)
Resultado Financeiro	**2.299**	**3.075**

27 Partes relacionadas: a. Vendas de produtos e contas a receber

	2023 Ativo	2023 Resultado	2022 Ativo	2022 Resultado
Venda de produtos e contas a receber				
Nheel Química Ltda.	22	2.088	266	-
BAUMINAS Mineração Ltda.	4	17	-	1
BAUMINAS Química N/NE Ltda.	158	11.259	595	2.259
Total	**184**	**13.364**	**861**	**2.260**

Os produtos são vendidos com base nas tabelas de preço em vigor e nos termos que estariam disponíveis para terceiros. As contas a receber de partes relacionadas são, principalmente, decorrentes de operações de vendas e vencem em 30 dias. As contas a receber não têm garantias e não estão sujeitas a juros. Não são mantidas provisões para contas a receber de partes relacionadas.

b. Dividendos, débitos e créditos com partes relacionadas	2023 Ativo	2023 Passivo	2022 Ativo	2022 Passivo
Débitos e créditos com partes relacionadas	**4.285**	**105**	**123.550**	**54.326**
Ambientaly Ind. Com. Prod. Químicos Ltda.	524	-	178	-
BAUMINAS Hidroazul Ind. e Com. Ltda.	189	-	137	-
BAUMINAS Química N/NE Ltda.	1.339	-	649	14.895
BAUMINAS Participações S.A.	-	-	3.025	-
BAUMINAS Mineração Ltda.	98	19	96	18
BAUMINAS LOG e Transportes S.A.	601	-	-	348
Sulfabras Sulfatos do Brasil Ltda.	-	-	73.010	-
Nheel Química Ltda.	959	68	977	39.054
Eletro Manganês Ltda.	573	-	43.818	11
Sijosi Participações Societárias Eireli	-	18	1.660	-
Pessoa Física	2	-	-	-
Dividendos	**22.735**	**17.937**	**-**	**965**
BAUMINAS Participações S.A.	-	11.126	-	964
BAUMINAS LOG e Transportes S.A.	-	6.811	-	-
BAUMINAS Química N/NE Ltda.	22.735	-	-	-
Pessoa Física	-	-	-	1
Total entre partes relacionadas	**27.020**	**18.042**	**123.550**	**55.291**

c. Remuneração do pessoal chave da administração: A remuneração do pessoal chave da administração da empresa em 2023 foi de R$ 903 (R$ 849 em 2022).

Responsável Técnico: Contadora Ariane Lacerda Pereira Canedo CRC/MG- 079511/O; José Heitor Leonardo - Diretor Executivo de Finanças - CPF 331.808.656-87

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Quotistas Bauminas Química Ltda. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da Bauminas Química Ltda. ("Empresa"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Empresa em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Empresa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outros assuntos: Valores correspondentes do ano anterior:** O exame das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2022, preparadas originalmente e antes dos ajustes descritos na Nota 4, foi conduzido sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria, com data de 30 de março de 2023, sem ressalvas. Como parte de nosso exame das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2023, examinamos também os ajustes descritos na Nota 4 que foram efetuados para alterar as demonstrações financeiras de 2022, apresentadas para fins de comparação. Em nossa opinião, tais ajustes são apropriados e foram corretamente efetuados. Não fomos contratados para auditar, revisar ou aplicar quaisquer outros procedimentos sobre as demonstrações financeiras da Empresa referentes ao exercício de 2022 e, portanto, não expressamos opinião ou qualquer forma de asseguração sobre as demonstrações financeiras de 2022 tomadas em conjunto. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A administração da Empresa é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Empresa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Empresa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Empresa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das coligadas e controladas para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras da Empresa. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria considerando essas investidas e, consequentemente, pela opinião de auditoria da Empresa. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos. Belo Horizonte, 28 de março de 2024. PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda. CRC 2SP000160/F-5; Fábio Abreu de Paula - Contador CRC 1MG075204/O-0

COMPLEXO MULTIÚSO

Obras do Nova Vila devem começar em julho

Projeto, localizado num terreno de mais de 260 mil metros quadrados, ainda precisa passar por diversas aprovações

RODRIGO MOINHOS

O projeto Nova Vila, que transformará a Mina Velha e a Mina Grande, da mineradora AngloGold Ashanti em Nova Lima, na Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH), em um complexo multiúso, contará com as primeiras obras ainda no início do segundo semestre, previsto para julho. A informação do início da construção da via foi dada pelo gerente sênior de comunicação, comunidades e relações institucionais da AngloGold Ashanti, Fernando Antônio Cláudio, durante Reunião Plenária da Diretoria da Associação Comercial e Empresarial de Minas (ACMinas). O encontro foi realizado ontem, na sede da entidade.

De acordo com o gerente, a construção da via trata-se de uma das primeiras obras de um grande projeto que o município de Nova Lima receberá dentro dos próximos três a quatro anos. "Ainda é o primeiro passo e também serão retirados os muros que cercam a área. Será uma via com dois quilômetros de extensão, que também contará com uma ciclovia. Quando anunciamos o fechamento das minas, o passo seguinte era saber o que fazer na área", contou.

A construção da via trata-se de uma das primeiras obras de um grande projeto que o município de Nova Lima receberá dentro dos próximos três a quatro anos

No terreno, que tem mais de 260 mil metros quadrados, serão erguidos centros culturais, comerciais, educacionais e de serviços. Também será possível encontrar áreas verdes, moradias, espaços para prática de esportes e de convivência para os nova-limenses. "Trata-se de um projeto que merece todos os aplausos da ACMinas, por ser uma entrega da AngloGold Ashanti para o município e para a sociedade", afirmou o presidente da ACMinas, José Anchieta da Silva.

No local funcionava uma planta metalúrgica, que fica no centro do município. Inicialmente, era uma mina na qual a cidade foi crescendo ao redor dela. "Depois do processo de descomissionamento foram vários processos, como, por exemplo, desmonte de estruturas, demolição, remoção de estruturas metálicas, serviços de escavação e tratamento dos materiais removidos", enumerou.

O projeto prevê a valorização do patrimônio histórico-cultural e potencializar do uso do espaço, atualmente desativado. Como uma iniciativa inovadora de uso futuro de uma área anteriormente dedicada à mineração, o Nova Vila pretende reunir centros culturais, espaços de convivência, áreas verdes, comércio, serviços, moradias, entre outros. Haverá ainda espaço para a prática de esportes ao ar livre, atividades de educação e economia criativa e também voltadas para a inovação na indústria.

"A região do centro de Nova Lima não tinha perspectivas. Percebemos a importância de oxigenar a economia da região. É um projeto em parceria com a construtora Concreto, com apoio da Prefeitura de Nova Lima, que também contará com um centro gastronômico e de eventos. Ainda estamos em conversação com alguns parceiros que já apontaram na direção de criar uma escola de gastronomia, um restaurante e uma cervejaria no local, o que não deixa de ser uma possibilidade", adiantou Fernando Antônio Cláudio.

O município de Nova Lima também não tem um grande de mercado. Pelo projeto constam a criação de um mercado distrital e um centro corporativo. "Queremos contar com a facilidade para trabalhar e acessar serviços, atraindo profissionais autônomos e *startups* para a região. Também queremos transformar o município no maior viveiro de produção cultural e estamos em contatos com pessoas do setor para alcançar essa meta", salientou o gerente.

No espaço também está previsto a criação de academia, com quadras poliesportivas que, segundo Fernando, "será uma área para que toda a população de Nova Lima possa aproveitar". Outro ponto de destaque será a criação de um condomínio de casas e prédios, que está em pauta junto com a Secretaria de Desenvolvimento Econômico de Nova Lima, que deverá receber cerca de 1,1 mil nova-limenses.

Mas, conforme afirmou o gerente, o projeto ainda precisa passar por diversas aprovações. "O projeto tem o tempo dele e estamos envolvidos com vários órgãos em paralelo para conseguir as aprovações necessárias. Será uma operação urbana consorciada, com nenhuma diretriz diferente da adotada pela cidade atualmente. A ideia do projeto é uma integração total com o centro da cidade", disse.

FÁBIO ORTOLAN /ACMINAS

Durante reunião plenária da diretoria da ACMinas foi detalhado o empreendimento

MERCADO IMOBILIÁRIO

Lula quer turbinar setor com estatal

Brasília - O governo Luiz Inácio Lula da Silva (PT) pretende autorizar a Empresa Gestora de Ativos (Emgea) a comprar parte da carteira de crédito imobiliário de bancos para liberar dinheiro novo e turbinar a compra da casa própria. A medida deve ser um dos eixos da medida provisória (MP) do crédito em elaboração pelo Executivo.

O texto também inclui a renegociação de dívidas do (programa de apoio a micro e pequenas empresas (Pronampe) e novas linhas de financiamento para microempreendedores individuais (MEIs) e pessoas de baixa renda inscritas no CadÚnico de programas sociais.

A ampliação do crédito é uma obsessão de Lula para dar gás ao crescimento do Produto Interno Bruto (PIB). O petista cobra de auxiliares mais crescimento e vê no canal de crédito o principal motor para isso.

A adoção de novas medidas de estímulo ao microcrédito e aos pequenos negócios foi uma demanda de Lula para presidentes dos bancos públicos. Ele pediu mais engajamento das instituições nessa agenda e um pacote robusto.

Após quase duas semanas de agenda negativa, com as turbulências em torno da Petrobras e a polêmica MP para reduzir a conta de luz no curto prazo, o anúncio das medidas de crédito pode ajudar a reverter esse clima, segundo auxiliares do presidente.

O anúncio estava previsto para ontem, mas foi adiado para ajustes. A nova programação é lançar o pacote na próxima segunda-feira (15).

Segundo pessoas que participam das discussões, um dos eixos da MP permite à Emgea fazer operações de securitização, com o objetivo de dar fôlego novo aos bancos para conceder crédito imobiliário.

O presidente da companhia, Fernando Pimentel, participou da reunião com Lula sobre o tema ontem no Palácio do Planalto, em Brasília.

Na securitização, a companhia compra das instituições financiadoras o direito de receber as parcelas a serem pagas pelos mutuários no futuro. Com o dinheiro, os bancos podem dar novos empréstimos, algo que não seria possível se o recurso ficasse travado no balanço.

A Emgea foi criada em 2001 para administrar parte da carteira de crédito habitacional da Caixa com inadimplência elevada. Ela hoje desenvolve soluções financeiras para a recuperação desses créditos, mas não tem autorização legal para fazer securitização.

Técnicos afirmam que a estatal tem um crédito bilionário a receber do (Fundo de Compensação de Variações Salariais (FCVS), criado na década de 1960 para garantir o pagamento integral dos contratos do antigo Sistema Financeiro de Habitação (SFH). A dívida é paga pelo Tesouro Nacional.

A ideia em discussão é que a Emgea use o dinheiro, estimado em cerca de R$ 10 bilhões, para comprar parte da carteira de crédito imobiliário dos bancos (não só da Caixa, mas também de outras instituições que operam essas linhas), que poderiam direcionar o recurso para alavancar novos empréstimos.

A empresa também poderia oferecer um mecanismo de proteção para as instituições conseguirem tornar suas carteiras mais atrativas no mercado secundário, por meio de uma operação de troca de taxas.

A maior parte dos financiamentos imobiliários é remunerada por uma taxa de juros fixa mais Taxa Referencial (TR), abaixo dos retornos de mercado, usualmente atrelados a IPCA ou CDI mais algum ganho.

A proposta é criar um mecanismo que permita à Emgea atuar no intercâmbio dessas taxas ou dos indexadores. Na prática, a empresa pagaria ao banco a diferença entre as duas taxas, favorecendo as condições de venda da carteira no mercado secundário.

O ministro da Fazenda Fernando Haddad disse, no fim de março, que um dos focos do governo seria impulsionar a securitização. "Esse tipo de mecanismo, que é comum em todo o mundo, é raro no Brasil. Então, nós vamos fazer isso. E isso vai alavancar muito a construção civil no Brasil", afirmou na ocasião.

As medidas são vistas como uma alternativa importante no momento em que a poupança dá sinais de esgotamento como principal fonte de financiamento barato para a compra da casa própria. O Banco Central (BC) registrou uma saída de R$ 226,6 bilhões entre 2021 e 2023 (valores nominais). Por outro lado, as operações de securitização devem levar tempo até serem concluídas, o que deve adiar os efeitos no mercado imobiliário para 2025. Integrantes do governo defendem a liberação de uma parcela de 5% dos recursos da poupança dos 20% hoje parados em depósitos compulsórios, o que teria efeitos mais imediatos que vem. **(Idiana Tomazelli, Adriana Fernandes e Marianna Holanda/FolhaPress)**

AVIAÇÃO

Azul anuncia a retomada de voos entre BH e Flórida

Operação começa em 7 de junho

LEONARDO LEÃO

A Azul Linhas Aéreas anunciou a retomada dos voos ligando Belo Horizonte às cidades de Orlando e Fort Lauderdale, na Flórida (Estados Unidos). As viagens estavam suspensas desde março deste ano e serão retomadas a partir do dia 7 de junho, de forma gradual.

Inicialmente, os voos do *hub* da empresa em Minas Gerais com destino às cidades norte-americanas serão realizados duas vezes por semana. Já a partir do mês de julho, as operações serão totalmente normalizadas, com cinco viagens semanais.

No início de julho, os voos entre a capital mineira e Orlando vão ocorrer aos domingos, às 9h, com previsão de chegada à cidade americana às 17h. Já no sentido contrário, as viagens serão às sextas-feiras, com partidas às 21h, e chegada às 6h no Aeroporto Internacional de Belo Horizonte (BH Airport), na cidade de Confins.

No caso dos voos de Belo Horizonte com destino a Fort Lauderdale, também na Flórida, eles serão aos sábados, às 9h, pousando na cidade americana às 16h30. No sentido inverso, a aeronave decolará de Fort Lauderdale às 20h30, chegando em Belo Horizonte às 5h35.

As vendas de passagens para esses destinos já estão disponíveis no *site* da Azul e em todos os canais oficiais da companhia aérea.

Outra novidade para os viajantes mineiros é a recente ampliação em 17% das operações da Latam ligando os estados de Minas Gerais e São Paulo. Dentre as cidades mineiras impactadas pela ação estão Uberlândia e Montes Claros

Ampliação - Outra novidade para os viajantes mineiros é a recente ampliação em 17% das operações da Latam ligando os estados de Minas Gerais e São Paulo. Dentre as cidades mineiras impactadas pela ação estão: Belo Horizonte, Uberlândia, no Triângulo Mineiro, e Montes Claros, no Norte de Minas.

Desde o dia 31 de março, a companhia tem aumentado o número de viagens semanais entre esses municípios com os aeroportos paulistas de Guarulhos e Congonhas, passando de 130 para 148 voos.

Agora, a rota que liga o BH Airport ao terminal de Guarulhos conta com 42 voos semanais, enquanto os com destino a Congonhas passaram para 64 por semana.

Já a linha entre Montes Claros e o aeroporto de Guarulhos conta com 11 voos semanais e a rota que liga Uberlândia a Congonhas passou a contar com 12 voos semanais.

O aumento de operações entre Minas Gerais e o aeroporto de Guarulhos amplia a conectividade do Estado com mais 47 aeroportos brasileiros e outros 23 no exterior, em voos operados pela Latam a partir do seu *hub* em São Paulo.

DIVULGAÇÃO / AZUL

Viagens da Azul entre Belo Horizonte e as cidades de Orlando e Fort Lauderdale estavam suspensas desde março deste ano

FRANQUIA

Pizza Now entra no mercado mineiro

LEONARDO LEÃO

A Pizza Now, da Paraíba, planeja sua entrada no mercado mineiro com pelo menos três inaugurações ao longo de 2024. As novas unidades de Minas Gerais integram o plano de expansão da rede de pizzarias, que também planeja o lançamento de uma nova franquia na cidade de São Paulo.

De acordo com sócio-fundador da empresa, Elvis Marins, atualmente, a Pizza Now possui oito unidades, entre próprias e franquias, sendo seis em funcionamento, espalhadas por três estados da região Nordeste do Brasil: cinco na Paraíba, duas em Pernambuco e uma no Rio Grande do Norte. A expectativa da marca é fechar o ano com mais nove franquias.

De acordo com estudos realizados pela rede, Minas Gerais tem capacidade para abrigar até 29 lojas da marca. Marins destaca a estratégia de abrir novos mercados por meio das capitais, como Belo Horizonte, e somente depois expandir para outras grandes cidades do interior.

"Para este ano, nosso objetivo é chegar à Capital, estabilizar a marca, e partir para outras cidades de Minas", revela. O executivo pontua que as três primeiras franquias da rede no Estado devem ser abertas na capital mineira.

Ele também destaca que entre os fatores que motivaram a empresa a escolher o Estado para receber algumas das primeiras unidades na região Sudeste foi o tamanho da população, a renda dos consumidores e o grande número de bairros que poderão ser atendidos pela Pizza Now.

"Como também atendemos via *delivery*, é interessante uma concentração boa de bairros em um raio de 5 km. E os números de Minas Gerais são bem interessantes neste quesito", afirma.

Marins lembra que a empresa foi fundada em 2017, já sendo pensada para o modelo de franquia. Segundo ele, a Pizza Now vem desenvolvendo esse modelo de negócio desde sua primeira loja, em um período de cinco anos de testes em unidades próprias. "Tivemos essa cautela de aguardar e testar diferentes modelos de negócios", conta.

A rede começou em João Pessoa, na Paraíba, e em 2020 já estava inaugurando as duas primeiras operações fora do estado, em Pernambuco. Agora, o próximo passo é seguir em direção ao Sudeste. O sócio fundador da Pizza Now ressalta que o modelo a ser adotado continuará sendo o de franquias. "Nós só precisávamos de lojas próprias para testar os modelos, com o objetivo de entregar algo mais assertivo para o franqueado", explica.

Conforme o executivo, o investimento inicial para montar uma unidade da marca é de R$ 300 mil, já a taxa de franquia custa R$ 50 mil e o valor médio de faturamento é a partir de R$ 180 mil. Já o tempo médio de retorno do investimento é de até 24 meses.

PATRIMAR Mude para melhor.

PATRIMAR ENGENHARIA S.A.
CNPJ/MF: 23.236.821/0001-27 / NIRE: 31300128741
(Companhia de Capital Autorizado)

ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO REALIZADA EM 08 DE ABRIL DE 2024

1. DATA, HORA E LOCAL: Realizada no dia 08 de abril de 2024, às 08:00 horas, na sede da Patrimar Engenharia S.A. ("**Companhia**"), situada na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, na Rodovia Stael Mary Bicalho Motta Magalhaes, nº 521, sala 1.701 parte, Bairro Belvedere, CEP: 30.320.760. o, em razão da presença da totalidade dos membros do Conselho de Administração da Companhia, na forma do §3º do artigo 16 do Estatuto Social da Companhia. **3. MESA**: Presidida pela Sra. Heloísa Magalhães Martins Veiga ("**Presidente**") e secretariada pelo Sr. Felipe Enck Gonçalves ("**Secretário**"), conforme indicação da Presidente. **4. ORDEM DO DIA:** Deliberar sobre (i) a 5ª (quinta) emissão, pela Companhia, de debêntures simples, não conversíveis em ações, em até duas séries, da espécie quirografária, para colocação privada ("**Emissão**" e "**Debêntures**", respectivamente), as quais serão adquiridas pela **VIRGO COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO**, sociedade por ações, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Gerivatiba, nº 207, Conjunto 162, 16º andar, Bairro Butantã, CEP 05.501-900, inscrita no CNPJ sob o nº 08.769.451/0001-08, com seus atos constitutivos arquivados na Junta Comercial do Estado de São Paulo ("**JUCESP**") sob o NIRE 35.300.240.949, devidamente registrada perante a Comissão de Valores Mobiliários ("**CVM**") sob o nº 728 ("**Securitizadora**" ou "**Debenturista**"), que servirão de lastro para a emissão de certificados de recebíveis imobiliários da 155ª emissão da Securitizadora, em até duas séries, que serão objeto de oferta pública sob o rito de registro automático de distribuição, nos termos do art. 26, inciso VIII, alínea "b" da Resolução da CVM nº 160, de 13 de julho de 2022, conforme alterada ("**Resolução CVM 160**" e "**Oferta**", respectivamente); (ii) a celebração de todos os documentos relacionados à Emissão das Debêntures e à Oferta, incluindo, mas não se limitando, a Escritura de Emissão de Debêntures (conforme abaixo definido), a Escritura de Emissão de CCI (conforme abaixo definido) e o Contrato de Distribuição (conforme abaixo definido) e todos os respectivos eventuais aditamentos de tais instrumentos; (iii) a autorização à Diretoria da Companhia, para que direta ou indiretamente por meio de procuradores, possa praticar todos e quaisquer atos e celebrar todos e quaisquer documentos necessários para o cumprimento dos demais itens desta Ordem do Dia; e (iv) a ratificação de todos e quaisquer atos até então praticados pelos diretores, direta ou indiretamente, inclusive por meio de procuradores da Companhia, necessários à implementação das deliberações aprovadas. **5. DELIBERAÇÕES**: instalada a reunião, após a discussão das matérias, resolveram os presentes, por unanimidade, aprovar: **5.1.** Aprovar a operação de securitização, conforme os termos e condições a serem estabelecidos no "*Termo de Securitização de Créditos Imobiliários da 155ª Emissão, em até 2 (Duas Séries), de Certificados de Recebíveis Imobiliários da Virgo Companhia de Securitização, Lastreados em Créditos Imobiliários devidos pela Patrimar Engenharia S.A.*", a ser celebrado entre a Securitizadora e a **OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**, instituição financeira, com filial na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Joaquim Floriano, nº 1052, 13º andar, Sala 132 – parte, CEP 04.534-004, inscrita no CNPJ sob o nº 36.113.876/0004-34 ("**Oliveira Trust**"), na qualidade de agente fiduciário nomeado nos termos do artigo 26 da Lei nº 14.430, de 03 de agosto de 2022, conforme alterada, e da Resolução da CVM n° 17, de 09 de fevereiro de 2021, conforme alterada ("**Operação de Securitização**", "**Termo de Securitização**" e "**Agente Fiduciário**", respectivamente). **5.2.** Aprovar a Emissão das Debêntures, conforme os termos e condições a serem previstos no "*Instrumento Particular de Escritura da 5ª (Quinta) Emissão de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, em até Duas Séries, da Espécie Quirografária, para Colocação Privada, da Patrimar Engenharia S.A.*", a ser celebrado entre a Companhia e a Securitizadora, na qualidade de debenturista ("**Escritura de Emissão de Debêntures**"). **5.3.** Aprovar a celebração do "*Contrato de Coordenação, Colocação e Distribuição Pública, sob o Regime de Garantia Firme de Colocação, de Certificados de Recebíveis Imobiliários da 155ª (centésima quinquagésima quinta) Emissão, em até 2 (duas) Séries, da Virgo Companhia de Securitização com Lastro em Créditos Imobiliários da Patrimar Engenharia S.A.*", a ser celebrado entre a Securitizadora, as instituições financeiras integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários a serem contratadas para realização da Oferta ("**Coordenadores**"), e a Companhia, na qualidade de devedora dos Créditos Imobiliários ("**Contrato de Distribuição**"). **5.4.** Aprovar a celebração do "*Instrumento Particular de Escritura de Emissão de Cédulas de Crédito Imobiliário, Sem Garantia Real, sob a Forma Escritural*", a ser celebrado entre a Securitizadora e a Oliveira Trust, na qualidade de instituição custodiante, com a interveniência e anuência da Companhia ("**Escritura de Emissão de CCI**"). **5.5.** Autorizar a Diretoria da Companhia, direta ou indiretamente por meio de procuradores, a praticar todos e quaisquer atos conexos e correlatos e celebrar todos e quaisquer documentos que se façam necessários ou convenientes à efetivação das deliberações dos itens 5.1 a 5.4 acima, inclusive a assinatura de quaisquer instrumentos necessários à implementação da Operação de Securitização, bem como eventuais respectivos aditamentos que se fizerem necessários, incluindo aqueles relativos ao Procedimento de *Bookbuilding*, e os documentos deles decorrentes, incluindo, entre outros, a Escritura de Emissão de Debêntures, a Escritura de Emissão de CCI e o Contrato de Distribuição. **5.6.** Ratificar todos e quaisquer atos até então praticados pelos diretores, direta ou indiretamente, inclusive por meio de procuradores da Companhia, necessários à implementação das deliberações aprovadas nos subitens anteriores. **6. ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a ser tratado e inexistindo qualquer outra manifestação, foi encerrada a presente reunião, da qual se lavrou esta ata que, lida e aprovada, foi assinada por todos. Presidente: Sra. Heloísa Magalhães Martins Veiga. Secretário: Sr. Felipe Enck Gonçalves. Conselheiros presentes: Srs. Heloísa Magalhães Martins Veiga; Fernando Antônio Moreira Calaes; Renata Martins Veiga Couto; Milton Loureiro Junior; e Renata Maria Paes de Vilhena. Belo Horizonte, 08 de abril de 2024. **Confere com o documento original lavrado no Livro de Registro de Atas de Reuniões do Conselho da Administração da Companhia.** Felipe Enck Gonçalves - Secretário.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO
ASSEMBLEIAS GERAIS ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA

COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS SERVIDORES E EMPREGADOS PÚBLICOS MUNICIPAIS DE BELO HORIZONTE, BETIM, BRUMADINHO, CONTAGEM, IBIRITÉ, NOVA LIMA, RIBEIRÃO DAS NEVES, SABARÁ, SANTA LUZIA E VESPASIANO LTDA - SICOOB CREDISERV.
CNPJ Nº 01.864.151/0001-50 Nire: 31400020578

O Presidente do Conselho de Administração da **Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Servidores e Empregados Públicos Municipais de Belo Horizonte, Betim, Brumadinho, Contagem, Ibirité, Nova Lima, Ribeirão das Neves, Sabará, Santa Luzia e Vespasiano Ltda - Sicoob Crediserv**, Sr. Jacó Lampert, no uso das atribuições legais e estatutárias, convoca os 44 (quarenta e quatro) Delegados desta Cooperativa para as Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária presenciais, a serem realizadas no dia **27 (vinte e sete) de Abril de 2024**, em primeira convocação às 08 horas com a participação de 2/3 (dois terços), do número total de Delegados. Caso não haja número legal para instalação, ficam desde já convocados para a segunda convocação às 09 horas no mesmo dia com a participação de metade mais 1 (um) do número total de Delegados. Persistindo a falta de "quorum legal", as Assembleias realizar-se-ão no mesmo dia, em terceira e última convocação às 10 horas com a participação de, no mínimo, 10 (dez) Delegados para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia:

PAUTA DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA:

1) prestação de contas dos órgãos da administração, acompanhada do Parecer do Conselho Fiscal, compreendendo: a) relatório da gestão; b) balanço do exercício 2023; c) relatório da auditoria externa, d) demonstrativo das sobras apuradas;

2) destinação das sobras apuradas no exercício de 2023, deduzidas as parcelas para os fundos obrigatórios;

3) estabelecimento da fórmula de cálculo a ser aplicada na distribuição de sobras com base nas operações de cada associado realizadas ou mantidas durante o exercício de 2023, excetuando o valor das quotas-partes integralizadas;

4) fixação do valor da cédula de presença e honorários dos membros dos Conselhos de Administração, Fiscal e da Diretoria Executiva;

5) referendar: a) Política Institucional de Governança Corporativa, atualizada através da Resolução CCS 246 de 27/03/2024; b) Política de Sucessão de Administradores, ratificada através da Resolução CCS 185 de 28/06/2023; c) Política Institucional de Controles Internos e Conformidade, ratificada através da Resolução CCS 195 de 28/07/2023;

6) outros assuntos de interesse geral sem caráter deliberativo.

PAUTA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA:

a) reforma integral do Estatuto Social, do Artigo 1º ao 57;
b) outros assuntos de interesse geral sem caráter deliberativo.

As Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária ocorrerão de forma **presencial**, no auditório do Sistema OCEMG, localizado à **Rua Ceará, nº 771, Funcionários, Belo Horizonte/MG**, uma vez que a sede da Cooperativa não comporta o número de associados.

Belo Horizonte, 12 de abril de 2024.

Jacó Lampert
CPF: 271.006.340-91
Presidente do Conselho de Administração

PATRIMAR ENGENHARIA S.A.
CNPJ/MF: 23.236.821/0001-27 / NIRE: 31300128741
(Companhia de Capital Autorizado)

FATO RELEVANTE

PATRIMAR ENGENHARIA S.A. ("Companhia"), em atendimento ao disposto no artigo 157, §4º da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por ações") e na Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 44, de 23 de agosto de 2021 ("Resolução CVM 44"), comunica aos seus acionistas e ao mercado em geral que o Conselho de Administração da Companhia, em reunião realizada em 08 de abril de 2024 ("RCA"), aprovou a 5ª (quinta) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em até duas séries, da espécie quirografária, para colocação privada ("Debêntures"), pela Companhia, no valor total de, inicialmente, R$ 250.000.000,00 (duzentos e cinquenta milhões de reais), as quais serão integralmente subscritas de forma privada pela VIRGO COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO ("Securitizadora") ("Emissão"). Serão emitidas, inicialmente, 250.000 (duzentas e cinquenta mil) Debêntures, com valor unitário de R$ 1.000,00 (hum mil reais), observada a possibilidade do exercício total ou parcial da opção de lote adicional no âmbito da Oferta (conforme abaixo definido) dos CRI, conforme a demanda apurada após a conclusão do procedimento de coleta de intenções de investimentos nos CRI (conforme definido abaixo) ("Procedimento de *Bookbuilding*"). As Debêntures serão vinculadas a emissão de até 250.000 certificados de recebíveis imobiliários ("CRI"), no valor unitário de R$ 1.000,00, na mesma base da remuneração das Debêntures. Os CRIs serão objeto da série única da 155ª emissão da Securitizadora, a serem distribuídos por meio de oferta pública, sob o regime misto de colocação, nos termos da Resolução da CVM nº 160, de 13 de julho de 2022, conforme alterada ("Oferta"). Maiores informações podem ser encontradas na ata da RCA da Companhia está disponível na sede da Companhia e no seu site de relações com investidores (https://ri.patrimar.com.br/), bem como no site da CVM (www.cvm.gov.br).

Belo Horizonte, 08 de abril de 2024.
Felipe Enck Gonçalves
Diretor Executivo de Finanças e Relação com Investidores

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TRIÂNGULO MINEIRO
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
DIVISÃO DE LICITAÇÕES
UBERABA-MG

MINISTÉRIO DA **EDUCAÇÃO**

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: Pregão Eletrônico nº 90007/2024

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAL QUÍMICO. Cadastro das propostas de preços: a partir da publicação do Edital no D.O.U., no dia 12/04/2024. Abertura da sessão de lances: às 08 HORAS E 30 MIN do dia 25/04/2024 no site www.comprasgovernamentais.gov.br. Informações: (34) 3700-6188. Fornecimento do Edital: através dos sites www.comprasgovernamentais.gov.br, www.uftm.edu.br e do e-mail: rosimeire.menezes@uftm.edu.br.

ROSIMEIRE SILVEIRA DE MENEZES
Pregoeira da UFTM

TSA - TECNOLOGIA DE SISTEMAS DE AUTOMAÇÃO S/A. CNPJ: 41.857.780/0001-78

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE - (Valores em reais)

ATIVO	Nota explicativa	2023	2022
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	17.291.018	11.240.438
Clientes	6	45.700.765	32.226.736
Impostos a recuperar	7	3.649.366	3.495.432
Estoques	8	3.965.734	3.779.897
Outros ativos circulantes	9	1.655.429	1.593.751
Total do ativo circulante		**72.262.312**	**52.336.254**
Ativo não circulante			
Companhias ligadas	20	425.642	2.827.557
Incentivos fiscais		35.194	35.194
Cauções depositadas		143.149	83.501
Depósitos judiciais		789.784	922.433
Investimentos	10	21.527.224	6.929.820
Imobilizado	11	2.029.801	2.137.032
Intangível	12	239.931	266.049
Total do ativo não circulante		**25.190.725**	**13.201.586**
Total do ativo		**97.453.037**	**65.537.840**

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	2023	2022
Passivo circulante			
Fornecedores	13	3.969.527	3.257.593
Empréstimos e financiamentos		2.361	-
Obrigações trabalhistas	14	4.063.851	3.279.188
Obrigações tributárias	15	6.469.933	3.718.756
Parcelamento de tributos e contribuições	16	245.228	286.342
Provisões trabalhistas	17	5.669.959	5.248.017
Adiantamentos de clientes	18	5.714.027	36.909
Provisão para contingência	30	987.000	987.000
Créditos de terceiros		11.916	33.376
Crédito de acionistas	19	2.501.316	2.070.744
Total passivo circulante		**29.635.118**	**18.917.925**
Passivo não circulante			
Parcelamento de tributos e contribuições	16	1.343.323	1.087.659
Total do passivo não circulante		**1.343.323**	**1.087.659**
Patrimônio líquido Capital social	21(a)	3.000.000	3.000.000
Reserva legal	21(c)	600.000	600.000
Reserva de contingência	21(e)	274.630	274.630
Reserva lucros retidos	21(d)	62.599.966	41.657.626
Total do patrimônio líquido		**66.474.596**	**45.532.256**
Total do passivo e do patrimônio líquido		**97.453.037**	**65.537.840**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - (Valores em reais)

Descrição	Capital Social	Reserva Legal	Reserva de Contingência	Reserva lucros: Lucros Retidos	Lucros Acumulados	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**3.000.000**	**600.000**	**274.630**	**29.834.582**	-	**33.709.214**
Lucro do exercício	-	-	-	-	16.183.026.	16.183.026
Dividendos e juros sobre capital próprio	-	-	-	(4.359.982)	-	(4.359.982)
Transferência lucros acumulados	-	-	-	16.183.026	(16.183.026)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**3.000.000**	**600.000**	**274.630**	**41.657.626**	-	**45.532.256**
Lucro do exercício	-	-	-	-	25.862.530	25.862.530
Dividendos e juros sobre capital próprio	-	-	-	(4.920.190)	-	(4.920.190)
Transferência lucros acumulados	-	-	-	25.862.530	(25.862.530)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**3.000.000**	**600.000**	**274.630**	**62.599.966**	-	**66.474.596**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores acionistas: De acordo com as disposições legais e estatutárias, temos a prazer de submeter à apreciação de V. Sas. as demonstrações contábeis para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023, para exame e a aprovação. Informamos na oportunidade que as questões operacionais da empresa tiveram andamento normal no exercício a que se refere os aludidos documentos. A diretoria e conselho de administração coloca-se à disposição de V. Sas. para quaisquer esclarecimentos que eventualmente consideram necessários.

Belo Horizonte, 09 de Abril de 2024.
Maria Virgínia Fróes Schettino - Diretora Presidente.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE
(Valores em reais)

	Nota explicativa	2023	2022
Receita líquida	22	**113.534.427**	**106.210.479**
Custos dos bens e serviços	23	(87.086.969)	(79.898.082)
Lucro bruto		**26.447.458**	**26.312.397**
Receitas (despesas) operacionais		**1.488.605**	**(6.583.141)**
Administrativas	24	(10.428.510)	(8.524.929)
Comerciais		(45.791)	(48.906)
Gerais	25	(2.426.020)	(2.298.962)
Tributárias		(93.948)	(258.841)
Depreciação		(512.177)	(543.279)
Resultado equivalência patrimonial	26	15.937.076	4.147.020
Outras receitas(despesas) operacionais		(942.025)	944.756
Lucro operacionalantes dos efeitos financeiros		**27.936.063**	**19.729.256**
Resultado financeiro		**1.834.706**	**1.361.954**
Receitas financeiras	27	2.450.330	1.692.888
Despesas financeiras	28	(615.624)	(330.934)
Lucro antes do IRPJ e CSLL		**29.770.769**	**20.091.210**
IRPJ e CSLL	29	(3.908.239)	(4.908.184)
Lucro líquido do exercício		**25.862.530**	**16.183.026**
Lucro por ação		**31,94**	**19,99**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Maria Virgínia Fróes Schettino - Diretora - Presidente
Hudson da Silva Moisés - Contador – CRCMG 69.132/O3

"As demonstrações financeiras completas, juntamente com o parecer dos autidores independentes, estão disponíveis no escritório da sede da empresa e no site do jornal https://diariodocomercio.com.br/publicidade-legal/".

MRV

MRV ENGENHARIA E PARTICIPAÇÕES S.A.
CNPJ/ME nº 08.343.492/0001-20 - NIRE 31.300.023.907
Companhia Aberta

ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO REALIZADA EM 25 DE MARÇO DE 2024

A Reunião do Conselho de Administração da **MRV ENGENHARIA E PARTICIPAÇÕES S.A.** ("**Companhia**"), instalada com a presença dos seus membros abaixo assinados, independentemente de convocação, presidida pelo **Sr. Rubens Menin Teixeira de Souza** e secretariada pela **Sra. Fernanda de Mattos Paixão**, realizou-se às 09:00 horas, do dia 25 de março de 2024, por meio digital, conforme artigo 23 e parágrafos do Estatuto Social. Em conformidade com a **Ordem do Dia**, as seguintes deliberações foram tomadas: **Itens de aprovação: I. Proposta da Administração e Convocação da AGOE -** O Conselho aprovou, por unanimidade, a Proposta da Administração, conforme apresentada, e a convocação da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, a ser realizada na sede da Companhia, no dia 26 de abril de 2024, às 10h, bem como a publicação do Edital de Convocação, com a seguinte ordem do dia: em Assembleia Geral Ordinária: **1. Deliberar** sobre as contas dos administradores, examinar, discutir e votar o Balanço Patrimonial e as Demonstrações Financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023; **2. Deliberar** sobre a instalação do Conselho Fiscal e, caso seja instalado, **eleger** os seus membros e seus respectivos suplentes para o mandato que se encerra na data de realização da Assembleia Geral Ordinária da Companhia em 2025; e **3. Fixar** a remuneração anual global da Administração para o exercício social de 2024; e em Assembleia Geral Extraordinária: **1. Deliberar** sobre a alteração do Artigo 5º do Estatuto Social da Companhia para refletir os aumentos de capital, dentro do limite de capital autorizado, aprovados pelo Conselho de Administração nas reuniões realizadas nos dias 13 de julho de 2023 e 09 de janeiro de 2024 e ratificação do atual capital social da Companhia; **2. Deliberar** sobre a consolidação do Estatuto Social da Companhia, em virtude da deliberação do item acima; **3. Deliberar** sobre criação do Plano de Outorga de Opções de Compra de Ações, Ações e Incentivos Atrelados a Ações da Companhia; e **4. Deliberar** sobre a publicação da ata da Assembleia Geral na forma do art. 130, §2º, da Lei das Sociedades por Ações, omitindo-se os nomes dos acionistas.**II. Plano de Outorga de Opções de Compra de Ações, Ações e Incentivos Atrelados a Ações da Companhia -** O Conselho aprovou, por unanimidade, o Plano de Outorga de Opções de Compra de Ações, Ações e Incentivos Atrelados a Ações da Companhia, *ad referendum* da próxima Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, nos termos constantes na Proposta da Administração e no ANEXO I da presente ata que, autenticado pela mesa, será arquivado na sede Companhia; **III. Remuneração Global da Administração -** O Conselho aprovou, por unanimidade, a proposta da remuneração anual global da Administração para o exercício social de 2024 no montante de R$ 54.896.200,00 (cinquenta e quatro milhões, oitocentos e noventa e seis mil e duzentos reais), conforme disposto de forma detalhada na Proposta da Administração; O Conselho autorizou, por unanimidade, a Diretoria da Companhia, direta ou indiretamente por meio de procuradores, a praticar todos e quaisquer atos e celebrar todos e quaisquer documentos que se façam necessários ou convenientes à efetivação das deliberações acima, bem como ratificou os atos já praticados pela Diretoria da Companhia neste sentido. Nada mais havendo a tratar, lavrou-se o presente termo que, lido e achado conforme, foi assinado pelos presentes. Belo Horizonte, 25 de março de 2024. Presidente: **Rubens Menin Teixeira de Souza**, Secretária: **Fernanda de Mattos Paixão.** Membros do Conselho de Administração presentes: **Rubens Menin Teixeira de Souza; Maria Fernanda N. Menin T. de Souza Maia; Betania Tanure de Barros; Antonio Kandir; Sílvio Romero de Lemos Meira; Paulo Sergio Kakinoff e Leonardo Guimarães Corrêa**. *Declara-se, para os devidos fins, que há uma cópia fiel e autêntica arquivada e assinada pelos presentes no livro próprio.* Confere com o original: **Fernanda de Mattos Paixão** Secretária da Mesa. Junta Comercial do Estado de Minas Gerais Certifico o registro sob o nº 11628276 em 10/04/2024 da Empresa MRV ENGENHARIA E PARTICIPACOES S.A., Nire 31300023907 e protocolo 242200087 - 09/04/2024. Autenticação: A699B416915F58C24BD55BCA6B99575962FC0AC. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 24/220.008-7 e o código de segurança tOVQ Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 11/04/2024 por Marinely de Paula Bomfim Secretária-Geral.

Edição impressa produzida pelo Jornal **DIÁRIO DO COMÉRCIO**.
Circulação diária em bancas e assinantes.
As versões digitais e as íntegras das Publicações Legais contidas nessa página, encontram-se disponíveis no site:
https://diariodocomercio.com.br/publicidade-legal
Acesse também através do QR CODE ao lado.

ARQUIVO LOCALIZA&CO

a Incertezas quanto à durabilidade e infraestrutura adaptada foram avaliadas pela empresa

LOCAÇÃO

Localiza descarta carro elétrico no curto prazo

Estratégia leva em conta o preço considerado ainda caro

MARCO AURÉLIO NEVES

A Localiza não vislumbra, no curto prazo, uma estratégia que priorize o veículo elétrico na sua frota. O objetivo da locadora, tendo em vista a redução de emissões de gases de efeito estufa, é a utilização de veículos flex ou híbridos, com prioridade para o consumo do álcool combustível. Incertezas quanto à durabilidade e infraestrutura adaptada aos automóveis 100% elétricos pesam para a decisão, afirma o CEO da empresa, Eugênio Mattar.

"No Brasil, carro flex é o carro do momento. Carro a álcool e híbrido. Carro elétrico é uma etapa superior. Custa caro ainda para a pessoa ter, portanto custa caro para alugar ele. E ainda tem muita indefinição de tempo que a bateria vai durar. Então, no momento, nosso foco é carro flex a álcool e carro híbrido a álcool", disse o executivo, durante o 1º Seminário de Finanças e Gestão Corporativa, realizado em Belo Horizonte.

O CEO da Localiza declarou também que a locadora não pretende fazer novas fusões e aquisições num futuro próximo, como ocorreu com a Unidas. "Até nem pode muito, porque pelo tamanho que temos, tem muita restrição para fazer novas fusões e aquisições", pontua.

Para reduzir a emissão de gases de efeito estufa, a opção é a utilização de veículos flex ou híbridos, com prioridade para o consumo do etanol

Por ser uma das maiores compradoras de automóveis do País, a decisão da Localiza em não comprar veículo 100% elétrico certamente tem impacto na indústria automotiva. Cerca de 70% da frota nacional das locadoras foi emplacada no Estado, muito por conta da empresa. Segundo dados do Sindicato dos Concessionários e Distribuidores de Veículos de Minas Gerais (Sindcov-MG), as locadoras são responsáveis por cerca de 64% de todas as vendas de automóveis e comerciais leves de Minas Gerais. Elas compram diretamente das fábricas automobilísticas, sem intermédio das concessionárias.

Inclusive, a concentração de locadoras em Minas, como a própria Localiza e a Unidas, adquirida pela empresa, faz a atividade de locação de carros ter um grande peso no índice que mede o desempenho do setor de serviços no Estado.

AUTOMÓVEIS

BYD Dolphin é líder de vendas entre veículos elétricos no Brasil

IRIS AGUIAR

REPRODUÇÃO / BYD

Comercialização dos elétricos cresceu 91% em 2023 no País

Os veículos elétricos têm crescido em número de vendas no Brasil. Com 93.927 emplacamentos, a comercialização desses automóveis cresceu 91% em 2023, em relação ao ano anterior. E no mercado nacional que desponta, os brasileiros já adotaram um favorito: o carro BYD Dolphin, que é líder de vendas.

Entre os veículos elétricos zero quilômetro mais pesquisados em *marketplaces* de venda de veículos no primeiro trimestre de 2024, dois modelos da BYD ocupam os primeiros lugares: Dolphin (1º) e Seal (2º). Já na terceira posição aparece o GWM Ora-03. Os dados são do *Webmotors Autoinsights*, plataforma de pesquisas sobre o mercado automotivo.

Em relação aos seminovos, o Porsche Taycan se destaca como o elétrico usado mais procurado entre janeiro e março de 2024, seguido do BYD Dolphin e do Volvo XC40, na segunda e terceira colocações, respectivamente. Neste segmento, 55% das buscas se concentram em veículos acima de R$ 250 mil.

A pesquisa ainda aponta que, dentre os usados, 22% das buscas são por automóveis com preço superior a R$ 500 mil, e 70% das pesquisas por eletrificados novos são de modelos híbridos.

A marca BYD também surge na liderança entre os híbridos zero quilômetro favoritos, desta vez, com o Song Plus, seguido pelo Honda Civic (2º) e pelo Audi RS 6 Avant Performance (3º). Quanto aos híbridos seminovos, o Toyota Corolla Hybrid aparece no topo da lista, à frente do Volvo XC60 e do Porsche Cayenne, na segunda e terceira posições.

A chinesa BYD ocupa nove posições ao longo dos rankings. Fazendo sucesso entre os brasileiros com os modelos zero quilômetro elétricos, a marca se destaca em cinco das dez posições dos carros mais vendidos.

Emplacamentos em Minas - Em Minas Gerais, o aumento das vendas de veículos elétricos posiciona o Estado como um dos principais mercados, respondendo por 6,8% do mercado nacional. Apenas no último ano foram emplacados 6.413 automóveis leves desse tipo no Estado. O número representa aumento de 72,3% sobre 2022, quando foram vendidos 3.721 veículos.

A cidade mineira que mais concentrou vendas desse tipo de veículo no período, foi Belo Horizonte. A capital mineira somou 3.689 emplacamentos em 2023. Diante dos 1.992 veículos leves vendidos em 2022, houve um crescimento de 85,2% na comercialização. Os dados são da Associação Brasileira de Veículo Elétrico (ABVE).

*Em estágio, sob supervisão da edição

Fundação Presidente Antônio Carlos – FUPAC

CNPJ - 17.080.078/0001-66

Balanço Patrimonial levantado em 31 de dezembro de 2023

ATIVO	Nota	2023	2022
CIRCULANTE	2.1 a	**R$ 53.229.718,41**	**R$ 46.207.421,27**
DISPONIBILIDADES		**R$ 3.349.022,40**	**R$ 3.448.929,91**
BANCOS CONTA MOVIMENTO	12.1	R$ 382.793,34	R$ 772.153,67
APLICAÇÕES FINANCEIRAS	12.1	R$ 2.966.229,06	R$ 2.676.776,24
CRÉDITOS		**R$ 49.880.696,01**	**R$ 42.758.491,36**
MENSALIDADES A RECEBER	12.2	R$ 50.983.691,95	R$ 44.358.192,81
PROVISÃO P/ DEVEDORES DUVIDOSOS	10	R$ (2.421.711,12)	R$ (1.774.327,71)
ESTOQUES	12.3	R$ 58.588,20	R$ 5.685,63
ADIANTAMENTOS DIVERSOS	12.4	R$ 1.160.126,98	R$ 168.940,63
TITULO DE CAPITALIZAÇÃO		R$ 100.000,00	R$ -
NÃO-CIRCULANTE	2.1 b	**R$ 55.759.265,63**	**R$ 55.145.268,58**
IMOBILIZADO	2.1 b	**R$ 55.759.265,63**	**R$ 55.145.268,58**
TERRENOS		R$ 242.715,00	R$ 242.715,00
EDIFICAÇÕES		R$ 38.860.639,91	R$ 38.790.701,47
MÓVEIS E UTENSÍLIOS		R$ 4.798.938,91	R$ 4.564.844,91
MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS		R$ 8.455.647,99	R$ 8.109.548,88
BIBLIOTECA		R$ 10.735.041,53	R$ 10.706.512,82
VEÍCULOS		R$ 509.127,32	R$ 509.127,32
APARELHAGEM MÉDICA		R$ 192.943,74	R$ 192.943,74
EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA		R$ 5.532.735,77	R$ 5.487.010,91
(-) DEPRECIAÇÃO ACUMULADA		R$ (13.568.524,54)	R$ (13.458.136,47)
TOTAL DO ATIVO		**R$ 108.988.984,04**	**R$ 101.352.689,85**
PASSIVO			
CIRCULANTE	2.1 c	**R$ 10.526.939,36**	**R$ 7.802.676,53**
OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS		R$ 5.645.885,00	R$ 5.020.929,64
OBRIGAÇÕES SOCIAIS		R$ 2.703.127,71	R$ 2.706.719,85
OBRIGAÇÕES CONVENIADAS		R$ 8.699,30	R$ 1.571,87
OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS		R$ 938,37	R$ 3.203,97
SERVIÇOS PREST. PESSOA JURÍDICA		R$ 21.667,62	R$ 40.185,32
FORNECEDORES		R$ 202.176,90	R$ 30.065,88
EMPRÉSTIMO BANCÁRIO		R$ 1.944.444,46	R$ -
NÃO CIRCULANTE	2.1 d	**R$ 3.055.555,54**	**R$ -**
EMPRÉSTIMO BANCÁRIO		R$ 3.055.555,54	R$ -
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2.1 e	**R$ 95.406.489,14**	**R$ 93.550.013,32**
PATRIMÔNIO SOCIAL		R$ 93.550.013,32	R$ 91.878.148,94
SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO		R$ 1.856.475,82	R$ 1.671.864,38
TOTAL DO PASSIVO		**R$ 108.988.984,04**	**R$ 101.352.689,85**

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido em 31 de dezembro de 2023

2023			
SALDO EM 31.12.2021	**NOTA**	**R$**	**91.878.148,94**
SUPERÁVIT APURADO		R$	1.671.864,38
SALDO EM 31.12.2022		**R$**	**93.550.013,32**
SUPERÁVIT APURADO		R$	1.856.475,82
SALDO EM 31.12.2023	2.3	**R$**	**95.406.489,14**

2022		
SALDO EM 31.12.2020	**R$**	**90.779.251,48**
SUPERÁVIT APURADO	R$	1.098.897,46
SALDO EM 31.12.2021	**R$**	**91.878.148,94**
SUPERÁVIT APURADO	R$	1.671.864,38
SALDO EM 31.12.2022	**R$**	**93.550.013,32**

Demonstração do Resultado do Período findo em 31 de dezembro de 2023

CONTAS	NOTA	2023	2022
RECEITAS			
RECEITAS OPERACIONAIS		**R$ 165.223.810,33**	**R$ 159.416.226,13**
ATIVIDADES DE EDUCAÇÃO	2.2	R$ 165.223.810,33	R$ 159.416.226,13
OUTRAS RECEITAS		**R$ 94.435.111,37**	**R$ 76.196.026,57**
ATIVIDADES DE ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA	6.2	R$ 251.100,00	R$ 485.200,00
ATIVIDADES DE ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA	6.1	R$ 5.095.660,00	R$ 1.165.959,13
TRABALHO VOLUNTÁRIO	8	R$ 3.434.475,00	R$ 508.312,00
RECEITAS FINANCEIRAS	2.2	R$ 90.402,05	R$ 350.960,94
VALORES RECUPERADOS INSS	2.2	R$ 20.894.552,26	R$ 20.301.308,14
GRATUIDADES CONCEDIDAS	5	R$ 60.283.801,65	R$ 49.152.768,14
VALORES RECUPER. DIVERSOS	3.5	R$ 4.385.120,41	R$ 4.231.518,22
TOTAL DAS RECEITAS		**R$ 259.658.921,70**	**R$ 235.612.252,70**
DESPESAS			
DESPESAS OPERACIONAIS		**R$ 187.835.597,35**	**R$ 170.248.644,25**
ATIVIDADES DE EDUCAÇÃO	2.2	R$ 127.551.795,70	R$ 121.095.876,11
GRATUIDADES CONCEDIDAS	5	R$ 60.283.801,65	R$ 49.152.768,14
OUTRAS DESPESAS		**R$ 69.966.848,53**	**R$ 63.691.744,07**
ATIVIDADES DE ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA	6.2	R$ 251.100,00	R$ 485.200,00
ATIVIDADES DE ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA	6.1	R$ 5.095.660,00	R$ 1.165.959,13
TRABALHO VOLUNTÁRIO	8	R$ 3.434.475,00	R$ 508.312,00
DESPESAS C/ PESSOAL	2.2	R$ 38.056.282,06	R$ 36.442.973,91
DESPESAS C/ MATERIAIS	2.2	R$ 2.134.663,20	R$ 2.011.891,92
DESPESAS TRIBUTÁRIAS	2.2	R$ 177.508,75	R$ 141.732,86
DESPESAS C/ MANUTENÇÃO	2.2	R$ 303.664,29	R$ 271.936,01
DESPESAS C/ SERVIÇOS TERCEIROS	2.2	R$ 11.729.669,40	R$ 9.660.525,57
DESPESAS CONVÊNIOS/ CONTRATOS	2.2	R$ 29.506,10	R$ 25.867,15
DESPESAS ADMINISTRATIVAS	2.2	R$ 5.989.013,82	R$ 10.883.805,14
DESPESAS FINANCEIRAS	2.2	R$ 233.206,72	R$ 205.504,92
DEPRECIAÇÕES	2.2	R$ 110.388,07	R$ 113.707,75
PROVISÕES	10	R$ 2.421.711,12	R$ 1.774.327,71
TOTAL DAS DESPESAS		**R$ 257.802.445,88**	**R$ 233.940.388,32**
RESULTADO DO EXERCÍCIO		**R$ 1.856.475,82**	**R$ 1.671.864,38**

Demonstração do Fluxo de Caixa em 31 de dezembro de 2023

	NOTA 2.4	2023	2022
Resultado Líquido		R$ 1.856.475,82	R$ 1.671.864,38
(+) Depreciação		R$ 110.388,07	R$ 113.707,75
(+) Provisão Devedores Duvidosos		R$ 2.421.711,12	R$ 1.774.327,71
(+) Estorno de Mensalidades		R$ -	R$ 3.695.100,15
(=) Caixa Líquido das Atividades Operacionais		**R$ 4.388.575,01**	**R$ 7.254.999,99**
Fluxo de caixa das atividades de investimentos			
(-) Aquisição de imobilizado		R$ 613.997,05	R$ 558.894,30
(-) Aumento passivo circulante		R$ 2.724.262,83	R$ 461.455,11
(-) Redução Disponivel		R$ 99.907,51	R$ 3.798.289,39
(+) Aumento Estoques		R$ 52.902,57	R$ 10.405,79
(+) Aumento Créditos a Receber		R$ 3.919.782,30	R$ 6.224.244,79
(=) Caixa Líquido das Atividades de Investimentos		**R$ (534.517,48)**	**R$ 11.053.289,38**
Fluxo de caixa das atividades de financ.			
(+) Captação de empréstimo		R$ 4.994.100,00	R$ -
(+) Pagamento de juros sobre empréstimo		R$ 28.900,00	R$ -
(=) Caixa Líquido das Atividades de financiamento		**R$ 5.023.000,00**	**R$ -**
(=) Aumento de Caixa Líquido		**R$ (99.907,51)**	**R$ (3.798.289,39)**
Aumento no Caixa e Equival. de Caixa		**R$ (99.907,51)**	**R$ (3.798.289,39)**
Saldo de Caixa + Equival. de Caixa Inicial		**R$ 3.448.929,91**	**R$ 7.247.219,30**
Saldo de Caixa + Equival. de Caixa Final		**R$ 3.349.022,40**	**R$ 3.448.929,91**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS LEVANTADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

NOTA 1 – CONTEXTO OPERACIONAL
A FUNDAÇÃO PRESIDENTE ANTONIO CARLOS – FUPAC inscrita no CNPJ nº 17.080.078/0001-66, é uma entidade educacional instituída de acordo com a Lei Estadual nº 3.038 de 19 de dezembro de 1963, com alterações decorrentes das Leis Estaduais nºs: 3.871/1965 e 5.402/1969, com sede e foro em Belo Horizonte – MG., e tem por finalidades: a) Criar, instalar e manter, sem fins lucrativos, estabelecimentos de ensino ou cursos superiores de pesquisa e de formação profissional, nos termos da legislação federal que regula a matéria; b) Criar e manter serviços educativos e assistenciais que beneficiem os estudantes, e obras assistenciais filantrópicas ligadas ao ensino; c) Promover medidas que, atendendo as reais condições e necessidades do meio, permitam ajustar o ensino aos interesses e possibilidades dos estudantes; d) Cuidar de atividades ligadas aos problemas do ensino em geral, desenvolvendo, por todos os meios, intercâmbio com entidades congêneres nacionais e estrangeiras. Sob o nome fantasia de Centro Universitário Presidente Antônio Carlos – UNIPAC, a FUPAC mantém centros universitários nas cidades de Barbacena e Juiz de Fora e faculdades nas cidades de Baependi, Barão de Cocais, Conselheiro Lafaiete, Elói Mendes, Governador Valadares, Itabirito, Itambacuri, Itanhandu, Lambari, Leopoldina, Mariana, Nova Lima, Ponte Nova, Sabará, São João Nepomuceno, Ubá, Uberaba, Uberlândia e Visconde do Rio Branco, ministrando cursos superiores, cursos técnicos, ensino médio e fundamental.

NOTA 2 – DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
As demonstrações contábeis levantadas na data de 31 de dezembro de 2023 obedeceram às normas e técnicas contábeis das entidades sem fins lucrativos. As principais diretrizes seguidas foram as seguintes: **2.1 – Balanço Patrimonial - BP -** a) Ativo Circulante - As disponibilidades e os créditos estão contabilizados pelo regime de competência, cujos saldos apurados refletem a posição no final do exercício de 2023. b) Ativo Não-Circulante - Está refletido ao custo original de aquisição, acrescido de novas entradas durante o período, sendo deduzido a parcela de depreciação proporcional ao exercício em questão. Os critérios e procedimentos relativos à depreciação do Ativo Imobilizado estão relacionados com a vida útil dos bens, cujos valores estão demonstrados na tabela abaixo:

CONTAS	CUSTO CORRIGIDO	DEPRECIA-ÇÕES	SALDOS	TAXAS %
TERRENOS	242.715,00	-	242.715,00	-
EDIFICAÇÕES	38.860.639,91	2.435.098,95	36.425.540,96	4%
MÓVES E UTENSÍLIOS	4.798.938,91	1.191.422,18	3.607.516,73	10%
MÁQUINAS E EQUPTOS	8.455.647,99	3.441.056,74	5.014.591,25	20%
APARELHAGEM MÉDICA	192.943,74	147.869,68	45.074,06	20%
BIBLIOTECAS	10.735.041,53	3.683.126,53	7.051.915,00	20%
VEÍCULOS	509.127,32	392.825,84	116.301,48	20%
EQUIPTOS. INFORMÁTICA	5.532.735,77	2.277.124,62	3.255.611,15	20%
TOTAIS	**69.327.790,17**	**13.568.524,54**	**55.759.265,63**	**xxxxx**

c) Passivo Circulante - Os valores a pagar correspondem ao saldo em 31 de dezembro de 2023. d) Passivo Não-Circulante - O valor corresponde ao saldo que deverá ser quitado no exercício seguinte ao ano de 2024, de acordo com o empréstimo bancário efetuado junto ao Banco Santander, conforme Cédula de Crédito nº. 00330433000000016360, com garantia dos direitos creditórios dos recursos existentes e que vierem a existir na Conta Vinculada nº. 290004166 de titularidade da Garantidora. e) Patrimônio Líquido - O valor reflete ao Patrimônio Institucional acrescidos dos resultados dos exercícios. **2.2 – Demonstração do Resultado do Período - DRP.** a) Os critérios de apuração de receitas e despesas se fazem pelo regime de competência. b) Os valores gastos em gratuidade seguem a legislação federal, de acordo com as normas e procedimentos estabelecidos pelo Ministério da Educação e Cultura. c) A aplicação dos recursos segue os objetivos estabelecidos no estatuto. d) A Fundação mantém seguro de vida para seus funcionários com cobertura total. e) A despesa com pessoal representa 46,87% sobre a receita institucional. f) A Instituição aplica seus recursos adequando-se aos parâmetros estabelecidos pela Lei das Diretrizes e Bases da Educação e sua regulamentação. g) Os serviços educacionais prestados são realizados com recursos próprios cobrados por meio de mensalidades. h) As gratuidades ofertadas estão evidenciadas na conta "Gratuidade Concedidas" que serão demonstradas nas prestações de contas de manutenção do certificado beneficente de assistência social - CEBAS. i) A FUPAC não precisa demonstrar o custo e o valor recebido pelos serviços prestados, pois o superávit demonstrado no exercício prova que o valor recebido pela prestação de serviços educacionais é suficiente para manutenção dessas operações. **2.3 – Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido - DMPL.** Reflete a posição do Patrimônio em 31 de dezembro de 2023, acrescido do resultado do exercício, demonstrando que não há distribuição de resultado e sim aplicação no acréscimo patrimonial. **2.4 – Demonstração dos Fluxos de Caixa – DFC.** Reflete as atividades operacionais e de investimentos, demonstrado pelo Método Indireto. **2.5 – Notas Explicativas -** De acordo com as instruções da ITG 2002 CFC (R10).

NOTA 3 – RELAÇÃO DE TRIBUTOS OBJETO DE RENUNCIA FISCAL
De acordo com art. 150, inciso VI, alínea C e art. 195 § 7º ambos da Constituição Federal, a Fundação Presidente Antônio Carlos – FUPAC, tem imunidade sobre os seguintes tributos: **3.1** - IRPJ sobre a renda de seus serviços educacionais; **3.2** - IPTU sobre os seus imóveis, desde que utilizados em seu objeto; **3.3** - ISSQN sobre a renda de seus serviços educacionais; **3.4** - IPVA sobre os seus veículos. **3.5** - A Fundação usufrui da imunidade da quota patronal sobre a folha de pagamento. **3.6** - Sobre a receita a FUPAC tem imunidade da COFINS e da CSLL. **3.7** – PIS sobre a folha de pagamento. Todas as isenções e imunidades alocadas têm como contrapartida o oferecimento de bolsas de estudo aos alunos carentes, de acordo com a legislação.

NOTA 4 – ENTIDADE BENEFICENTE
A FUPAC foi certificada pelo Conselho Nacional de Assistência Social, conforme processo número 71010.003159/2007-90**.** Em 2009 o Pedido de Renovação no CNAS foi enviado ao Ministério da Educação. Sem embargo da certificação, a FUPAC na condição de entidade sem fins lucrativos e beneficente criada por lei, e que atende aos demais requisitos legais, encontra amparo no Parecer da Advocacia-Geral da União nº GQ-169 para a dispensa do CEBAS. A Receita Federal do Brasil ratificou o Parecer da AGU através da Solução de Consulta Interna COSIT nº 4 de 07 de fevereiro de 2013.

NOTA 5 – GRATUIDADES
A Fundação Presidente Antônio Carlos, no exercício de 2023, concedeu bolsas de estudo, de forma gratuita aos alunos de suas diversas unidades:

RELATÓRIO DE BOLSAS 2023

Tipo de Desconto	Alunos	Valor
PROUNI	14433	R$ 20.763.933,55
ADMINISTRATIVO	25	R$ 4.441,31
ALUNO TRANSFERÊNCIA	3834	R$ 1.090.277,60
APROVEITAMENTO DE MATRÍCULA	535	R$ 211.694,34
BOLSA CAMPANHA DE VESTIBULAR	3988	R$ 1.594.875,44
BOLSA CONVÊNIO EMPRESA	403	R$ 189.826,64
BOLSA FILANTROPIA	554	R$ 428.397,19
BOLSA OBTENÇÃO DE NOVO TÍTULO	2403	R$ 850.193,15
BOLSA PASUN	253	R$ 134.692,85
BOLSA RETORNO	2510	R$ 691.191,08
BOLSA SOCIAL	227	R$ 65.721,00
BOLSAS AGORA	2638	R$ 1.575.647,19
COMPENSAÇÃO DE DISPENSA DE DISCIPLINA	53	R$ 56.396,86
COMPENSAÇÃO DE PAGAMENTO A MAIOR	61	R$ 11.726,02
COMPENSAÇÃO DE PRÉ-REQUISITO	57	R$ 22.767,98
COMPENSAÇÃO DE SAAE	12	R$ 6.973,06
COMPENSAÇÃO DE SINPRO	3	R$ 604,54
COMPENSAÇÃO FIES	69	R$ 16.990,50
COMPENSAÇÃO MONITORIA	20	R$ 6.750,75
COMPENSAÇÃO PAGTO DUPLICIDADE	4	R$ 1.576,27
COMPENSAÇÃO PAGTO SEM DESCONTO	113	R$ 34.650,75
COMPENSAÇÃO PROUNI	176	R$ 65.366,43
COMPENSAÇÕES DIVERSAS	559	R$ 200.045,88
CONTRATO DE CONFISSÃO DE DÍVIDA	66	R$ 30.161,02
CONTRATO DE CONFIS. DE DÍVIDA FINANCIAMENTO	187	R$ 79.608,33
CONV. SIND. TRAB. INDUST. CONST. MOB BARROSO	64	R$ 23.998,39
CONVÊNIO ACIB	109	R$ 41.277,80
CONVÊNIO ASSOCIAÇÃO COMERCIAL E INDUSTRIAL DE PONTE NOVA	70	R$ 26.215,66
CONVÊNIO CARTÃO ARIMED	26	R$ 11.576,29
CONVÊNIO CDL	31	R$ 10.195,91
CONVÊNIO CDL/ ACIA/ CONPAR	125	R$ 66.694,65
CONVÊNIO CEDPLAN	15	R$ 3.461,02
CONVÊNIO COLÉGIO APLICAÇÃO	92	R$ 35.391,26
CONVÊNIO CONFECÇÕES CHILDREN	6	R$ 1.383,85
CONVÊNIO CONSELE SERVIÇOS INDUSTRIAIS	10	R$ 2.993,73
CONVÊNIO CSN MINERAÇÃO S.A.	48	R$ 14.766,87
CONVÊNIO EMPRESA	1215	R$ 438.502,75
CONVÊNIO EMPRESA ACISC	11	R$ 2.376,06
CONVÊNIO EMPRESA DA MRS	10	R$ 3.265,61
CONVÊNIO EMPRESA DO MUNICÍPIO DE JECEABA	9	R$ 4.825,33
CONVÊNIO EMPRESA NOVAIS ACADEMIA	9	R$ 2.900,51
CONVÊNIO FERRO + MINERAÇÃO S.A	39	R$ 14.507,11
CONVÊNIO FIVEN	15	R$ 3.699,19
CONVÊNIO LUSITANA	10	R$ 2.903,09
CONVÊNIO POLICIA MILITAR	70	R$ 14.620,72
CONVÊNIO POLÍCIA MILITAR DE MINAS GERAIS	229	R$ 81.560,13
CONVÊNIO PREFEITURA	206	R$ 103.460,47
CONVENIO PREFEITURA DE ITAVERAVA	4	R$ 1.469,25
CONVÊNIO PREFEIT. DE SANTANA DOS MONTES	5	R$ 2.169,83
CONVÊNIO PREFEIT. MUNICIPAL DE SACRAMENTO	10	R$ 988,76
CONVÊNIO RIBEIRO CASTRO CONSTRUTORA	10	R$ 3.963,50
CONVÊNIO RIVELLI	18	R$ 6.292,94
CONVÊNIO SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE BARBACENA	158	R$ 72.415,85
CONVÊNIO SIND. MET, MEC, DE OURO BRANCO	23	R$ 8.073,86
CONVÊNIO STISMMMEOBB	31	R$ 8.047,01
CONVÊNIO UAU! PET STORE E ESTÉTICA CANINA	1	R$ 557,63
CONVÊNIO UNIMED	20	R$ 7.346,26
CONVÊNIO VALLOUREC	10	R$ 5.576,30
DESC. FIES	11	R$ 275,17
DESCONTO ANTECIPAÇÃO DE PAGAMENTO	778	R$ 148.981,01
DESCONTO AUXILIO PARENTESCO	46	R$ 5.831,70
DESCONTO CAMPANHA DE VESTIBULAR	18390	R$ 5.850.489,56
DESCONTO EDUCAR	303	R$ 116.161,57
DESCONTO INCENTIVO	581	R$ 229.052,99
DESCONTO OBTENÇÃO DE NOVO TÍTULO	3253	R$ 1.512.541,03
DESCONTO TRILHAS DE FUTURO	31	R$ 15.802,79
DESCONTOS DIVERSOS	82	R$ 153.624,71
DIGITAL LINE INFORMÁTICA	8	R$ 4.405,27
DIRETORIA	15	R$ 10.092,82
DISCIPLINA PRÉ-REQUISITO	650	R$ 353.438,16
DISPENSA DE DISCIPLINA	4357	R$ 4.138.537,84
EBJ ASSESSORIA E GERENCIAMENTO	4	R$ 1.456,79
EDUCA MAIS BRASIL	2074	R$ 1.349.728,74
ESTÁGIO	18	R$ 9.436,74
ESTRELAS DO ENEM	11579	R$ 4.493.614,98
EX-ALUNO	33	R$ 18.894,65
FIES	74	R$ 335.565,49
GESTORES	590	R$ 289.896,59
INICIAÇÃO CIENTÍFICA	518	R$ 66.751,72
ISENÇÃO DE 1ª VIA DE DOCUMENTO	1180	R$ 59.892,65
MARCO A.H. MICHALUATE MARK. DE BENEFICIOS	29	R$ 10.984,85
MONITORIA	118	R$ 15.100,45
NOVO FIES	2764	R$ 4.108.638,07
PASUN	1749	R$ 653.926,69
POLICIA CIVIL	31	R$ 8.261,93
PONTUALIDADE FIES	6	R$ 1.575,46
PRAVALER	392	R$ 624.865,78
PROGRAMA DE BOLSAS SUPERAMOS JUNTOS - SANTANDER	51	R$ 23.817,52
QUERO BOLSA	6700	R$ 3.862.233,55
REITORIA	638	R$ 231.383,71
SAAE	1210	R$ 1.134.643,22
SEGUNDA GRADUAÇÃO FAPAM	15	R$ 4.289,43
SEGURO EDUCACIONAL INSTITUCIONAL	4	R$ 4.460,46
SERVIDOR PUBLICO	30	R$ 1.836,20
SINDICATO SERVIDOR PUBLICO	47	R$ 27.249,16
SINDICON	10	R$ 3.289,55
SINPRO	530	R$ 550.517,27
UBERLÂNDIA DESCONTO CURSO	899	R$ 307.685,07
UBERLÂNDIA DESCONTO REMATRICULA	778	R$ 11.146,78
VESTIBULAR PREMIADO	487	R$ 371.436,18
TOTAL		**R$60.283.801,65**

As Bolsas de Estudo integrais e parciais do PROUNI atendem aos requisitos legais, de acordo com a Lei nº. 11.096/2005, observando a renda per capita familiar, ou seja, bolsas integrais para a renda familiar até um salário mínimo e meio, e bolsas parciais até três salários mínimos, sendo as demais bolsas ofertadas pela instituição concedidas por meio de critérios semelhantes ao da lei do PROUNI.

NOTA 6 – GRATUIDADES POR MEIO DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS
6.1 – CLÍNICA ESCOLA - Atendimento de pessoas carentes nas áreas de fisioterapia, fonoaudiologia, nutrição, psicologia e odontologia, objetivando melhorar a qualidade de vida dos pacientes, sendo que o custo deste atendimento não compõe a parcela de gratuidade informada nas atividades de educação.

CLÍNICA ESCOLA VERA TAMM DE ANDRADA - Barbacena

Pessoas	Modalidade	Número de atendimentos
449	Fisioterapia todas as áreas	16.788
104	Psicologia	737
75	Farmácia	2.750
986	Odontologia	14.052
1.181	Órteses/cadeiras	1.249 entregas
101	Nutrição	202
Valor da Gratuidade		**R$ 5.095.660,00**

6.2 - NÚCLEO DE PRÁTICA JURÍDICA - Atendimento de pessoas carentes na área jurídica, objetivando resolver conflitos e garantir direitos da comunidade, sendo que o custo deste atendimento não compõe a parcela de gratuidade informada.

Relatório NPJ – FUPAC - Barbacena

Ano	Atendimentos	Processos	Valor Estimado
2023	276	48	R$ 251.100,00

NOTA 7 – DAS APÓLICES DE SEGURO
A Fundação Presidente Antônio Carlos mantém seguros para os bens do ativo imobilizado e outros ativos sujeitos a risco, por montantes suficientes para cobrir eventuais sinistros, de acordo com a natureza das atividades. 1) Pinot Noir Corretora e Administradora de Seguros Ltda. Seguro abrangendo dirigentes, funcionários, estagiários, menores aprendizes e prestadores de serviços com contrato exclusivo com a instituição. São cobertos por esta apólice: - morte por qualquer causa básica – R$ 10.000,00. - despesas médicas, hospitalares e odontológicas – R$ 1.000,00. - indenização especial por morte acidental – R$ 10.000,00. - invalidez permanente total ou parcial por acidente – R$ 10.000,00. 2) Allianz Seguros S. A. - Seguro abrangendo imóvel sito à Rua Carmita Monteiro, SN, na cidade de Leopoldina – MG. São cobertos por esta apólice: - danos materiais – R$ 2.500.000,00. - despesas fixas – R$ 200.000,00. 3) Allianz Seguros S. A. - Seguro abrangendo imóvel sito à Rua Palma Bageto Viol, SN, na cidade de Antônio Carlos – MG. - São cobertos por esta apólice: - danos materiais – R$ 5.000.000,00. - despesas fixas – R$ 200.000,00. 4) Allianz Seguros S. A. - Seguro abrangendo imóvel sito à Rua Cecília de Almeida Rocha,291, na cidade de Itabirito – MG. São cobertos por esta apólice: - danos materiais – R$ 5.200.000,00. - despesas fixas – R$ 200.000,00. 5) ACCEDE Corretora e Administradora de Seguros S. A. - Seguro de vida funcionários. São cobertos por esta apólice: - morte e invalidez titular – R$ 12.000,00. - morte cônjuge – R$ 6.000,00. - auxílio funeral – R$ 7.000,00. 6) Balta Corretora de Seguros Ltda. Seguro abrangendo imóvel sito à Rua Doutor Antonino Sena Figueiredo, 807, na cidade de Barbacena – MG. São cobertos por esta apólice: - danos materiais – R$ 5.720.000,00.

NOTA 8 – DO TRABALHO VOLUNTÁRIO
Os trabalhos voluntários são quantificados com base na atividade do voluntário, o volume mensal de horas e o custo hora calculado com base em custo semelhante vigente.

Descrição		2023	
Atividade	**Membros**	**Horas/Ano**	**Total ano**
Conselho Curador	7	1604	2.347.061,00
Conselho Fiscal	3	10	54314,00
Diretoria	3	796	1.033.100,00
Total			**3.434.475,00**

NOTA 9 – DISPOSIÇÕES ESTATUTÁRIAS
- Os dirigentes estatuários não recebem remuneração pelos serviços prestados; - a Fundação Presidente Antônio Carlos não distribui parcela de seu patrimônio ou de suas rendas, aplicando-as dentro do objetivo institucional; - é portadora da certidão positiva com efeito negativa dos tributos federais; - mantem escrituração contábil regular de acordo com as normas do CFC – Conselho Federal de Contabilidade; - conserva os documentos que comprovam estes registros contábeis; e - submete suas demonstrações contábeis a auditoria independente.

NOTA 10 – PROVISÃO PARA DEVEDORES DUVIDOSOS
A Fundação Presidente Antônio Carlos constituiu provisão em montante suficiente para cobrir as perdas esperadas sobre as mensalidades a receber, tendo por base a estimativa de seus valores realizados e outros valores baixados por benefícios concedidos. Na sua política de recuperação de créditos a receber, conta com serviços internos e terceirizados.

NOTA 11 – DISPOSIÇÕES FINAIS
Não há a ocorrência de evento subsequente à data do encerramento do exercício que tenha, ou possa vir a ter, efeito relevante sobre a situação financeira e os resultados futuros da entidade.

NOTA 12 - OBSERVAÇÕES, COMENTÁRIOS
O trabalho desenvolvido consistiu no exame das demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a análise da consistência dos saldos das contas patrimoniais, a adequada representação do resultado apurado, a observância às normas legais e institucionais em vigor e o cumprimento a normas estatutárias. **Análise da Composição dos Saldos das Contas e Controles Internos: 12.1 – Bancos Conta Movimento e Contas Especiais:** Todas as contas apresentam movimentação regular com suas composições e conciliações atualizadas. **12.2 – Mensalidades a Receber:** Todas as contas apresentam movimentação regular com suas composições atualizadas. **12.3 – Estoques:** A conta apresenta movimentação regular com o inventário físico-contábil atualizado. **12.4 – Adiantamentos diversos:** Todas as contas apresentam movimentação regular. **12.5 – Ativo Não-Circulante:** Todas as contas apresentam movimentação regular com suas composições atualizadas. **12.6 – Fornecedores e Serviços Prestados Pessoa Jurídica:** Todas as contas apresentam movimentação regular com suas composições atualizadas. **12.7 – Obrigações Trabalhistas:** Todas as contas apresentam movimentação regular com suas composições atualizadas. **12.8 – Obrigações Sociais:** Todas as contas apresentam movimentação regular com suas composições atualizadas. **12.9 – Obrigações Conveniadas e Contratuais:** Todas as contas apresentam movimentação regular com suas composições atualizadas. **12.10 – Fornecedores e Serviços prestados pessoa jurídica-** Todas as contas apresentam movimentação regular com suas composições atualizadas. **12.11 –Empréstimo Bancário -** Todas as contas apresentam movimentação regular com suas composições atualizadas. **12.12 – Patrimônio Líquido:** Todas as contas apresentam movimentação regular com suas composições atualizadas. A entidade possui as certidões de regularidade fiscal municipal, estadual e federal.

13 - Conclusão
O presente relatório contempla o resultado sobre os procedimentos adotados pela Fundação Presidente Antônio Carlos, na elaboração das demonstrações contábeis levantado em 31 de dezembro de 2023, que pode ser identificado através do superávit do período no total de R$ *1.856.475,82 (um milhão, oitocentos e cinquenta e seis mil, quatrocentos e setenta e cinco reais e oitenta e dois centavos).* Após análise econômico-financeira, a FUPAC apresenta níveis normais dos indicadores financeiros abaixo descritos:

Indicadores Financeiros

ÍNDICES / INDICADORES	31.12.2022	31.12.2023
IMOBILIZAÇÃO	0,54	0,51
CAPITAL CIRCULANTE	93.550.013,32	95.406.489,14
LIQUIDEZ CORRENTE	6,06	5,06
LIQUIDEZ GERAL	6,06	3,92
SOLVÊNCIA	13,46	8,02
ENDIVIDAMENTO	0,07	0,14
RESULTADO DO EXERCÍCIO	*1.671.864,38*	*1.856.475,82*

Belo Horizonte, 07 de março de 2024.

FÁBIO AFONSO BORGES DE ANDRADA
PRESIDENTE

ARISTÓBULO DE CASTRO
CONTADOR CRC - MG 21.261

PARECER DO CONSELHO FISCAL
Os membros do Conselho Fiscal da "Fundação Presidente Antônio Carlos", de conformidade com o disposto no art. 23 Inciso I do estatuto social da entidade, após examinarem os livros contábeis, balanço patrimonial e demonstração de resultado do período de 2023 decidiram por unanimidade, proceder sua aprovação, em decorrência da exatidão da documentação apresentada e devidamente arquivada.
Belo Horizonte - MG, 11 de Março de 2024.
José de Arimatea Furtado; Dimas da Silva Teixeira; Andréa Bárbara Lisboa.

Edição impressa produzida pelo Jornal **DIÁRIO DO COMÉRCIO**.
Circulação diária em bancas e assinantes.
As versões digitais e as íntegras das Publicações Legais contidas nessa página, encontram-se disponíveis no site: **https://diariodocomercio.com.br/publicidade-legal**
Acesse também através do QR CODE ao lado.

RETOMADA

Confiança da indústria de limpeza cresceu em março

Estabilidade de custos e lançamentos devem estimular produção no ano

DIVULGAÇÃO / AGÊNCIA DE NOTÍCIAS DA INDÚSTRIA

Todos os segmentos do setor de saneantes registraram altas

O Icei Setorial - Índice de Confiança do Empresário Industrial do setor de produtos de limpeza voltou a crescer em março, segundo dados levantados pela Confederação Nacional da Indústria (CNI), passando de 55,7 pontos (em fevereiro) para 56,3 pontos (março), o que o coloca como uma das 4 categorias mais otimistas da indústria. Para a Associação Brasileira das Indústrias de Produtos de Higiene, Limpeza e Saneantes de Uso Doméstico e de Uso Profissional (Abipla), a confiança pode ser explicada pela estabilidade dos custos ao produtor e ao bom desempenho da produção em 2024.

"Todos os segmentos do setor de saneantes registraram altas expressivas de produção neste início de ano, com alguns, como produtos de limpeza e polimento, com evolução de 21,1% nos índices. A boa demanda, somada à estabilidade dos preços de insumos e matérias-primas, após anos de altas acumuladas nos custos de produção, têm reforçado o otimismo dos fabricantes", explica o diretor-executivo da Abipla, Paulo Engler.

A contenção nos custos produtivos, por sinal, já foi repassada ao consumidor. De acordo com dados no Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), a inflação setorial dos artigos de limpeza está negativa no ano, com queda de 0,8% no 1º bimestre, com produtos essenciais para a saúde pública, como água sanitária (-1,25%), sabão em pó (-1,16%) e sabão em barra (-0,94%), puxando a queda de preços no setor.

"É interessante notar que, das principais categorias que compõem os gastos das famílias, os da divisão Habitação, segmento em que estamos incluídos, apresentaram inflação de 0,24% no bimestre, o que é um bom indicador de estabilidade. No entanto, dentro desse grupo, apenas os produtos de limpeza, combustíveis e energia (-0,09%) tiveram redução de preços. Como nossa deflação foi a maior (-0,8%), o setor de saneantes foi um dos responsáveis pelo controle de preços para as famílias neste início de ano", analisa o diretor-executivo da Abipla.

Expansão em 2024 - Neste cenário, Engler acredita que o setor deve crescer acima de 2% a 3% nos níveis de produção em 2024.

Além do controle de custos do produtor, os investimentos em desenvolvimento de tecnologias e novos produtos e o lançamento de linhas ou novas formulações de saneantes podem impulsionar a produção.

Apenas na linha profissional, conforme publicado na "House Hold Innovation", análises recentes da "Exactitude Consultancy" apontam que o mercado mundial de limpeza industrial está projetado para atingir uma avaliação de USD 71,7 bilhões até 2030, impulsionado por uma taxa de crescimento anual composta (CAGR) de, aproximadamente, 5%.

"Mesmo nos períodos mais críticos das crises sanitária e econômica dos últimos anos, nosso setor não parou de investir em desenvolvimento de produtos. Como 2024 é um ano em que as condições de mercado e produção estão mais previsíveis do que em anos anteriores, muitos fabricantes têm se planejado para promover lançamentos e reformular linhas de produtos com novas tecnologias, o que deve alavancar o crescimento", afirma Engler.

GRUPAMENTO DE APOIO DE LAGOA SANTA — MINISTÉRIO DA **DEFESA**

AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico nº: 90010/GAPLS/2024

OBJETO: Aquisição de insumos para realização de exames de gasometria arterial e venosa e troponina I

ENTREGA DAS PROPOSTAS: a partir de 12 de Abril de 2024.

ABERTURA DAS PROPOSTAS: dia 24 de Abril de 2024, às 09h, no site: https://www.gov.br/compras/pt-br.

EDITAL E ESPECIFICAÇÕES: encontra-se no site: **https://www.gov.br/compras/pt-br**, e no endereço: Av. Brig. Eduardo Gomes, S/N – Vila Asas, Lagoa Santa/MG.

Telefones: (31) 2112-9398.

LUCIANA DO AMARAL CORREA Cel Int
Ordenadora de Despesas

EDITAL DE CONVOCAÇÃO
ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA
COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS SERVIDORES DA FUNDAÇÃO HOSPITALAR E EMPREGADOS DOS ESTABELECIMENTOS HOSPITALARES DE BELO HORIZONTE, REGIÃO METROPOLITANA E ZONA DA MATA LTDA - SICOOB CECREF
CNPJ Nº 19.402.130/0001-89 – NIRE Nº 31400016082

O Presidente do Conselho de Administração da Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Servidores da Fundação Hospitalar e Empregados dos Estabelecimentos Hospitalares de Belo Horizonte, Região Metropolitana e Zona da Mata Ltda., SICOOB CECREF, no uso das atribuições legais e estatutárias, convoca os associados desta Cooperativa, em número de 8.011, em pleno gozo de seus direitos sociais, para se reunirem em **Assembleia Geral Ordinária SEMIPRESENCIAL, no dia 23 de abril de 2024,** em primeira convocação às 7h (sete horas), com a presença de 2/3 (dois terços) do número total de cooperados com direito de votar; às 8h (oito horas), em segunda convocação, com a presença, de metade mais um do número total de cooperados com direito de votar. Persistindo a falta de "quórum legal", a Assembleia será realizada em terceira e última convocação, às 9h (nove horas), com a presença de, no mínimo, 10 (dez) cooperados com direito de votar, para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: 1) Relatório do Conselho de Administração, parecer do Conselho Fiscal, parecer Auditoria Externa, Balanço Geral, Demonstrações do Resultado e demais contas do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023; 2) Destinação do Resultado do exercício de 2023; 3) Uso e Aplicação do Fates; 4) Aprovação da Política Institucional de Governança Corporativa – atualizada através da Resolução CCS 164, de 24/04/2023; 5) Aprovação da Política de Sucessão de Administradores do Sicoob – ratificada através da Resolução CCS 185, de 28/06/2023; 6) Aprovação da Política Institucional de Controles Internos e Conformidade – ratificada através da Resolução CCS 195, de 28/07/2023; 7) Assuntos de interesse geral sem caráter deliberativo. A Assembleia ocorrerá de forma **PRESENCIAL, no auditório da Ocemg/Sescoop, localizado nesta Capital, na Rua Ceará, nº 771, Bairro Santa Efigênia**, e **VIRTUAL** por intermédio do **APLICATIVO SICOOB MOOB**, disponível gratuitamente nas lojas virtuais Apple Store e Google Play, acessíveis a todos os cooperados, que poderão participar. Obs.1**:** Os representantes dos cooperados pessoas jurídicas deverão apresentar, com 05 dias de antecedência à realização da AGO, comprovação de poderes, conforme previsto no art. 45, parágrafos 1º e 2º, do Estatuto Social, por meio do e-mail sicoobcecref@sicoobcecref.coop.br. - Obs. 2 - A votação dos itens de pauta será realizada exclusivamente pelo aplicativo SICOOB MOOB. Obs. 3 - Caso a assembleia não seja finalizada em **23/04/2024** por motivos alheios ao controle do SICOOB CECREF, a Assembleia poderá deliberar sua continuidade em **24/04/2024,** cujo horário sugerido é às 10 horas, com a presença virtual e presencial de, no mínimo, dez cooperados em cada situação (presencial e on-line) com direito de votar. Obs. 4**:** Recomenda-se aos cooperados com antecedência, e sobretudo, um dia antes da assembleia, que verifiquem seus equipamentos de informática, celulares e conexões evitando assim quaisquer transtornos durante o evento. Caso, ainda, o cooperado não se sinta familiarizado com esses sistemas sugere-se o auxílio de um familiar ou de outra pessoa que entenda o manuseio desses sistemas. Obs. 5: O cooperado deverá estar com o APP SICOOBNET habilitado. Essas e outras informações podem ser obtidas detalhadamente no site http://www.sicoob.com.br/web/sicoobcecref.

Belo Horizonte, 10 de abril de 2024.

(a) Eugênio de Souza Costa
Presidente do Conselho de Administração

LEILÃO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA

DORA PLAT, leiloeira oficial inscrita na JUCESP n° 744, com escritório à Rua Minas Gerais, 316 – Cj 62 -Higienópolis, em São Paulo/SP, devidamente autorizada pelo Credor Fiduciário **BANCO BARI DEINVESTIMENTOS E FINANCIAMENTOS S/A,** inscrito no CNPJ sob nº 00.556.603/0001-74, situado à Avenida Sete de Setembro, nº 4.781, Sobre loja 02, Água Verde, Curitiba/PR, nos termos do Contrato de Abertura de Linha de Crédito e Outras Avenças nº 502681-4, série 2021, datado em 17/09/2021, no qual figuram como Fiduciantes **EDER DA SILVA DE SOUZA,** brasileiro, motorista, portador do RG nº MG-8969822-SSP/MG, inscrito no CPF/MF nº 013.621.936-58, e sua mulher **KEILA LORRAINE MORAIS,** brasileira, vendedora, portadora daCNH nº 03358485500-DETRAN/MG, inscrita no CPF/MF nº 087.463.266-85, casados pelo regime da comunhãoparcial de bens, residentes em Belo Horizonte/MG, levará a **PÚBLICO LEILÃO,** de modo **On-line,** nos termos daLei nº 9.514/97, artigo 27 e parágrafos, **no dia 26 de abril de 2024, às 11:00 horas, o leilão será realizado exclusivamente pela Internet, através do site www.portalzuk.com.br,** em **PRIMEIRO LEILÃO,** com lanceminimo igual ou superior a **R$ 163.402,64 (cento e sessenta e três mil, quatrocentos e dois reais e sessenta equatro centavos),** o imóvel abaixo descrito, com a propriedade já consolidada em nome do credor Fiduciário, constituído pelo **Imóvel** constituído pela fração ideal de 0,012323, a qual corresponderá ao apto 404 do bloco 01do Edifício St. Paul, no Residencial Minnesota, sito à Rua Coronel Joaquim Tibúrcio, 20, bairro Heliópolis, comárea privativa real de 47,098m², área de uso comum real de 4,317m², área real total de 51,415m², áreaequivalente de construção total de 50,610m², dos lotes 33 a 38, da quadra 33A, com área de aproximadamente2.699,57m², limites e confrontações da planta respectiva. **Av. 12** para constar que houve uma retificação da numeração, passando o nº 20 do imóvel, para o atual nº 913. **Imóvel objeto da matrícula nº 77.534 do 5ºOficial de Registro de Imóveis de Belo Horizonte/MG.Observação:** a) Ocupado. Desocupação por conta do adquirente, nos termos do art. 30 e parágrafo único, daLei 9.514/97 b) Consta Ação Revisional nº 5220284-79.2023.8.13.0024 e Ação Anulatória nº 5150117-03.2023.8.13.0024.Caso não haja licitante em primeiro leilão, fica desde já designado o dia **03 de maio de 2024,** no mesmo horário local, para realização do **SEGUNDO LEILÃO,** com lance mínimo igual ou superior a **R$ 156.253,29 (cento ecinquenta e seis mil, duzentos e cinquenta e três reais e vinte e nove centavos).**Os interessados em participar do leilão de modo on-line, deverão se cadastrar no site www.portalzuk.com.br se habilitar acessando a página deste leilão, clicando na opção **HABILITE-SE,** com antecedência de até 01(uma) hora, antes do início do leilão, não sendo aceitas habilitações após esse prazo.O envio de lances on-line se dará exclusivamente através do www.portalzuk.com.br , respeitado o lanceminimo e o incremento estabelecido, na disputa pelo lote do leilão.A venda será efetuada em caráter "ad corpus" e no estado de conservação em que o imóvel se encontra, eeventual irregularidade ou necessidade de averbação de construção, ampliação ou reforma, será objeto deregularização e os encargos junto aos órgãos competentes, correrão por conta do adquirente.**O(s) devedor(es) fiduciante(s) será(ão) comunicado(s) na forma do parágrafo 2º-A do art. 27 da lei 9.514/97,incluído pela lei 13.465 de 11/07/2017, das datas, horários e locais da realização dos leilões fiduciários,mediante correspondência dirigida aos endereços constantes do contrato, inclusive ao endereço eletrônico,podendo o(s) fiduciante(s) adquirir sem concorrência de terceiros, o imóvel outrora entregue em garantia,exercendo o seu direito de preferência em 1º ou 2º leilão, pelo valor da dívida acrescida dos encargos edespesas, conforme estabelecido no parágrafo 2º-B do mesmo artigo, ainda que outros interessados, jáhenham efetuado lances, para o respectivo lote do leilão.** O arrematante pagará no ato, à vista, o valor total da arrematação e a comissão do leiloeiro, correspondente a 5% sobre o valor de arremate. A Ata de arrematação será firmada em até 05 dias da data do leilão e a Escritura Pública de Compra e Venda será lavrada em até 60 dias, em Tabelionato de Notas a ser indicado pela Credora Fiduciária.Em caso de inadimplemento do valor de arrematação, por desistência do arrematante, desfar-se-á a venda e será cobrada uma multa moratória no valor de 4% (quatro por cento) da arrematação para pagamento de despesas administrativas, bem como poderá ainda o Leiloeiro emitir título de crédito para a cobrança de taisvalores, encaminhando-o a protesto, por falta de pagamento, se for o caso, sem prejuízo da execução prevista no artigo 39, do Decreto nº 21.981/32, além da eventual propositura de ação de perdas e danos. **Fica(m) intimado(s) os alienantes fiduciantes: EDER DA SILVA DE SOUZA, KEILA LORRAINE MORAIS,** já qualificados, ou seu representante legal ou procurador regularmente constituído, acerca das datas designadas para a realização dos públicos leilões, caso por outro meio não tenham sido cientificados.As demais condições obedecerão ao que regula o Decreto nº 21.981 de 19 de outubro de 1.932, com asalterações introduzidas pelo Decreto nº 22.427 de 1º de fevereiro de 1.933, que regula a profissão de Leiloeiro Oficial.

LEILÃO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA

DORA PLAT, leiloeira oficial inscrita na JUCESP n° 744, com escritório à Rua Minas Gerais, 316 – Cj 62 -Higienópolis, em São Paulo/SP, devidamente autorizada pelo Credor Fiduciário **BANCO BARI DE INVESTIMENTOS E FINANCIAMENTOS S/A,** inscrito no CNPJ sob nº 00.556.603/0001-74, situado à Avenida Sete de Setembro, nº 4.781, Sobre loja 02, Água Verde, Curitiba/PR, nos termos do Instrumento Particular de15/07/2022, no qual figuram como Fiduciantes **SCHANDY MIRANDA SANTOS,** brasileiro, divorciado,engenheiro eletricista, portador do RG nº 7283909-9-SSP/PR, inscrito no CPF/MF nº 009.467.489-26, e sua companheira **DANIELE GONÇALVES STANGHERLIN,** brasileira, solteira, maior, do lar, portadora do RG nº MG-18.060.533-PCMG, inscrita no CPF/MF nº 117.245.066-28, conviventes em união estável, residentes em Contagem/MG, levará a **PÚBLICO LEILÃO,** de modo **On-line,** nos termos da Lei nº 9.514/97, artigo 27 e parágrafos, **no dia 22 de abril de 2024, às 15:00 horas, o leilão será realizado exclusivamente pela Internet,através do site www.portalzuk.com.br,** em **PRIMEIRO LEILÃO,** com lance mínimo igual ou superior a **R$715.433,22 (setecentos e quinze mil, quatrocentos e trinta e três reais e vinte e dois centavos),** o imóvel abaixo descrito, com a propriedade já consolidada em nome do credor Fiduciário, constituído por **Lote de terreno número 15-A (quinze-A),** da quadra "A" (letra a), do Bairro Jardim Vera Cruz, no Município de Contagem/MG, com área de 145,75m², mais ou menos, limites e confrontações de acordo com a planta respectiva, e da casa nº 25, nele edificada, com todas as suas benfeitorias, instalações e demais pertences.**Av.3** - Para constar que o imóvel passa ter a seguinte descrição: Casa Residencial Geminada, situada a rua Felix Francisco Chamom, 25, Bairro Jardim Vera Cruz, com todas as suas instalações, benfeitorias e pertences com área de 55,91m², e seu respectivo terreno com área total de 145,75m², mais ou menos, constituído pelo lote15 A da quadra "A", com as suas medidas e confrontações de acordo com a planta respectiva. **Imóvel objeto da matrícula nº 45.649 do Oficial de Registro de Imóveis de Contagem/MG.Observação:** Ocupado. Desocupação por conta do adquirente, nos termos do art. 30 e parágrafo único, da lei9.514/97.Caso não haja licitante em primeiro leilão, fica desde já designado o dia **29 de abril de 2024,** no mesmo horário e local, para realização do **SEGUNDO LEILÃO,** com lance mínimo igual ou superior a **R$ 463.914,70(quatrocentos e sessenta e três mil, novecentos e quatorze reais e setenta centavos).**Os interessados em participar do leilão de modo on-line, deverão se cadastrar no site www.portalzuk.com.br se habilitar acessando a página deste leilão, clicando na opção **HABILITE-SE,** com antecedência de até 01(uma) hora, antes do início do leilão, não sendo aceitas habilitações após esse prazo.O envio de lances on-line se dará exclusivamente através do www.portalzuk.com.br , respeitado o lanceminimo e o incremento estabelecido, na disputa pelo lote do leilão.A venda será efetuada em caráter "ad corpus" e no estado de conservação em que o imóvel se encontra, eeventual irregularidade ou necessidade de averbação de construção, ampliação ou reforma, será objeto deregularização e os encargos junto aos órgãos competentes, correrão por conta do adquirente.**O(s) devedor(es) fiduciante(s) será(ão) comunicado(s) na forma do parágrafo 2º-A do art. 27 da lei 9.514/97,incluído pela lei 13.465 de 11/07/2017, das datas, horários e locais da realização dos leilões fiduciários,mediante correspondência dirigida aos endereços constantes do contrato, inclusive ao endereço eletrônico,podendo o(s) fiduciante(s) adquirir sem concorrência de terceiros, o imóvel outrora entregue em garantia,exercendo o seu direito de preferência em 1º ou 2º leilão, pelo valor da dívida acrescida dos encargos edespesas, conforme estabelecido no parágrafo 2º-B do mesmo artigo, ainda que outros interessados, jáhenham efetuado lances, para o respectivo lote do leilão.** O arrematante pagará no ato, à vista, o valor total da arrematação e a comissão do leiloeiro, correspondente a 5% sobre o valor de arremate. A Ata de arrematação será firmada em até 05 dias da data do leilão e a Escritura Pública de Compra e Venda será lavrada em até 60 dias, em Tabelionato de Notas a ser indicado pela Credora Fiduciária.Em caso de inadimplemento do valor de arrematação, por desistência do arrematante, desfar-se-á a venda e será cobrada uma multa moratória no valor de 4% (quatro por cento) da arrematação para pagamento de despesas administrativas, bem como poderá ainda o Leiloeiro emitir título de crédito para a cobrança de taisvalores, encaminhando-o a protesto, por falta de pagamento, se for o caso, sem prejuízo da execução prevista no artigo 39, do Decreto nº 21.981/32, além da eventual propositura de ação de perdas e danos. **Fica(m) intimado(s) os alienantes fiduciantes: SCHANDY MIRANDA SANTOS e DANIELEGONÇALVES STANGHERLIN,** já qualificados, ou seu representante legal ou procurador regularmente constituído, acerca das datas designadas para a realização dos públicos leilões, caso por outro meio não tenham sido cientificados.As demais condições obedecerão ao que regula o Decreto nº 21.981 de 19 de outubro de 1.932, com as alterações introduzidas pelo Decreto nº 22.427 de 1º de fevereiro de 1.933, que regula a profissão de Leiloeiro Oficial.

ESTAMPARIA S.A.
QUALIDADE EM TECIDOS
CNPJ: 19.791.987/0001-38
NIRE: 31.3.0004142-5

EDITAL DE CONVOCAÇÃO
ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

Ficam os Senhores Acionistas da Estamparia S.A. convocados a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária, a ser realizada no dia 27/04/2024, às 10 horas, de forma presencial, na sede social da Companhia, à Rua José Maria de Lacerda, 215 - Contagem, Minas Gerais, a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: Assembleia Geral Ordinária: 1. Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2023; 2. Deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício social encerrado em 31/12/2023; 3. Fixar a remuneração anual dos administradores; 4. Outros assuntos. Os documentos e informações pertinentes às matérias a serem deliberadas encontram-se à disposição dos acionistas, para consulta, na sede da Companhia ou por e-mail ao Gerente de Contabilidade Renato Miranda Franca, através do e-mail renato@estamparia.com.

(ass.) **ROGÉRIO MASCARENHAS CEZARINI**
Presidente do Conselho de Administração

Jose Domingos Barbosa, responsável pelo empreendimento denominado POSTO GASOLINA JPMC LTDA. – POSTO LETÍCIA, inscrito sob CNPJ: 20.812.725/0001-91, atividade de Comércio varejista de combustíveis líquidos para veículos automotores, localizada à RUA CRISANTO MUNIZ, Nº 303 (LOTE 010 DO QUARTEIRÃO 067), BAIRRO LETÍCIA, Belo Horizonte/MG – CEP 31.535-450, torna público que foi concedida a renovação da Licença de Operação - LO n° 0289/19, atual 0113/24 classe 2 concedida em 26 de março de 2024 pertencente ao processo n° 31.00106216/2024-19, Parecer Técnico nº 0643/24 e Relatório de Estudo Ambiental – REA nº 0645/24 e com validade até 26 de março de 2034, ao Conselho Municipal do Meio Ambiente – COMAM.

COMUNICADO A EMPRESA
INOVARTE NEGOCIOS SUSTENTAVEIS S.A.
CNPJ 19.424.944/0001-14

Á todos os interessados e para conhecimento comunico que eu, **ELISIO BARAÇAL MOURA**, venho por meio desta, **NOTIFICAR E COMUNICAR** por motivo de foro íntimo, que a partir de **01/04/2024** renuncio expressamente, em caráter irrevogável e irretratável, ao cargo de Diretor Administrador, não mais atuando na INOVARTE NEGÓCIOS SUSTENTÁVEIS S.A , inscrita no CNPJ sob o nº 19.424.944/0001-14, com atos constitutivos registrados perante a Junta Comercial de Minas Gerais sob o NIRE 3120155879-9, com endereço na Rua Ceará, nº 1205, Bairro Funcionários, Belo Horizonte/MG, CEP 30.150-313 . Saliento que houve tentativa de notificação sobre o assunto via carta registrada para os sócios remanescentes.

COMUNICADO A EMPRESA
TYLER TRANSPORTES MARITIMOS LTDA
CNPJ 01.469.102/0001-13

Á todos os interessados e para conhecimento comunico que eu, **ELISIO BARAÇAL MOURA**, sócio detentor de 20% (vinte por cento) do Capital Social que corresponde a R$ 409.200,00 (quatrocentos e nove mil e duzentos reais) desde 27/05/1996 conforme Contrato Social registrado na JUCEMG sob protocolo 716153106 da empresa **TYLER TRANSPORTES MARITIMOS LTDA**, inscrita no CNPJ 01.469.102/0001-13, com sede a Avenida Afonso Pena, nº. 3111, Conjunto 1102 e 1103, Bairro Funcionários, na cidade de Belo Horizonte – MG, CEP 30.130-040, venho por meio desta, informar que por motivo de foro íntimo, retiro-me da sociedade abrindo mão da totalidade de 409.200 (quatrocentos e nove mil e duzentos) quotas que me pertencem no Capital Social para que fiquem disponibilizadas para a sociedade e depositadas em Tesouraria. Aproveito a referida publicação, para renunciar expressamente, em caráter irrevogável e irretratável, ao cargo que ocupo como administrador desde 17/02/1999 conforme 4ª Alteração Contratual registrada na JUCEMG sob o registro nº 1727405 da empresa **TYLER TRANSPORTES MARITIMOS LTDA**. Saliento que houve tentativa de notificação sobre o assunto via carta registrada para os sócios remanescentes.

GRUPAMENTO DE APOIO DE LAGOA SANTA — MINISTÉRIO DA **DEFESA**

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

AVISO DE REVOGAÇÃO

Fica Revogado o PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90009/GAPLS/2024. Objeto: Serviço de telefonia móvel pessoal (SMP)

LUCIANA DO AMARAL CORREA Cel Int
Ordenadora de Despesas

CONSÓRCIO PÚBLICO PARA DESENVOLVIMENTO DO ALTO PARAOPEBA

DISPENSA ELETRÔNICA Nº05/2024 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 10/2024

Torna público, para conhecimento dos interessados, que se encontra aberto procedimento na modalidade DISPENSA ELETRÔNICA, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, objetivando a contratação de empresa especializada para aquisição de combustíveis, gasolina e diesel, com vista ao atendimento das necessidades dos veículos, que fazem parte da frota do Consórcio Público para Desenvolvimento do Alto Paraopeba – CODAP, cujos quantitativos, especificações e demais condições encontram-se detalhados no Termo de Referência, nos termos da Lei n° 14.133e alterações posteriores. O edital e seus anexos estarão disponíveis através dos sites: www.altoparaopeba.mg.gov.br e https://codap.licitapp.com.br/. Com início da disputa no dia 18/04/2024, às 09 horas. Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília – DF.

Santander — FRAZÃO

EDITAL DE LEILÃO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA – PRESENCIAL E ONLINE
1º LEILÃO: 29 de abril de 2024, às 15h00min *.
2º LEILÃO: 02 de maio de 2024, às 15h00min *. (*horário de Brasília)

Ana Claudia Carolina Campos Frazão, Leiloeira Oficial, JUCESP nº 836, com escritório na Rua Hipódromo, 1.141, 6º andar, sala 66, Centro Empresarial Santa Tereza, Mooca, São Paulo/SP, CEP: 03164-140, FAZ SABER a todos quanto o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiver, que levará novamente a **PÚBLICO LEILÃO** de modo **PRESENCIAL E ON-LINE**, nos termos da Lei nº 9.514/97, artigo 27 e parágrafos, autorizada pelo **Credor Fiduciário BANCO SANTANDER (BRASIL) S/A** - CNPJ n° 90.400.888/0001-42, nos termos do Instrumento particular com força de escritura pública nº 0010373240, firmado em 05/05/2023, com o **Fiduciante GENESIO JUNIOR TAVARES,** maior**,** inscrito no CPF nº 117.098.946-28, no dia 29/04/2024 em **PRIMEIRO LEILÃO**, com lance mínimo igual ou superior a **R$ 252.886,52** (duzentos e cinquenta e dois mil oitocentos e oitenta e seis reais e cinquenta e dois centavos), o imóvel matriculado sob nº **97.918 do Registro de Imóveis da Comarca de Nova Serrana/MG,** constituído por "Uma construção residencial com área de 57,75m², situada na Rua Boa Esperança, nº 511 (Av.02) e seu respectivo lote de terreno denominado A35, da quadra nº 01, no Bairro Luzia Maria dos Santos, na cidade de Nova Serrana/MG, com área de 140,77m² (cento e quarenta metros e setenta e sete centímetros quadrados), medindo 08,21m. de frente; 16,91m. à direita; 08,45m. de fundo e 16,41m. à esquerda, situado na Rua Boa Esperança, esquina com a Avenida Itália, confrontando à direita com o lote A34; fundo com o lote A17; esquerda com a Avenida Itália e frente com a Rua Boa Esperança". **Cadastro Municipal:** 01.05.069.3524.001. Venda em caráter "ad corpus" e no estado de conservação que se encontra. Consta conforme R.04 a alienação fiduciária em favor do Banco Santander (Brasil) S/A. Imóvel ocupado. Caso não haja licitante em primeiro leilão, fica desde já designado o dia 02/05/2024, no mesmo local, para realização do **SEGUNDO LEILÃO**, com lance mínimo igual ou superior a **R$ 249.945,93** (duzentos e quarenta e nove mil novecentos e quarenta e cinco reais e noventa e três centavos), nos termos do art. 27, §2º da Lei 9.514/97**. O leilão presencial ocorrerá no escritório da Leiloeira**. **Os interessados em participar do leilão de modo on-line**, deverão se cadastrar no site www.FrazaoLeiloes.com.br , **encaminhar a documentação necessária para liberação do cadastro 24 horas do início do leilão**. **Outras informações no site da Leiloeira**: **www.FrazaoLeiloes.com.br**. Informações pelo tel. 11-3550-4066 (02.21345_PDTEC_2680-03).

CONSÓRCIO PÚBLICO PARA DESENVOLVIMENTO DO ALTO PARAOPEBA

LEILÃO Nº01/2024 - PROCESSO LICITATÓRIO N° 06/2024.

Torna público aos interessados a realização do Leilão em epígrafe, cujo objeto é a venda de animais que se encontram apreendidos no Curral Regional e não foram reclamados ou retirados no período de 15 (quinze) dias, a alienação, pelo maior lance ou oferta, desde que igual ou superior ao valor da avaliação efetuada pela Comissão Especial de Avaliação.O edital e seus anexos estarão disponíveis através do site: www.altoparaopeba.mg.gov.br. Abertura da Sessão do leilão: Online terá início no dia 02/05/2024, no site www.gpleiloes.com.br e Presencial terá início dia 07/05/2024, a partir das 11:00 horas. Local:Praça Barão de Queluz, nº 77, Conselheiro Lafaiete/MG.

49° LEILÃO MARCO GRILLI
LEILOEIRA: Luiza Cardoso JUCEMG 1288.
Dia 16,17 e 18 de Abril às 19h
marcogrilli.com.br
Exposição dos lotes na loja 9h às 18h.
R: Marília de Dirceu 56 BH.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

MGI- MINAS GERAIS PARTICIPAÇÕES S/A CNPJ/MF nº 19.296.342/0001-29 NIRE 31300039927 - Ficam os senhores acionistas da MGI – Minas Gerais Participações S.A. convocados para a Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de Acionistas a ser realizada na sede da Companhia na Rodovia Papa João Paulo II, 4001– Edifício Gerais – 4º andar, Cidade Administrativa do Estado de Minas Gerais, Belo Horizonte/MG, às **14 horas do dia 29 de abril de 2024**, a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: **AGO**: (i) Exame, discussão e votação do Relatório Anual da Administração e das Demonstrações Financeiras da Companhia relativos ao exercício de 2023; (ii) Destinação do resultado do exercício de 2023; (iii) Provisionamento dos juros sobre o capital próprio, a serem imputados ao valor dos dividendos obrigatórios do exercício de 2024; (iv) Eleição dos membros do Conselho de Administração; (v) Eleição do membro do Conselho de Administração, representante dos empregados. **AGE**: (i) Atualização monetária dos honorários de membros dos órgãos estatutários; (ii) Reforma do Estatuto Social: Alteração do art. 8º, em relação ao prazo mínimo de convocação para AGO/E e alteração do art. 11º, em relação ao prazo mínimo de convocação e à forma de publicação da convocação para AGO/E.

Fábio Rodrigo Amaral de Assunção
Presidente do Conselho de Administração.

MATE COURO S/A.
CNPJ DO MIN.FAZ. nº 17.177.296/0001-13
"ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA – CONVOCAÇÃO

Ficam os Senhores Acionistas convidados a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, às 11:00 Horas do dia 24/04/2024, na sua sede social à Rua Nínive, 640, bairro São Salvador, nesta Cidade e Estado, a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: **AGO**: 1- Exame, discussão e votação do Relatório da Administração, Balanço Geral do Ativo e Passivo, bem como das Demonstrações Financeiras e demais documentos relativos ao exercício social encerrado em 31/12/2023; 2- Deliberar sobre a destinação do Lucro Líquido do exercício e distribuição de dividendos; 3- Fixação da Remuneração Global anual da Diretoria; 4) Eleição dos Membros do Conselho Fiscal, bem como fixação de sua remuneração; **AGE**- 1-Aumento do Capital Social de R$22.700.000,00 para R$34.400.000,00, mediante aproveitamento de R$11.057.369,00 da conta de Lucros a Realizar e R$642.631,00 da Reserva Legal, sem aumento do número de ações, com a consequente alteração do art. 4° do Estatuto Social; - Consolidação do Estatuto Social; 2 - Outros assuntos de interesse da sociedade.

Belo Horizonte, 10 de abril de 2024.

a) **Arthur Eduardo Savassi Biagioni** – Diretor Presidente
b) **Rodrigo Savassi Biagioni** – Diretor Superintendente

EDITAL DE INTIMAÇÃO E LEILÃO JUDICIAL - Ficam os executados Kirlonio Soares da Costa (CPF 894.031.006-30) e Luciana Augusta Vieira Costa (CPF 848.155.826-53) e demais intimados do leilão no Proc. 0932144-44.2010.8.13.0024 requerido por Amável Ornelas Chaves e Ademilde Dias Alves Ornelas por meio de seu(s) advogado(s) ou, se não tiver(em) procurador(es) constituído(s) nos autos, por meio deste edital, nos termos do art. 889 do CPC. Leiloeiro: Marcus Vinicius Yoshimi Uebara – JUCEMG sob nº 1359. Início 1ª Leilão: 19/04/24, às 15h00. Término 1º Leilão: 24/04/24 às 15h00. Início 2º Leilão: 24/04/24, às 15h01. Término 2ª Praça: 14/05/24, às 15h00. Bem - Uma gleba de terras de nº 01, com a área de 390,00ha, situada nos lugares denominados Fazenda Pé de Serra, Ribeirão das Pedras Altas e Catoni, do Município de Joaquim Felício/MG. Matrícula nº 4.319 do 1º RI de Buenópolis/MG. Ônus – Av.9 (07/06/2022) a penhora exequenda. Avaliação: R$ 5.850.000,00. Lance mínimo: 50% da avaliação. Comissão: 5%. Informações acesse o site: www.destakleiloes.com.br. K-12/04

VIAÇÃO SERTANEJA S/A.
CNPJ 16.505.190/0001-39 – NIRE 3120072173-4
CONVOCAÇÃO PARA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA.

Ficam convocados os senhores e senhoras sócios quotistas para a Assembleia Geral Ordinária a ser realizada no dia 26 de abril de 2024 (SEXTA-FEIRA), na sede da sociedade, localizada na Rua Frei Orlando, 439, Centro, Abaeté/MG que instalar-se-á em primeira convocação às 14:00 h, e às 14:30 h em segunda convocação, com a seguinte pauta: A) Tomar as contas da administração e deliberar sobre o balanço patrimonial e o resultado econômico da sociedade no exercício de 2023. B) Tratar de outros assuntos de interesse da sociedade constantes da ordem do dia. Abaeté, 10 de abril de 2024.

Sérgio Marcos Pereira Mendes - Diretor Executivo e Jurídico

SINDICATO DOS PSICÓLOGOS DO ESTADO DE MINAS GERAIS – PSIND/MG
EDITAL DE CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA GERAL

O **Sindicato dos Psicólogos do Estado de Minas Gerais – PSIND/MG**, por meio de sua diretoria, convoca todos os psicólogos da base territorial deste sindicato, para a ASSEMBLEIA GERAL que se realizará no dia **17 de abril de 2024** (quarta-feira), **às 18h30 de modo online em https://meet.google.com/fjr-jpep-afy**; caso a primeira convocação não possua o quantitativo mínimo necessário, a segunda convocação ocorrerá após 30min (trinta minutos), **às 19h.**

Pautas: Convenção SINAMGE para o período de 2022 a 2024.
Convenção SINAMGE para o período de 2024 a 2025.
Endereço/Link: https://meet.google.com/fjr-jpep-afy

Belo Horizonte, 11 de abril de 2024
Jennifer Danielle Souza Santos
Presidente do PSIND/MG

COMUNICADO A EMPRESA
REALBULK SHIPPING LTDA
CNPJ 02.680.303/0001-28

Á todos os interessados e para conhecimento comunico que eu **ELISIO BARAÇAL MOURA**, renuncio expressamente, em caráter irrevogável e irretratável, ao cargo de administrador, que ocupo desde **06/10/2000** conforme dados do Contrato Social e alterações registrados na JUCEMG da empresa **REALBULK SHIPPING LTDA**, com sede a **Avenida Afonso Pena nº 3111**, complemento **11º andar**, **conj. 1111**, Bairro **Centro**, na cidade de Belo Horizonte – MG, **CEP 30130-011**. Saliento que houve tentativa de notificação sobre o assunto via carta registrada para os sócios remanescentes.

COMUNICADO A EMPRESA
BIOVALE ENERGIA & LOGISTICA LTDA
CNPJ 26.368.779/0001-96

Á todos os interessados e para conhecimento comunico que eu, **ELISIO BARAÇAL MOURA**, sócio detentor de 10% (dez por cento) do Capital Social da **BIOVALE ENERGIA & LOGISTICA LTDA**, com sede a Rua Ceará, nº. 1205, Bairro Funcionários, na cidade de Belo Horizonte – MG, CEP 30.150-311, inscrita no **CNPJ 26.368.779/0001-96**, comunico a minha retirada do quadro societário dessa empresa abrindo mão da totalidade de 10.000 (dez mil) quotas que me pertencem no Capital Social para que fiquem disponibilizadas para a sociedade e sejam depositadas em Tesouraria. Aproveito a oportunidade, para renunciar expressamente, em caráter irrevogável e irretratável, ao cargo que ocupo como administrador dessa empresa desde 24/01/2002. Saliento que houve tentativa de notificação sobre o assunto via carta registrada para os sócios remanescentes.

COMUNICADO A EMPRESA
DOCAS NAVEGACAO E LOGISTICA LTDA
CNPJ 04.212.920/0001-24

Á todos os interessados e para conhecimento comunico que eu **ELISIO BARAÇAL MOURA**, renuncio expressamente, em caráter irrevogável e irretratável, ao cargo de administrador, que ocupo desde 04/12/2000 conforme dados do Contrato Social e alterações registrados na JUCEMG da empresa **DOCAS NAVEGACAO E LOGISTICA LTDA**, com sede a Avenida Afonso Pena, nº. 3111, 11° andar, CJ1105, Bairro Funcionários, na cidade de Belo Horizonte –Minas Gerais. Saliento que houve tentativa de notificação sobre o assunto via carta registrada para os sócios remanescentes.

TSA – TECNOLOGIA DE SISTEMAS DE AUTOMAÇÃO S/A
CNPJ 41.857.780/0001-78 - NIRE 3130002610-8
Edital de Convocação para Assembleia Geral Ordinária

Ficam convocados os srs. acionistas da TSA - Tecnologia de Sistemas de Automação S/A ("Companhia") a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária, a realizar-se dia 15/05/2024, às 10:30hs, em 1ª convocação, por meio exclusivamente digital, mediante acesso a plataforma digital capaz de atestar a presença dos acionistas da Companhia, conforme autorizado pela Lei nº 14.030/2020 e pela Instrução Normativa DREI nº 81/2020, para: (i) tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras e o relatório da administração referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2023; (ii) deliberar sobre a destinação do lucro líquido e a distribuição de dividendos; (iii) deliberar sobre a remuneração global da diretoria e do conselho de administração. Os documentos relativos às matérias constantes da ordem do dia e os documentos elencados no art. 133 da Lei nº 6.404/1976 encontram-se à disposição dos acionistas na sede da Companhia e em meio digital desde que solicitado. BHte, 11/04/2024. Maria Virgínia Fróes Schettino.

O Empreendedor **MARILAINE MIRIAN MILANEZ DE PAULA**, nos termos do art. 30 da Deliberação Normativa Copam nº 217, de 2017, torna público que obteve da SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE DE BELO HORIZONTE, CERTIFICADO DE LICENÇA AMBIENTAL Nº 0099/24 – LICENÇA DE OPERAÇÃO CORRETIVA CLASSE 4, Processo Administrativo nº 31.00178976/2024-40, para o MARILAINE MIRIAN MILANEZ DE PAULA, Atividade de B-05-03-7 - Fabricação de estruturas metálicas e artefatos de trefilados de ferro, aço e de metais não-ferrosos, com tratamento químico superficial, exceto móveis – DN 217/17, No Município de Belo Horizonte /MG, Classe 4, válida pelo prazo de 10 anos.

NEGOCIAÇÃO

PL vai equacionar dívida de MG diz Pacheco

Ele defende a federalização de ativos dos estados, como as estatais, para amortizar débitos dos entes com a União

MARCO AURÉLIO NEVES

O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), disse que será enviado ao Congresso Nacional um projeto de lei (PL) complementar que prevê a federalização de ativos dos estados, como as estatais, para o equacionamento da dívida das Unidades Federativas (UFs) com a União. A declaração foi dada em entrevista coletiva ontem, após reunião do senador com o vice-governador de Minas Gerais, Professor Mateus Simões (Novo), e equipe técnica do Ministério da Fazenda.

Na próxima segunda-feira (15), o senador se reunirá em Brasília com o governador mineiro, Romeu Zema (Novo), e com os governadores do Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e Goiás para debater novamente a questão dos débitos das UFs com o governo federal. "Espero que tenhamos já nos próximos dias um modelo de projeto de lei para iniciar o processo legislativo no Congresso Nacional, permitindo que a solução da dívida possa se materializar em breve", declarou Pacheco.

Rodrigo Pacheco fez uma analogia ao Refis da Receita Federal, utilizado para entidades privadas, ao comentar a possibilidade de, a partir da entrega de ativos das UFs à União, ser incluída no PL o abatimento do saldo final da dívida equivalente ao valor das estatais. "É uma negociação que comporta, por parte da União e dos estados, essa flexibilidade. No caso de Minas Gerais, essa disposição evidente de poder efetivar o pagamento e, ao se ter essa disposição, ter no cômputo geral alguma contrapartida da União de compreender que esse sacrifício pode ensejar algum tipo de deságio sobre o valor final", disse.

Para o Estado, ele citou a Companhia de Energética de Minas Gerais (Cemig), a Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais (Codemig) e os créditos constituídos em decisões já transitadas em julgado, como exemplos de ativos a serem concedidos. O senador ressaltou que a ideia esbarra em aspectos legais que serão considerados na construção do PL.

Na reunião, o Ministério da Fazenda exigiu como contrapartidas para mudança no indexador da dívida, hoje atrelado ao Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) + 4%, limitado à taxa básica da economia, a Selic, como investimentos em educação profissionalizante. O governo mineiro aventou a possibilidade de flexibilizar essa medida para investimentos em infraestrutura. "Acho que é uma medida inteligente nós darmos essa flexibilidade em relação a essas contrapartidas", comentou Pacheco.

Mais prazo para o RRF - Após reunião com Rodrigo Pacheco, o vice-governador, Professor Mateus Simões, disse ter certeza que a solução da dívida de Minas Gerais também solucionará os débitos dos outros estados endividados com a União. Mateus ressaltou, sobretudo, a importância de expandir o rol de bens do Estado que possam ser federalizados. A proposta da Fazenda restringe a federalização às empresas estatais. "Nós temos imóveis, créditos com a União, outros ativos que também deveriam ser federalizados e abatidos na dívida", disse.

Professor Mateus disse que o governo estadual pedirá ainda nesta semana ao Supremo Tribunal Federal (STF) uma nova prorrogação do prazo para votação do Regime de Recuperação Fiscal (RRF) na Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG). Ele estima que um novo prazo de quatro a seis meses poderá ser o adequado à tramitação do PL no Congresso Nacional.

"Se o governo federal está anunciando que está preparando um texto de lei para substituir o atual regime fiscal e para mudar a estruturação da dívida dos estados, não faz nenhum sentido submeter a Assembleia Legislativa a uma votação que pode perder seu efeito em pouco tempo", finalizou.

DIVULGAÇÃO / PEDRO GONTIJO / PRESIDÊNCIA DO SENADO

Reunião contou com o vice-governador de Minas e equipe técnica do Ministério da Fazenda

CHUVAS

Balanço positivo com aporte de R$ 1 bilhão

JULIANA SODRÉ

Encerrado oficialmente no último dia 31 de março, o período chuvoso 2023/2024, que dura de outubro a março, não registrou grandes intercorrências naturais, perdas de vidas ou danos significativos ao patrimônio em Belo Horizonte. Um balanço foi apresentado pela Prefeitura na manhã de ontem.

Segundo a administração municipal, foram investidos R$ 1 bilhão em ações de prevenção na Capital mineira. Elas incluíram um conjunto de mais de 300 obras por toda cidade, realizadas com o objetivo de evitar enchentes – das quais 52 seguem em andamento, com previsão de encerrar ainda neste ano, com investimentos adicionais de R$ 19 milhões.

O balanço foi considerado vitorioso pelo prefeito Fuad Noman (PSD), segundo o qual o trabalho realizado pelo Grupo de Gestão de Risco e Desastres da Prefeitura de Belo Horizonte (PBH), implantado no período chuvoso desde 2022, "deu certo".

"A PBH definiu um modelo de proteção do período chuvoso que deu certo. Não tivemos nenhum desabamento importante. E o trabalho da Urbel foi completo. Precisamos ressaltar que nenhuma grande obra está concluída e as que foram concluídas já trouxeram resultados", disse Noman.

De acordo com o subsecretário de Proteção e Defesa Civil, Waldir Figueiredo, que apresentou o balanço, houve uma redução de 34,8% de ocorrências no período de 2023/2024, passando de 2.171, no período anterior, para 1.416. Isso inclui ocorrências de toda natureza, como queda de árvores, problemas com rede elétrica e infraestrutura de via.

Foram 81 dias com chuvas entre outubro e março deste ano, com um volume médio de 1.514 milímetros de água. A Defesa Civil destaca 24 eventos extremos, que é quando o volume de chuva ultrapassa os 70 milímetros em um período de 24 horas. As ocorrências de maior destaque envolveram o córrego Ferrugem, na divisa de Belo Horizonte e Contagem, onde caíram 109,2 milímetros em 1º de janeiro deste ano e 108,6 milímetros em 20 de março.

"Vencemos o período chuvoso de 2023 e 2024. O grupo de gestão de risco trabalhou de forma competente e dedicada, trabalhando 24 horas, com atenção plena para que qualquer ameaça fosse contida antes de gerar dano à população de Belo Horizonte. Foi um planejamento elaborado que deu certo e só nos ensina ainda mais para 2024/2025. Com as obras concluídas, teremos menores problemas ainda", disse o prefeito.

E para reduzir o impacto das chuvas, a Prefeitura está construindo dois grandes reservatórios na região do Vilarinho – Vilarinho 2 e Nado. São consideradas as obras de engenharia de maior complexidade do País, conforme o Executivo municipal. O reservatório do Vilarinho deve ficar pronto no segundo semestre deste ano e terá capacidade para armazenar 115 milhões de litros de água.

DIVULGAÇÃO / RODRIGO CLEMENTE / PBH

Figueiredo disse que houve queda 34,8% das ocorrências

REONERAÇÃO DA FOLHA

Governo deve retirar urgência de projeto

Brasília - Sem acordo com o Congresso, o governo retirará do regime de urgência o projeto de lei sobre a reoneração da folha de pagamentos de 17 setores da economia, confirmou na última quarta-feira (10) à noite, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad. Ele deu a informação horas depois de se reunir com a relatora do texto na Câmara, deputada Any Ortiz (Cidadania-RS).

Uma eventual demora na discussão pode fazer o governo perder pelo menos R$ 12 bilhões em receitas neste ano, segundo estimativas apresentadas por Haddad em janeiro. No fim de dezembro, o governo tinha editado medida provisória para revogar projeto de lei aprovado pelo Congresso e reonerar a folha de pagamento para 17 setores da economia.

No início de fevereiro, o governo aceitou a conversão de parte da medida provisória em projeto de lei, após reunião com líderes de partidos da base aliada no Senado.

Haddad não mencionou um cronograma de discussão de projetos nem impactos fiscais caso a desoneração seja prorrogada até 2027. Ao sair do ministério, horas antes, a deputada Any Ortiz apenas informou que o governo tinha se comprometido em retirar a urgência para dar mais tempo ao Congresso de negociar o assunto.

"Nós conversamos sobre a retirada da urgência por parte do governo, para que a gente possa, então, ter um período maior e melhor de discussão a respeito dessa possibilidade que o governo quer de reonerar", declarou a relatora.

A deputada também informou que pretende manter, no relatório, a prorrogação da desoneração até o fim de 2027, com uma recomposição de alíquotas a partir de 2028. Sem a urgência, a discussão pode levar meses, sem prazo definido de negociação e de votação. "Não tem um prazo colocado. O governo retirando a urgência não tem por que a gente apresentar um relatório", acrescentou a parlamentar.

Antes da medida provisória editada no fim do ano passado, o governo tinha vetado o projeto de lei que estendeu a desoneração para os 17 setores da economia até 2027. O Congresso, no entanto, derrubou o veto.

Impacto - Em relação ao impacto fiscal, a deputada disse apenas que o governo não conta mais com as receitas da reoneração da folha para este ano. No fim de março, o Ministério do Planejamento e Orçamento informou que, da medida provisória original, a equipe econômica mantém na estimativa de receitas apenas R$ 24 bilhões da limitação de compensações tributárias e cerca de R$ 6 bilhões do programa de ajuda a empresas do setor de eventos afetadas pela pandemia.

A MP 1.202 sofreu mais uma desidratação na semana passada, quando o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), deixou caducar um trecho que extinguia a redução, de 20% para 8%, da contribuição ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) de pequenas prefeituras. A decisão fará o governo deixar de arrecadar cerca de R$ 10 bilhões neste ano. **(ABr)**

DIVULGAÇÃO / FABIO RODRIGUES POZZEBOM / AGÊNCIA BRASIL

Haddad estima perdas de R$ 12 bi com demora na discussão

AMM é contra proposta da União

A Associação Mineira de Municípios (AMM) é contra projeto do governo federal de reoneração da folha dos municípios e juntamente com a Confederação Nacional de Municípios (CNM) está atuando na Câmara dos Deputados para que a proposta seja rejeitada.

O Projeto de Lei (PL) nº 1027/2024, do governo federal, teve regime de urgência aprovado pelos deputados na noite da última terça-feira (9) e deve ser debatida em Plenário na próxima terça-feira (16). De acordo com a AMM, o projeto apresentado é inaceitável, pois fere premissas fundamentais conquistadas por meio da Lei nº 14.784/2023 e referendadas pelo Congresso duas vezes.

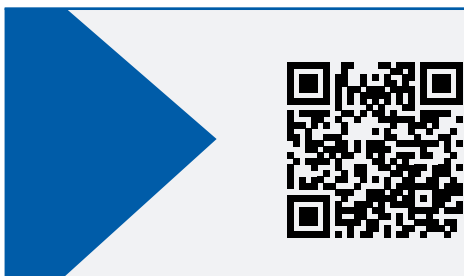
Diante desse cenário, a entidade convoca todos os gestores municipais a estarem em Brasília no dia 16 deste mês. Também pede para que entrem em contato a partir de hoje com todos os deputados da base e peçam que votem contra o projeto.

Conforme a entidade, o PL impacta negativamente os municípios em R$ 6,3 bilhões este ano e, ao criar regras diferenciadas com base na Receita Corrente Líquida (RCL) per capita, deixa de beneficiar 2,9 mil municípios. A medida atual contempla 5.366 cidades.

Outro ponto questionado pelo movimento municipalista é que a proposta do governo federal teria vigência até 2026 e não de forma permanente. A alíquota seria elevada para 14% já em 2024, 16% em 2025, 18% em 2026, e retornaria a 20% a partir de 2027.

Na última terça-feira, o presidente da Associação Mineira de Municípios (AMM) e prefeito de Coronel Fabriciano, Dr. Marcos Vinicius, assim como representantes de outros estados brasileiros, estiveram no Congresso Nacional angariando apoio para a aprovação da proposta da Confederação Nacional de Municípios (CNM), a PEC 66/2023.

A AMM, junto com a CNM e o movimento municipalista nacional, informa que vem buscando o diálogo junto ao Executivo e ao Congresso para tratar da desoneração e da questão previdenciária dos municípios.

A entidade apresentou proposta ao presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), ao ministro da Fazenda, Fernando Haddad, ao ministro das Relações Institucionais, Alexandre Padilha, ao secretário-executivo do Ministério do Planejamento e Orçamento, Gustavo Guimarães, além de lideranças no Senado. **(Com informações da CNM)**

SAFRA 2023/24

Minas Gerais vai colher 11,4% menos grãos

Levantamento divulgado pela Conab aponta que produção mineira totalizará 16,5 milhões de toneladas neste ciclo

MICHELLE VALVERDE

Após colher uma safra recorde no ano passado, na atual temporada, 2023/24, a produção de grãos, em Minas Gerais, ficará 11,4% menor, totalizando, assim, 16,5 milhões de toneladas. Entre os fatores que provocaram a queda estão os efeitos negativos do El Niño nas produtividades e questões mercadológicas. A soja, que é o grão mais cultivado no Estado, terá uma redução de 8% no volume, estimado em 7,6 milhões de toneladas.

Conforme a sétima estimativa da safra de grãos 2023/2024, divulgada pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), em Minas Gerais, houve uma redução de 1,2% na área plantada, que somou 4,28 milhões de hectares. A produtividade média estimada para a safra, 3,8 toneladas por hectare, também caiu, 10,3%. A tendência de queda também é vista em nível nacional. A produção de grãos no Brasil, prevista em 294,1 milhões de toneladas, tende a uma redução de 8%.

De acordo com o gerente de acompanhamento de Safras da Conab, Fabiano Vasconcellos, a queda na produção de grãos é resultado do clima adverso: "Nesta safra, o El Niño teve um impacto grande na produção influenciando negativamente a safra 2023/24. O maior impacto foi na soja, que é o principal grão cultivado".

Os dados da Conab mostram que a produção de soja, em Minas Gerais, vai retrair 8%, gerando, assim, 7,67 milhões de toneladas. Nesta safra, a área destinada ao cultivo da oleaginosa aumentou 2,2%, somando, então, 2,21 milhões de hectares. Devido às condições climáticas adversas, a produtividade retraiu 10%, com rendimento médio por hectare em torno de 3,4 toneladas. No Estado, a colheita atingiu 75% das lavouras.

Tendência de queda também é prevista em nível nacional; produção de grãos na safra 2023/24 tem previsão de totalizar 294,1 milhões de toneladas, ou redução de 8%, segundo companhia

Milho - Segundo grão mais produzido no Estado, o milho também terá uma colheita menor na safra 2023/24. Conforme a Conab, na primeira safra, que é a maior de Minas Gerais, serão 3,7 milhões de toneladas, uma queda de 26,6%. A retração acontece pela queda de 14,3% na produtividade, 5,6 toneladas por hectare, e também pela redução de 14,3% na área plantada, resultado, então, em 669,9 mil hectares cultivados com o cereal.

"A queda na produção do milho não ocorreu somente pelo El Niño, mas também pela conjuntura mercadológica que impactou na redução da área frente à safra passada", explicou o gerente da Conab.

Para a segunda safra de milho, a estimativa é de uma queda de 8,8% e colheita de 2,5 milhões de toneladas. As condições climáticas e a presença de pragas fizeram com que os produtores apostassem menos na cultura. Assim, a área destinada ao cultivo do milho segunda safra caiu 9,2%, com o uso de 460 mil hectares. A produtividade - 5,5 toneladas por hectare, tende a subir 0,5%.

Na segunda safra de milho, a grande redução de área é justificada pela maior migração para o sorgo, que tem mais resistência aos períodos secos. Em alguns casos, houve perda para plantios de cobertura, que visam recuperar o solo. Outro fator que afastou os produtores foi a grande pressão que a cigarrinha está exercendo nesta safra. Segundo os técnicos da Conab, é visível a campo os sintomas do enfezamento nas lavouras, principalmente naquelas mais jovens, semeadas a partir da segunda quinzena de fevereiro.

Desta forma, a tendência é que a produção total de milho na safra 2023/24 fique 20,3% menor no Estado, somando 6,3 milhões de toneladas.

ROBERTO ROCHA / RR

Soja, que é principal grão plantado no Estado, vai ter baixa na produção de 8%, diz Conab

Feijão também recua; sorgo e algodão crescem

Assim como no milho e na soja, o feijão também terá uma produção menor. A estimativa da Conab para a primeira safra do grão indica uma produção de 209,7 mil toneladas, retração de 4,9%. A produtividade tende a cair 2,7% com a colheita de 1,4 tonelada por hectares. A área plantada ficou 2,2% menor, atingindo 143,5 mil hectares. O clima adverso justifica o menor volume.

Para a segunda safra de feijão, a tendência também é de retração, 9,2% e colheita de 157 mil toneladas do grão em Minas Gerais. Assim, na safra de grãos 2023/24, a estimativa da Conab aponta para um volume total de feijão, em Minas, de 546,7 mil toneladas, 1,2% a menos.

Sorgo e algodão em alta - Na safra 2023/24, a produção de sorgo tende a crescer. A previsão é chegar a um volume de 1,3 milhão de toneladas, 11,1% a mais. Quanto à área, houve aumento de 11,3% e 375,7 mil hectares destinados ao cultivo da cultura.

Favorecida pelo clima e também pelas condições de mercado, a previsão aponta para um incremento de 16% na colheita de algodão total no Estado, que pode chegar a 144,5 mil toneladas. **(MV)**

CAFEICULTURA

Produção em Caratinga: de *commodity* a café especial

JULIANA BAETA

Vem de Caratinga, na região do Rio Doce, o cheirinho de café produzido pela cafeicultora Fernanda Eloise Sá de Andrade Ribeiro. E de mais longe ainda vem sua história. O Café Maricota, que leva o apelido da sua bisavó, Maria Claudina de Sá, é produzido na fazenda quase bicentenária da família. Lá, as primeiras lavouras foram fincadas há mais de 50 anos pelos avós de Fernanda. Mas só recentemente ela descobriu que o que vendia como *commodity* era, na verdade, um café mais que especial.

"Café especial não é algo que se venda em grande volume, porque é sua alma ali dentro. Eu vendo carinho, zelo e harmonia. O gosto remete a algo do passado, a alguma coisa que as pessoas já sentiram, e isso lhes dá prazer. É o que eu quero continuar passando para frente; quero que as pessoas sintam o sabor do carinho na xícara. É o tipo de momento que eu e minha família tentamos proporcionar", conta Fernanda Ribeiro.

Mas foi só em 2022 que ela descobriu que da fazenda da Maricota brotavam grãos especiais. Até então sob a condução de sua mãe, os negócios da família só passaram para as mãos de Fernanda, contadora por formação, há cerca de três anos. "Só aí fui entender o que era uma lavoura, a vivência dos funcionários, como funcionavam os mecanismos e os manejos tradicionais. A fazenda sempre produziu bons frutos, mas nunca os tratou como café especial ou selecionado", explica.

Para além da vivência na produção, o *insight* só veio quando a cafeicultora decidiu se aprofundar mais na área de cafés. Ela fez um curso da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural de Minas Gerais (Emater-MG) que serviu como ponto de partida para a sua jornada no universo dos grãos. Nesse encontro, Fernanda se encantou, especialmente, por uma palestra do presidente da Associação dos Produtores de Cafés Especiais das Terras Altas do Caratinga, Mauro Grossi.

"Ele deu uma aula de cafés especiais e fiquei fascinada. A partir daí fui aprender como cultivar. Fiz inúmeros cursos, entendi o manejo da lavoura, o respeito com o meio ambiente, descobri melhor os grãos e as classificações do café. Tudo isso para conhecer melhor o produto que eu já estava produzindo. E isso mudou por completo o formato do nosso negócio", lembra.

Valorização - Depois disso, o contato com os técnicos da Emater se tornou mais frequente. "Fui envolvida nos treinamentos e no meio, até que um dia, um técnico que estava em campo na nossa cidade me pediu para separar uma mostra do nosso café para mandar para um concurso deles. Meu café pontuou 83 pontos sem eu nem saber que se tratava de um café especial", recorda.

Vale lembrar que um café precisa ter, no mínimo, 80 pontos para ser considerado um café especial segundo escala da Specialty Coffee Association (SCA).

A jornada acabou culminando, então, em toda a preparação e adequação do negócio para receber a certificação oficial da produção, que chegou em outubro do ano passado. Trata-se do Certifica Minas Café, coordenado pela Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento de Minas Gerais (Seapa-MG), selo que garante a certificação de propriedades cafeeiras e assegura a produção dentro de critérios internacionais de sustentabilidade socioeconômica e ambiental.

Com isso, o valor agregado do produto teve um salto de 70% em relação ao valor que Fernanda vendia como *commodity*. E isso também a mudou. "Eu, antes, era só produtora de café. Agora, me vejo como empresária, porque tenho que organizar a torrefação, as vendas, a propriedade… tenho que ter tudo redondinho. O interesse no meu produto está aumentando e hoje eu consigo fazer vendas melhores, contato com exportadores para negociar meu café cru e organizar a expansão. Hoje eu conheço o produto que está nas minhas mãos", reitera Fernanda Ribeiro.

DIEGO VARGAS / SEAPA

Fernanda Ribeiro produz o Café Maricota, na fazenda de mesmo nome, na região do Rio Doce

Inovação está nos planos da Fazenda Maricota

Atualmente, a propriedade produz uma média de 600 a 700 sacas anuais do produto cru. Mas a previsão é expandir a produção da Fazenda Maricota, renovar o negócio e investir em novos projetos, especialmente, em inovação.

"O aumento da produção, o produtor sempre almeja, claro. Mas paralelamente a isso, estou fazendo uma parceria com a Epamig (Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais) para a criação de um campo experimental, para analisar qual o cultivo vai ser adaptar melhor na região e render uma produtividade melhor. Venho de uma sucessão familiar, então a lavoura vai ter que passar por uma renovação. Também quero realizar projetos de irrigação e outras tecnologias", revela a cafeicultora. **(JB)**

TURISMO

Vila Galé vai produzir vinho em Ouro Preto

Já foram plantadas no local as variedades de uva Touriga Nacional, Syrah e Olá!; azeites também serão elaborados

DANIELA MACIEL

A construção do primeiro empreendimento Vila Galé em Minas Gerais, na histórica Ouro Preto (região Central), segue em ritmo acelerado. O hotel, com 298 quartos, no distrito de Cachoeira do Campo, vai consumir investimento de R$ 120 milhões.

De acordo com o presidente da Vila Galé, Jorge Rebelo de Almeida, a novidade é que a unidade, batizada como Vila Galé Collection Ouro Preto, vai produzir vinhos e azeites. Já foram plantadas as variedades de uva Touriga Nacional, Syrah e Olá!; e serão testadas Pinot Noir, Chardonnay, Sauvignon Blanc, Alvarinho e Arinto.

Experiente na produção de vinhos e azeites em Portugal, a empreitada em Ouro Preto será a primeira fora do país europeu.

"Estamos plantando parreiras e oliveiras para que já tenhamos produção na inauguração, no fim do ano. Ouro Preto oferece condições muito interessantes para as duas culturas, com água em abundância, clima ameno e altitude adequada. Temos grandes expectativas, mas se não conseguirmos fazer um bom vinho ou um bom azeite teremos, ao menos, um jardim incrível", afirma Almeida.

O bom humor do empresário disfarça a expertise de quem já produz a marca Santa Vitória, na região do Alentejo, desde 2002.

O Vila Galé em Ouro Preto surge a partir das ruínas das antigas instalações do Colégio Dom Bosco e que também abrigaram o Quartel do Regimento de Cavalaria do Estado. Recuperado e modernizado, o espaço vai abrigar também um memorial da Polícia Militar do Estado de Minas Gerais e outro da Ordem dos Salesianos.

"Este é um lugar ímpar em belezas naturais, artísticas e culturais. Quando chegamos pensei que poderia aproveitar mais da infraestrutura, porém o desgaste era muito grande. Mas, se a cada visita descobrimos mais coisas a serem feitas, ao mesmo tempo, também criamos novidades. Assim, o projeto passou de 228 para 298 quartos e de R$ 80 milhões para R$ 120 milhões. O Brasil precisa apostar na sua originalidade, naquilo que não pode ser replicado. Este é um exemplo. O País é lindo, diverso e rico em cultura e isso precisa ser conhecido pelo mundo", pontua.

DIVULGAÇÃO / VILA GALÉ

Hotel, com 298 quartos, no distrito de Cachoeira do Campo, vai consumir aporte de R$ 120 mi

DIVULGAÇÃO / SANTA VITÓRIA

Grupo já produz a marca Santa Vitória, na região do Alentejo

> "Estamos plantando parreiras e oliveiras para que já tenhamos produção na inauguração, no fim do ano. Ouro Preto oferece condições muito interessantes para as duas culturas"

Enquanto desenvolve cada detalhe do novo hotel, o empresário conversa com a prefeitura de Ouro Preto e com a Secretaria de Estado de Cultura e Turismo (Secult) sobre a melhoria do acesso ao empreendimento. O mesmo acontece com a prefeitura de Brumadinho, na Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH), que receberá o segundo empreendimento da Vila Galé no Estado.

"A questão do acesso é sempre um desafio no Brasil. Já estamos em conversação com os poderes público estadual e municipal sobre isso. Hoje, para chegar em Ouro Preto o turista que chega ao Aeroporto, em Confins, precisa atravessar Belo Horizonte inteira e enfrentar o trânsito da Capital. Podemos pensar em rotas mais fáceis e estamos aqui para ajudar nessas soluções. Conversamos também com a prefeitura de Brumadinho sobre a modernização da ligação entre a cidade e Ouro Preto e essa questão parece já estar encaminhada", destaca.

Ao passo que as obras em Ouro Preto avançam, o anúncio do investimento em Brumadinho também movimenta a região. O terreno de 10 hectares, a quatro quilômetros do Inhotim, foi escolhido em dezembro do ano passado. A área, que deverá ser doada pela Prefeitura Municipal, é avaliada em R$ 2,5 milhões.

Sem dar detalhes, o executivo não descarta a possibilidade de outros investimentos em Minas Gerais.

"Não gosto de falar de negócios que ainda são incipientes, mas o Estado é fantástico, com paisagens tão exuberantes como variadas. Estamos sempre prospectando oportunidades, mas temos bastante trabalho a fazer aqui e em outros estados brasileiros. Então, outros empreendimentos em Minas são possíveis, mas não no médio prazo", avalia o presidente da Vila Galé.

GASTRONOMIA

25ª edição do Restaurant Week terá opção vegetariana

DANIELA MACIEL

Festejando sua boda de prata, o Restaurant Week Brasil acontece em Belo Horizonte de 12 de abril a 12 de maio, com a proposta de democratizar o acesso à gastronomia. O tema de 2024 é "Revolução Vegetariana", um convite à reflexão sobre as escolhas alimentares e o impacto que elas têm sobre o mundo.

De acordo com o idealizador do Brasil Restaurant Week, Fernando Reis, o festival, que já se espalha por 21 cidades, terá 46 restaurantes participantes na Capital. A expectativa é de que mais de 70 mil menus sejam servidos - um aumento de 10% em relação ao evento do ano passado.

Os menus são exclusivos, compostos de entrada, prato principal e sobremesa a preços fixos. Dentre as propostas, os estabelecimentos também trarão uma opção vegetariana na entrada e no prato principal.

"O Restaurant Week é um evento tradicional que tem como objetivo democratizar a gastronomia. É uma experiência completa com duas opções em cada etapa - entrada, prato principal e sobremesa. Tema com pelo menos uma opção vegetariana para esse público. Hoje existem fornecedores veganos com produtos excelentes, tem até camarão feito da proteína da ervilha. A ideia é promover essa possibilidade para quem já é adepto e para quem ainda não experimentou", explica Reis.

Os preços variam de acordo com o tipo de menu e a programação deve ser conferida no site https://restaurantweek.com.br/, já que os restaurantes podem delimitar o período em que vão participar do evento.

- Menu Tradicional: R$ 59,90 almoço, R$ 74,90 jantar
- Menu Plus: R$ 68,90 almoço, R$ 89,90 jantar
- Menu Premium: R$ 89 almoço, R$ 109 jantar

No Brasil, o festival tem um viés social. A cada menu vendido, são doados R$ 2 para uma entidade beneficente da cidade. Em Belo Horizonte, o escolhido foi o Hospital da Baleia.

Eleita pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) como "Cidade Criativa da Gastronomia", em 2019, Belo Horizonte é, segundo o organizador do Restaurant Week, uma das melhores experiências para o festival.

"A gastronomia mineira está entre as melhores do mundo e por isso aqui temos uma das experiências mais ricas e variadas. Mas me chama a atenção o número de restaurantes indianos participantes. Descobri, a partir dessa observação, que a colônia indiana em Belo Horizonte é muito grande e ativa. Tem até restaurante em que os garçons são indianos e mal falam português. Essa é uma característica inusitada e que mostra o quanto a cidade pode ser surpreendente", completa o idealizador do Restaurant Week no Brasil.

DIVULGAÇÃO / RESTAURANT WEEK

Reis: festival terá 46 restaurantes participantes na Capital

DIVULGAÇÃO / RESTAURANT WEEK / INDIAN GOURMET

Número de indianos inscritos surpreende (foto: Indian Gourmet)

DIVULGAÇÃO / RESTAURANT WEEK / EL MAI

A cada menu vendido, R$ 2 vão para o Hospital da Baleia

DIVULGAÇÃO / GRUPO MTR

MTR tem expectativa de criar 400 novos empregos com ampliação de atuação na criação de complexo fabril e de estoque

ENERGIA SOLAR

MTR-Arcol planeja dobrar produção de estrutura fixa

Grupo vai implantar novo complexo fabril de 38.000 m2 em Juiz de Fora

O Grupo MTR recebeu neste mês de abril a certificação ISO 9001 para a fábrica de equipamentos para usinas solares localizada em Juiz de Fora, Zona da Mata mineira, o que demonstra o compromisso da empresa com a qualidade de seus produtos e processos de fabricação. Esta certificação reconhece que a MTR Solar atende aos padrões internacionais de gestão da qualidade e está em conformidade com as melhores práticas do setor. Isso traz credibilidade para a empresa e tranquilidade para os clientes, que podem confiar na qualidade dos equipamentos e estruturas fabricados pela MTR. Com isso, a MTR se posiciona como uma empresa de classe mundial.

O diretor da MTR-Arcol, Adriano Nascimento, ressalta o momento que a empresa vive no cenário nacional de energia: "É um grande marco para a empresa, demonstrando seu comprometimento com a qualidade dos produtos e serviços oferecidos. Além disso, a certificação ISO 9001 é um importante diferencial competitivo no mercado, pois garante aos clientes e parceiros que a empresa segue padrões internacionais de gestão de qualidade. O diretor ressalta que a conquista da certificação ISO 9001 é fruto de um trabalho em equipe e do empenho de todos os colaboradores, que se dedicaram para implementar e manter os processos e procedimentos necessários para atender aos requisitos da norma".

A MTR-Arcol, divisão de Estruturas do Grupo MTR Solar, se dedica a fabricação de estrutura fixa e sistema de *tracker* utilizados nas usinas de solo, que garante segurança e rentabilidade aos projetos, adquiriu um terreno no Distrito Industrial em Juiz de Fora e irá ampliar a unidade para a fabricação de estruturas, automação e *skid* para usinas de solo e também será criado um complexo fabril e de estoque voltado para o mercado de energia solar. Com um foco na qualidade, eficiência e sustentabilidade, o complexo fabril irá se tornar uma referência no setor, contribuindo para o desenvolvimento econômico, social e ambiental com engajamento sustentável em todo o processo. A MTR-Arcol está investindo para a compra desse terreno junto a prefeitura e adquirir equipamentos para montar toda a infraestrutura para funcionamento da nova fábrica que prevê a contratação de 400 novos colaboradores para o Grupo MTR.

No mercado solar, a empresa já conta com mais de 1,5GWp instalados, mais de 450 usinas atendidas, consequentemente mais de 2 mi de módulos instalados e 100MWH gerados mensalmente

Demanda em expansão - O projeto de expansão da MTR-Arcol visa atender à crescente demanda por estruturas de alta qualidade e tecnologia para usinas de solo, garantindo assim maior eficiência e segurança para os projetos de energia renovável. Além da geração de empregos para a cidade de Juiz de Fora, a nova fábrica irá contribuir para o desenvolvimento econômico da região, atraindo novos investimentos e fortalecendo a cadeia produtiva local. Com isso, a MTR-Arcol reafirma seu compromisso com a inovação e qualidade de seus produtos, buscando sempre as melhores soluções para seus clientes e contribuindo para um futuro mais sustentável.

O diretor da MTR-Arcol destaca que "os investimentos para ampliação da atuação no mercado solar, com expansão da nossa fábrica em Juiz de Fora, valorizam a empresa como um todo. A empresa já possui uma sólida presença nesse segmento e a ampliação da fábrica permitirá atender à crescente demanda por soluções sustentáveis de geração de energia. Além disso, a expansão da fábrica trará benefícios econômicos para a região, gerando empregos e movimentando a economia local. Estamos confiantes de que essa iniciativa contribuirá não apenas para o crescimento da empresa, mas também para o desenvolvimento sustentável do setor de energia solar no Brasil".

Grupo quer contribuir para expansão da GD

O Grupo MTR é um dos principais comercializadores e distribuidores de equipamentos e soluções para Usinas de GD (Geração Distribuída) de energia solar do País. A empresa busca oferecer soluções completas e personalizadas para usinas de GD em energia solar, atendendo às especificações do projeto e trabalhando com os melhores fornecedores e fabricantes parceiros do mercado. Com as perspectivas favoráveis de crescimento do setor, a MTR está posicionando para se beneficiar e contribuir para a expansão da Geração Distribuída de energia solar no País.

O Grupo MTR conta com uma equipe técnica especializada e experiente, que busca sempre a inovação e a excelência na prestação de serviços para seus clientes. Além disso, a empresa oferece suporte técnico e treinamento para os colaboradores das usinas de GD, garantindo a eficiência e o bom funcionamento dos equipamentos. Com um amplo portfólio de produtos, incluindo painéis fotovoltaicos, inversores, estruturas de suporte, entre outros, a MTR consegue atender às demandas de projetos de diversos tamanhos e segmentos. Além disso, a empresa também trabalha com sistemas de monitoramento e gestão de energia, permitindo um acompanhamento preciso do desempenho das usinas. A MTR está comprometida com a sustentabilidade e a energia limpa, contribuindo para a redução da emissão de gases de efeito estufa e para a diversificação da matriz energética do país. Com uma abordagem focada em resultados e na satisfação dos clientes, o Grupo MTR se destaca no mercado de energia solar e continua crescendo e se consolidando como referência no segmento de GD.

"Com a ampliação da fábrica da MTR em Juiz de Fora teremos mais capacidade de produção e poderemos entregar com mais qualidade ainda e rapidez as estruturas que nossos clientes necessitam para suas usinas solares. Nossas estruturas de *trackers* e fixas são entregues em todo o país através da CT Botelho, operador logístico do grupo MTR que realiza armazenagem e transporte nos mais diferentes segmentos do setor. Com a ampliação da fábrica, a MTR reafirma seu compromisso com a sustentabilidade e com o desenvolvimento do setor de energia solar em Minas Gerais e no Brasil. A empresa está sempre atenta às tendências do mercado e busca se manter atualizada para atender às demandas do setor de forma eficiente e sustentável", ressalta o diretor da MTR-Arcol, Adriano Nascimento.

Atualmente, o Grupo MTR já conta com duas fábricas com um total de 18 mil metros quadrados em Juiz de Fora. Uma delas é a MTR-iTCE Volts, que fabrica eletrocentros e *skids* para usinas fotovoltaicas, com 8 mil metros quadrados. Já a fábrica da MTR-Arcol conta com 10 mil metros quadrados, 380 funcionários, 8.500 toneladas de estoque mínimo, produz em média 6 MW por dia (1,5 GW/ ano) e é equipada com as melhores e mais modernas máquinas de construções metálicas do País. Com a ampliação do espaço físico para produção de equipamentos a empresa espera dobrar a produção a partir do segundo semestre de 2024, chegando a 2 GWp comercializados/ano.

Em 2023, a MTR-Arcol alcançou um novo recorde anual, com um volume de 1.200 MWp em *trackers* solares (aumento de 60% em relação a 2022) e 450 MWp em estruturas fixas comercializadas e contratadas. A fábrica desempenha um papel fundamental no sucesso da empresa, permitindo a produção em larga escala e a entrega pontual dos equipamentos aos clientes. A MTR-Arcol oferece projetos modulares de estruturas fixas para usinas de solo, projetadas para atender às necessidades específicas dos clientes.

No ano passado, o Grupo MTR ultrapassou a marca de 1,5GW em equipamentos solares comercializados, um crescimento de 45% em relação ao mesmo período do ano anterior. Os principais clientes da MTR são comercializadoras fundos de investimentos e investidores particulares que veem no segmento de energia um setor estratégico para alocarem os recursos em infraestrutura, segmento que cresce em ritmo acelerado e acima da Selic. No mercado solar, a empresa já conta com mais de 1,5GWp (Gigawatt-pico) instalados, mais de 450 usinas atendidas com mais de 2 milhões de módulos instalados e 100MWH gerados mensalmente. Para 2024, a empresa espera um crescimento acima dos 30% na comercialização de equipamentos. A MTR espera ultrapassar mais de 2GWp (Gigawatt-pico) instalados.

CURTAS

Belo Horizonte recebe Feira do Intercâmbio STB

Com o objetivo de reunir em só lugar as melhores escolas internacionais e pessoas interessadas em estudar no exterior, o STB, consultoria especializada em educação internacional, promove no dia 26 de abril em Belo Horizonte, a mais nova edição da Feira do Intercâmbio. O evento, gratuito, acontece, das 15h às 20h, no Mercure Belo Horizonte Lourdes Hotel, e é voltado para os mais diversos públicos. Entre eles adolescentes que buscam por preparação universitária, profissionais interessados por cursos de qualificação e até mesmo pessoas com mais de 50 anos que enxergam no intercâmbio a oportunidade de descobrir o mundo, fazer *networking* internacional e aproveitar o tempo livre com novas atividades de lazer. Os participantes podem obter descontos de até 40% na escolha do programa durante a feira. Dados do STB mostram que, em BH, o mercado de intercâmbio avançou 15% em 2023 na comparação com 2022. Entre os principais programas, os especiais avançaram 40%; cursos de idiomas, 23% e High School, 36%. As inscrições podem ser feitas no *site https://diariodo.co/72lprni*.

Aperam Bioenergia vence 14º Prêmio Hugo Werneck de Sustentabilidade

A Aperam Bioenergia, por meio do Programa Aperam Raízes do Vale, desenvolvido desde 2022, ganhou a premiação da categoria "Melhor Empresa" na 14ª edição do Prêmio Hugo Werneck de Sustentabilidade - "Pensando Globalmente, Agindo Localmente", promovido pela Revista Ecológico. A premiação ocorreu em Belo Horizonte, na última terça-feira (2). O Programa Aperam Raízes do Vale atua com comunidades do Vale do Jequitinhonha (MG), que vivem em áreas de influência da empresa - elas foram convidadas a plantar culturas típicas locais, como feijão, milho e mandioca nas terras da Aperam, em consórcio com o plantio renovável de eucalipto, um incentivo à agricultura familiar e geração de renda. Cada associação comunitária recebeu, em regime de comodato, uma área de cinco hectares dentro das plantações de eucalipto da Aperam BioEnergia. O preparo da terra, o suporte para a obtenção da dispensa de licenciamento e a assessoria técnica para o plantio ficaram por conta da Aperam e da Emater-MG. Os produtores entraram com a mão de obra para plantio, manejo e colheita. Maior produtora de carvão vegetal do mundo, a BioEnergia é a unidade da Aperam South America dedicada à produção de energia renovável que abastece a usina siderúrgica de Timóteo (MG), onde é fabricado o Aço Verde Aperam.

DIVULGAÇÃO / MERCEDES-BENZ

Mercedes-Benz entrega mais 176 caminhões para a Addiante

Os caminhões Mercedes-Benz Actros novamente ganharam aprovação da Addiante, empresa de locação de veículos e equipamentos pesados criada em novembro de 2022 a partir da união entre dois gigantes presentes nos mercados nacional e internacional: Randoncorp e Gerdau. Em pouco mais de um ano de atividades, já são mais de 250 cavalos mecânicos Actros em sua frota, sendo 220 modelos com tecnologia BlueTec 6. O cliente acaba de adquirir 176 unidades dessa linha de extrapesados rodoviários Mercedes-Benz, sendo 160 do modelo Actros 2651 6x4 e 16 do Actros 2548 6x2. Estes caminhões se somam a outros Actros da frota, todos adquiridos, desde 2022, junto à Savana, concessionário de Curitiba, capital do Paraná, mesma cidade da matriz da Addiante.

Clínica Origen estuda seleção de óvulos por IA

A inteligência artificial (IA) está revolucionando o campo da reprodução humana assistida, trazendo inovações significativas na seleção de óvulos para tratamentos de fertilidade. A Clínica Origen, em Belo Horizonte, acaba de firmar uma parceria com uma empresa israelense para estudos iniciais, visando selecionar óvulos por IA em técnicas de reprodução assistida. A embriologista-chefe da Clínica Origen e professora da pós-graduação da PUC Minas, Dra. Renata de Lima Bossi, explica que as vantagens do uso da inteligência artificial na seleção de óvulos são notáveis. "Com acesso a um vasto banco de dados global, os algoritmos de IA conseguem realizar uma avaliação minuciosa dos óvulos, identificando características e padrões que muitas vezes escapam à observação humana. Mesmo os olhos treinados dos embriologistas não conseguem detectar todas as nuances que a IA é capaz de identificar", diz. Segundo ela, essa seleção é feita de forma não invasiva, o que evita a exposição dos gametas a ambientes externos e prolonga o tempo de cultivo em condições ideais. Além disso, a segurança dos pacientes é garantida, pois as identificações utilizadas são apenas numéricas, sem expor dados pessoais. Atualmente, a IA já é empregada na Clínica Origen para seleção dos melhores embriões para transferência, permitindo calcular a chance de gravidez e a formação de blastocistos. Se a seleção de óvulos por IA for bem-sucedida, a empresa será a primeira do País a adotar essa tecnologia em parceria com Israel.

IMPRESSÕES AO DIRIGIR

Fastback Abarth é música para os ouvidos

Escapamento e acertos mecânicos do SUV compacto da Fiat produzem uma sinfonia ao acelerar

AMINTAS VIDAL*

FOTOS: AMINTAS VIDAL

Em outubro de 2023 avaliamos o Pulse Abarth, SUV compacto com mudanças estéticas e mecânicas aplicadas ao Fiat Pulse. Agora, foi a vez do Fastback Abarth, SUV coupé derivado deste compacto.

O Fastback Abarth recebeu alterações estéticas mais discretas e o mesmo conjunto mecânico do Pulse Abarth, porém, com um sistema de escapamento diferenciado, acusticamente mais esportivo.

A Abarth é a marca dos esportivos da Fiat. Marcou presença em nosso mercado com dois *hatches*: o médio Stilo e o subcompacto 500. Com estes dois SUVs compactos, ela retornou ao Brasil.

O *VEÍCULOS* recebeu o Fatback Abarth Turbo 270 Flex Automático, ano 2024, para avaliação. No *site* da montadora, seu preço sugerido é ***R$ 160,99 mil***, valor com a carroceria na cor preta sólida.

> *O Fastback Abarth é equipado com o motor turbo GSE 1.3 de 4 cilindros em linha. A potência atinge 185/180 cv às 5.750 rpm, com etanol e gasolina, respectivamente*

Todas as outras cores vêm com o teto pintado nesta mesma cor preta. As cores sólidas branca e vermelha custam R$ 990 a mais e, a cinza especial, acresce R$ 1.490 mil ao preço inicial.

Completo de série, os principais equipamentos do Fastback Abarth são: multimídia com tela de 10,1 polegadas, navegação da marca TomTom, espelhamento sem fio e conexão com a internet por chip 4G; painel digital de 7 polegadas; carregador do celular por indução com ventilação; ar-condicionado digital com saídas para o banco traseiro; rebatimento elétrico dos retrovisores; *paddle-shifters*; freio de estacionamento por botão e com função *hold*; chave presencial; bancos revestidos com material sintético que imita o couro costurado com linha aparente na cor vermelha e roda em liga leve de 18 polegadas, pintadas na cor preta brilhante, finalizada com uma fina borda vermelha em seu extremo e calçadas com pneus 215/45 R18.

Em termos de segurança, os principais recursos são: frenagem autônoma de emergência; alerta de saída de faixas com correção da trajetória; comutação automática dos faróis alto e baixo; controles de tração e de estabilidade; quatro *airbags*; faróis e lanternas em LED; sensor de iluminação e chuva; retrovisor eletrocrômico; sensores de estacionamento dianteiro e traseiro e câmera traseira de alta definição com linhas guias dinâmicas.

Motor e câmbio - O Fastback Abarth é equipado com o motor turbo GSE 1.3 de 4 cilindros em linha.

O torque máximo alcança 27,5 kgmf às 1.750 rpm com ambos os combustíveis, que corresponde a 270 Nm (Newton metro), número que batiza o propulsor. A potência atinge 185/180 cv às 5.750 rpm, com etanol e gasolina, respectivamente.

O câmbio é automático convencional com conversor de torque e seis (6) marchas. Ele oferece a programação esportiva *Poison* e seleção entre automático e manual com possibilidade de comutação pela alavanca ou pelos *paddle-shifters* (aletas) posicionados atrás do volante.

Segundo a Fiat, o Fastback Abarth e o Pulse Abarth aceleram de 0 a 100 km/h no mesmo tempo, em 7,6 segundos.

Nesta mesma ordem, eles alcançam 220 km/h e 215 km/h de velocidade máxima, pois o perfil coupé, o aerofólio e o estrator traseiros do Fastback, ambos funcionais, melhoram sua aerodinâmica.

As modificações no Fastback e no Pulse Abarth em relação às outras versões destes modelos vão muito além deste motor e câmbio.

Novas especificações de rodas, freios, suspensões, ponteiras de direção, escapamento e diversos ajustes eletrônicos transformaram a dupla de esportivos nos primeiros SUVs da Abarth em seus quase 75 anos de história.

Em relação ao Pulse Abarth, as rodas são maiores no Fastback Abarth, passaram de 17 para 18 polegadas, e a largura da tala de 7 para 7,5 polegadas.

A largura do pneu se manteve em 215 mm, mas a altura está 5% menor, é de 45% da largura. Assim, o Fastback ficou mais neutro em curvas, adernando menos a carroceria.

Se o desempenho dinâmico melhorou, o conforto de marcha piorou, e estes pneus são mais suscetíveis a danos provocados por buracos. E o preço que se paga.

Os discos de freio dianteiros nos dois Abarth são maiores, têm 305 mm, assim como no Fastback Limited Edition, versão com mesma motorização.

O Fastback Abarth é 5 mm mais baixo que o Fastback Limited Edition. Em sua suspensão dianteira as molas estão 7% mais rígidas, os amortecedores são 12% mais estáveis e a barra estabilizadora é mais robusta.

Na traseira, as molas estão 6% mais rígidas e os amortecedores 21% mais estáveis.

Destaque - Mas, o grande destaque do Fastback Abarth é a arquitetura exclusiva do seu sistema de exaustão.

Mais elaborado que o do Pulse Abarth, seu escapamento foi projetado com apenas um abafador traseiro transversal e provido de dupla derivação em suas extremidades, resultando em duas saídas separadas.

Finalizado por ponteiras largas e alojadas em nichos do extrator, este sistema produz um ronco que é música para os apaixonados por carros esportivos.

Grave quando se acelera, e pipocado ao tirar o pé do pedal, essa afinação acústica esportiva foi trabalhada para ser ouvida de fora e de dentro do carro.

Acertos eletrônicos foram feitos, principalmente nas programações dos modos de condução. No modo *Poison*, as trocas ocorrem em rotações 30% mais altas e se mantêm elevadas entre as marchas com este mesmo percentual, aproximadamente.

Os mapas de calibração das centrais eletrônicas do motor e do câmbio diminuíram o tempo de entrega da potência e do torque, assim como reduziu o intervalo entre o engate de uma marcha para outra.

Resposta - A resposta deste conjunto ao curso do acelerador fica até 100% mais rápida quando o *Poison* está ativado.

Neste modo, com 50% do curso do pedal a alimentação do motor já está no máximo da capacidade, condição semelhante à resposta do motor ao curso total pedal, quando no modo normal.

Os SUVs com tração 4x2 da Fiat e da Jeep têm o recurso *Tc+*, uma programação avançada do controle de tração que freia a roda sem aderência para que o torque do motor seja transferido para a roda que está "patinando" e, assim, ajuda a tirar o carro de situações de atolamento, por exemplo.

Nos Abarth, esse recurso foi aprimorado. Denominado *SCO*, ele visa recuperar a aderência sobre o asfalto escorregadio. Mas, tudo muda quando o *SCO* é ativado juntamente com o *Poision*.

Para um uso esportivo em pistas, os sistemas de tração e de estabilidade ficam mais permissivos e a vetorização de torque é ativada.

Essa nova programação deixa o carro sair lateralmente em curvas e a eletrônica atua apenas na última hora, permitindo ao "piloto" espalhar a tocada de zebra a zebra.

A vetorização de torque atua para minimizar o subesterço, quando o carro está saindo de frente.

Este recurso transfere mais torque para as rodas dianteiras do lado de fora da curva, diminuindo a saída da dianteira e permitindo, assim, que os modelos Abarth façam curvas mais rapidamente.

Fechando as alterações no modo *Poison*, uma programação eletrônica reduz as marchas nas freadas intensas para que o motor permaneça com a rotação elevada, pronto para as reacelerações, recurso muito útil em autódromos ou, até mesmo, em ultrapassagens seguidas realizadas em estradas.

***Colaborador**

Feito para ser guiado esportivamente, modelo não combina com engarrafamentos

Internamente, ob Fastback e o Pulse Abarth são iguais. Existe a predominância do preto em todas as peças e revestimentos.

A porção central do painel principal é revestida com uma imitação de fibra de carbono. As costuras destes revestimentos e o friso que adorna este painel, de fora a fora, têm a cor vermelha.

Recurso exclusivo em ambos, o painel digital informa pressão do turbo, força G, percentual da potência instantânea, além dos dados usuais.

Com o acionamento da tecla *Poison*, posicionada no volante, o grafismo fica mais esportivo e ganha a mesma cor vermelha aplicada aos detalhes internos.

Tecnologias - Fastback e Pulse Abarth têm os mesmos equipamentos e tecnologias. Faróis em LED, sistemas de condução semiautônoma, recursos de conectividade, ar-condicionado e computador de bordo são precisos, bem dimensionados e estão acima da média, comparados aos da concorrência.

Na cabine do Fastback, quatro adultos e uma criança se acomodam com conforto para um modelo compacto, mas sem sobras.

Em relação ao Pulse, o encosto do banco traseiro está um pouco mais reclinado, mudança que melhora a acomodação e propicia maior espaço para as cabeças de quem vai atrás, algo necessário para compensar o teto mais caído do coupé.

O Fastback tem 4,42 metros de comprimento, 1,77 metro de largura, 1,54 metro de altura e 2,53 metros de distância entre eixos.

Seu porta-malas comporta 600 litros, considerando a aferição do volume líquido, e seu tanque de combustíveis, 47 litros.

Mesmo esportivo, os números do Fastback Abarth para o fora de estrada não são ruins. Seus ângulos de entrada, saída e central são 20°, 23° e 21,2°, respectivamente. Sua altura livre do solo é 187 mm.

Na pista - No lançamento, avaliamos o Fastback Abarth na pista. Saímos impressionados e felizes do autódromo.

Foi notório o tanto que ele aponta em curvas, escorrega lateralmente do ponto de tangência até apoiar na zebra externa e cumpre essas derivações com subesterços e sobreterços contidos e corrigidos pela eletrônica aprimorada desta versão, o suficiente para ser emocionante, mas sem perder o controle.

Agora, rodando no dia a dia, nem tudo foi alegria, a proposito. Cruzar Belo Horizonte do sul ao norte na hora do *rush*, quando retiramos o SUV da concessionária, foi um sacrifício.

O Fastback Abarth é barulhento, a suspensão é dura e a direção pesada, ou seja, não combina com engarrafamentos.

Essa primeira experiência já mostrou que existe um preço a se pagar por sua esportividade. Só não esperávamos que nos testes de consumo o tédio persistisse.

Rodando - Aos 90 km/h e em sexta macha, o motor trabalha às baixas 1.750 rpm, inaudível, mas o ruído que sai do escapamento é alto para a velocidade.

Como essa velocidade não empolga, parece que o carro está amarrado pelo motor. Também não é confortável. Mesmo aos 110 km/h, às 2.200 rpm, a fera parece enjaulada, rugindo, pedindo aceleração.

Essas duas voltas foram chatas. Ele instiga ser acelerado para que a velocidade faça jus ao seu ronco. No Fastback Abarth as suspensões são rígidas, trabalham em alta frequência.

A direção perde assistência prematuramente, fica pesada cedo. As reações do motor ao curso do acelerador e às trocas de marchas são rápidas, tudo combina com o som do escape, desde que haja velocidade.

Contudo, falta conforto de marcha e acústico para andar em velocidade de cruzeiro. Mas, fomos muito felizes nas arrancadas de 0 a 100 km/h. Mesmo não conseguindo atingir essa velocidade em menos de 8 segundos, todas as tentativas foram muito divertidas.

Partindo estolado às 2.800 rpm, os largos pneus do Fastback Abarth destracionam um pouco, o carro acelera até a faixa vermelha do conta giros, quando o escapamento pipoca nas trocas das marchas, uma ótima experiência de aceleração, muito potencializada pelos acertos acústicos esportivos do modelo.

Consumo - A despeito do quão desinteressante é andar em velocidades de cruzeiro com o Fastback Abarth, ele se saiu bem nos testes padronizados de consumo, considerando o fato de ser um esportivo.

Em nossos testes de consumo rodoviário padronizado, realizamos duas voltas no percurso de 38,7 km, uma mantendo 90 km/h e outra, 110 km/h, sempre conduzindo economicamente.

Na volta mais lenta, o Fastback Abarth registrou 14,6 km/l. Na mais rápida, 12,8 km/l, sempre com etanol no tanque.

No teste de consumo urbano rodamos por 25,2 km em velocidades entre 40 e 60 km/h, fazemos 20 paradas simuladas em semáforos com tempos cronometrados entre 5 e 50 segundos e vencemos 152 metros de desnível entre o ponto mais baixo e o mais alto do circuito.

Neste severo teste, o Fastback Abarth atingiu a média de 7,1 km/l, também com etanol.

Quando avaliamos o Pulse Abarth, dissemos que não havia nada tão divertido por R$ 150 mil. Agora, dividindo o exclusivo espaço "do escorpião" nas concessionárias Fiat existe o Fastback Abarth.

Além do porta-malas bem maior, por R$ 10 mil a mais, o coupé entrega dinâmica alterada por pequenos detalhes e, disparado, o melhor ronco de motor que se pode comprar por este valor. **(AV)**

OPERAÇÃO POLICIAL

PF desarticula esquema de imigração ilegal em MG

Organização lucrou R$ 11,5 milhões

DIVULGAÇÃO / POLÍCIA FEDERAL

Policiais cumpriram oito mandados de busca e apreensão em endereços nas cidades de Belo Horizonte, Ipatinga e Sardoá

Brasília - A Polícia Federal deflagrou ontem uma operação para desarticular um esquema criminoso em cidades de Minas Gerais para promover a entrada ilegal de brasileiros nos Estados Unidos com o uso de documentos falsos.

Os policiais cumpriram oito mandados de busca e apreensão em casas e endereços comerciais de Belo Horizonte, Ipatinga (Vale do Aço) e Sardoá (Vale do Rio Doce). Foram apreendidos cinco veículos, relógios, mobílias e objetos de arte de alto valor, afirmou à Reuters o delegado da PF Wesley Amato, responsável pela operação.

A pedido da PF, a Justiça Federal também determinou o bloqueio de bens dos investigados. As investigações apontaram que o esquema lucrou R$ 11,5 milhões.

Segundo Amato, conforme as investigações, ao menos 115 pessoas, inclusive crianças, foram enviadas ilegalmente para os EUA desde 2020 com uso de documentos falsos.

De acordo com o delegado, os imigrantes se valiam do sistema chamado Cai-Cai, no qual os imigrantes constituíam famílias de forma ilegal, em que documentos de identidade de crianças eram falsificados para comprovar um suposto parentesco, de forma a garantir um acesso facilitado via fronteira do México nos Estados Unidos. O grupo conseguia passaportes materialmente válidos, mas que não tinham visto.

A atual política migratória norte-americana, conforme Amato, permite que pais com crianças possam responder a processo de imigração ilegal em liberdade. Contudo, após garantirem ingresso aos EUA, os brasileiros desapareciam e iriam tocar a vida. Cada núcleo familiar pagava, em média, US$ 12 mil aos facilitadores.

A PF chegou a pedir a prisão preventiva dos oito investigados no esquema por eles estarem viajando com frequência aos EUA e à América Central, disse o delegado. O juiz rejeitou o pedido, mas determinou uma série de medidas cautelares diversas da prisão, como apreensão de passaporte e proibição de deixar o País.

Segundo Amato, embora a quantidade de alvos da operação não seja grande, trata-se de uma operação relevante para Ipatinga e imediações, onde fica o Vale do Aço, região próspera em Minas Gerais.

"Foi um trabalho muito importante na região porque os alvos de hoje eram tidos como intocáveis", disse ele.

Estrutura - Outra fonte da PF com conhecimento da operação afirmou ainda que o esquema era tão estruturado que, além das falsificações de documentos, havia uma pousada em Belo Horizonte que servia de base para os brasileiros resolverem as questões antes da partida aos EUA: compra de passagens e resolução dos trâmites burocráticos e ilegais.

Cidades do interior de Minas Gerais são historicamente conhecidas por terem pessoas que buscam promover migração, legal e ilegal, para os EUA.

O debate sobre a entrada de migrantes nos EUA tem sido um dos principais temas na corrida presidencial daquele país. **(Reuters)**

APOSTAS ON-LINE

Regulamentação será concluída até agosto

ANGELOV / STOCK.ADOBE.COM

Primeira fase da regulamentação será finalizada neste mês

Brasília - A regulamentação do mercado de apostas *on-line* será concluída até o início do segundo semestre. A estimativa consta em cronograma publicado pela Secretaria de Prêmios e Apostas (SPA) do Ministério da Fazenda, que estabelece quatro etapas para a regulamentação.

Segundo a Portaria 561 da SPA, a primeira fase irá até o fim deste mês. A segunda fase irá até o fim de maio. A terceira, até o fim de junho. E a quarta e última fase tem a conclusão prevista para o fim de julho.

Na primeira etapa, as portarias estabelecerão as regras gerais dos meios de pagamento; os requisitos técnicos e de segurança dos sistemas de apostas; e as regras, condições e abertura do pedido de autorização para exploração comercial das apostas de quota fixa em todo o país.

Conforme o Ministério da Fazenda, as normas complementarão a portaria com as regras para as empresas de auditoria das apostas *on-line*, publicada em fevereiro.

Na segunda fase, em maio, a SPA publicará as portarias sobre lavagem de dinheiro e outros delitos. Também serão divulgadas as regras sobre disposições legais e direitos dos apostadores a serem observadas pelos operadores. Por fim, serão definidos os requisitos e os procedimentos de habilitação dos estúdios de jogo ao vivo e dos jogos *on-line*.

Em junho, o Ministério da Fazenda editará portarias com os requisitos técnicos e de segurança dos jogos *on-line* e com as regras de monitoramento e de fiscalização da atividade. Outra portaria detalhará os procedimentos para a aplicação de sanções administrativas para o descumprimento de regras de exploração comercial.

A fase final do cronograma, em julho, prevê mais duas portarias. A primeira definirá o conceito de jogo responsável, com diretrizes e práticas para monitorar e prevenir o jogo patológico, dentre outras medidas. A segunda detalha os procedimentos efetivar as destinações sociais, assegurando que as contribuições da indústria das apostas beneficiem a sociedade de maneira transparente.

Segundo o Ministério da Fazenda, o cronograma define uma estrutura para a regulação do setor de apostas eletrônicas e representa um avanço considerável na gestão e supervisão desse setor. "A portaria [com o cronograma] oferece segurança jurídica, garante previsibilidade e eficiência ao processo de regulamentação, e assim, solidifica as bases para um ambiente de apostas estável e confiável no Brasil", destacou a pasta em nota. **(ABr)**

SUPREMO

Barroso anuncia projeto para melhorar comunicação entre os tribunais no País

O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Luís Roberto Barroso, participou ontem do Fórum Internacional Cortes em Conexão, promovido pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ), em comemoração aos 35 anos da Corte. Barroso foi convidado a falar no painel 1 sobre o tema "Linguagem Simples na Justiça e Comunicação com a Sociedade".

Durante o painel, o ministro Barroso anunciou que trabalha em um projeto de padronização das ementas para explicar de forma clara o caso em julgamento pelo STF, a questão jurídica em discussão, a solução proposta, as razões da decisão, os dispositivos jurídicos, além da tese do julgamento, quando for o caso, e a menção aos artigos das leis e à jurisprudência citada.

A ideia de padronizar nacionalmente as ementas é fazer com que o judiciário brasileiro possa trabalhar com precedentes, decisões tomadas pelos tribunais superiores sobre diversos temas, fixando um entendimento sobre aquela matéria. "Se nós conseguirmos usar isso nacionalmente, vamos mudar a vida do Judiciário brasileiro", disse o presidente do Supremo.

A proposta faz parte do Pacto pela Linguagem Simples, lançado no final do ano passado, cuja meta é a adoção de uma linguagem direta e compreensível na produção das decisões judiciais e na comunicação geral do Judiciário, tornando a Justiça mais acessível à população. O Pacto possui algumas premissas básicas como: eliminar termos excessivamente formais, adotar linguagem direta e concisa, explicar o impacto das decisões na vida das pessoas, utilizar uma versão resumida dos votos no julgamento e fomentar pronunciamentos objetivos.

Debate - Durante o debate, o ministro Barroso reconheceu que o direito não vai se livrar da circunstância de que um mesmo texto se presta muitas vezes há diferentes interpretações, mas destacou que "a clareza na explicação do sentido e a compreensão de que a vida não é apenas a interpretação formal é muito importante".

O painel 1 teve como mediadores o ministro Og Fernandes, vice-presidente do STJ, e a ministra Nancy Andrighi. Como debatedores, além do ministro Barroso, participaram o representante do Conselho Geral do Poder Judiciário da Espanha, Juan Moya, e o jornalista Octávio Guedes, da GloboNews.

O Fórum reuniu representantes da comunidade jurídica internacional como membros de cortes supremas e de organismos parceiros daquela Corte.

CULTURA

Editais de fomento poderão ser publicados em ano eleitoral, avalia AGU

A Advocacia-Geral da União (AGU), após ser provocada pelo Ministério da Cultura (MinC), manifestou-se, por meio de parecer, sobre a publicação de editais de fomento à cultura em ano eleitoral. De acordo com o entendimento da AGU, os certames não ferem a Lei de Eleições, desde que sejam realizados com critérios objetivos que assegurem a imparcialidade do processo e a imprevisibilidade do resultado.

O art. 73, §10 da Lei nº 9.504/97, incluída pela Lei nº 11.300, de 2006, estabelece que em anos eleitorais, fica proibida "a distribuição gratuita de bens, valores ou benefícios por parte da Administração Pública, exceto nos casos de calamidade pública, de estado de emergência ou de programas sociais autorizados em lei e já em execução orçamentária no exercício anterior, casos em que o Ministério Público poderá promover o acompanhamento de sua execução financeira e administrativa".

De acordo com Consultor Jurídico Adjunto, Osiris Vargas Pellanda, a vedação gerava dúvidas em relação à execução de recursos públicos oriundos de políticas de fomento cultural, como a Política Nacional Aldir Blanc (Pnab) e a Lei Paulo Gustavo (LPG), e deixava gestores receosos, principalmente em relação à concessão de prêmios, que por sua natureza de doação poderiam ser erroneamente considerados como a "distribuição gratuita de bens" vedada pela legislação eleitoral.

Ele lembra que o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) tem jurisprudência pacificada no sentido de não haver entraves à realização de transferências de recursos para fomento da cultura em ano eleitoral, quando há contrapartida do proponente. Portanto, a dúvida pairava apenas no caso de realização de editais de premiação cultural, que não exigem a realização de contrapartida pelo agente cultural.

"Sobre a publicação de editais, já havia entendimento da AGU de que a liberdade de escolha do poder público estava apenas na data de abertura do processo seletivo, todas as outras etapas são impessoais e por isso não configuram favorecimento aos selecionados. A mesma interpretação foi dada agora, para a concessão de prêmios.

A AGU entende que essa modalidade, por depender de chamamento público com critérios previamente definidos em edital, tem natureza de ato administrativo vinculado e gera direito subjetivo ao vencedor, assim como ocorre em outras formas de seleções públicas", explicou Pellanda.

A AGU interpretou que a concessão de premiações não equivale à distribuição gratuita de valores prevista no § 10 do art. 73 da Lei no 9.504/97, desde que precedida de seleção pública regida por edital com previsão de critérios objetivos. Tal entendimento, inclusive, foi mencionado na Cartilha de Condutas Vedadas aos Agentes Públicos Federais em Eleições Municipais publicada em 04/04/2024 pela Advocacia Geral da União.

Pellanda lembrou também que os repasses da Pnab e da LPG têm como objetivo fomentar a cultura, inclusive em anos eleitorais. "A interpretação da AGU, assegurando que editais de fomento à cultura não esbarram na Lei das Eleições, é crucial para garantir o andamento das políticas e a recuperação do setor cultural", concluiu.

INVESTIMENTO

Cotação do ouro deve continuar subindo

Segundo especialistas, disparada se deve às incertezas no cenário geopolítico e às expectativas inflacionárias

MICHELLE VALVERDE

Nesta semana o ouro vem atingindo novos marcos e segue cotado acima de US$ 2,3 mil por onça-troy. A disparada do valor do metal precioso, segundo especialistas, se deve à incerteza no cenário geopolítico e também às expectativas inflacionárias. Dessa forma, ainda há potencial para o valor do ouro subir ainda mais.

O especialista e fundador da Anova Research, Paulo Martins, explica que a disparada da cotação do ouro pode ser atribuída a uma combinação de fatores, principalmente, no que diz respeito à incerteza do cenário geopolítico e às expectativas inflacionárias.

Considerando o cenário geopolítico, especialmente, na Europa, que está bastante tenso, a busca pelo ouro é impulsionada, uma vez que o metal é seguro.

"O ouro, historicamente, é visto como muito seguro em momentos de instabilidade e com rupturas. A possibilidade de conflitos de alta intensidade naturalmente leva a uma corrida para ativos considerados seguros, como o ouro", observa.

Além disso, Martins também destaca o movimento especulativo. "Não podemos ignorar o movimento especulativo. Existem agentes no mercado que, possuindo informações, antecipam-se a cenários não concebidos pelo grande público, acumulando ativos e gerando mais demanda. Tudo se resume à oferta e demanda, não necessariamente se baseando em fundamentos econômicos. Esse movimento especulativo tem se intensificado cada vez mais", ressalta.

Outros fatores que estão interferindo na cotação são a inflação e os juros reais. "Nos últimos dias, a expectativa de inflação e o aumento dos juros reais são aspectos também cruciais. Curiosamente, agora os juros reais em alta geralmente exercem uma pressão negativa sobre o preço do ouro, se essas altas estiverem vinculadas à expectativa de um cenário de conflito", explica.

Martins explica que não é possível estimar até onde o preço do ouro pode chegar, mas a tendência é que o metal precioso continue valorizado. Segundo ele, qualquer movimento de queda no ouro será uma oportunidade para comprar mais, acreditando firmemente que o ouro vai continuar pressionado para cima até meados de 2024.

"Em algum momento, pode haver uma correção, o que significaria uma semana de queda se os participantes começarem a vender. Considerando o cenário geopolítico, junto às questões relacionadas à política monetária, concluímos que o preço do ouro deve continuar elevado. É importante manter um olhar atento a essas questões geopolíticas e decisões de bancos centrais, pois têm o potencial de influenciar diretamente os preços do ouro. Portanto, inflação e geopolítica são os temas da vez no mercado", disse.

DIVULGAÇÃO / CICHALE DALDER / REUTERS

Um dos fatores que também vem promovendo a valorização do metal é a busca por maior proteção pelos investidores

Ouro como proteção - O especialista e sócio da Valor Investimentos, Gabriel Meira, explica que, no caso do ouro, um dos fatores que vem promovendo a alta na cotação é a busca por maior proteção por parte dos investidores. Os conflitos entre Rússia e Ucrânia, as questões em relação a Estados Unidos e China, China e Taiwan, Israel trazem insegurança para os investidores, que buscam opções mais seguras.

"Se tratando de ouro, a gente tem o metal basicamente como uma proteção contra estresses muito grandes no mercado. Um dos fatores que tem motivado essa alta do ouro, já há alguns bons meses, é a busca por maior proteção por parte dos investidores. Quando a gente tem conflitos no mundo, isso traz maior medo. Então, os investidores, consequentemente, buscam por algo mais seguro, ou dólar ou ouro", diz.

Conforme Meira, há também uma maior compra de ouro por parte dos bancos centrais, isso, em função dos receios geopolíticos, o que também tem impulsionado a alta da *commodity*.

Por último, Meira explica que o corte de juros por parte de países desenvolvidos, também impactam na cotação, em especial, os Estados Unidos que têm, cada vez mais, jogado o corte para frente.

"Então, como esse corte dos juros dos Estados Unidos não tem uma data específica, era primeiro trimestre de 2024, foi segundo, para o terceiro e já estão falando do quarto trimestre. O investidor entende que quando ocorrer o corte de juros, pode haver movimentações bruscas no mercado. Então, ele enxerga que o ouro tem menor oscilação frente aos mercados de ações e moedas em geral", observa.

Tendência é de mais altas do metal

O diretor de câmbio da Ourominas, Mauriciano Cavalcante, explica que são vários os fatores que estão impulsionando o preço do ouro. Diante do cenário atual, a tendência é de novas valorizações.

Dentre os fatores, Cavalcante ressalta que o valor do metal precioso está em alta devido à maior procura do ouro como poupança e proteção, já que o metal é a reserva de valor para investidores globais. Além disso, há a desvalorização do dólar pelo crescimento do déficit americano.

"Outro ponto que está influenciando e muito essa alta é a procura por reservas por parte dos bancos centrais de vários países. Historicamente os fatores econômicos e geopolíticos são os que mais ajudam nas altas do ouro. Temos como exemplo, os conflitos que estão acontecendo nos últimos anos, entre eles o mais recente Rússia x Ucrânia e Israel x Hamas".

Assim, segundo Cavalcanti, a tendência é de novas altas. "A estimativa ainda é de alta pelos motivos citados acima. Além disso, também pesa a instabilidade da política interna, com o real se desvalorizando frente ao dólar", explica. **(MV)**

FUSÕES E AQUISIÇÕES

Participação dos estrangeiros diminui

São Paulo - Empresas e investidores estrangeiros diminuíram a participação no total de negócios de fusões e aquisições no Brasil. No entanto, eles aumentaram a presença nas transações de grande porte, atingindo máxima em dez anos nesse tipo de operação, segundo dados cruzados da TTR Data, a pedido da Folha, e de um levantamento da RGS Partners.

De 2013 para 2023, a porcentagem da participação de estrangeiros no total das fusões e aquisições consolidadas no País recuou de 46,6% para 29,7%, uma queda de 36,3% em uma década, segundo a TTR Data, que usa dados sem corte de valor.

Ainda segundo a TTR, o valor total das transações envolvendo investidores internacionais no ano passado atingiu R$ 155,7 bilhões, enquanto em 2013 esse montante foi de R$ 177,4 bilhões, um recuo menor do que a participação dos estrangeiros nos negócios, de 12%.

Essa queda menor no valor das transações indica uma consolidação constatada em outra pesquisa, feita pela RGS Partners com base em dados da S&P Capital IQ. Segundo esse levantamento, de 2013 a 2023, o Brasil atingiu máxima na participação de estrangeiros em M&As (fusões e aquisições, na sigla em inglês) com valor acima de R$ 50 milhões.

Há dez anos, a participação estrangeira nesse tipo de negócio era de 30% e no ano passado atingiu a máxima de 47%, mesmo com a queda no total das transações que chegou ao pico de 279 operações em 2021 e depois recuou para 125 no ano passado. Em termos de valor, os estrangeiros representam uma fatia ainda maior.

Em 2013, a participação dos investidores internacionais era de 34% do valor total transacionado em M&As e no ano passado atingiu máxima de 58%, ultrapassando pela primeira vez no período o valor transacionado só por empresas locais.

Aumento do interesse - "A gente teve um período relativamente longo no qual o investidor estrangeiro não foi o ator mais importante no segmento de M&A no Brasil. Isso parece que, em alguma medida, ficou para trás. A gente tem percebido o interesse maior de investidores estrangeiros nos mandatos que a gente tem dentro de casa e nas abordagens que a gente tem feito", diz o sócio da butique mineira de investimentos Araújo Fontes, Fábio Salazar.

A maior participação de estrangeiros em grandes negócios pode sinalizar a chegada de novos investidores internacionais ao País.

Também sócio na Araújo Fontes, Gederson Ferreira diz que, de maneira geral, os estrangeiros que procuram ampliar sua atuação geográfica e começam a investir em um determinado País buscam ativos maiores.

"O processo de M&A é, de certa maneira, complexo. Então, entrar em uma transação que faça a diferença, que traga um resultado significativo no setor em que esses investidores atuam, é certamente algo que eles procuram", afirma.

O sócio-diretor da Seneca Evercore, Rodrigo Mello, concorda com essa visão. Ele diz que hoje os maiores negócios de fusão e aquisição no Brasil estão nas mãos dos estrangeiros, e exemplifica com casos em andamento, como o da Braskem, que tem no páreo para a compra da petroquímica os árabes da estatal de petróleo Adnoc.

"Se uma empresa de fora está interessada em entrar em um determinado setor no Brasil, ela não vai comprar uma marca pouco conhecida, mas vai olhar para as maiores, porque é a porta de entrada dela no Brasil", diz.

Nesse sentido, o sócio da TCP Partners, Ricardo Jacomassi, ressalta que os estrangeiros que olham para o Brasil procuram por setores que estão mais conectados com o mercado externo. Ele dá como exemplos os segmentos de *commodities*, mineração, agronegócio, mercado financeiro e tecnologia. E esses negócios costumam se destacar pelo tamanho.

"Pela minha experiência, os investidores estrangeiros dificilmente entram em empresas que têm o Ebtida [lucro operacional] abaixo de US$ 5 milhões. Tem que valer muito a pena em termos de crescimento, com uma tese de escalabilidade muito agressiva", diz.

Os especialistas lembram ainda o efeito da taxa de câmbio sobre a escolha dos estrangeiros em quais empresas investir no Brasil nos processos de M&As.

Em dez anos, a moeda brasileira se desvalorizou 150% ante o dólar, passando do patamar de R$ 2 para os atuais R$ 5. Portanto, para obter um retorno interessante para os estrangeiros na conversão do real para o dólar, as transações têm de ser maiores.

O sócio-fundador da Forteza Partners, Denis Morante, diz que essa tendência veio para ficar. "Não precisa ser economista para saber que está mais fácil de o real valer R$ 6 do que voltar para a casa dos R$ 2", diz. **(Stéfanie Rigamonti/ FolhaPress)**

CÂMBIO

País tem fluxo cambial negativo de US$ 684 mi

São Paulo - O Brasil registrou fluxo cambial total negativo de US$ 684 milhões em abril até o dia 5, em movimento puxado pela via financeira, informou ontem o Banco Central (BC). O período corresponde à semana passada, a primeira do mês. Os dados mais recentes são preliminares e fazem parte das estatísticas referentes ao câmbio contratado.

Pelo canal financeiro, houve saídas líquidas de US$ 3,659 bilhões em abril, em igual período. Por este canal são realizados os investimentos estrangeiros diretos e em carteira, as remessas de lucro e o pagamento de juros, entre outras operações.

Pelo canal comercial, o saldo de abril até o dia 5 foi positivo em US$ 2,975 bilhões.

No acumulado do ano até 5 de abril, o Brasil registra fluxo cambial total positivo de US$ 4,111 bilhões. No mesmo período do ano passado, o fluxo estava positivo em US$ 14,919 bilhões.

Normalmente divulgados às quartas-feiras, os dados do fluxo cambial saíram ontem em função do movimento dos servidores do Banco Central por melhores salários. **(Reuters)**

DIVULGAÇÃO / DADO RUVIC / REUTERS

No acumulado do ano até o dia 5 de abril, o Brasil registra fluxo cambial total positivo de US$ 4,111 bilhões, segundo o BC

Bovespa

Movimento do Pregão 11/04

A Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) fechou o pregão regular de ontem em baixa de -0,51% ao marcar 127396.35 pontos, com volume financeiro negociado de R$ 19.613.195.615. As maiores altas foram 3R PETROLEUM ON, ALPARGATAS PN, CASAS BAHIA ON, LOJAS RENNER ON e MULTIPLAN ON. As maiores baixas foram CVC BRASIL ON, ELETROBRAS ON, ELETROBRAS PNB, RAIZEN PN e SLC AGRICOLA ON.

Pregão do dia 10/04

RESUMO NO DIA

Discriminação	Negócios	Títulos Mil	Participação (%)	Valor (R$) Mil	Participação (%)
LOTE PADRAO	2.212.510	1.281.437	45,40	20.107.265,79	85,57
FRACIONARIO	354.647	4.289	0,15	84.045,42	0,35
DEMAIS ATIVOS	742.335	870.426	30,84	2.112.300,70	8,98
TOTAL A VISTA	3.309.489	2.156.152	76,40	22.303.611,51	94,92
BBT	5	1.480	0,05	32.539,16	0,13
TERMO	616	6.006	0,21	58.849,71	0,25
OPCOES COMPRA	196.522	335.347	11,88	257.489,45	1,09
OPCOES VENDA	162.369	309.176	10,95	195.061,24	0,83
OPC.COMP.INDICE	908	37	0,00	50.445,73	0,21
OPC.VEND.INDICE	1.001	34	0,00	29.792,83	0,12
TOTAL DE OPCOES	360.800	644.595	22,84	532.789,27	2,26
BOVESPAFIX	3.174	457	0,01	36.971,56	0,15
TOTAL GERAL	3.857.473	2.822.106	100,00	23.497.129,65	100,00
PARTIC. AFTER MARKET	16.337	9.420	0,33	98.003,99	0,41
PARTIC. NOVO MERCADO	1.811.793	1.142.604	40,48	12.303.645,51	52,36
PARTIC. NIVEL 1	420.469	265.221	9,39	3.080.249,41	13,10
PARTIC. NIVEL 2	533.033	431.852	15,30	4.657.862,20	19,82
PARTIC BALCÃO ORGANIZADO	147	-	0,00	204,21	0,00
PARTIC. MAIS	397	47	0,00	396,67	0,00
PARTIC. IBOVESPA	1.731.529	1.045.177	37,03	18.063.652,50	76,87
PARTIC. IBrX 50	1.262.494	783.665	27,76	15.223.297,91	64,78
PARTIC. IBrX 100	1.829.845	1.084.379	38,42	18.624.997,02	79,26
PARTIC. IBrA	2.134.544	1.228.628	43,53	19.835.714,67	84,41
PARTIC. MIDLARGE	1.307.132	765.111	27,11	15.427.097,90	65,65
PARTIC. SMALL	827.412	463.517	16,42	4.408.616,76	18,76
PARTIC. ISE	1.200.258	721.446	25,56	10.258.506,72	43,65
PARTIC. ICO2	1.494.284	868.756	30,78	14.601.098,00	62,13
PARTIC. IEE	175.562	72.948	2,58	1.531.514,32	6,51
PARTIC. INDX	463.869	211.007	7,47	3.501.793,93	14,90
PARTIC. ICONSUMO	778.954	544.309	19,28	4.881.463,73	20,77
PARTIC. IMOBILIARIO	149.984	60.010	2,12	842.186,97	3,58
PARTIC. IFINANCEIRO	295.785	183.539	6,50	3.587.433,76	15,26
PARTIC. IMAT	227.871	113.589	4,02	2.795.766,02	11,89
PARTIC. UTIL	211.446	81.846	2,90	1.933.941,00	8,23
PARTIC. IVBX 2	912.461	436.418	15,46	7.862.131,14	33,45
PARTIC. IGC	2.100.441	1.204.797	42,69	19.291.488,05	82,10
PARTIC. IGCT	2.058.679	1.186.321	42,03	19.161.151,10	81,54
PARTIC. IGNM	1.478.172	872.549	30,91	11.997.326,76	51,05
PARTIC. ITAG ALONG	2.016.546	1.172.249	41,53	18.617.483,29	79,23
PARTIC. IDIV	605.985	292.691	10,37	7.499.539,61	31,91
PARTIC. IFIX	428.766	6.125	0,21	220.412,39	0,93
PARTIC. BDRX	47.648	3.545	0,12	206.966,77	0,88
PARTIC. IFIL	375.654	5.395	0,19	196.593,03	0,83
PARTIC. IGPTW B3	729.046	470.037	16,65	6.202.173,84	26,39
PARTIC. IAGRO-FFS B3	364.862	194.101	6,87	2.777.024,99	11,81
PARTIC. IBOV SD TR	463.451	250.892	8,89	6.270.273,67	26,68
PARTIC. IDIVERSA B3	1.168.737	679.693	24,08	12.438.641,40	52,93

MERCADO À VISTA
LOTE-PADRÃO

Código	Empresa/Ação		Abertura	Mínimo	Máximo	Médio	Fechamento	Oscilação (%)	Ofertas		Negócios Realizados	
									Compra (R$)	Venda (R$)	Número	Quantidade
5GTK11	INVESTO 5GTK	CI	91,28	90,43	91,28	90,49	90,86	-0,46↓	90,85	91,28	7	142
A1AP34	ADVANCE AUTO	DRN	24,49	24,42	24,68	24,65	24,68	0,44↑	22,56	28,00	6	98
A1CR34	AMCOR PLC	DRN	-	-	-	-	-	-	43,18	48,85	-	-
A1DM34	ARCHER DANIE	DRN	321,72	320,00	321,92	321,53	321,92	1,10↑	313,50	340,00	4	40
A1EG34	AEGON LTD	DRN	31,50	31,50	31,50	31,50	31,50	0,28↑	31,26	-	2	81
A1ES34	AES CORP	DRN	90,48	90,48	90,48	90,48	90,48	-1,82↓	83,95	94,80	1	1
A1IV34	APARTMENT IN	DRN	39,60	39,60	43,11	41,43	43,11	2,44↑	39,99	43,12	16	559
A1LB34	ALBEMARLE CO	DRN	27,06	26,84	27,15	26,90	26,84	-0,40↓	25,85	28,00	5	2.307
A1LG34	ALIGN TECHNO	DRN	-	-	-	-	-	-	310,00	442,13	-	-
A1LK34	ALASKA AIR G	DRN	-	-	-	-	-	-	194,59	-	-	-
A1LL34	BREAD FINAN	DRN	45,00	45,00	45,00	45,00	45,00	-2,34↓	35,00	60,00	1	45
A1LN34	ALNYLAM PHAR	DRN	39,12	39,12	39,12	39,12	39,12	-1,18↓	36,10	41,29	1	1
A1MD34	ADVANCED MIC	DRN	105,30	104,31	107,39	105,58	105,85	-0,24↓	104,20	106,19	232	28.304
A1ME34	AMETEK INC	DRN	38,20	38,20	38,20	38,20	38,20	-	-	-	1	1
A1MP34	AMERIPRISE F	DRN	541,08	541,08	541,08	541,08	541,08	0,90↑	-	-	1	4
A1MT34	APPLIED MATE	DRN	107,99	104,28	107,99	105,92	106,34	1,17↑	101,61	107,02	15	1.177
A1NE34	ARISTA NETWO	DRN	366,30	364,45	367,04	366,58	364,45	-1,12↓	250,00	620,00	20	302
A1PA34	APA CORP	DRN	-	-	-	-	-	-	-	184,86	-	-
A1PD34	AIR PRODUCTS	DRN	-	-	-	-	-	-	-	352,00	-	-
A1RE34	ALEXANDRIA R	DRN	-	-	-	-	-	-	139,05	180,06	-	-
A1RG34	ARGENX SE	DRN	-	-	-	-	-	-	73,36	83,09	-	-
A1SN34	ASCENDIS PHA	DRN	-	-	-	-	-	-	26,43	-	-	-
A1TH34	AUTOHOME INC	DRN	-	-	-	-	-	-	13,35	-	-	-
A1TT34	ALLSTATE COR	DRN	-	-	-	-	-	-	32,79	-	-	-
A1UT34	AUTODESK INC	DRN	302,87	302,87	302,87	302,87	302,87	-2,22↓	302,87	312,00	1	167
A1VB34	AVALONBAY CO	DRN	233,00	231,39	233,00	232,24	231,99	-1,30↓	231,99	237,02	5	245
A1WK34	AMERICAN WAT	DRN	-	-	-	-	-	-	133,93	192,23	-	-
A1ZN34	ASTRAZENECA	DRN	57,24	57,24	57,57	57,30	57,57	1,42↑	54,99	57,60	3	351
A2FY34	AFYA LTD	DRN	45,09	45,09	45,09	45,09	45,09	=	38,01	-	1	1
A2MB34	AMBARELLA IN	DRN	9,62	9,62	9,75	9,66	9,75	-0,71↓	9,50	11,50	3	6
A2RE34	ARES MANAGEM	DRN	68,38	67,85	68,88	68,57	67,85	1,70↑	64,00	-	5	1.722
A2RR34	ARROWHEAD PH	DRN	-	-	-	-	-	-	8,55	21,00	-	-
A2XO34	AXON ENTERPR	DRN	-	-	-	-	-	-	84,98	-	-	-
AALL34	AMERICAN AIR	DRN	70,28	67,76	71,50	69,40	67,76	-2,97↓	68,10	71,35	16	1.083
AALR3	ALLIAR	ON NM	9,71	9,48	9,98	9,83	9,96	2,36↑	9,93	9,98	1.111	143.600
AAPL34	APPLE	DRN	42,50	42,32	42,83	42,60	42,50	-0,11↓	42,50	42,68	1.347	55.981
ABBV34	ABBVIE	DRN	53,25	53,09	53,58	53,48	53,58	0,61↑	52,45	54,00	4	30
ABCB4	ABC BRASIL	PN N2	24,88	24,23	24,88	24,36	24,34	-2,17↓	24,27	24,34	2.141	512.600
ABEV3	AMBEV S/A	ON	12,27	12,10	12,38	12,17	12,10	-2,10↓	12,10	12,11	25.756	22.933.900
ABGD39	ABDEN GOLD	DRE	-	-	-	-	-	-	51,59	-	-	-
ABTT34	ABBOTT	DRN	46,75	46,45	46,95	46,75	46,85	0,75↑	46,02	49,67	1.023	2.032
ABUD34	AB INBEV	DRN	50,20	50,20	50,20	50,20	50,20	-0,59↓	49,00	56,00	1	1
ACNB34	ACCENTURE	DRN	1.650,00	1.650,00	1.650,00	1.650,00	1.650,00	-0,54↓	1.550,00	1.680,00	2	2
ACWI11	TREND ACWI	CI	11,41	11,31	11,41	11,36	11,37	0,17↑	11,36	11,44	42	25.266
ADBE34	ADOBE INC	DRN	49,19	49,04	49,55	49,27	49,44	0,50↑	49,02	50,42	72	1.160
ADPR34	AUTOMATIC DT	DRN	-	-	-	-	-	-	51,60	-	-	-
AERI3	AERIS	ON NM	0,62	0,60	0,62	0,60	0,60	-3,22↓	0,60	0,61	2.680	1.500.900
AESB3	AES BRASIL	ON NM	9,88	9,60	9,88	9,68	9,69	-1,92↓	9,65	9,69	3.508	1.487.600
AFLT3	AFLUENTE T	ON	7,69	7,69	7,94	7,85	7,94	7,58↑	7,67	7,79	4	400
AGRI11	BB ETF IAGRO	CI	51,75	50,93	51,75	51,15	50,93	-1,58↓	50,63	50,94	10	53
AGRO3	BRASILAGRO	ON NM	25,44	24,95	25,44	25,21	24,99	-1,96↓	24,97	24,99	1.479	223.400
AGXY3	AGROGALAXY	ON NM	2,07	2,01	2,08	2,03	2,01	-4,28↓	2,01	2,03	519	292.400
AHEB3	SPTURIS	ON	-	-	-	-	-	-	17,60	19,00	-	-
AHEB5	SPTURIS	PNA	-	-	-	-	-	-	13,81	-	-	-
AHEB6	SPTURIS	PNB	-	-	-	-	-	-	17,05	20,00	-	-
AIRB34	AIRBNB	DRN	40,03	40,03	40,73	40,52	40,63	-0,17↓	40,20	41,30	26	2.302
ALLD3	ALLIED	ON NM	9,53	9,47	9,58	9,51	9,56	0,42↑	9,56	9,58	258	120.400
ALOS3	ALLOS	ON NM	23,96	23,41	24,09	23,59	23,44	-2,89↓	23,44	23,49	10.860	4.209.300
ALPA3	ALPARGATAS	ON N1	9,90	9,90	9,90	9,90	9,90	-0,80↓	9,64	10,00	3	400
ALPA4	ALPARGATAS	PN N1	9,45	9,17	9,48	9,23	9,17	-3,77↓	9,17	9,19	9.255	4.132.600
ALPK3	ESTAPAR	ON NM	4,62	4,52	4,69	4,62	4,68	2,40↑	4,64	4,68	446	188.200
ALUG11	INVESTO ALUG	CI	35,09	34,00	35,13	34,26	34,17	-2,73↓	34,01	34,17	216	5.662
ALUP11	ALUPAR	UNT N2	30,52	30,00	30,64	30,17	30,17	-1,66↓	30,11	30,19	4.131	758.700
ALUP3	ALUPAR	ON N2	10,52	10,29	10,52	10,33	10,29	-3,10↓	10,29	10,35	218	27.900
ALUP4	ALUPAR	PN N2	10,13	9,88	10,13	9,93	9,93	-2,07↓	9,90	9,95	307	49.600
AMAR3	LOJAS MARISA	ON NM	1,77	1,67	1,79	1,75	1,67	-5,64↓	1,67	1,68	1.069	724.700
AMBP3	AMBIPAR	ON NM	13,85	13,20	13,85	13,40	13,33	-2,84↓	13,31	13,33	4.084	1.345.900
AMGN34	AMGEN	DRN	48,08	48,08	48,32	48,14	48,32	0,49↑	47,45	57,00	3	4
AMZO34	AMAZON	DRN	46,17	46,00	47,25	46,79	47,25	1,74↑	47,25	47,26	1.416	226.566
ANIM3	ANIMA	ON NM	4,72	4,59	4,72	4,63	4,64	-2,31↓	4,64	4,65	6.259	4.433.800
APER3	ALPER S.A.	ON	42,56	42,00	42,56	42,18	42,00	-1,24↓	41,00	42,70	8	1.300
APTI3	ALIPERTI	ON	-	-	-	-	-	-	4.000,00	-	-	-
APTI4	ALIPERTI	PN	-	-	-	-	-	-	4.000,00	-	-	-
ARML3	ARMAC	ON EJ NM	12,38	12,00	12,50	12,25	12,14	-2,25↓	12,05	12,14	3.315	629.000
ARMT34	ARCELOR	DRN	69,65	69,37	70,00	69,59	70,00	3,42↑	67,98	69,99	9	589
ARZZ3	AREZZO CO	ON NM	56,40	53,95	56,40	54,70	53,95	-5,01↓	53,93	53,99	19.182	4.300.800
ASAI3	ASSAI	ON NM	14,49	14,23	14,63	14,37	14,24	-2,86↓	14,24	14,29	19.368	7.406.000
ASML34	ASML HOLD	DRN	89,50	88,10	90,69	90,01	90,00	0,59↑	89,77	91,36	24	1.563
ATOM3	ATOMPAR	ON	2,03	2,00	2,07	2,01	2,02	=	2,01	2,04	45	22.900
ATTB34	ATT INC	DRN	27,78	27,78	28,46	28,20	28,24	0,03↑	28,00	29,80	34	1.841
AURA33	AURA 360	DR3	40,65	40,19	41,00	40,70	40,72	0,17↑	40,58	40,75	3.689	64.805
AURE3	AUREN	ON NM	12,18	11,97	12,18	12,03	12,02	-1,31↓	12,01	12,02	4.935	3.497.600
AVGO34	BROADCOM INC	DRN	95,00	94,63	96,60	96,01	96,04	1,09↑	95,00	96,83	908	4.784
AVLL3	ALPHAVILLE	ON NM	3,83	3,83	3,83	3,83	3,83	0,26↑	3,66	3,82	1	100
AXPB34	AMERICAN EXP	DRN ED	109,99	109,68	110,80	110,23	110,50	0,64↑	110,50	114,03	25	2.760
AZEV3	AZEVEDO	ON	1,62	1,58	1,86	1,73	1,75	8,02↑	1,75	1,78	1.337	1.689.700
AZEV4	AZEVEDO	PN	1,49	1,45	1,76	1,63	1,69	13,42↑	1,69	1,70	4.584	10.328.900
AZOI34	AUTOZONE INC	DRN	69,61	69,61	70,14	70,02	70,14	1,62↑	67,62	70,14	26	54
AZUL4	AZUL	PN N2	13,53	12,68	13,57	12,95	12,76	-6,92↓	12,76	12,77	16.774	14.445.900
B1AM34	BROOKFIELD C	DRN	50,79	49,56	50,79	50,32	49,56	-2,91↓	49,50	-	9	261
B1AX34	BAXTER INTER	DRN	-	-	-	-	-	-	100,00	112,88	-	-
B1BT34	TRUIST FINAN	DRN	-	-	-	-	-	-	174,42	-	-	-
B1BW34	BATHBODY	DRN	-	-	-	-	-	-	49,21	-	-	-
B1CS34	BARCLAYS PLC	DRN	48,25	48,25	49,00	48,50	48,95	0,10↑	47,99	49,00	4	20
B1GN34	BEIGENE LTD	DRN	-	-	-	-	-	-	29,72	33,72	-	-
B1IL34	BILIBILI INC	DRN	11,92	11,71	11,92	11,91	11,82	-0,67↓	11,42	12,10	8	1.076
B1KR34	BAKER HUGHES	DRN	173,23	173,23	173,23	173,23	173,23	-	165,00	179,83	1	1
B1LL34	BALL CORP	DRN	-	-	-	-	-	-	-	180,00	-	-
B1NT34	BIONTECH SE	DRN	28,05	28,02	28,14	28,05	28,14	0,21↑	27,85	28,95	5	42
B1PP34	BP PLC	DRN	49,40	49,40	50,10	49,85	50,05	2,03↑	49,37	50,24	67	574
B1SA34	BANCO SANTAN	DRN	53,03	50,10	53,80	51,38	50,10	-0,98↓	48,30	50,60	7	117
B1SX34	BOSTON SCIEN	DRN	346,80	346,80	346,80	346,80	346,80	1,31↑	343,00	-	1	5
B1TI34	BRITISH AMER	DRN	29,88	29,49	29,88	29,63	29,70	-1,42↓	29,75	30,14	42	2.815
B1WA34	BORGWARNER I	DRN	176,76	176,76	176,76	176,76	176,76	0,40↑	147,00	-	1	1
B2HI34	BILL HOLD	DRN	1,80	1,78	1,83	1,82	1,78	-3,26↓	1,78	1,92	4	62
B2MB34	BUMBLE INC	DRN	-	-	-	-	-	-	9,50	-	-	-
B2YN34	BEYOND MEAT	DRN	1,88	1,77	1,88	1,79	1,80	-4,25↓	1,79	1,80	24	2.803
B3SA3	B3	ON NM	12,29	11,90	12,32	12,03	11,96	-3,47↓	11,96	12,00	50.960	50.512.000
BAAX39	MSCI ASIA JP	DRE	34,35	34,35	34,35	34,35	34,35	0,05↑	34,35	35,60	1	1
BABA34	ALIBABAGR	DRN	13,38	13,34	13,58	13,46	13,45	2,67↑	13,45	13,53	1.573	195.540
BACW39	MSCI ACWI	DRE	54,82	54,82	55,05	54,96	54,96	0,14↑	54,96	56,49	7	387
BAER39	US AEROSPACE	DRE	32,34	32,34	32,64	32,52	32,52	0,55↑	32,52	33,25	3	8
BAHI3	BAHEMA	ON MA	8,00	7,89	9,20	8,62	8,58	8,06↑	8,17	8,58	52	10.900
BAIQ39	GX AI TECH	DRE	56,89	56,83	57,03	56,83	57,03	0,36↑	55,00	60,00	3	5.200
BALM3	BAUMER	ON	-	-	-	-	-	-	10,02	12,00	-	-
BALM4	BAUMER	PN	10,49	10,49	10,49	10,49	10,49	=	10,02	10,80	2	200
BAOK39	BKR CSV ALOC	DRE ED	-	-	-	-	-	-	45,56	-	-	-
BAUH4	EXCELSIOR	PN	77,69	77,69	78,76	78,33	78,76	0,01↑	-	78,76	4	500
BAZA3	AMAZONIA	ON	106,50	105,70	106,50	106,18	106,48	0,45↑	106,48	106,94	19	1.900
BBAS3	BRASIL	ON NM	58,34	57,33	58,50	57,64	57,60	-1,35↓	57,60	57,62	28.746	7.050.000
BBDC3	BRADESCO	ON EJ N1	13,07	12,76	13,12	12,84	12,81	-2,21↓	12,80	12,81	12.603	4.999.100
BBDC4	BRADESCO	PN EJ N1	14,68	14,36	14,71	14,45	14,40	-2,10↓	14,40	14,41	39.832	28.633.200
BBOI11	BB ETF BOI G	CI	6,70	6,64	6,72	6,66	6,72	0,44↑	6,72	6,74	58	6.241
BBOV11	BB ETF IBOV	CI	67,18	66,39	67,18	66,72	66,58	-1,43↓	66,37	66,58	50	38.793
BBSD11	BB ETF SP DV	CI	109,28	108,44	109,79	108,95	108,44	-1,23↓	105,00	109,79	8	14
BBSE3	BBSEGURIDADE	ON NM	33,40	33,04	33,54	33,19	33,07	-1,04↓	33,05	33,08	21.315	7.817.600
BBUG39	GX CYBERSECT	DRE	49,30	49,21	49,30	49,25	49,21	0,53↑	38,99	-	3	94
BCHI39	MSCI CHINA	DRE	25,00	25,00	25,50	25,17	25,50	0,63↑	25,47	25,81	7	309
BCHQ39	GX MSCICHINA	DRE	-	-	-	-	-	-	20,00	-	-	-
BCIC11	B INDEX CICL	CI	122,61	122,61	122,83	122,81	122,83	-1,97↓	121,21	122,83	3	105
BCIR39	FT NASDCYBER	DRE	-	-	-	-	-	-	54,99	-	-	-
BCLO39	GX CLOUD CPT	DRE	-	-	-	-	-	-	26,99	-	-	-
BCOM39	BKR COMT ROL	DRE	47,20	47,20	47,20	47,20	47,20	1,39↑	44,29	48,08	1	2
BCPX39	GX COPPER MN	DRE	47,00	46,80	47,00	46,99	46,80	-0,21↓	30,99	-	18	7.757
BCSA34	SANTANDER	DRN	24,74	24,30	24,74	24,58	24,60	-0,60↓	24,60	24,68	49	575
BCWV39	MSCIGLMIVOLF	DRE	-	-	-	-	-	-	45,98	52,65	-	-
BDEF11	B INDEX DEFE	CI	119,61	118,88	119,61	118,88	118,88	-1,69↓	-	118,88	2	101
BDOM11	INVESTO BDOM	CI	111,99	110,02	111,99	111,95	110,02	-1,75↓	-	110,03	3	92
BDRI39	GX AEVEHICLE	DRE	-	-	-	-	-	-	37,64	-	-	-
BDVD39	GX SUPDIV US	DRE ED	-	-	-	-	-	-	41,66	-	-	-
BDVY39	SELECT DIVID	DRE	60,90	60,72	60,90	60,84	60,72	-0,68↓	55,50	60,74	4	147
BEDC39	GX TLMEDC DH	DRE	-	-	-	-	-	-	18,99	30,01	-	-
BEEF3	MINERVA	ON NM	6,52	6,42	6,57	6,50	6,46	-1,52↓	6,46	6,47	14.853	12.423.700
BEEM39	MSCI EMGMARK	DRE	34,89	34,83	34,92	34,87	34,91	0,08↑	31,80	35,05	827	1.672
BEES3	BANESTES	ON EJ	9,00	8,85	9,00	8,93	8,85	-1,99↓	8,85	8,99	90	12.800
BEES4	BANESTES	PN EJ	9,69	9,69	9,77	9,71	9,70	-0,41↓	9,65	9,79	14	2.300
BEFA39	MSCI EAFE	DRE	-	-	-	-	-	-	39,99	50,50	-	-
BEFG39	MSCIEAFEGROW	DRE	51,00	51,00	51,22	51,14	51,15	-1,14↓	49,10	60,02	315	533.572
BEFV39	MSCIEAFEVALU	DRE	45,59	45,57	45,70	45,61	45,68	0,30↑	-	50,02	888	302.350
BEGD39	TRTMSCI EAFE	DRE	-	-	-	-	-	-	-	57,65	-	-
BEGE39	INC ESG AWAR	DRE	-	-	-	-	-	-	-	59,99	-	-
BEGU39	TRUSTMSCI US	DRE	57,20	57,18	57,20	57,18	57,18	0,63↑	-	-	2	1.102
BERK34	BERKSHIRE	DRN	103,82	103,40	104,50	103,99	104,15	=	104,05	104,15	260	16.732
BEWA39	MSCIAUSTRALI	DRE	-	-	-	-	-	-	37,80	42,60	-	-
BEWC39	MSCI CANADA	DRE	-	-	-	-	-	-	43,90	49,45	-	-
BEWG39	MSCI GERMANY	DRE	52,35	52,35	52,35	52,35	52,35	0,09↑	47,80	53,88	1	70
BEWH39	MSCIHONGKONG	DRE	26,46	26,46	26,46	26,46	26,46	0,83↑	25,80	-	2	1.778
BEWJ39	MSCI JAPAN	DRE	43,98	43,97	43,98	43,97	43,97	-0,74↓	43,90	44,30	2	2
BEWL39	MSCI SWITZER	DRE	-	-	-	-	-	-	42,90	47,05	-	-
BEWQ39	MSCI FRANCE	DRE	-	-	-	-	-	-	51,00	53,09	-	-
BEWT39	MSCI TAIWAN	DRE	41,56	41,56	41,56	41,56	41,56	0,65↑	34,50	-	1	1
BEWU39	MSCI UK	DRE	57,42	57,42	57,42	57,42	57,42	-0,10↓	57,00	59,38	1	165
BEWY39	MSCISOUTHKOR	DRE	40,13	40,13	40,13	40,13	40,13	-2,26↓	31,99	50,02	1	1
BEZU39	MSCIEUROZONE	DRE	-	-	-	-	-	-	50,98	70,03	-	-
BFAV39	MSCIMINVOL F	DRE	-	-	-	-	-	-	37,01	50,02	-	-
BFDA39	FT RISIDIVID	DRE	-	-	-	-	-	-	54,69	-	-	-
BFDL39	FTMOR DV LEA	DRE	44,49	44,49	47,40	45,94	47,40	6,57↑	-	-	2	2
BFDN39	FT DJ INTERN	DRE	-	-	-	-	-	-	25,00	-	-	-
BFLO39	BKR FLOAT RT	DRE ED	-	-	-	-	-	-	50,87	-	-	-
BFNX39	GX FINTECH	DRE	-	-	-	-	-	-	26,90	-	-	-
BFXI39	CHINALARGECA	DRE	24,82	24,82	24,82	24,82	24,82	4,41↑	-	-	1	10
BGIP3	BANESE	ON	-	-	-	-	-	-	20,00	31,98	-	-
BGIP4	BANESE	PN	23,10	22,82	23,19	22,93	23,19	0,38↑	22,82	27,00	9	1.200
BGNO39	GX GENOMBIOT	DRE	-	-	-	-	-	-	21,99	-	-	-
BGOV39	BKR US TREAS	DRE ED	37,61	37,60	37,79	37,60	37,60	0,02↑	37,59	38,15	4	218
BGRT39	GLOBAL REIT	DRE	39,32	39,32	39,32	39,32	39,32	=	37,85	40,21	1	1
BGWH39	COREDIVGROWT	DRE	57,62	57,62	57,62	57,62	57,62	0,87↑	57,00	60,00	1	23.400
BHDV39	BKR CORE HDV	DRE	55,10	55,10	55,10	55,10	55,10	-0,07↓	-	-	1	34.300
BHEF39	CURHEDGEMSCI	DRE	-	-	-	-	-	-	32,99	-	-	-
BHER39	GX GAMES SPT	DRE	25,36	25,36	25,36	25,36	25,36	-0,66↓	-	-	1	99
BHIA3	CASAS BAHIA	ON NM	7,00	6,77	7,00	6,87	6,90	-2,26↓	6,90	6,91	6.938	5.863.400
BHYG39	BKR IBOXX HY	DRE ED	48,33	48,33	48,62	48,59	48,58	0,51↑	48,50	53,50	4	177
BIAU39	GOLD TRUST	DRE	55,79	55,55	56,28	55,95	55,88	0,57↑	55,61	56,30	18	793
BIBB39	ICE BIOTECH	DRE	-	-	-	-	-	-	42,90	50,02	-	-
BICL39	BKR GL CLEAN	DRE	-	-	-	-	-	-	34,70	-	-	-
BIDN39	BKR GENO IMM	DRE	-	-	-	-	-	-	49,98	70,02	-	-
BIDR39	BKR SELFDRIV	DRE	-	-	-	-	-	-	44,98	60,02	-	-
BIDU34	BAIDU INC	DRN	37,00	36,84	37,00	36,90	36,84	-0,51↓	36,15	37,03	6	2.202
BIEF39	COREMSCIEAFE	DRE	46,05	46,00	46,05	46,02	46,00	-0,21↓	46,01	50,02	2	2
BIEI39	BKR 3 7 YRTR	DRE ED	48,00	48,00	48,00	48,00	48,00	0,22↑	47,25	-	1	50
BIEM39	COREMSCI EMK	DRE	43,78	43,78	43,78	43,78	43,78	-0,04↓	42,92	44,91	1	450
BIEU39	COREMSCI EUR	DRE	48,01	48,01	48,01	48,01	48,01	0,33↑	48,02	48,99	1	26
BIEV39	EUROPE ETF	DRE	-	-	-	-	-	-	45,98	60,00	-	-
BIFR39	BKR US INFRA	DRE	-	-	-	-	-	-	62,98	-	-	-
BIGF39	GLOBAL INFRA	DRE	59,28	59,28	59,28	59,28	59,28	-1,20↓	55,05	61,97	1	500
BIGS39	BKR 1 5YGRCO	DRE ED	51,64	51,64	51,64	51,64	51,64	0,85↑	-	-	1	2
BIHA39	BKR CYBTECH	DRE	-	-	-	-	-	-	76,99	-	-	-
BIHF39	BKR HEALTHPR	DRE	9,38	9,38	9,38	9,38	9,38	-	-	-	1	1
BIHI39	USMEDICDEVIC	DRE	8,23	8,23	8,23	8,23	8,23	=	7,10	9,00	1	1
BIIB34	BIOGEN	DRN	-	-	-	-	-	-	161,52	213,11	-	-
BIJH39	CORE MIDCAP	DRE	14,90	14,85	14,90	14,87	14,85	-0,66↓	14,75	18,01	2	8
BIJR39	CORESMALLCAP	DRE	67,50	67,09	67,50	67,15	67,09	-1,49↓	59,98	70,03	7	50
BIJS39	BKR SPSM600V	DRE	62,50	61,75	62,50	62,12	61,75	-1,98↓	61,50	-	4	4
BILB34	BILBAOVIZ	DRN ED	56,90	56,82	56,90	56,88	56,82	-0,62↓	54,99	-	2	6
BIOM3	BIOMM	ON MA	10,35	10,06	10,44	10,27	10,18	-1,54↓	10,03	10,18	152	21.700
BIRB39	BKR ROBT AIM	DRE	84,96	84,69	84,96	84,69	84,69	-0,41↓	83,99	-	2	3.640
BITO39	CORE SP TOTA	DRE	57,44	57,43	57,44	57,43	57,44	0,77↑	49,98	58,99	3	1.502
BIVB39	CORE SP 500	DRE	65,42	64,96	65,79	65,71	65,66	0,58↑	65,70	65,83	934	47.761
BIVE39	SP500 VALUE	DRE	61,26	61,20	61,68	61,51	61,65	0,63↑	61,00	61,80	968	1.574
BIVW39	SP500GROWTH	DRE	-	-	-	-	-	-	52,39	-	-	-
BIWF39	RUSSEL1000GR	DRE	-	-	-	-	-	-	66,39	-	-	-
BIWM39	RUSSELL 2000	DRE	51,69	50,65	51,69	51,09	50,94	-1,45↓	50,50	55,00	9	143
BIXC39	BKR GLB ENER	DRE	56,16	56,16	56,16	56,16	56,16	0,82↑	55,65	60,03	1	4
BIXG39	BKR GL FIN	DRE	-	-	-	-	-	-	38,99	-	-	-
BIXJ39	GLOBALHEALTH	DRE	56,70	56,70	56,70	56,70	56,70	0,53↑	56,70	-	1	38
BIXN39	GLOBAL TECH	DRE	12,42	12,42	12,42	12,42	12,42	0,81↑	12,39	12,55	1	1
BIYE39	BKR US ENER	DRE	85,77	85,77	86,67	86,57	86,67	2,32↑	-	86,99	5	2.504
BIYF39	US FINANCIAL	DRE	-	-	-	-	-	-	27,99	40,02	-	-
BIYG39	USFINANCSERV	DRE	-	-	-	-	-	-	13,00	18,01	-	-
BIYT39	BKR 7 10 YRT	DRE ED	46,85	46,85	46,85	46,85	46,85	0,42↑	46,65	-	1	50
BIYW39	US TECHNOLOG	DRE	19,30	19,30	19,30	19,30	19,30	1,04↑	18,90	20,00	1	117
BJQU39	JP QLT FACT	DRE	-	-	-	-	-	-	29,90	-	-	-
BKNG34	BOOKING	DRN	103,90	102,70	104,50	103,26	103,41	1,08↑	100,17	108,68	30	810
BKSA39	BKR SAUDARAB	DRE	-	-	-	-	-	-	50,00	60,00	-	-
BLAK34	BLACKROCK	DRN	61,00	60,12	61,00	60,17	60,30	-0,59↓	60,30	60,78	41	4.977
BLAU3	BLAU	ON NM	12,00	11,81	12,10	11,95	12,10	1,00↑	11,96	12,10	1.109	318.800
BLBT39	GX LITHIUM B	DRE	28,70	28,65	28,83	28,81	28,77	-1,54↓	28,60	-	4	70
BLPA39	GX MLP ETF	DRE	-	-	-	-	-	-	49,98	-	-	-
BLPX39	GX MLP EN IN	DRE	61,98	61,98	61,98	61,98	61,98	-0,09↓	49,98	-	1	1
BLQD39	BKR IBOX IGC	DRE ED	53,91	53,83	54,14	53,91	53,92	0,01↑	53,81	54,14	22	45.831
BMEB3	MERCANTIL	ON N1	23,00	23,00	23,00	23,00	23,00	-3,48↓	22,00	24,00	1	100
BMEB4	MERCANTIL	PN N1	23,31	22,35	23,31	22,87	23,00	0,30↑	22,88	23,00	29	8.100
BMGB4	BANCO BMG	PN N1	3,46	3,43	3,48	3,45	3,45	-1,14↓	3,44	3,45	507	251.900
BMIN3	MERC INVEST	ON	-	-	-	-	-	-	17,01	26,00	-	-
BMIN4	MERC INVEST	PN	-	-	-	-	-	-	15,35	15,94	-	-
BMKS3	BIC MONARK	ON	395,13	395,13	395,13	395,13	395,13	-1,21↓	396,00	438,99	1	1
BMMT11	B INDEX MOME	CI	116,09	115,37	116,09	115,84	115,37	-1,37↓	111,79	115,37	3	333
BMOB3	BEMOBI TECH	ON NM	13,45	13,07	13,45	13,17	13,15	-2,23↓	13,15	13,21	1.365	281.000
BMTU39	MSCIUSAMOM F	DRE	47,05	46,90	47,05	47,03	46,90	0,86↑	37,99	-	7	247
BNBR3	NORD BRASIL	ON	-	-	-	-	-	-	106,70	111,50	-	-
BNDA39	MSCI INDIA	DRE	66,00	66,00	66,34	66,19	66,34	1,03↑	66,18	67,33	6	35
BOAC34	BANK AMERICA	DRN	46,77	46,46	47,00	46,89	46,66	-1,18↓	46,40	46,93	51	12.996
BOBR3	BOMBRIL	ON	-	-	-	-	-	-	0,03	-	-	-
BOBR4	BOMBRIL	PN	2,18	2,14	2,19	2,16	2,15	=	2,13	2,17	24	5.100
BOEF39	BKR SP100	DRE	61,86	61,81	62,10	61,84	62,10	1,10↑	61,39	-	3	84.966
BOEI34	BOEING	DRN	890,00	879,21	890,00	886,34	886,44	0,04↑	876,60	940,20	20	242
BONY34	BNY MELLON	DRN	281,88	281,88	283,39	283,35	283,39	0,12↑	-	294,00	4	153
BOTZ39	GX ROBOTC AI	DRE	38,96	38,53	38,96	38,55	38,92	0,10↑	38,68	40,50	5	53
BOVA11	ISHARES BOVA	CI	125,60	124,00	125,60	124,55	124,15	-1,63↓	124,15	124,29	80.775	7.337.316
BOVB11	ETF BRA IBOV	CI	130,68	129,60	130,73	129,85	129,86	-1,46↓	126,60	129,86	16	8.833
BOVS11	SAFRAETFIBOV	CI	98,57	98,57	98,57	98,57	98,57	-1,44↓	-	-	1	1
BOVV11	IT NOW IBOV	CI	131,84	130,03	131,84	130,81	130,29	-1,51↓	130,10	130,29	31.013	1.400.398
BOVX11	TREND IBOVX	CI	13,12	12,93	13,12	13,00	12,95	-1,37↓	12,95	12,97	172	351.717
BOXP34	BOSTON PROP	DRN	-	-	-	-	-	-	30,50	39,99	-	-
BPAC11	BTGP BANCO	UNT N2	36,10	34,82	36,30	35,19	35,00	-3,66↓	34,98	35,00	27.547	14.194.600
BPAC3	BTGP BANCO	ON N2	17,94	17,29	17,94	17,46	17,34	-3,45↓	17,20	17,68	39	4.300
BPAC5	BTGP BANCO	PNA N2	9,06	8,75	9,06	8,90	8,75	-3,10↓	8,75	8,88	62	14.200
BPAN4	BANCO PAN	PN N1	9,43	9,10	9,43	9,21	9,21	-2,22↓	9,20	9,21	4.442	2.516.200
BPAR3	BANPARA	ON	-	-	-	-	-	-	190,00	300,00	-	-
BPIC39	BKR GBMM PRD	DRE	-	-	-	-	-	-	45,00	-	-	-
BPVE39	GX INFRA DEV	DRE	-	-	-	-	-	-	46,98	-	-	-
BQQW39	FT NASD100EQ	DRE	-	-	-	-	-	-	61,19	-	-	-
BQTC39	FT NASD100TC	DRE	-	-	-	-	-	-	63,29	-	-	-
BQUA39	MSCIUSQUAL F	DRE	54,48	54,48	54,55	54,54	54,55	1,13↑	43,98	60,02	2	73
BQYL39	GX NASDAQ100	DRE	-	-	-	-	-	-	29,80	-	-	-
BRAP3	BRADESPAR	ON N1	20,63	20,13	20,76	20,30	20,30	-1,59↓	20,24	20,30	535	89.900
BRAP4	BRADESPAR	PN N1	21,13	20,76	21,13	20,87	20,84	-1,60↓	20,82	20,84	12.870	5.554.400
BRAX11	ISHARES BRAX	CI	108,20	106,87	108,20	107,15	106,92	-1,17↓	102,00	108,00	27	1.978
BRBI11	BR PARTNERS	UNT N2	16,40	16,40	16,72	16,51	16,45	-1,08↓	16,45	16,51	931	122.400
BREW11	B INDEX BREW	CI	123,58	121,06	123,58	121,68	121,25	-1,88↓	-	121,25	5	129
BRFS3	BRF SA	ON NM	17,10	16,70	17,20	16,89	16,88	-2,20↓	16,87	16,88	21.369	9.299.300
BRGE11	ALFA CONSORC	PNE	-	-	-	-	-	-	10,00	-	-	-
BRGE3	ALFA CONSORC	ON	-	-	-	-	-	-	-	18,00	-	-
BRGE5	ALFA CONSORC	PNA	-	-	-	-	-	-	12,01	-	-	-
BRGE6	ALFA CONSORC	PNB	-	-	-	-	-	-	12,00	13,49	-	-
BRIT3	BRISANET	ON NM	4,24	4,15	4,29	4,23	4,23	-1,39↓	4,22	4,23	1.134	341.900
BRIV3	ALFA INVEST	ON	-	-	-	-	-	-	12,21	14,00	-	-
BRIV4	ALFA INVEST	PN	-	-	-	-	-	-	12,20	12,99	-	-
BRKM3	BRASKEM	ON N1	24,19	23,62	24,19	23,83	23,79	-1,08↓	23,68	23,79	27	3.600
BRKM5	BRASKEM	PNA N1	24,74	24,38	24,90	24,62	24,71	-0,60↓	24,65	24,72	8.620	3.001.000
BRKM6	BRASKEM	PNB N1	-	-	-	-	-	-	14,00	17,88	-	-
BRSR3	BANRISUL	ON N1	13,40	13,10	13,50	13,33	13,27	-0,97↓	13,27	13,48	37	5.300
BRSR5	BANRISUL	PNA N1	16,00	16,00	16,00	16,00	16,00	-5,82↓	-	19,89	2	200
BRSR6	BANRISUL	PNB N1	13,48	13,28	13,48	13,34	13,34	-0,74↓	13,33	13,34	6.794	1.670.100
BSCZ39	BKR MS EAFE	DRE	-	-	-	-	-	-	32,99	-	-	-

Continua...

Pregão

Continuação

Código	Empresa/Ação		Abertura	Mínimo	Máximo	Médio	Fechamento	Oscilação (%)	Ofertas		Negócios Realizados	
									Compra (R$)	Venda (R$)	Número	Quantidade
BSDV39	GX SUPERDIVD	DRE ED	54,20	53,65	54,20	53,69	53,65	-0,92↓	-	-	2	65
BSHV39	BKR SHORT TR	DRE ED	55,66	55,66	56,05	55,82	56,05	1,39↑	55,00	59,00	6	603
BSHY39	BKR 1 3 YRTR	DRE ED	-	-	-	-	-	-	51,00	52,40	-	-
BSIL39	GX SILVER MN	DRE	31,50	31,50	32,34	31,99	32,34	1,09↑	27,75	32,30	8	3.745
BSIZ39	MSCIUSASIZF	DRE	-	-	-	-	-	-	39,99	-	-	-
BSLI3	BRB BANCO	ON	9,30	9,30	9,51	9,40	9,51	-0,20↓	9,24	9,51	2	200
BSLI4	BRB BANCO	PN	-	-	-	-	-	-	9,50	10,37	-	-
BSLV39	SILVER TRUST	DRE	42,96	42,88	43,96	43,58	43,00	0,27↑	42,88	43,80	506	55.698
BSNS39	GX INTERTHGS	DRE	-	-	-	-	-	-	30,99	-	-	-
BSOC39	GX SOCIAL MD	DRE	-	-	-	-	-	-	24,00	-	-	-
BSOX39	BKR SEMICOND	DRE	28,17	27,93	28,19	28,06	27,93	-0,64↓	27,63	28,21	8	56
BSRE39	GX SUDIVREIT	DRE ED	99,40	99,40	99,40	99,40	99,40	-1,38↓	80,00	-	1	1
BTEK11	INVESTO BTEK	CI	65,02	65,02	65,15	65,12	65,15	-0,57↓	65,14	68,29	3	9
BTFL39	BKR FLOT RTE	DRE ED	-	-	-	-	-	-	-	60,02	-	-
BTLT39	BKR 20YR TRS	DRE ED	31,50	30,50	31,50	30,64	30,60	-0,68↓	30,52	30,78	381	19.601
BURA39	GX URANIUM	DRE	49,17	49,17	51,35	50,36	51,35	2,33↑	51,20	52,00	25	2.605
BURT39	BKR MS WLD	DRE	-	-	-	-	-	-	36,99	60,03	-	-
BUSM39	MSCI US MVOL	DRE	51,90	51,90	51,90	51,90	51,90	0,07↑	-	-	1	3.700
BUSR39	CORE US REIT	DRE	44,59	44,59	44,59	44,59	44,59	0,02↑	39,98	-	1	1
BUZZ39	VE BUZZ ETF	DRE	-	-	-	-	-	-	33,25	-	-	-
BVEG39	BKR GBL AGRO	DRE	-	-	-	-	-	-	40,99	50,02	-	-
BVLU39	MSCIUSVALUEF	DRE	-	-	-	-	-	-	46,98	54,48	-	-
BXPO11	INVESTO BXPO	CI	121,71	121,51	121,71	121,51	121,55	-1,45↓	121,54	125,74	3	502
BXTC39	EXPON TECHNL	DRE	-	-	-	-	-	-	49,19	55,00	-	-
BZRO39	PCOM 25 YRZC	DRE ED	31,36	31,02	31,36	31,23	31,02	-1,61↓	30,51	-	3	271
C1AB34	CABLE ONE IN	DRN	9,79	9,66	9,79	9,66	9,66	-2,62↓	-	12,50	3	504
C1AG34	CONAGRA BRAN	DRN	-	-	-	-	-	-	-	170,00	-	-
C1BS34	PARAMOUNT GL	DRN	54,90	51,65	54,90	52,16	54,14	-1,92↓	52,10	62,03	22	207
C1CI34	CROWN CASTLE	DRN	124,59	123,37	124,59	123,48	123,50	-2,86↓	109,96	150,06	3	34
C1CL34	CARNIVAL COR	DRN	76,02	75,42	77,62	76,07	75,42	-2,59↓	74,90	77,76	10	22
C1DN34	CADENCE DESI	DRN	772,00	772,00	775,29	775,24	775,29	-0,97↓	-	-	2	233
C1DW34	CDW CORP	DRN	62,94	62,94	62,94	62,94	62,94	-2,08↓	-	-	1	1
C1FI34	CF INDUSTRIE	DRN	-	-	-	-	-	-	-	421,00	-	-
C1GP34	COSTAR GROUP	DRN	-	-	-	-	-	-	4,54	-	-	-
C1HR34	CH ROBINSON	DRN	-	-	-	-	-	-	-	20,00	-	-
C1IC34	CIGNA GROUP	DRN	-	-	-	-	-	-	420,55	-	-	-
C1MG34	CHIPOTLE MEX	DRN	748,25	748,25	748,25	748,25	748,25	2,55↑	399,87	-	1	4
C1NC34	CENTENE CORP	DRN	365,40	365,40	365,40	365,40	365,40	0,15↑	-	-	1	3
C1NP34	CENTERPOINT	DRN	-	-	-	-	-	-	-	175,03	-	-
C1NS34	CELANESE COR	DRN	403,62	403,62	403,62	403,62	403,62	-3,39↓	403,62	-	1	3
C1PR34	COPART INC	DRN	142,66	142,66	142,66	142,66	142,66	-0,93↓	-	-	1	1
C1RH34	CRH PLC	DRN	70,30	70,30	70,30	70,30	70,30	-2,57↓	-	-	2	520
C1RR34	CARRIER GLOB	DRN	-	-	-	-	-	-	49,95	-	-	-
C1TV34	CORTEVA INC	DRN	72,59	72,31	72,59	72,40	72,31	0,38↑	66,45	74,00	2	90
C2AC34	CACI INTERNL	DRN	2,38	2,38	2,38	2,38	2,38	=	2,37	-	1	1
C2CA34	FEMSA SAB CV	DRN	95,75	94,50	95,75	94,62	94,50	-1,04↓	-	-	2	10
C2GN34	COGNEX CORP	DRN	-	-	-	-	-	-	-	34,07	-	-
C2HP34	CHARGEPOINTH	DRN	2,85	2,81	2,85	2,81	2,81	-5,70↓	2,59	5,80	5	628
C2OI34	COINBASEGLOB	DRN	48,21	47,50	51,26	49,72	51,26	5,17↑	48,40	51,26	567	65.197
C2OL34	BANCOLOMBIA	DRN	47,20	45,40	47,20	46,11	45,40	-3,19↓	40,00	47,20	5	7
C2OU34	COURSERA INC	DRN	-	-	-	-	-	-	-	36,10	-	-
C2RN34	CERENCE INC	DRN	-	-	-	-	-	-	-	27,00	-	-
C2RS34	CRISPR THERA	DRN	-	-	-	-	-	-	36,27	53,00	-	-
C2RW34	CROWDSTRIKE	DRN	70,00	70,00	72,10	71,87	72,10	1,57↑	70,20	74,20	5	848
CALI3	CONST A LIND	ON	29,00	29,00	29,00	29,00	29,00	11,53↑	26,00	29,00	1	100
CAMB3	CAMBUCI	ON EJ	10,93	10,78	11,00	10,93	10,99	1,29↑	10,91	11,00	198	48.000
CAML3	CAMIL	ON NM	8,66	8,50	8,70	8,57	8,59	-1,03↓	8,59	8,60	1.747	773.700
CASH3	MELIUZ	ON ER NM	4,58	4,49	4,58	4,54	4,56	-0,65↓	4,55	4,56	2.905	1.084.100
CASN3	CASAN	ON	-	-	-	-	-	-	10,97	20,00	-	-
CATP34	CATERPILLAR	DRN	120,06	115,71	120,06	117,48	117,86	1,35↑	115,80	120,06	125	783
CBAV3	CBA	ON NM	5,04	4,62	5,04	4,77	4,71	-6,73↓	4,71	4,74	9.243	7.459.500
CBEE3	AMPLA ENERG	ON	-	-	-	-	-	-	-	12,00	-	-
CCRO3	CCR SA	ON NM	14,06	13,72	14,20	13,85	13,72	-2,76↓	13,72	13,73	10.952	5.840.500
CEAB3	CEA MODAS	ON NM	12,40	11,40	12,40	11,67	11,55	-7,15↓	11,53	11,56	12.572	6.460.400
CEBR3	CEB	ON	21,68	21,34	21,68	21,49	21,54	-0,69↓	21,35	21,59	17	2.000
CEBR5	CEB	PNA	19,85	19,70	19,97	19,80	19,96	1,06↑	19,75	19,96	10	2.400
CEBR6	CEB	PNB	21,78	21,45	22,18	21,74	21,86	1,20↑	21,80	21,86	29	5.900
CEDO3	CEDRO	ON N1	-	-	-	-	-	-	32,00	35,00	-	-
CEDO4	CEDRO	PN N1	-	-	-	-	-	-	27,26	28,40	-	-
CEEB3	COELBA	ON	39,45	39,36	39,87	39,50	39,42	2,62↑	39,01	39,60	17	1.700
CEEB5	COELBA	PNA	-	-	-	-	-	-	34,25	55,00	-	-
CEED3	CEEE-D	ON	-	-	-	-	-	-	16,01	26,99	-	-
CEED4	CEEE-D	PN	25,00	25,00	25,00	25,00	25,00	-	25,00	34,69	2	200
CEGR3	CEG	ON	-	-	-	-	-	-	-	68,00	-	-
CGAS3	COMGAS	ON ED	119,56	119,48	119,56	119,51	119,48	-0,23↓	119,48	119,50	7	900
CGAS5	COMGAS	PNA ED	114,50	112,00	114,50	113,22	112,98	-1,32↓	112,00	112,99	17	1.700
CGRA3	GRAZZIOTIN	ON	26,92	26,92	27,36	27,17	27,35	1,33↑	26,88	27,36	13	1.300
CGRA4	GRAZZIOTIN	PN	27,70	27,27	28,00	27,91	27,97	0,97↑	27,80	27,98	36	12.100
CHCM34	CHARTER COMM	DRN	22,92	21,93	22,92	22,10	21,97	-2,95↓	21,97	22,80	44	483
CHME34	CME GROUP	DRN	-	-	-	-	-	-	209,93	-	-	-
CHVX34	CHEVRON	DRN	81,20	81,20	82,62	82,36	82,62	2,12↑	81,65	82,70	124	7.118
CIEL3	CIELO	ON NM	5,38	5,33	5,41	5,36	5,39	-0,36↓	5,38	5,40	21.791	29.689.700
CINF34	CINCINNATI	DRN	-	-	-	-	-	-	302,08	-	-	-
CLOV34	CLOVERHEALTH	DRN	-	-	-	-	-	-	3,45	4,51	-	-

Código	Empresa/Ação		Abertura	Mínimo	Máximo	Médio	Fechamento	Oscilação (%)	Ofertas		Negócios Realizados	
									Compra (R$)	Venda (R$)	Número	Quantidade
CLSA3	CLEARSALE	ON NM	6,45	6,17	6,54	6,35	6,34	-0,47↓	6,34	6,39	3.857	1.241.000
CLSC3	CELESC	ON N2	65,99	65,99	66,49	66,16	66,49	0,74↑	64,00	66,98	3	300
CLSC4	CELESC	PN N2	67,48	65,38	67,48	66,10	66,10	-2,77↓	66,10	66,35	125	20.100
CLXC34	CLOROX CO	DRN	182,70	182,70	182,70	182,70	182,70	1,25↑	-	217,52	1	14
CMCS34	COMCAST	DRN ED	40,35	40,05	40,52	40,28	40,36	0,52↑	40,10	40,81	13	272
CMDB11	BTG COMMODIT	CI	13,45	13,39	13,45	13,44	13,45	0,14↑	13,40	13,45	6	123
CMIG3	CEMIG	ON N1	15,25	14,97	15,25	15,11	15,10	-0,72↓	15,09	15,20	883	535.900
CMIG4	CEMIG	PN N1	13,23	13,10	13,34	13,17	13,14	-1,27↓	13,13	13,14	20.558	15.883.500
CMIN3	CSNMINERACAO	ON N2	5,39	5,10	5,39	5,16	5,10	-6,07↓	5,10	5,11	21.634	20.295.500
CNIC34	CANAD NATION	DRN	27,72	27,72	27,87	27,81	27,87	-0,46↓	-	-	2	16
COCA34	COCA COLA	DRN	50,05	49,56	50,17	49,86	50,06	0,48↑	49,80	50,06	881	9.104
COCE3	COELCE	ON	-	-	-	-	-	-	36,00	51,00	-	-
COCE5	COELCE	PNA	35,56	34,57	35,56	34,85	34,57	-2,59↓	34,55	35,00	75	10.000
COGN3	COGNA ON	ON NM	2,35	2,31	2,37	2,33	2,33	-0,85↓	2,32	2,33	20.140	27.240.900
COLG34	COLGATE	DRN	62,82	62,75	63,06	62,85	62,75	0,46↑	61,40	63,00	12	134
COPH34	COPHILLIPS	DRN	55,56	55,56	56,40	56,26	56,27	2,19↑	55,99	56,45	23	958
CORN11	BB ETF MILHO	CI	6,14	6,13	6,15	6,14	6,15	0,16↑	6,12	6,15	20	916
COTY34	COTY INC	DRN	-	-	-	-	-	-	16,01	-	-	-
COWC34	COSTCO	DRN	91,14	91,14	91,45	91,26	91,45	1,81↑	91,26	92,60	7	3.482
CPFE3	CPFL ENERGIA	ON NM	36,49	35,55	36,50	35,75	35,71	-1,89↓	35,71	35,77	8.855	2.089.600
CPLE3	COPEL	ON N2	8,72	8,45	8,72	8,52	8,52	-2,62↓	8,48	8,52	8.000	8.713.000
CPLE5	COPEL	PNA N2	20,03	20,03	20,03	20,03	20,03	0,15↑	19,05	21,00	1	100
CPLE6	COPEL	PNB N2	9,78	9,51	9,82	9,59	9,58	-2,44↓	9,57	9,58	20.874	13.970.200
CPRL34	CANAD KANSAS	DRN	110,44	110,44	112,53	111,48	111,65	0,19↑	100,00	-	6	78
CRFB3	CARREFOUR BR	ON NM	13,32	12,88	13,40	12,98	12,93	-4,08↓	12,93	12,96	12.909	7.638.300
CRIP34	CTRIPCOM	DRN	244,75	243,75	245,12	244,08	243,75	-1,01↓	160,00	275,00	15	4.000
CRIV3	ALFA FINANC	ON	-	-	-	-	-	-	6,61	7,80	-	-
CRIV4	ALFA FINANC	PN	-	-	-	-	-	-	6,53	7,00	-	-
CRPG3	CRISTAL	ON	-	-	-	-	-	-	33,80	40,31	-	-
CRPG5	CRISTAL	PNA	31,89	31,20	31,89	31,49	31,70	-0,59↓	31,70	31,99	11	1.100
CRPG6	CRISTAL	PNB	30,79	30,05	30,79	30,54	30,05	-0,82↓	30,03	30,66	4	400
CSAN3	COSAN	ON NM	15,91	15,50	15,93	15,65	15,56	-2,44↓	15,56	15,60	29.613	10.711.400
CSCO34	CISCO	DRN ED	50,00	49,45	50,00	49,90	50,00	-0,09↓	49,00	50,91	10	115
CSED3	CRUZEIRO EDU	ON NM	4,47	4,31	4,54	4,40	4,39	-2,00↓	4,38	4,39	1.315	571.600
CSMG3	COPASA	ON NM	21,74	21,38	21,96	21,68	21,75	0,04↑	21,73	21,76	5.631	1.638.400
CSNA3	SID NACIONAL	ON	15,04	14,34	15,10	14,52	14,35	-4,96↓	14,35	14,36	22.926	12.816.200
CSRN3	COSERN	ON	-	-	-	-	-	-	24,05	25,50	-	-
CSRN5	COSERN	PNA	-	-	-	-	-	-	24,50	28,89	-	-
CSRN6	COSERN	PNB	-	-	-	-	-	-	23,50	28,89	-	-
CSUD3	CSU DIGITAL	ON NM	19,63	19,42	19,67	19,49	19,45	-1,76↓	19,44	19,59	187	61.100
CSXC34	CSX CORP	DRN	90,63	90,63	90,63	90,63	90,63	0,81↑	89,90	-	1	40
CTGP34	CITIGROUP	DRN	51,30	50,85	51,40	51,05	51,10	-0,66↓	49,99	52,98	13	562
CTKA3	KARSTEN	ON	-	-	-	-	-	-	10,00	20,00	-	-
CTKA4	KARSTEN	PN	-	-	-	-	-	-	19,03	19,50	-	-
CTNM3	COTEMINAS	ON	8,40	8,40	8,81	8,60	8,81	-0,22↓	8,20	8,70	2	200
CTNM4	COTEMINAS	PN	1,16	1,15	1,17	1,16	1,17	=	1,16	1,17	36	16.500
CTSA3	SANTANENSE	ON	2,93	2,86	2,93	2,90	2,86	-2,38↓	2,86	2,87	20	5.300
CTSA4	SANTANENSE	PN	1,51	1,48	1,52	1,49	1,51	-1,30↓	1,48	1,52	40	13.600
CTSH34	COGNIZANT	DRN	-	-	-	-	-	-	300,00	-	-	-
CURY3	CURY S/A	ON NM	20,64	19,92	20,64	20,12	20,08	-2,76↓	20,04	20,09	8.420	1.861.000
CVCB3	CVC BRASIL	ON NM	2,58	2,45	2,59	2,50	2,46	-5,38↓	2,46	2,47	27.727	29.420.900
CVSH34	CVS HEALTH	DRN	36,17	36,16	36,17	36,16	36,16	-1,95↓	36,00	38,58	2	9
CXSE3	CAIXA SEGURI	ON NM	15,87	15,70	16,08	15,85	15,82	-0,25↓	15,82	15,83	8.226	2.797.500
CYRE3	CYRELA REALT	ON NM	24,47	23,51	24,47	23,75	23,63	-3,07↓	23,60	23,66	19.509	8.150.100
D1DG34	DATADOG INC	DRN	61,68	61,68	63,73	63,01	63,60	0,23↑	61,68	-	789	985
D1EL34	DELL TECHNOL	DRN	609,46	609,00	636,00	620,49	636,00	3,17↑	625,00	700,00	101	3.160
D1EX34	DEXCOM INC	DRN	14,23	14,23	14,29	14,25	14,29	2,29↑	11,50	-	3	142
D1LR34	DIGITAL REAL	DRN	180,36	177,70	180,54	179,62	180,54	0,09↑	140,00	195,86	5	7
D1OC34	DOCUSIGN INC	DRN	15,02	14,94	15,02	14,96	14,96	-0,39↓	14,45	15,20	5	55
D1OW34	DOW INC	DRN	75,00	75,00	75,00	75,00	75,00	-0,79↓	-	79,16	1	1
D1VN34	DEVON ENERGY	DRN	271,93	271,93	277,56	276,62	277,56	3,31↑	236,08	285,72	78	377
D1XC34	DXC TECHNOLO	DRN	-	-	-	-	-	-	-	116,00	-	-
D2KN34	DRAFTKINGS	DRN	37,20	37,20	38,64	37,95	38,16	0,10↑	-	-	910	2.416
D2KS34	DICKS SPORT	DRN	104,00	104,00	104,00	104,00	104,00	1,56↑	-	-	1	70
D2OC34	DOXIMITY INC	DRN	-	-	-	-	-	-	15,24	-	-	-
D2PZ34	DOMINOSPIZZA	DRN	-	-	-	-	-	-	49,99	-	-	-
DASA3	DASA	ON NM	5,66	5,30	5,67	5,43	5,43	-4,06↓	5,40	5,43	2.078	439.700
DBAG34	DEUTSCHE AK	DRN	81,65	81,12	81,65	81,64	81,12	1,90↑	79,98	-	4	102
DDNB34	DUPONT N INC	DRN	-	-	-	-	-	-	-	419,99	-	-
DEAI34	DELTA	DRN	237,85	232,50	237,85	236,95	232,50	-1,79↓	-	-	2	12
DEEC34	DEERE CO	DRN	68,46	68,46	69,71	69,27	69,71	1,10↑	67,58	69,71	10	163
DEOP34	DIAGEO PL	DRN	39,92	39,92	40,75	40,27	40,20	0,70↑	40,10	40,70	9	627
DESK3	DESKTOP	ON NM	15,69	15,04	15,79	15,28	15,13	-3,56↓	15,12	15,28	560	80.000
DEXP3	DEXXOS PAR	ON N1	11,44	11,19	11,62	11,36	11,35	-1,21↓	11,28	11,37	330	57.300
DEXP4	DEXXOS PAR	PN N1	-	-	-	-	-	-	10,88	11,24	-	-
DGCO34	DOLLAR GENER	DRN ED	32,11	32,11	32,58	32,55	32,58	1,68↑	32,46	33,77	6	267
DHER34	DANAHER CORP	DRN	44,52	44,12	44,57	44,42	44,57	0,74↑	44,02	45,54	15	3.059
DIRR3	DIRECIONAL	ON NM	25,45	24,83	25,52	25,12	25,00	-2,49↓	24,90	25,00	6.801	1.389.400
DISB34	WALT DISNEY	DRN	39,30	39,09	39,74	39,44	39,71	0,37↑	39,28	39,85	1.334	28.866
DIVO11	IT NOW IDIV	CI	90,88	89,70	90,88	90,16	89,75	-1,37↓	89,40	90,73	265	32.385
DMFN3	DMFINANCEIRA	ON	-	-	-	-	-	-	-	12,29	-	-
DMVF3	D1000VFARMA	ON NM	6,86	6,66	6,86	6,71	6,71	-1,32↓	6,71	6,72	293	132.900
DNAI11	IT NOW DNA	CI	31,92	31,92	32,07	32,05	32,07	-0,34↓	32,07	33,03	3	87
DOHL3	DOHLER	ON	6,44	6,44	6,44	6,44	6,44	-0,46↓	6,41	9,99	1	100
DOHL4	DOHLER	PN	4,40	4,40	4,50	4,45	4,50	-0,44↓	4,43	4,48	2	200
DOTZ3	DOTZ SA	ON NM	5,18	4,93	5,54	5,22	5,52	6,56↑	5,40	5,52	106	24.700
DTCY3	DTCOM-DIRECT	ON	-	-	-	-	-	-	-	4,70	-	-
DUKB34	DUKE ENERGY	DRN	-	-	-	-	-	-	415,35	510,15	-	-

Indicadores Econômicos

Dólar

		11/04/2024	10/04/2024	09/04/2024
COMERCIAL*	COMPRA	R$ 5,0900	R$ 5,0770	R$ 5,0070
	VENDA	R$ 5,0900	R$ 5,0770	R$ 5,0070
PTAX (BC)	COMPRA	R$ 5,0759	R$ 5,0648	R$ 5,0074
	VENDA	R$ 5,0765	R$ 5,0654	R$ 5,0080
TURISMO*	COMPRA	R$ 5,1180	R$ 5,1120	R$ 5,0380
	VENDA	R$ 5,2980	R$ 5,2920	R$ 5,2180

Fonte: BC

Ouro

	11/04/2024	10/04/2024	09/04/2024
Nova Iorque (onça-troy)	US$ 2.373,35	US$ 2.332,91	US$ 2.352,68
BM&F-SP (g)	R$ 382,50	R$ 380,52	R$ 376,77

Fonte: Gold Price

Taxas Selic

	Tributos Federais (%)	Meta da Taxa a.a. (%)
Abril	0,92	13,75
Maio	1,12	13,75
Junho	1,07	13,75
Julho	1,07	13,75
Agosto	1,14	13,25
Setembro	0,97	12,75
Outubro	1,00	12,75
Novembro	0,92	12,25
Dezembro	0,89	11,75
Janeiro	0,97	11,75
Fevereiro	0,80	11,25
Março	0,83	10,75

Reservas Internacionais

10/04.. US$ 352.975 milhões

Fonte: BCB-DSTAT

Imposto de Renda

Base de Cálculo (R$)	Alíquota (%)	Parcela a deduzir (R$)
Até 2.112,00	Isento	Isento
De 2.112,01 até 2.826,65	7,5	158,40
De 2.826,66 até 3.751,05	15	370,40
De 3.751,06 até 4.664,68	22,5	651,73
Acima de 4.664,68	27,5	884,96

Deduções:

a) R$ 189,59 por dependente (sem limite).

b) Faixa adicional de R$ 1.903,98 para aposentados, pensionistas e transferidos para a reserva remunerada com mais de 65 anos.

c) Contribuição previdenciária.

d) Pensão alimentícia.

Limite mensal de desconto simplificado: R$ 528,00

Medida Provisória nº 1.171, de 30 de abril de 2023

Obs: Para calcular o valor a pagar, aplique a alíquota e, em seguida, a parcela a deduzir.

Fonte: https://www.gov.br/receitafederal/pt-br/assuntos/meu-imposto-de--renda/tabelas/2023 - **A partir de maio de 2023.**

Inflação

Índices	Abril	Maio	Junho	Julho	Agosto	Set.	Out.	Nov.	Dez.	Jan.	Fev.	Março	No ano	12 meses
IGP-M (FGV)	-0,95%	-1,84%	-1,93%	-0,72%	-0,14%	0,37%	0,50%	0,59%	0,74%	0,07%	-0,52%	-	-0,45%	-3,76%
IPC-Fipe	0,43%	0,20%	-0,03%	-0,14%	-0,20%	0,29%	0,30%	0,43%	0,38%	0,46%	0,46%	-	0,92%	3,00%
IGP-DI (FGV)	-1,01%	-2,33%	-1,45%	-0,40%	0,05%	0,45%	0,51%	0,50%	0,64%	-0,27%	-0,41%	-	-0,67%	-4,04%
INPC-IBGE	0,53%	0,36%	-0,10%	-0,09%	0,20%	0,11%	0,12%	0,10%	0,55%	0,57%	0,81%	-	1,38%	3,86%
IPCA-IBGE	0,61%	0,23%	-0,08%	0,12%	0,23%	0,26%	0,24%	0,28%	0,56%	0,42%	0,83%	-	1,25%	4,50%
IPCA-IPEAD	0,27%	0,44%	0,35%	-0,22%	-0,30%	0,80%	0,46%	0,30%	0,77%	2,12%	0,24%	-	2,36%	6,64%

Salário/CUB/UPC/Ufemg/TJLP

	Abril	Maio	Junho	Julho	Agosto	Set.	Out.	Nov.	Dez.	Jan.	Fev.	Março
Salário	1320,00	1320,00	1320,00	1320,00	1320,00	1320,00	1320,00	1320,00	1320,00	1412,00	1412,00	1412,00
CUB-MG* (%)	0,11	0,10	-0,05	-0,18	0,05	0,13	0,29	0,14	0,07	0,03	0,88	0,75
UPC (R$)	24,06	24,06	24,06	24,17	24,17	24,17	24,29	24,29	24,29	24,35	24,35	24,35
UFEMG (R$)	5,0369	5,0369	5,0369	5,0369	5,0369	5,0369	5,0369	5,0369	5,0369	5,2797	5,2797	5,2797
TJLP (&a.a.)	7,28	7,28	7,28	7,00	7,00	7,00	6,55	6,55	6,55	6,53	6,53	6,53

***Fonte:** Sinduscon-MG

Taxas de câmbio

MOEDA/PAÍS	CÓDIGO	COMPRA	VENDA
BOLIVIANO/BOLIVIA	30	0,7241	0,74
COLON/COSTA RICA	35	0,376	0,3788
COLON/EL SALVADOR	40	0,009856	0,01012
COROA DINAMARQUESA	55	0,7296	0,7298
COROA ISLND/ISLAN	60	0,03612	0,03617
COROA NORUEGUESA	65	0,4675	0,4677
COROA SUECA	70	0,4717	0,4719
COROA TCHECA	75	0,2144	0,2146
DINAR ARGELINO	90	0,07465	0,07504
DINAR/KWAIT	95	0,03763	0,03779
DINAR/BAHREIN	100	16,4802	16,4875
DINAR/IRAQUE	115	0,003872	0,003878
DINAR/JORDANIA	125	7,1623	7,1682
DINAR SERVIO	133	0,04641	0,04651
DIRHAM/EMIR.ARABE	145	1,3821	1,3825
DOLAR AUSTRALIANO	150	3,311	3,3124
DOLAR/BAHAMAS	155	5,0759	5,0765
DOLAR/BERMUDAS	160	5,0759	5,0765
DOLAR CANADENSE	165	3,7026	3,7044
DOLAR DA GUIANA	170	0,02411	0,02437
DOLAR CAYMAN	190	6,0789	6,1533
DOLAR CINGAPURA	195	3,7483	3,7504
DOLAR HONG KONG	205	0,6477	0,6478
DOLAR CARIBE ORIENTAL	210	0,7436	0,7508
DOLAR DOS EUA	220	5,0759	5,0765
FORINT/HUNGRIA	345	0,01397	0,01397
FRANCO SUICO	425	5,5718	5,5749
GUARANI/PARAGUAI	450	0,0006856	0,0006872
IENE	470	0,03313	0,03314
LIBRA/EGITO	535	0,1066	0,1069
LIBRA ESTERLINA	540	6,3621	6,3649
LIBRA/LIBANO	560	0,0000567	0,0000567
LIBRA/SIRIA, REP	575	0,0003904	0,0003905
NOVO DOLAR/TAIWAN	640	0,1575	0,1577
LIRA TURCA	642	0,157	0,1571
NOVO SOL/PERU	660	1,3682	1,3687
PESO ARGENTINO	665	0,06086	0,06091
PESO CHILE	715	0,005287	0,005299
PESO/COLOMBIA	720	0,001328	0,001329
PESO/CUBA	725	0,2115	0,2115
PESO/REP. DOMINIC	730	0,08544	0,086
PESO/FILIPINAS	735	0,08992	0,08997
PESO/MEXICO	741	0,3085	0,3086
PESO/URUGUAIO	745	0,1317	0,1319
QUETZEL/GUATEMALA	770	0,6509	0,6527
RANDE/AFRICA SUL	775	0,00241	0,002425
RENMIMBI IUAN	795	0,7013	0,7014
RENMINBI HONG KONG	796	0,6994	0,6995
RIAL/CATAR	800	1,3912	1,3922
RIAL/OMA	805	13,1807	13,1891
RIAL/IEMEN	810	0,02027	0,02031
RIAL/IRAN, REP	815	0,0001208	0,0001209
RIAL/ARAB SAUDITA	820	1,3532	1,3534
RINGGIT/MALASIA	828	1,0686	1,0699
RUBLO/RUSSIA	830	0,05413	0,05466
RUPIA/INDIA	860	0,0609	0,06092
RUPIA/INDONESIA	865	0,0003202	0,0003205
RUPIA/PAQUISTAO	870	0,3275	0,3292
SHEKEL/ISRAEL	880	1,3523	1,3547
WON COREIA SUL	930	0,00371	0,003712
ZLOTY/POLONIA	975	1,2765	1,277
EURO	978	5,4414	5,444

Fonte: Banco Central / Thomson Reuters

Contribuição ao INSS

TABELA DE CONTRIBUIÇÕES A PARTIR DE DE 01/01/2024

Tabela de contribuição dos segurados empregados, inclusive o doméstico, e trabalhador avulso

Salário de contribuição (R$)	Alíquota (%)
Até R$ 1.412,00	7,50
De R$ 1.412,01 até R$ 2.666,68	9,00
De R$ 2.666,69 até R$ 4.000,03	12,00
De R$ 4.000,04 até R$ 7.786,02	14,00

CONTRIBUIÇÃO DOS SEGURADOS AUTÔNOMOS, EMPRESÁRIO E FACULTATIVO

Salário base (R$)	Alíquota %	Contribuição (R$)
1.412,00	5 (*)	70,60
1.412,00	11 (**)	155,32
1.412,01 até 7.786,02	20	Entre 282,40 (salário mínimo) e 1.557,20 (teto)

*Alíquota exclusiva do Facultativo Baixa Renda;

**Alíquota exclusiva do Plano Simplificado de Previdência;

COTAS DE SALÁRIO FAMÍLIA

	Remuneração	Valor unitário da quota
A Partir de 01/01/2024 (Portaria ME 914/2020)	Até R$ 1.819,26	R$ 62,04

Fonte: Tabelas INSS e SF: Portaria Interministerial MTP/ME nº 12, de 17 de Janeiro de 2022

FGTS

Índices de rendimento (Coeficientes de JAM Mensal)

Competência do Depósito	Crédito	3% *	6%
Dezembro/2023	Fevereiro/2024	0,3343	0,5746
Janeiro/2024	Março/2024	0,2545	0,4946

* Taxa que deverá ser usada para atualizar o saldo do FGTS no sistema de Folha de Pagamento.

Fonte: Caixa Econômica Federal

Seguros

23/03	0,01362215	3,04048154
24/03	0,01362215	3,04048154
25/03	0,01362215	3,04048154
26/03	0,01362256	3,04057230
27/03	0,01362296	3,04066247
28/03	0,01362336	3,04075106
29/03	0,01362359	3,04080138
30/03	0,01362359	3,04080138
31/03	0,01362359	3,04080138
01/04	0,01362359	3,04080138
02/04	0,01362379	3,04084698
03/04	0,01362416	3,04092834
04/04	0,01362467	3,04104219
05/04	0,01362517	3,04115439
06/04	0,01362530	3,04118419
07/04	0,01362530	3,04118419
08/04	0,01362530	3,04118419
09/04	0,01362568	3,04126750
10/04	0,01362620	3,04138404
11/04	0,01362685	3,04153078
12/04	0,01362755	3,04168692

Fonte: Fenaseg

TBF

26/03 a 26/04	0,7907
27/03 a 27/04	0,7868
28/03 a 28/04	0,7490
29/03 a 29/04	0,7118
30/03 a 30/04	0,7474
31/03 a 01/05	0,7830
01/04 a 01/05	0,7830
02/04 a 02/05	0,7563
03/04 a 03/05	0,7556
04/04 a 04/05	0,7512
05/04 a 05/05	0,7065
06/04 a 06/05	0,6829
07/04 a 07/05	0,7189
08/04 a 08/05	0,7549

Aluguéis

Fator de correção anual residencial e comercial

IPCA (IBGE)	
Fevereiro	1,0450
IGP-DI (FGV)	
Fevereiro	0,9596
IGP-M (FGV)	
Fevereiro	0,9624

TR/Poupança

03/03 a 03/04	0,0562	0,5565	21/03 a 21/04	0,0628	0,5631
04/03 a 04/04	0,0824	0,5828	22/03 a 22/04	0,0340	0,5342
05/03 a 05/04	0,0812	0,5816	23/03 a 23/04	0,0514	0,5517
06/03 a 06/04	0,0780	0,5784	24/03 a 24/04	0,0869	0,5873
07/03 a 07/04	0,0473	0,5475	25/03 a 25/04	0,1125	0,6131
08/03 a 08/04	0,0196	0,5197	26/03 a 26/04	0,1100	0,6106
09/03 a 09/04	0,0548	0,5551	27/03 a 27/04	0,1061	0,6066
10/03 a 10/04	0,0805	0,5809	28/03 a 28/04	0,0785	0,5789
11/03 a 11/04	0,1062	0,6067	01/04 a 01/05	0,1023	0,6028
12/03 a 12/04	0,1130	0,6136	02/04 a 02/05	0,0857	0,5861
13/03 a 13/04	0,1100	0,6106	03/04 a 03/05	0,0850	0,5854
14/03 a 14/04	0,0821	0,5825	04/04 a 04/05	0,0807	0,5811
15/03 a 15/04	0,0519	0,5522	05/04 a 05/05	0,0462	0,5464
16/03 a 16/04	0,0501	0,5504	06/04 a 06/05	0,0227	0,5228
17/03 a 17/04	0,0759	0,5763	07/04 a 07/05	0,0486	0,5488
18/03 a 18/04	0,1017	0,6022	08/04 a 08/05	0,0843	0,5847
19/03 a 19/04	0,0985	0,5990	09/04 a 09/05	0,0840	0,5844
20/03 a 20/04	0,0935	0,5940	10/04 a 10/05	0,0836	0,5840

Agenda Federal

Dia 12

EFD-Contribuições - Entrega da EFD-Contribuições relativa aos fatos geradores ocorridos no mês de fevereiro/2024 (Instrução Normativa RFB nº 1.252/2012, art. 7º). Internet

Dia 13

Scanc/Tributação monofásica - Refinaria de petróleo ou suas bases, CPQ, UPGN e Formulador de Combustíveis - a) entrega das informações relativas às operações interestaduais com combustíveis derivados de petróleo ou com álcool etílico carburante através do Sistema de Captação e Auditoria dos Anexos de Combustíveis (Scanc). b) entrega de informações por estabelecimento que tiver recebido o combustível de outro estabelecimento subsequente à tributação monofásica. Internet. Convênio ICMS nº 110/2007, cláusula vigésima sexta, § 1º, V, "a"; Convênio ICMS nº 199/2022, cláusula vigésima segunda, § 1º; Convênio ICMS nº 15/2023, cláusula vigésima segunda, § 1º; Ato Cotepe ICMS nº 174/2023.

Dia 15

IRRF - Recolhimento do Imposto de Renda Retido na Fonte correspondente a fatos geradores ocorridos no período de 1º a 10.04.2024, incidente sobre rendimentos de (art. 70, I, letra "b", da Lei nº 11.196/2005): a) juros sobre capital próprio e aplicações financeiras, inclusive os atribuídos a residentes ou domiciliados no exterior, e títulos de capitalização; b) prêmios, inclusive os distribuídos sob a forma de bens e serviços, obtidos em concursos e sorteios de qualquer espécie e lucros decorrentes desses prêmios; e c) multa ou qualquer vantagem por rescisão de contratos. Darf Comum (2 vias)

IOF - Pagamento do IOF apurado no 1º decêndio de abril/2024:

- Operações de crédito - Pessoa Jurídica - Cód. Darf 1150
- Operações de crédito - Pessoa Física - Cód. Darf 7893
- Operações de câmbio - Entrada de moeda - Cód. Darf 4290
- Operações de câmbio - Saída de moeda - Cód. Darf 5220
- Títulos ou Valores Mobiliários - Cód. Darf 6854
- Factoring - Cód. Darf 6895
- Seguros - Cód. Darf 3467
- Ouro, ativo financeiro - Cód. Darf 4028

Darf Comum (2 vias)

Cide - Pagamento da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico cujos fatos geradores ocorreram no mês de março/2024 (art. 2º, § 5º, da Lei nº 10.168/2000; art. 6º da Lei nº 10.336/2001):

- Incidente sobre as importâncias pagas, creditadas, entregues, empregadas ou remetidas a residentes ou domiciliados no exterior, a título de royalties ou remuneração previstos nos respectivos contratos relativos a fornecimento de tecnologia, prestação de serviços de assistência técnica, cessão e licença de uso de marcas e cessão e licença de exploração de patentes - Cód. Darf 8741.
- Incidente na comercialização de petróleo e seus derivados, gás natural e seus derivados e álcool etílico combustível (Cide-Combustíveis) - Cód. Darf 9331.

Darf Comum (2 vias)

Cofins/PIS-Pasep - Retenção na Fonte - Autopeças - Recolhimento da Cofins e do PIS-Pasep retidos na fonte sobre remunerações pagas por pessoas jurídicas referentes à aquisição de autopeças (art. 3º, § 5º, da Lei nº 10.485/2002, com a nova redação dada pelo art. 42 da Lei nº 11.196/2005), no período de 16 a 31.03.2024. Darf Comum (2 vias)

EFD-Reinf - Entrega da Escrituração Fiscal Digital de Retenções e Outras Informações Fiscais (EFD-Reinf), relativa ao mês de março/2024. - Quando o dia 15 recair em dia não útil para fins fiscais, a transmissão da EFD-Reinf pode ser prorrogada para o primeiro dia útil subsequente. (Instrução Normativa RFB nº 2.043/2021, art. 6º) Nota: As entidades promotoras de espetáculos desportivos com equipes de futebol profissional (Instrução Normativa RFB nº 2.043/2021, art. 3º, V) devem transmitir a EFD-Reinf com as informações do evento até 2 dias úteis após a sua realização. Internet

Previdência Social (INSS) - Contribuinte individual, facultativo e segurado especial optante pelo recolhimento como contribuinte individual - Recolhimento das contribuições previdenciárias relativas à competência março/2024 devidas pelos contribuintes individuais, pelos facultativos e pelos segurados especiais que tenham optado pelo recolhimento na condição de contribuinte individual. Não havendo expediente bancário, permite-se prorrogar o recolhimento para o dia útil imediatamente posterior. GPS (2 vias)

Previdência Social (INSS) - Contribuinte individual e facultativo - Opção pelo recolhimento trimestral - Recolhimento das contribuições previdenciárias relativas às competências janeiro e/ou fevereiro e/ou março (1º trimestre/2024), devidas pelos segurados contribuintes individuais e facultativos que tenham optado pelo recolhimento trimestral e cujos salários de contribuição sejam iguais ao valor de um salário-mínimo. Não havendo expediente bancário, permite-se prorrogar o recolhimento para o dia útil imediatamente posterior. GPS (2 vias)

Divina Providência faz campanha para IR Solidário

DIONE AS

O Sistema Divina Providência (SDP), que é formado por 19 obras divididas entre cinco programas e 17 projetos e tem sede no hipercentro de Belo Horizonte, acaba de lançar sua campanha para destinação solidária do Imposto de Renda (IR) 2024.

O intuito é aumentar o valor arrecadado e o número de doadores diretos, além da fidelização de novos parceiros para a instituição. Segundo dados da Receita Federal, em 2023 houve um aumento direto da destinação direta na declaração do IR de 31% em relação a 2022, saltando de R$ 224 milhões para R$ 293 milhões.

Em Minas Gerais, a alta foi de 29%, passando de R$ 25 milhões para R$ 32 milhões no ano passado, o que equivale a 11% do valor total destinado no ano de 2023.

Neste ano, uma obra e um projeto serão beneficiados. São eles:

• Lar dos Idosos São José, no bairro Olhos D´água, na região Oeste da Capital

A instituição faz o acolhimento de 1.439 idosos e as doações serão direcionadas para o aprimoramento dos espaços de fisioterapia e cozinha.

• Projeto Descobertas do Sistema Divina Providência

Oferece cursos de formação profissional desenvolvidos pelo SDP. Serão 20 cursos distribuídos em quatro eixos de formação: Estética, Beleza e Bem-Estar (8 cursos); Gestão e Negócios (4 cursos); Gastronomia (5 cursos); Tecnologia da Informação e Comunicação (3 cursos).

Fidelização - A assessora de parcerias institucionais do Sistema Divina Providência,

DIVULGAÇÃO / SDP

Penha Gracia, conta que no caso da instituição, no ano passado, as destinações diretas na fonte aumentaram 52% em relação a 2022. E para este ano, o objetivo é aumentar em 70% o valor arrecadado e fidelizar os novos doadores.

O SDP atende anualmente mais de 170 mil pessoas diretamente com educação, alimentação, saúde, capacitação e acolhimento. Mas a instituição trabalha com déficit de mais de 25% do seu orçamento anual. Por isso, Penha Gracia chama a atenção para a importância de participar dessa campanha e replicar a ideia para o maior número de pessoas possíveis. "Essa é uma oportunidade para que a população entenda que destinar é decidir onde seu imposto será utilizado, com quais causas a pessoa deseja contribuir, direcionando para projetos importantes para a comunidade", diz.

> *Sistema Divina Providência é formado por 19 obras assistenciais divididas entre cinco programas e 17 projetos; intuito da campanha é aumentar valor arrecadado e número de doadores diretos*

Banco Inter é parceiro - Na esteira da conscientização, várias empresas estimulam seus funcionários a fazerem destinação solidária da declaração do IR. O Banco Inter & Co, parceiro da instituição desde 2000, começou a realizar a campanha entre os funcionários em 2014. Desde então, a arrecadação vem aumentando a cada ano. Em 2023, por exemplo, as doações feitas pelos funcionários do Inter & Co tiveram um aumento de 5% em relação a 2022.

O gestor de Sustentabilidade da Inter & Co, Christiano Rohlfs Coelho, ressalta a importância da ação. "O direcionamento de impostos via Leis de Incentivo é uma forma interessante de gerar impacto positivo de forma direcionada. Boa parte das empresas e pessoas não sabem como direcionar seus impostos e como podem fazer o bem dessa forma", comenta.

Ainda conforme ele, institucionalmente, o Inter vem contribuindo com o SDP através do direcionamento de parte de seus impostos e engajando os colaboradores a fazerem o mesmo. "Sabemos da grandiosidade e importância desse projeto para várias famílias, e por isso, doamos, capacitamos e encorajamos nossos colaboradores a direcionarem parte de seus impostos para esse maravilhoso projeto social, que impacta positivamente a vida de milhares de pessoas", completa o executivo.

IR – No Brasil, parte do Imposto de Renda de pessoas físicas e jurídicas pode ser doada para projetos sociais, culturais e desportivos

Esse tipo de doação não resulta em aumento do valor do imposto devido nem reduz o montante da restituição. E que em um universo de 800 mil organizações não-governamentais (ONGs) cadastradas no Brasil, a doação é uma importante fonte de renda para estas instituições.

Rota do Frango vai ser potencializada em Minas

Uma iniciativa ambiciosa feita por meio de parceria entre o Senac Minas e a Associação Circuito Turístico das Grutas (IGR Grutas) pretende promover a transformação gastronômica nos 15 municípios que compõem a Rota do Frango em Minas Gerais. O projeto visa fortalecer a identidade alimentar da região e também impulsionar o desenvolvimento econômico e turístico local. Dois encontros já foram realizados para apresentação dos dados, sendo escolhidas as cidades de Lagoa Santa e Sete Lagoas.

A pesquisa realizada pelo Programa Primórdios da Cozinha Mineira do Senac entrevistou mais de 78 empreendedores e profissionais da cadeia produtiva do turismo e gastronomia em cidades como Sete Lagoas, Prudente de Morais, Matozinhos, Capim Branco, Pedro Leopoldo e outras. A pesquisa detalhada revelou não apenas os segredos e peculiaridades da culinária local, mas também identificou áreas de oportunidade para o crescimento e aprimoramento da gastronomia regional.

Com base nos resultados da pesquisa, o Senac está

DIVULGAÇÃO / IGR GRUTAS

promovendo uma série de capacitações e práticas neste mês de abril e também em maio, que vão abranger todos os aspectos da preparação e apresentação de pratos típicos da região. Desde a seleção dos melhores ingredientes até a elaboração de novas receitas, os participantes das capacitações vão aprender técnicas avançadas para elevar a qualidade e autenticidade dos pratos oferecidos aos turistas e moradores locais.

Além disso, as capacitações não se limitarão apenas aos restaurantes e estabelecimentos de gastronomia. O programa será estendido para envolver também a hotelaria e os serviços turísticos, visando proporcionar uma experiência gastronômica completa e integrada aos visitantes da Rota do Frango. Espera-se que essa abordagem holística contribua significativamente para o fortalecimento do turismo na região e para a consolidação do Circuito das Grutas como um destino turístico de destaque em Minas Gerais.

Rota do Frango - A Rota do Frango, que compreende uma variedade de pratos tradicionais à base de frango em diferentes municípios, emerge como um corredor gastronômico único, onde os sabores e fazeres locais se encontram para celebrar a riqueza culinária da região. Desde o frango de granja até o frango caipira, essa ave desempenha um papel central na cultura e economia local, refletindo a diversidade e tradição da cozinha mineira.

Além disso, a contemporaneidade da gastronomia local se manifesta em uma ampla gama de opções, desde pratos tradicionais até versões inovadoras encontradas em estabelecimentos como hamburguerias, padarias e bares. Essa diversidade de oferta gastronômica não apenas enriquece a experiência dos visitantes, mas também fortalece a economia local, gerando oportunidades de negócios e empregos para os moradores da região.

Ao promover a capacitação e valorização dos profissionais da gastronomia local, o Senac e o Circuito das Grutas pretendem desempenhar um papel fundamental na transformação e fortalecimento dos 15 municípios da Rota do Frango. Espera-se que esse esforço conjunto não apenas eleve a qualidade da oferta gastronômica, mas também posicione a região como um destino turístico de excelência, reconhecido tanto nacional quanto internacionalmente pela sua riqueza culinária e cultural.

Show "Léo e Elas": 12 toneladas de alimentos

O show "Léo e Elas", realizado recentemente no Mineirão para a gravação do DVD de Leo Santana, arrecadou mais de 12 mil kg de alimentos que foram entregues ao Sesc Mesa Brasil Central. Eles serão distribuídos para entidades sociais que atendem a população em situação de vulnerabilidade social. Foi uma ação solidária, em parceria com o Instituto Galo e Nenety Produções, em que cinco mil ingressos foram trocados por alimentos não perecíveis destinados ao Programa de Segurança Alimentar e Nutricional do Sesc em Minas. A troca dos ingressos foi feita tanto pelos funcionários do Sistema Fecomércio MG, Sesc e Senac quanto pelo público em geral. Além disso, no dia do show, o Sesc Mesa Brasil esteve presente para recolher os alimentos de quem adquiriu a meia entrada solidária. O resultado dessa mobilização foi a arrecadação de 12.667 kg de alimentos, que agora vão ser distribuídos para dez instituições cadastradas no Programa.

Evento gratuito no Parque Municipal

Neste sábado (13), o Sesc em Minas vai promover um evento gratuito no Parque Municipal de Belo Horizonte, em função do Dia Mundial da Saúde, que foi celebrado no dia 7 de abril. Seis tendas temáticas vão proporcionar ao público atendimentos diversos e muito entretenimento, de 8h às 13h. A programação será para toda a família e inclui aferição de pressão arterial, quick massage, educação em saúde, lanche saudável, ginástica coletiva, atividades de recreação como cama elástica, intervenções circenses e avaliação de bioimpedância na Unidade Móvel. No palco principal, palestras do especialista em qualidade de vida Márcio Atalla (professor de Educação Física, pós-graduado em Nutrição pela USP) e Laura Gontijo (nutricionista, pós-graduanda em Nutrição Esportiva e Estética) sobre saúde, longevidade e hábitos saudáveis. Haverá apresentações artísticas com o bloco carnavalesco Asa de Banana, Circo do Sufoco e com o cantor Well Figuerê.

GUSTAVO XINGÚ

Festa da Confece no Paladino

Principal referência no estudo e consumo qualificado de cerveja pelas mulheres, a Confraria Feminina de Cerveja (Confece) comemora 17 anos em 2024 e, como é tradição, faz uma grande festa reunindo todas as tribos cervejeiras. O evento será neste sábado (13), no Restaurante Paladino, na Pampulha, em Belo Horizonte, com cinco horas no esquema "tudo liberado". Serão mais de 150 rótulos de cervejas reunidos por uma curadoria rigorosa da Confece, incluindo clássicos e lançamentos. Como é de praxe, as confreiras prometem agradar todos os paladares, dos suaves até os mais extremos. Os drinks e bebidas mistas também integram o cardápio para agradar todos os gostos, que também conta com pratos de 30 restaurantes. A música vai ficar por conta de DJ e banda ao vivo para animar o público. Os ingressos para o open bar/food podem ser adquiridos pelo Sympla.

Shark Tank Brasil abre inscrições

O maior reality show de empreendedorismo do País está de volta com inscrições abertas para sua nona temporada. Com novas oportunidades e dinâmicas, os interessados em participar Shark Tank Brasil têm até dia 30 de maio para realizar as inscrições através de um formulário disponível no site oficial do canal Sony Channel. Coprodução entre a Sony Pictures Television (SPT) e a produtora Floresta, as gravações da nova edição da atração têm início previsto ainda para este semestre. A premiada franquia "Shark Tank" é baseada no reality show "Dragons 'Den", criado pela Nippon TV no Japão e distribuída ao redor do mundo pela Sony Pictures Television. O formato foi adaptado com êxito e já cativou audiências em mais de 40 países incluindo Austrália, Canadá, França, Alemanha, Estados Unidos, Reino Unido, Vietnã, México e Colômbia.